



• G A
V A G
A I •

GAVAGAI - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE HUMANIDADES

Periódico do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da
Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA / *DIRECCIÓN POSTAL* / MAILING ADDRESS

Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim
Gavagai – Revista Interdisciplinar de Humanidades
Av. Dom João Hoffmann, 313,
Bairro Fátima, junto ao Seminário Nossa Senhora de Fátima
Erechim – RS
CEP 99700-000

E-mail: gavagai@gavagai.com.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Gavagai: Revista Interdisciplinar de Humanidades/Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim. - vol. 2, n. 2 (jul./ dez.
2015). - Erechim: [s.n.], 2015.

Semestral

1. Periódico. 2. Interdisciplinar. 3. Ciências Humanas. 4. Humanidades. I. Universidade Federal da Fronteira Sul.

II. Título.

CDD: 300

Bibliotecária responsável: Tania Rokohl – CRB10/2171

GAVAGAI - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE HUMANIDADES

Erechim, v.2, n.2, jul./ dez. 2015

ISSN: 2358-0666



GAVAGAI

ERECHIM

V.2, N.2, JUL. | DEZ. 2015

ISSN: 2358-0666

EDITOR-CHEFE/ *EDITOR JEFE* / EDITOR-IN-CHIEF

Atilio Butturi Junior - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

EDITORES EXECUTIVOS / *EDITORES EJECUTIVOS* / EXECUTIVE EDITORS

Ani Carla Marchesan - Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó (UFFS)

Cassio Cunha Soares - Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim (UFFS)

Fábio Francisco Feltrin de Souza - Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim (UFFS)

Jerzy André Brzozowski - Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim (UFFS)

Roberto Carlos Ribeiro - Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim (UFFS)

CONSELHO EDITORIAL / *CONSEJO EDITORIAL* / EDITORIAL BOARD

Armando Chaguaceda • Universidad Veracruzana (México) | **Bianca Salazar Guizzo** • Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) | **Carla Soares** • Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) | **Daniela Marzola Fialho** • Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | **Décio Rigatti** • Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/ UNIRITTER | **Durval Muniz Albuquerque Junior** • Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) | **Eliana de Barros Monteiro** • Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) | **Elio Trusian** • Università Degli Studi Di Roma La Sapienza (Itália) | **Fábio Luis Lopes da Silva** • Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | **Felipe S. Karasek** • Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC) | **Fernanda Rebelo** • Universidade Federal da Bahia (UFBA) | **Gizele Zanotto** • Universidade de Passo Fundo (UPF) | **José Alves de Freitas Neto** • Universidade de Campinas (UNICAMP) | **Kanavillil Rajagopalan** • Universidade de Campinas (UNICAMP) | **Margareth Rago** • Universidade de Campinas (UNICAMP) | **Maria Antonia de Souza** • Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) / Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) | **Maria Bernadete Ramos Flores** • Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | **Natália Pietra Méndez** • Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | **Nelson G. Gomes** • Universidade de Brasília (UnB) | **Patrícia Graciela da Rocha** • Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) | **Patrícia Moura Pinho** • Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) | **Paula Corrêa Henning** • Universidade Federal do Rio Grande (FURG) | **Pedro de Souza** • Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | **Rafael José dos Santos** • Universidade de Caxias do Sul (UCS) | **Rafael Werner Lopes** • Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC) | **Raul Antelo** • Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | **Ricardo André Martins** • Universidade Estadual do Centro • Oeste (UNICENTRO) | **Roberto Machado** • Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | **Rodrigo Santos de Oliveira** • Universidade Federal do Rio Grande (FURG) | **Rosângela Pedralli** • Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | **Suzana G. Albornoz** • Universidade Federal do Rio Grande (FURG) | **Viviane Castro Camozzato** • Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

IMAGENS / IMÁGENES / IMAGES

Andy Warhol / Self-Portrait in Drag, 1981 / The Andy Warhol Museum

PROJETO GRÁFICO/ *DISEÑO* / GRAPHIC DESIGN

Pedro Paulo Venzon Filho / pedrovenzon.com

REVISÃO/ *REVISIÓN* / REVISION

Atilio Butturi Junior | Fabíola Stolf Brzozowski | Rosângela Pedralli |

Fábio Francisco Feltrin de Souza | Jerzy André Brzozowski



SUMÁRIO / TABLA DE CONTENIDOS / TABLE OF CONTENTS

APRESENTAÇÃO / <i>Presentación</i> / Presentation	007
Atilio Butturi Junior	
EL IMPACTO DE LA FILOSOFÍA ANATÓMICA DE ÉTIENNE GEOFFROY SAINT-HILAIRE EM EL DESARROLLO DE LA HISTORIA NATURAL <i>O impacto da filosofia anatômica de Etienne Geoffroy Saint-Hilaire' no desenvolvimento da história natural</i> The impact of Etienne Geoffroy Saint-Hilaire's anatomical philosophy in the development of natural history	009
Gustavo Caponi	
HERMENÊUTICA RICOEURIANA E AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS <i>Hermenéutica ricœuriana y lenguaje política</i> Hermeneutics and language policy	032
Cristine Gorski Severo	
O LIVRO DO DESASSOSSEGO COMO LINGUAGEM-[EM]-PROCESSO: A [DES]CONSTRUÇÃO DO SUJEITO MODERNO <i>El Livro do Desassossego como lenguaje-[en]-proceso: la [des]construcción del sujeto moderno</i> The <i>Livro do Desassossego</i> as a language-in-process: the [de]construction of the modern subject	042
Jair Zandoná	
OS “ARQUIVOS DA REPRESSÃO” DAS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL DO CONE SUL <i>Los “Archivos de la Represión” de las dictaduras de seguridad nacional del Cono Sur</i> The “Archives of the Repression” of the national security dictatorships of the South Cone	052
Sílvia Simões	

DISCURSOS DA SAÚDE SOB UM OLHAR CRÍTICO: A INTERRELAÇÃO COM O PADRÃO CORPORAL EM VEJA | 064
Discursos de salud sobre una mirada crítica: la interrelación con padrones corporales en Veja | Critical views on discourses of health:
the interrelation with body standards in *Veja* magazine

João Marcelo Faxina

AS SENTENÇAS RELATIVAS COM NÚCLEO NOMINAL NOS DADOS DE FALA DE PORTO ALEGRE DO PROJETO 080
VARSUL | *Las cláusulas relativas con núcleo en los datos del habla del proyecto VARSUL de Porto Alegre* | The relative clause with
nominal nucleus in speech data of Porto Alegre from VARSUL project

Rejane Nickel, Elisabete Baú e Ani Carla Marchesan

OS REFLEXOS DO COLONIALISMO EM FICÇÕES ALIENÍGENAS | *Los reflejos del colonialismo en ficciones alienígenas* | 093
Reflections of colonialism in extraterrestrial fictions

Marcio Markendorf



· G A
V A G
A I ·

APRESENTAÇÃO

PRESENTACIÓN / PRESENTATION

v.2,. n.2. jul./dez. 2015

O segundo número de 2015 da *Gavagai – Revista Interdisciplinar de Humanidades* que agora toma corpo traz sete artigos, novamente marcados pelo esforço do diálogo interdisciplinar e pela pluralidade de abordagens do conhecimento e do saber.

O primeiro artigo desta edição é de Gustavo Caponi. Em *El impacto de la filosofía anatómica de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire em el desarrollo de la historia natural*, o autor, a partir de vasta pesquisa bibliográfica, reflete sobre a relação entre as teses de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire e o aparecimento do darwinismo na História Natural.

O segundo artigo é de Cristine Gorski Severo. Intitulado *Hermenêutica ricoeuriana e as políticas linguísticas*, o escrito busca inscrever as discussões das Políticas Linguísticas num amplo espectro ético, marcado por relações políticas de variadas espessuras, onde se aproximam teorias do discurso (e do poder) e teorias hermenêuticas.

Jair Zandoná é o autor do terceiro artigo desta *Gavagai*. O *Livro do Desassossego como linguagem-[em]-processo: a [des]construção do sujeito moderno* volta-se para o universo da heteronímia de Fernando Pessoa, traçando uma fina análise centrada no *Livro do Dessassossego* e na problemática da representação e da alteridade.

O quarto texto, *Os “arquivos da repressão” das ditaduras de segurança nacional do Cone Sul*, escrito por Sílvia Simões, evoca os arquivos da década de sessenta do século XX e a repressão política das ditaduras latinas a fim de vislumbrar questões como a produção da verdade, a ética e a justiça a partir da retomada do problema por meio das Comissões da Verdade.

João Marcelo Faxina é o autor do artigo *Discursos da saúde sob um olhar crítico: a interrelação com o padrão corporal em Veja*. O escrito parte dos estudos críticos do discurso e elabora uma

análise amparada na hipótese da existências de discursos hegemônicos de construção do “corpo saudável” no *corpus* midiático sobre o qual se debruça.

O sexto artigo que compõe o volume é de autoria de Rejane Nickel, Elisabete Baú e Ani Carla Marchesan. *As sentenças relativas com núcleo nominal nos dados de fala de Porto Alegre do projeto VARSUL* apresenta uma investigação em que a gramática gerativa é chamada à tona para inquirir sobre os processos de relativização em 109 sentenças de Português Brasileiro.

O último artigo deste número de *Gavagai*, *Os reflexos do colonialismo em ficções alienígenas*, é de autoria de Marcio Markendorf. O texto engendra um interessante debate acerca dos enunciados sobre o “estrangeiro”, entendido segundo o viés da produção de instabilidade de categorias como a identidade e a nação na literatura e no cinema.

Por fim, depois de apresentar os artigos, cabe fazer o agradecimento já costumeiro a todos aqueles que colaboram para a publicação de mais um número da *Gavagai*: autores, revisores, colaboradores, leitores, críticos e entusiastas. Trata-se do êxito de um percurso que já marca dois anos de circulação e que espera consolidar-se como *locus* de debates interdisciplinares – tanto do Programa de Mestrado Interdisciplinar da UFFS quanto de vários outros programas de pós-graduação.

Atilio Butturi Junior

Editor-chefe



· G A
V A G
A I ·

EL IMPACTO
DE LA FILOSOFÍA
ANATÓMICA DE ÉTIENNE GEOFFROY
SAINT-HILAIRE EN EL DESARROLLO
DE LA HISTORIA
NATURAL

O IMPACTO DA FILOSOFIA ANATÔMICA DE ÉTIENNE GEOFFROY SAINT-HILAIRE NO
DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA NATURAL

THE IMPACT OF ETIENNE GEOFFROY SAINT-HILAIRE'S ANATOMICAL PHILOSOPHY IN
THE DEVELOPMENT OF NATURAL HISTORY

Gustavo Caponi*

* Professor Titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina; bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: gustavoandrescaponi@gmail.com.

RESUMO / RESUMEN / ABSTRACT

Resumo: O objetivo deste estudo é determinar a forma como os trabalhos e teses de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire impactam no futuro antes do advento do darwinismo História Natural, criando as condições que levaram à revolução darwiniana. Para fazer isso, vamos examinar as implicações da *Filosofia Anatómica* de Geoffroy no desenvolvimento de anatomia comparada. Essa revisão será focada nos quatro pilares da filosofia anatómica: a teoria de análogos; o princípio de ligações; o princípio da organismos de compensação; e o princípio das afinidades eletivas de elementos orgânicos. Mas antes de iniciar a análise desses argumentos, a idéia de unidade da composição orgânica será apresentaa na sua generalidade e examinada na forma que assumiu no trabalho de alguns autores anteriores a Geoffroy.

Palavras-chave: Afinidades Eletivas. Análogos. Compensação. Conexões. Unidade de composição orgânica.

Resumen: El objetivo de este estudio es establecer de qué manera los trabajos y las tesis de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire impactaron en el devenir la Historia Natural anterior al advenimiento del darwinismo, creando las condiciones que propiciaron la *Revolución Darwiniana*. Para ello, examinaremos las implicaciones de la Filosofía Anatómica de Geoffroy en el desarrollo de la Anatomía Comparada. Ese examen estará focalizado en esos cuatro pilares de la Filosofía Anatómica que son la *teoría de los análogos*; el *principio de las conexiones*; el *principio de la compensación de los órganos*; y el *principio de las afinidades electivas de los elementos orgánicos*. Pero antes de iniciar el análisis de esas tesis, la *idea de unidad de composición orgánica* será presentada en su generalidad; examinándose también la forma que ella tomó en la obra de algunos autores anteriores a Geoffroy.

Palabras clave: Afinidades electivas. Análogos. Compensación. Conexiones. Unidad de composición orgánica.

Abstract: The aim of this work is to establish how the works and theses of Etienne Geoffroy Saint-Hilaire influenced the becoming of Natural History before the advent of Darwinism, creating conditions that led to the Darwinian Revolution. To do this, we will examine the implications of Geoffroy's Anatomical Philosophy for the development of Comparative Anatomy. That review will be focused on the four pillars of Anatomical Philosophy: the *analogous theory*; the *principle of connections*; the *principle of compensation of organs*; and the *principle of the elective affinities of organic elements*. But before starting to analyze those theses, we shall present the idea of *unity of plan* will in its generality; and we shall also scrutinize the shape that it took on the work of some authors before Geoffroy.

Keywords: Analogous. Compensation. Connections. Elective affinities. Unity of plan.

I PRESENTACIÓN

En 1951, dando una conferencia en el *Palais de la Découverte* de París, Gaston Bachelard (1973[1951], p.134) dijo que “a partir de las verdades que la ciencia actual ha hecho más claras y mejor coordinadas, el pasado de verdad se muestra más claramente progresivo en tanto que justamente pasado”. Será asumiendo esa inevitable *recurrencia* (FICHANT; PÉCHEUX, 1971, p.92) – que nada tiene que ver con lo que suele llamarse ‘whigghismo’ (BOIDO, 1992, p.100-1) – que aquí he de volverme sobre la Filosofía Anatómica de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire. No para insistir en el anacronismo de ensalzar esa supuesta afinidad entre su Filosofía Anatómica y los desarrollos de la actual Biología Evolucionaria del Desarrollo, que en los últimos años algunos autores han creído entrever¹; sino para identificar cuáles fueron las contribuciones que este naturalista hizo, en su momento y con los recursos conceptuales y metodológicos que efectivamente disponía, a la marcha de la Historia Natural que antecedió a la Revolución Darwiniana.

Como Bachelard lo señalaba, hacer eso exige situarse en el presente de la ciencia; presuponiendo, inevitablemente, que ese presente marca el vector del progreso científico. Pero eso se hace para determinar en qué medida, y cómo, ciertos resultados, o ciertas innovaciones teóricas y metodológicas, efectivamente contribuyeron a que el desarrollo de una ciencia se orientase en la dirección que acabó llevándonos a ese presente en el que, ahora, nos situamos. No se trata, por eso, de procurar precursores que *hayan sabido antes lo que tanto costó saber después*. Hacer esto último implica negar que la ciencia actual haya precisado de una historia para producirse (CANGUILHEM, 1983, p.21)². Se trata, por el contrario y como acabo de decir, de entender en qué medida, y de qué manera, ciertos trabajos científicos contribuyeron a que esa historia nos haya llevado hasta donde ahora estamos; aun cuando esa contribución haya seguido derroteros sinuosos e inicialmente desconcertantes, o casi imperceptibles, para nosotros.

Por eso, en lugar de deshonrar a Geoffroy con el pomposo e incomodo título de ‘visionario’ que, no sin generosidad, le han endilgado Hervé Le Guyader (1998, p.40), Alec Panchen (2001, p.45); y Paul Mazliak (2002, p. 34), yo intentaré mostrar cómo fue que sus trabajos efectivamente impactaron en la Historia Natural anterior al advenimiento del darwinismo. Mostrando, incluso, de qué manera dichos trabajos contribuyeron a ese advenimiento, sin por eso haberlo anticipado. Para ello, me centraré en las implicaciones de la Filosofía Anatómica de Geoffroy para el

desarrollo de la Anatomía Comparada, dejando más de lado la evaluación histórico-epistemológica de sus contribuciones al desarrollo de la Embriología³ y la Teratología⁴. Éstas sólo serán referidas en la medida en que eso me ayude a analizar los aspectos de la Filosofía Anatómica que efectivamente quiero examinar. Y tampoco me ocuparé de las especulaciones transformistas de Geoffroy: no lo haré porque ellas no dejaron marcas significativas en el desarrollo de la Historia Natural⁵.

Mi estudio se centrará en lo que Geoffroy consideraba como los cuatro pilares de la Filosofía Anatómica: la *teoría de los análogos*; el *principio de las conexiones*; el *principio de la compensación de los órganos*⁶; y el *principio de las afinidades electivas de los elementos orgánicos* (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1822, p.xxxi). Será a esas tesis que voy a evaluar desde la perspectiva histórico-epistemológica con la que digo comprometerme. Pero antes de iniciar el análisis de esos cuatro pilares, voy a presentar la *idea de unidad de composición orgánica* en su generalidad; refiriéndome también a la forma que ella tomó en la obra de algunos autores anteriores a Geoffroy. Hacer eso ya no permitirá entender mejor el valor teórico y heurístico de su Filosofía Anatómica. Con Geoffroy esa idea ganó contornos mucho más precisos que los que antes había tenido; y fue eso lo que le permitió transformarse en un genuino y poderoso instrumento de investigación morfológica.

En realidad, en la Historia de la Ciencia, la figura del *visionario*, o del precursor, puede ser tan denigratoria como Arturo Jauretche (2012[1968], p.134) nos enseñó que lo es la figura del *hombre que se adelantó a su tiempo* en Historia Política. Pero Geoffroy *no se adelantó a su tiempo*. La plena legitimidad y la extrema relevancia de su trabajo deben situarse, primeramente, en la Historia Natural de fines del Siglo XVIII y de la primera mitad del Siglo XIX. Es allí que él se afirmó teóricamente; y es allí que él encontró los materiales para forjar los recursos metodológicos y conceptuales que le permitieron desarrollar, y consolidar, una línea de trabajo, y no como una *iluminación*, que podemos reconocer como progresiva. Una línea de trabajo que, si nos permitiésemos recurrir al vocabulario de Althusser (1974, p.14), podríamos calificar como *teóricamente correcta*. Sabiendo, insisto, que dicha valoración se basa en esa actualidad de la Historia de la Ciencia a la que aludía Bachelard.

2 LA IDEA DE GEOFFROY

¹ Por ejemplo: Le Guyader (1998, p.278); Panchen (2001, p.41); Gould (2002, p.1106); Mazliak (2002, p.54); Arthur (2004, p.17); y Amundson (2005, p.127).

² Canguilhem caracteriza muy bien en qué consiste el error que esconde la ilusión del precursor. Pero quien mejor explica el origen de ese espejismo es Jorge Luis Borges (1980[1952], p.226-9) en su ensayo “Kafka y sus precursores” (CAPONI, 2009, p.69-70).

³ Al respecto, véase: Russell (1916, p.69); Canguilhem et al. (1962, p.14); Duhamel (1972, p.344); Le Guyader (1988, p.110); y Fisher (1993, p.59).

⁴ Al respecto, véase: Duhamel (1972); Fischer (1972a); y Le Guyader (1988, p.122).

⁵ Esas especulaciones, que analicé en un trabajo anterior (Caponi, 2008a), quedaron expuestas en: “Le degré d’influence du monde ambiant pour modifier les formes animales”(GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1833).

⁶ La expresión que usa Geoffroy es *principe o loi du balancement*. No existiendo en español la expresión *balanceamiento* opté por *compensación*; siguiendo así a Edward Stuart Russell (1916, p.73) que, en *Form and Function* se refiere a este principio de Geoffroy con la expresión *law of compensation*.

Étienne Geoffroy Saint-Hilaire [Étampes, 1772 - Paris, 1844] desarrolló prácticamente toda su carrera de naturalista como profesor del *Museo Nacional de Historia Natural* de Paris (cf. FISCHER, 1972B; THOMAS, 1999). En las primeras décadas del Siglo XIX, cuando esa institución era *la meca* de la Anatomía Comparada, y de todas las otras disciplinas que giraban en torno de ella, Geoffroy desempeñó un papel protagónico en ese ámbito institucional y disciplinar. En dicho periodo, que podríamos caracterizar como *el auge de la Historia Natural pre-darwiniana*, la importancia de su obra y figura sólo fue superada, y en cierto sentido opacada, por la gravitación de la figura y la obra de su colega, primero amigo y después rival, Georges Cuvier⁷. Lo que puede resultar curioso es que, hasta cierto punto, el conjunto de las contribuciones de Geoffroy parecen poder reunirse bajo la cobertura de una única idea fundamental: *la unidad de plan de composición* (LE GUYADER, 1998, p.10). Por eso Pierre Flourens (1864a, p.268) pudo llegar a tildarlo de *homo unius libri*; aunque hubiese sido mejor decir *homo unius thesis*.

En efecto, la tesis que articuló todos los trabajos de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, tanto en el campo de la Anatomía Comparada como en el campo de los estudios teratológicos y paleontológicos a los que también se abocó, fue aquella según la cual, de los moluscos al hombre, la configuración morfológica de todos los animales, no obstante la notoria variedad de sus formas, responde básicamente a un *plan único de composición*⁸. La expresión que él usaba era *Unité de composition organique* (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1822, p.xxxiv): “unidad de composición orgánica”; y, en su relativamente temprana “Memoire sur les rapports naturels des makis-lemur”, esa idea, que en lengua inglesa pasó a ser designada con las expresiones ‘unity of plan’(WHEWELL, 1837, p.456) y ‘unity of type’(DARWIN, 1859, p.206), ya aparecía enunciada con toda claridad⁹.

Parecería que la naturaleza se ha encerrado dentro de ciertos límites, y ha formado todos los seres vivientes sobre un plan único, esencialmente el mismo en su principio, pero que ella modificó de mil maneras en todas sus partes accesorias. Si consideramos particularmente una clase de animales, es ahí sobre todo que su plan nos parecerá evidente: encontraremos que las formas diversas bajo las cuales ella hizo existir cada especie, derivan todas las unas de las otras; siéndole suficiente cambiar algunas proporciones de los órganos para adecuarlas a nuevas funciones, o para extender o restringir sus usos. El saco óseo del carayá, que le da a ese animal su notoria voz y puede percibirse delante de su cuello como una protuberancia de tamaño extraordinario, no es más que un

abultamiento de su hueso sublingual (hioides). La bolsa de las hembras marsupiales, un pliegue de la piel de gran profundidad; la trompa del elefante, una prolongación excesiva de sus narinas; el cuerno del rinoceronte, un montón considerable de pelos que se adhieren entre ellos, etc. De ese modo, las formas, en cada clase de animales, por variadas que ellas sean, resultan todas, en el fondo, órganos comunes a todos: la naturaleza se niega a emplear nuevos órganos. Así, todas las diferencias, incluso las más esenciales, que afectan a cada familia perteneciente a una misma clase, derivan solamente de otro arreglo, de una complicación, de una modificación, en fin, de esos mismos órganos (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1796, p.1-2)¹⁰.

Hay que convenir que esa tesis no carecía de precedentes respetables¹¹. Isidore Geoffroy Saint-Hilaire (1847, p.142-5), hijo y principal biógrafo de Étienne, contabilizó ocho autores que, de algún modo, ya la habían enunciado, entrevisto, o presupuesto, antes que su padre la proponga en 1796. Ellos eran: Aristóteles; Pierre Belon; Isaac Newton; Buffon, Félix Vicq-D’Azir; Johann Gottfried Herder; Johann Wolfgang Goethe; y Philippe Pinel. Pero hay que matizar las cosas. Aquí tampoco debemos dejarnos llevar por el *mito del precursor*. En algún sentido, puede decirse que todos esos autores habían avizorado la idea de *unidad de plan*. Pero no todos lo hicieron con claridad; y ninguno de ellos llegó a darle una forma metodológicamente operativa, como pudo darle Étienne Geoffroy Saint-Hilaire.

En *Investigación sobre los animales* (ARISTÓTELES, 1992, 486a5/486b5), a veces denominada *Historia de los animales*, y en *Partes de los animales* (ARISTÓTELES, 2000, 644a/644b) pueden encontrarse algunas referencias, no demasiado precisas, a las analogías que pueden existir entre las partes de las especies de un mismo género máximo o entre algunas partes de las especies de distintos géneros máximos. Las primeras serían las que se dan entre todas las especies de ave, o todas las especies de *cuadrúpedos peludos*, que hoy llamaríamos mamíferos terrestres; y las segundas las que pueden encontrarse entre, por ejemplo, esos *cuadrúpedos peludos* y los *cuadrúpedos escamosos* como lagartos y cocodrilos¹². Pero ahí no hay ninguna referencia a cualquier plan o esquema único bajo el cual esas partes se ordenen. La analogía, en todo caso, sería una analogía entre elementos considerados separadamente. Por eso Geoffroy decía que Aristóteles sólo había llegado a entrever uno de los elementos de la idea de *unidad de composición*, que era la *teoría de los análogos* (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1822, p.xxxi).

El de Pierre Belon, a quien el propio Etienne Geoffroy Saint-Hilaire (1998[1830], p.174) rescató del olvido citándolo como uno de los

⁷ Al respecto de la importancia del Museo Nacional de Historia Natural de Paris en el desarrollo de la Historia Natural durante las primeras décadas del Siglo XIX de Paris, y también al respecto de la trayectoria de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire dentro de ese contexto disciplinar e institucional, véase: Appel (1987, p.34-7); Laissus (1995, p.20-3); y Le Guyader (1998, p.7-9).

⁸ Al respecto, ver: Perrier (1884, p.97); Russell (1916, p.53); Piveteau (1961, p.490); Dagonet (1972, p.327); Balan (1979, p.167); Appel (1987, p.85); Mazliak (2002, p.44); Guillo (2003, p.167); Ancet (2006, p.29); Schmitt (2006, p.214); y Ochoa y Barahona (2014, p.44).

⁹ Véase: Perrier (1884, p.93); Le Guyader (1998, p.35); y Mazliak (2002, p.17).

¹⁰ Inicialmente, esta memoria apareció en el primer tomo del Magasin Encyclopedique, o Journal des sciences, des lettres et des arts, en el mismo año de 1796 en el que fue publicada, por el propio Magasin Encyclopedique, la separata que aquí está siendo referida (cf. Geoffroy Saint-Hilaire, 1796, p.1n).

¹¹ Véase: Isidore Geoffroy Saint Hilaire (1841a, p.68-97); Edmond Perrier (1884, p.95-6); y Fernando Gil (1986, p.107-8).

¹² Al respecto, véase Isidore Geoffroy Saint-Hilaire (1841a, p.70; 1847, p.144 n1). También: Lereboullet (1866, p.256); Russell (1916, p.6); Papavero et al (1995a, p.120); Louis (1975, p.154); Ross (1981, p.169); Lennox (2001, p.162); y Grene y Depew (2004, p.16).

precursores de la idea de *unidad de composición* (GEOFFROY SAINT-HILAIRE I., 1847, p.142), ya es un caso distinto. Este anatomista del Renacimiento, mostró que las piezas del esqueleto de las aves se correspondían con las del esqueleto de los ‘animales terrestres’ y del hombre; y también mostró que las posiciones relativas que esas piezas guardaban entre sí, se mantenían en los tres casos (BELON, 1555, p.38). Lo hizo con mucha precisión, indicando (con letras) la correspondencia entre los huesos de las aves y del hombre (BELON, 1555, p.40-1): éste era la referencia privilegiada de la Anatomía de su época¹³. Belon, de todos modos, no fue más allá de esa comparación (APPEL, 1987, p.70). No imaginó que allí pudiese estar la llave de un programa de investigación a ser ampliado y profundizado.

Newton (1952[1704], p.402) aludió a la “uniformidad en el cuerpo de los animales” en la cuestión 31 de la *Óptica* (cf. GEOFFROY SAINT HILAIRE I., 1841a, p.73-4). Pero lo hizo de un modo vago (GEOFFROY SAINT HILAIRE I., 1841a, p.75). Además, conforme dice Isidore Geoffroy Saint-Hilaire (1847, p.143), nadie le prestó demasiada atención a ese pasaje de la *Óptica*, hasta el día en que Laplace le habría dicho a su padre: “Usted piensa como Newton!”. A partir de ese día, por supuesto, Etienne Geoffroy Saint Hilaire (1818, p.xvi; 1998[1830], p.142) no perdió la oportunidad de citar a Newton como siendo uno de sus mejores avales (cf. GEOFFROY SAINT HILAIRE I., 1841a, p.73). La función de los precursores puede ser apologética (cf. Fisher, 1993, p.58).

Quien sí se refirió a la idea de *unidad de plan de composición* con toda claridad, fue Buffon (GEOFFROY SAINT HILAIRE I., 1841a, p.75; CAPONI, 2010, p.70); sin duda el más importante de los ocho ‘precursores’ apuntados por Isidore Geoffroy Saint-Hilaire. Primero lo hizo en “El asno” (BUFFON, 1868[1753], p.35-6):

Si, en la inmensa variedad que nos presentan todos los seres animados que pueblan el universo, elegimos un animal, o incluso el cuerpo del hombre, para servir de base a nuestros conocimientos y remitirlo, por vía de la comparación, a los otros seres organizados, encontraremos que, aunque todos los seres existen solitariamente y que todos varían por diferencias graduadas al infinito, existe aun así un diseño primitivo y general que puede ser seguido muy lejos y cuyas degradaciones son más lentas que aquellas de las figuras y de las otras relaciones aparentes, porque, sin hablar de los órganos de la digestión, de la circulación y de la generación, que todos los animales poseen, y sin los cuales un animal dejaría de ser un animal y no podría ni subsistir ni reproducirse, hay incluso en las partes que más contribuyen a la diversidad de la forma exterior, una prodigiosa similitud que evoca necesariamente la idea de un primer diseño, sobre el cual todo parece haber sido concebido. El cuerpo del caballo, por ejemplo, que a

primera vista parece tan diferente del cuerpo del hombre, una vez que uno los compara detalladamente, parte por parte, en lugar de sorprenderse por la diferencia, uno se sorprende más por la semejanza singular y completa con la que ahí nos encontramos. En efecto, si se toma el esqueleto del hombre, inclinando los huesos de la pelvis, se acortando los de los muslos, piernas y brazos, alargando los de manos y pies, soldando las falanges, alargando las mandíbulas, acortando el hueso frontal, y alargando por último la espina dorsal, ese esqueleto dejará de representar los restos de un hombre y será el esqueleto de un caballo.

Trece años después, esa misma idea reapareció en la *Nomenclatura de los simios* (BUFFON, 1766a, p.28-9). Pero fue la primera formulación, la de “El asno”, la que tuvo más impacto. Quizá eso haya sido así porque, al enunciarla, Buffon (1868[1753], p.36) también se atrevió a sugerir que ese diseño primitivo podía inducir la idea de una filiación común de todos los animales: una conjetura audaz que él se recusó a sostener (CAPONI, 2010, p.67); y que también fue evocada, sin tampoco ser defendida, por dos filósofos cuyos nombres habrían podido abultar, sin por eso completar, esa lista de posibles precursores de la idea de *unidad de plan* que fue propuesta por Isidore Geoffroy Saint-Hilaire. Aludo a Denis Diderot y a Immanuel Kant; que también tomaron la idea de Buffon.

En *Pensées sur l'interprétation de la nature*, que fueron prudentemente publicados en forma anónima un año después que viese la luz “El asno”, Diderot (1754, §XII), sin dejar de atribuirle explícitamente a Buffon la idea que estaba discutiendo, se permitió decir que, al examinar la anatomía de los cuadrúpedos, es casi imposible no concluir “que sólo hay un animal prototipo de todos los animales, cuyos órganos la naturaleza no ha hecho más que alargar, acortar, transformar, multiplicar, obliterar”; y también reconoció, con toda la prudencia del caso, que esa idea podría llegar a inducirnos a creer en una posible filiación común de todos los seres vivos. Como también lo reconoce Kant¹⁴, cuando en la *Crítica de la Facultad de Juzgar*, dice que:

La concordancia de tantas especies animales en un cierto esquema común que no sólo parece subyacer a su esqueleto, sino también a la disposición de las demás partes, donde una admirable simplicidad del plan general ha podido, por el acortamiento de unas partes y el alargamiento de otras, el enrollamiento de éstas y el desenrollarse de aquéllas, producir una diversidad tan grande de especies, arroja, bien que débil, un rayo de esperanza en el ánimo, de que bien podría llegarse a algo aquí con el principio del mecanismo de la naturaleza, sin el cual no puede haber en absoluto una ciencia de la naturaleza. Esta analogía de las formas, en la medida en que [éstas], a despecho de toda diferencia, parecen ser generadas conforme un arquetipo común, refuerza la conjetura de un efectivo parentesco de ellas en la generación a partir de una madre originaria común, por la gradual aproximación de una

¹³ Al respecto, véase: Isidore Geoffroy Saint-Hilaire (1841a, p.71-2). También: Lereboullet (1866, p.256) y Papavero et al (1995b, p.143-5).

¹⁴ Sobre la relación entre este parágrafo de la tercera crítica, y el ya citado pasaje de “El asno”, véase: Sloan (2006, p.633) y Huneman (2006, p.663).

especie animal a la otra, desde aquella en que el principio de los fines parece estar más acreditado, o sea el hombre, hasta el pólipo, y de éste, incluso a los musgos y líquenes y, por fin, a los grados más bajos de la naturaleza que podemos advertir, hasta la materia bruta: de ésta y de sus fuerzas parece derivar, según leyes mecánicas (al igual que éstas según las cuales opera en las generaciones de cristales), toda la técnica de la naturaleza, que en los seres organizados nos es tan inconcebible que nos creamos necesitados de pensar para ello en un principio distinto (KU §80, 363-4).

Pero, según Kant (KU §80, 366n), esa hipótesis era una “audaz aventura de la razón” que, aunque se le pasaba por la cabeza a casi todos los naturalistas, carecía, sin embargo, de todo apoyo empírico por el simple hecho de que nunca se había visto que un animal de una especie engendrara vástago de otra especie. Para Kant, entonces, al igual que para Buffon y Diderot, la unidad de tipo podía afirmarse independientemente de cualquier idea de filiación común. En Darwin (1859, p.206), es verdad, esas dos ideas convergerían en una única tesis (CAPONI, 2011, p.48); pero en ellos eran tratadas como tesis diferentes: se podía pensar que el esqueleto humano era una deformación del esqueleto del caballo, sin que eso obligase a admitir que existía una relación genealógica entre ellos. Se trataba de una cuestión puramente morfológica. Y creo que ese también es el caso de los otros autores cuyos nombres completan la lista de Isidore Geoffroy Saint-Hilaire: además de que sus referencias a la unidad de plan también parecen un eco de aquel celeberrimo pasaje de “El asno” que aquí cité, ese reconocimiento de la *unidad de composición orgánica* no aparece vinculado a cualquier tesis genealógica.

En su “Premier discours sur l’Anatomie”, Felix Vicq D’Azir (1805[1786], p.32) afirma que: “La naturaleza parece seguir un tipo o modelo general, no solamente en la estructura de los diversos animales [...] sino también en la estructura de los diferentes órganos; y uno no sabe de qué admirarse más: si de la abundancia con la cual las formas varían, o si de la constancia y de la suerte de uniformidad que un ojo atento descubre en la inmensa extensión de sus producciones” (GEOFFROY SAINT HILAIRE I., 1841a, p.82-3; 1847, p.143 n5). Pero, como ya lo señaló Dominique Lereboullet (1866, p.256), a este respecto también se puede citar la “Mémoire sur les rapports que se trouvent entre les usages et la structure des quatre extrémités dans l’homme et dans les quadrupèdes”, en la que Vicq D’Azir (1805[1774], p.316) ya sugiere que la naturaleza “parece haber impreso a todos los seres dos caracteres en nada contradictorios, el de la constancia en el tipo y el de la variedad en las modificaciones”.

Herder (1827[1785]), por su parte, afirmó la unidad de tipo en su obra *Ideas sobre la Filosofía de la Historia de la Humanidad* (GEOFFROY SAINT HILAIRE I., 1841a, p.79-82; 1847, p.144 n2)¹⁵. Lo que él dijo fue que: “en toda la creación animada, se ve dominar entre tantos seres diferentes una cierta uniformidad de

organización, y por así decir un tipo ejemplar, que se modifica entro de la más abundante variedad” (HERDER, 1827[1785], p.89-90); y también que: “la naturaleza, dentro de la variedad infinita que ella ama, parece haber construido todas las criaturas vivientes sobre nuestra Tierra según un mismo y único *tipo de organización*” (HERDER, 1827[1785], p.91).

Philippe Pinel, mientras tanto, aludió a la unidad de composición orgánica en una memoria sobre el cráneo de los elefantes que fue publicada en el tomo 43 del célebre *Journal de Physique*, aparecido en julio de 1793 (GEOFFROY SAINT HILAIRE I., 1847, p.145 n1). Allí, en una nota a pie de página referida a ciertas suturas óseas que se dan en “el hombre, en los simios y en otros animales”, pero curiosamente no en el elefante, Pinel (1793, p.51-2) dice que “la naturaleza ha variado las formas y los rasgos accesorios, conservando siempre, sin embargo, una cierta conformidad con el tipo primitivo que ella parece haber adoptado”. Isidore Geoffroy Saint Hilaire (1847, p.145 n1) aseguraba, además, que en una primera versión inédita de dicha memoria, de la cual él poseía un manuscrito autografiado, Pinel hacía una segunda referencia a ese mismo *tipo primitivo*.

Ya de Goethe, lo que se sabe, o se considera sabido, es que él aludió a la *unidad de composición orgánica* en trabajos que escribió en 1795 (GOETHE, 1837[1795] p.26) y en 1796 (GOETHE, 1837[1796], p.68), pero que sólo publicó en 1817¹⁶. En uno de esos textos, él decía que, “al crear los organismos perfectos, la naturaleza trabajó según un diseño primitivo” (GOETHE, 1837[1796], p.68); y si ahí no quiere escucharse el eco de Buffon, habrá entonces que escuchar el eco de Kant, que ya es un eco de Buffon. Pero no creo sea necesario postular esa mediación: la obra de Buffon era tan leída, y la erudición de Goethe era tan basta, que se hace difícil pensar que él no conociese “El asno”. Como ciertamente lo conocía Jean Claude Delamétherie; que también llegó a afirmar la idea de composición orgánica (DELAMÉTHÉRIE, 1804, p.419), aunque ya lo hizo después del propio Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (CAPONI, 2014, p.23).

Este último, de todos modos, también se inspiró en Buffon (FLOURENS, 1864a, p.270); y así lo reconocía (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1837, p.538). Además, aunque conforme ya dije, Geoffroy haya llegado a sostener tesis transformistas, el foco de sus estudios anatómicos estuvo en las analogías morfológicas que podían establecerse entre las distintas clases de organismos, no en su genealogía. Las *derivaciones* de una estructura a otra a las que él se refería en la memoria sobre los lémures, eran primariamente morfológicas: no evolutivas.

Las relaciones de filiación entre las diferentes familias de seres vivos podían insinuarse en esas analogías morfológicas; pero el objetivo de la Filosofía Anatómica no era el establecimiento de esas

¹⁵ Isidore Geoffroy Saint Hilaire cita la misma traducción de Herder, hecha por Edgar Quinet, que aquí estoy referenciando.

¹⁶ Así lo señalan: Henri de Blainville (1845, p.490); Isidore Geoffroy Saint-Hilaire (1847, p.144 n3); Edward Stuart Russell (1916, p.46); Bernard Balan (1979, p.164); y Stephan Schmitt (2006, p.241).

filiaciones: su objetivo se agotaba en el propio establecimiento de las analogías (RUSSELL, 1916, p.66). Pero ahí, importa decirlo, ya había todo un vasto y arduo programa de investigación a ser realizado¹⁷: un programa de investigación que ninguno de sus ‘precursores’ llegó siquiera a vislumbrar; y que además, como Russell supo subrayarlo (1916, p.247) sentó una de las bases sobre las que después se asentó la teoría de la filiación común propuesta por Darwin (1859, p.437).

En efecto, hasta Étienne Geoffroy Saint-Hilaire nadie había pensado en la posibilidad de que la idea de *unidad de plan de composición* pudiese fundar y articular todo un programa efectivo de investigación en Anatomía Comparada (LEREBOULLET, 1866, p.256; PIVETEAU, 1961, p.489); y ahí reside la importancia de su trabajo en el desarrollo de la Historia Natural: en ese punto, que es el crucial, Geoffroy no tuvo precursores (GEOFFROY SAINT-HILAIRE I., 1841a, p.85); y sí muchos continuadores. Antes de él, como con toda justicia lo señaló su hijo (GEOFFROY SAINT-HILAIRE I., 1847, p.145), la tesis de la *unidad de composición* había tenido muy poca influencia en el desarrollo de investigaciones empíricas concretas. Fue sugerida y enunciada, sí, pero lo cierto es que nadie intentó demostrarla; y así ella quedó, como también dice Isidore (GEOFFROY SAINT-HILAIRE I., 1847, p.148), sin partidarios y sin adversarios. Geoffroy, en cambio, se empeñó decididamente en estudios anatómicos que llevasen a su demostración; delineando así una estrategia general de trabajo que fue efectivamente seguida por muchos otros naturalistas.

3 UNIDAD DE TIPO Y CONDICIONES DE EXISTENCIA

Pero en el modo en el que Geoffroy piensa la unidad de composición orgánica hay otra novedad que también importa señalar. Una novedad que tiene que ver con cierta tensión, no necesariamente una contradicción, entre lo que, siguiendo a Cuvier (1817, p.6) podríamos definir como las exigencias derivadas del Principio de las Condiciones de Existencia, y, del otro lado, aquello que podríamos caracterizar como las restricciones impuestas por ese plan único de composición al que se ajustarían todas los animales (cf. WHEWELL, 1837, p.457; RUSSELL, 1916, p.78)¹⁸. Las primeras son exigencias que tienen que ver con la viabilidad y la integración funcional de los seres vivos¹⁹. Las segundas, mientras tanto, derivan del esquema morfológico general al que los animales parecen ajustarse. Lo que Geoffroy puso en evidencia, de un modo provocativo e inédito, fue que entre ambas cosas no había solidaridad: la unidad de tipo no respondía a las exigencias de las condiciones de existencia.

¹⁷ Véase: Russell (1916, p.56); Appel (1987, p.85); y Ochoa y Barahona (2014, p.46).

¹⁸ Ver también: Ruse (1983, p.189); Appel (1987, p.9); Amundson (1998, p.154 & 2001 p.307); Gould, (2002, p.329); Barahona y Ochoa (2014, p.29).

Esa tensión no parece verificarse en la concepción marcadamente teleológica que Aristóteles (2000, 639b/640b) tenía de de la naturaleza en general y de los seres vivos em particular (cf. LENNOX, 2001, p.237-42; MARTINS, 2015, p.88-92). Y está ausente cuando Newton (1952[1704], p.402-3), en el mismo párrafo de la *Cuestión 31* de la *Óptica*, afirma simultáneamente la unidad de tipo y el ajuste funcional de las estructuras biológicas. Pero lo interesante es que dicha tensión tampoco aparece en el pensamiento de ese empedernido detractor de las causas finales que fue Buffon (2007[1755], p.623). En la *Nomenclatura de los simios* (BUFFON, 1766b, p.28-9), la unidad de tipo es descripta en términos funcionales: todo lo que se respira, se nutre, se desarrolla y reproduce tiene que tener la misma organización (CAPONI, 2010, p.132-3). O como lo explica Jacques Roger (1993, p.580): para Buffon, “todos los seres vivos se parecen porque, para subsistir, ellos debieron cumplir [...] tres funciones [la nutrición, el desarrollo y la reproducción] sin las cuales no habría vida”.

Vicq-D’Azir (1805[1786], p.22), que asumía la misma integración funcional de estructuras que Cuvier (1992[1812], p.97) expresó en su *principio de correlación de los órganos*, también parecía ajeno a cualquier tensión entre esa idea y la de *unidad de tipo* (PAPP Y BABINI, 1958, p.160); y lo mismo ocurría con Goethe (1837[1796], p.63), que también postulaba algo muy próximo a la *ley de Cuvier*, sin considerar que eso pudiese estar en conflicto con la postulación de la unidad de tipo²⁰. Kant, por su parte, no tenía ninguna posibilidad de ver ahí cualquier conflicto: su idea de los seres vivos como productos organizados de la naturaleza (KU §66, 292) sólo podía obligarlo a considerar la unidad de tipo como resultantes de exigencias funcionales universales (KU §80, 364)²¹. Geoffroy, en cambio, consideraba que el ajuste de los animales a la unidad de composición era un dato anterior e independiente de cualquier exigencia funcional; y eso fue muy importante para el desarrollo de la Anatomía Comparada. Por qué fue así lo veremos un poco más adelante, cuando trace un contraste más claro entre las perspectivas de Geoffroy y Cuvier.

4 EL CRITERIO EMBRIOLÓGICO Y LOS PILARES DE LA FILOSOFÍA ANATÓMICA

En la ya mencionada *Memoire sur les rapports naturelles des makis-lemur*, Geoffroy Saint-Hilaire (1796) procuró establecer la validez de la idea de *plan único de composición orgánica* para la clase de los mamíferos y principalmente de los primates (LE GUYADER, 1998, p.36). Más allá de eso, conforme observa Le Guyader (1998, p.36),

¹⁹ Al respecto, ver: Russell (1916, p.34); Grene (2001, p.188); Grene y Depew (2004, p.139); y Caponi (2008b, p.42).

²⁰ Así lo señalan: Russell (1916, p.47); Balan (1979, p.166); y Esposito (2013, p.26).

²¹ Al respecto, ver: Huneman (2006, p.663); Ruse (2006, p.407); y Caponi (2012, p.65).

ese cumplimiento no podía corroborarse debido a la ausencia de un método claro para hacerlo; y esa limitación sólo sería superada once años más tarde, cuando Geoffroy (1807) consiguió aplicar su principio de la *unidad de composición* al conjunto de los vertebrados, comparando las cabezas óseas de mamíferos, aves, reptiles y peces. Así, él pudo constatar y mostrar que, no obstante las apariencias, esas cabezas obedecían, todas, a un mismo plan que, si en algunos casos no llega a verificarse comparando cráneos adultos, sí puede percibirse comparando cráneos de embriones (GEOFFROY, 1807, p.344): allí puede verse que las piezas involucradas en la composición del cráneo son las mismas en todas las clases de vertebrados (LE GUYADER, 1998, p. 36).

Aplaudido y hasta aplicado por el propio Cuvier (1812, p.117)²², ese procedimiento fue, ciertamente, una de las contribuciones más significativas, y de mayor impacto, que Geoffroy Saint-Hilaire pudo hacer al desarrollo de los estudios morfológicos²³. Una contribución que no se agotaba en el hecho establecido, sino que además instituía un nuevo y poderoso recurso metodológico (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1829, p.36), que fue crucial, incluso, para el posterior desarrollo de la Biología Evolucionaria²⁴. Aludo a eso que Edward Stuart Russell (1916, p.133 y ss) llamó ‘criterio embriológico’: las homologías, o analogías – que fue como siempre Geoffroy las llamó –, que no se verificasen en la Anatomía Comparada, podían, sin embargo, ser constatadas en la Embriología Comparada (SERRES, 1842, P.58; FLOURENS, 1864b, p.387). Ésta podía corregir las *falsas identidades*, pero también las falsas diferencias, establecidas por aquella (cf. HUXLEY: 1898[1854], p.283; 1893[1863], p.327). Los dientes, que si consideramos al pájaro adulto parecen hurtarse al plan de composición de las aves, no faltan a la cita, como primordios que después no se desarrollan, si se mira lo que ocurre dentro de un huevo (cf. GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1824, p.21).

Además, en la memoria de 1807 en la que él presentó sus observaciones sobre los cráneos de los vertebrados, Geoffroy ensayó una segunda formulación de la idea de *unidad de plan de composición* que resultó mucho más clara, y precisa, que aquel mero eco de Buffon que encontramos en su memoria sobre los lémures de 1796. Lo que allí podemos leer ya es esto:

La naturaleza trabaja constantemente con los mismos materiales, siendo ingeniosa sólo al variar las formas. [...] La vemos tender siempre a hacer reaparecer los mismos elementos, en igual número, en las mismas circunstancias y con las mismas conexiones. Si ocurre que un órgano toma un crecimiento extraordinario, la influencia se torna patente en las partes vecinas, que entonces no llegan a tener su desarrollo habitual; pero ninguna deja de ser conservada aunque sea en un grado tal de pequeñez que las torna a menudo sin utilidad: devienen rudimentos que

testimonian de alguna forma la permanencia del plan general (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1807, p.343).

En ese párrafo, Geoffroy presenta los pilares fundamentales de su Filosofía Anatómica (LE GUYADER, 1998, 36-7). Uno es la *Teoría de los Análogos*: “La naturaleza trabaja constantemente con los mismos materiales”. Pero allí también están el *Principio de las Conexiones*: “la naturaleza hace reaparecer los mismos elementos, en igual número, en las mismas circunstancias y con las mismas conexiones”; y el *Principio de la Compensación de los Órganos*: “si un órgano toma un crecimiento extraordinario, las partes vecinas no llegan a tener su desarrollo habitual”. Así, si se compara ese párrafo de 1807 con la presentación completa, y ya definitiva, de los principios de la Filosofía Anatómica que fue propuesta quince años más tarde (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1822, p.xxxi-xxxiii), puede decirse que lo único que falta ahí es el *principio de las afinidades electivas* de los elementos orgánicos. Principio al que, en su decrepitud, Geoffroy (1839b, p.228; 1839e, p.315) erigió en la *ley universal de la atracción de soi pour soi*.

En efecto, en el discurso preliminar a la *Philosophie Anatomique des Monstruosités Humaines*, Geoffroy (1822, p.xxxi) afirma que su método de trabajo supone “la íntima asociación de cuatro reglas o principios”: “La teoría de los análogos, el principio de las conexiones, las afinidades electivas de los elementos orgánicos, y la compensación de los órganos”. Pero, si quiere entenderse cabalmente la naturaleza del programa de Geoffroy, es importante percibir que se trata de principios cuya naturaleza, y cuyo valor para el desarrollo de los análisis morfológicos, es muy diferente. Si alguien procurase articular una axiomatización de la Filosofía Anatómica, difícilmente podría tratar esos enunciados como poseyendo importancia y funciones teóricas análogas. Además, su impacto en el devenir de la Historia Natural también fue muy disímil.

5 PIEZAS ANÁLOGAS EN CONEXIONES CONSTANTES

El primero de esos principios, la Teoría de los Análogos, es la presuposición de que los materiales de los que se componen los animales son siempre los mismos (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1822, p.xxxi). Para entenderlo correctamente es menester considerar que, con la palabra ‘materiales’, Geoffroy – conforme Goethe (1837[1832], p.177) percibió que era necesario aclarar – no aludía ni a los propios órganos que se integran en un animal, ni a los tejidos de los que esos órganos están hechos. Para Geoffroy, los *materiales* eran las piezas de las que se compone un órgano o una

²² Véase: Appel (1987, p.91); Duris y Gohau (1997, p.163); Le Guyader (1998, p.38); y el propio Geoffroy Saint-Hilaire (1818, p.23n1).

²³ Sólo reitero la apreciación de Flourens (1852, p.17); Perrier (1884, p.98); Cahn (1972, p.307); Bourdier (1972, p.319); Appel (1987, p.85); Le Guyader (1998, p.35); Mazliak (2002, p.39); y Schmitt (2006, p.215).

²⁴ Al respecto de esa importancia del criterio embriológico en el desarrollo de la perspectiva evolucionista, véase: De Beer (1958, p.149); Bowler (1996, p.74); Schmitt (2006, p.215); y Nyhart (2009, p.195).

estructura. Así, los materiales del cráneo no son otra cosa que los huesos que lo componen; y lo mismo se puede decir del esternón, o de cualquier otra estructura ósea compleja.

Por eso, la descripción anatómica completa del esternón o del cráneo de cualquier vertebrado debía poder identificar todas esas piezas, por lo menos en alguna etapa del desarrollo de esa estructura. “La predicción a las que nos lleva esta verdad”, decía Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1818, p.xxxii), es que “siempre encontraremos, en cada familia, todos los materiales orgánicos que habíamos percibido en otra”. Puede decirse, en este sentido, que la Teoría de los Análogos funciona como un *principio de parsimonia* que nos obliga a suponer que la naturaleza trabaja siempre con un repertorio acotado de materiales, al que nuestras descripciones anatómicas deben atenerse, sin por eso negar que dichos materiales puedan presentarse con configuraciones diversas asociadas con diferentes funciones.

Los naturalistas, decía Étienne Geoffroy Saint Hilaire (1818, p.xxii) en el discurso preliminar al primer volumen de la *Philosophie Anatomique*, deben aceptar que “un órgano variando en su conformación, pase a menudo de una función a otra”. Ellos, decía también a continuación, pueden constatar eso siguiendo “el pié delantero tanto en sus diversos usos como en sus numerosas metamorfosis”: viéndolo “sucesivamente aplicado al vuelo, a la natación, al salto, a la carrera, etc.; siendo aquí un útil para buscar, allá un gancho para trepar, en otra parte armas defensivas u ofensivas; o incluso devenir, como en nuestra especie, el principal órgano del tacto, y, consiguientemente, uno de los medios más eficaces de nuestras facultades intelectuales” (GEOFFROY SAINT HILAIRE, 1818, p.xxii-xxiii).

Los huesos operculares de las agallas de los peces, que Geoffroy Saint Hilaire (1817, p.127; 1818, p.16; 1998[1830], p.194) consideraba los análogos de los huesos del oído de los mamíferos (SCHMITT, 2006, p.215), serían un putativo ejemplo de eso que Geoffroy quería indicar (cf. FLOURENS, 1819, p.19)²⁵. La Teoría de los Análogos, según leemos en ese mismo discurso preliminar que acabo de citar en el párrafo anterior, llevaba a suponer “que no hay creación particular y exclusiva en lo atinente a los órganos respiratorios de los peces” (GEOFFROY SAINT HILAIRE, 1818, p.xxxv); y el análisis anatómico de Geoffroy parecía ratificar esa presunción (cf. OWEN, 1848, p.73), no obstante la impugnación de Cuvier y Valenciennes (1828, p.406). “Si la naturaleza creó músculos específicos para los reptiles y otros para los peces”, decían éstos dos, “¿por qué ella no habría podido crear huesos?” (CUVIER; VALENCIENNES, 1828, p.406).

²⁵ Pero estrictamente hablando, no lo eran (SCHMITT, 2006, p.215). Según mostró Carl Reichert, en 1837, los huesos del oído de los mamíferos eran homólogos de huesos que, en los peces, estaban funcionalmente vinculados al encaje de la mandíbula (APPEL, 1987, p.206; SCHMITT, 2006, p.215). Pero, en lo fundamental, el resultado de Reichert fue una victoria de Geoffroy. Lo fue porque esa refutación de Geoffroy fue producida siguiendo la metodología que él mismo había aplicado a los cráneos: el

Geoffroy, tal como lo explica Russell (1916, p.305), “sostenía que la naturaleza no forma nada nuevo, sino que adapta los *materiales de organización* ya existentes para responder a nuevas necesidades”. Cuvier, por su parte y como Russell (1916, p.305) también lo explica, “estaba siempre listo a admitir el poder de la naturaleza para formar órganos enteros en respuesta a nuevos requerimientos funcionales”. Y, con el Principio de las Conexiones, a esa *economía de los materiales*, Geoffroy agregaría una constancia en la disposición en la que dichos materiales podían presentarse (FISHER, 1993, p.58): “un órgano es alterado, atrofiado, aniquilado, antes que transpuesto” (GEOFFROY SAINT HILAIRE, 1818, p.xxxx).

Las cosas, decía Flourens (1864e, p.723) explicando a Geoffroy, “cambian de función, de tamaño, y hasta pueden desaparecer, pero su posición relativa permanece”. Aunque vale aclarar que esa desaparición siempre ocurrirá en una etapa particular del desarrollo: los dientes no están en la gallina, pero hasta un momento de su vida al interior del huevo, el pollito no deja de exhibirlos. Por eso, necesariamente, en la perspectiva de Geoffroy, la Anatomía Comparada debe complementarse con la Embriología Comparada (LE GUAYADER, 1988, p.111). Lo que no ocurría en la perspectiva de Cuvier (CAPONI, 2006, p.49; 2008b, p.90), que era una Anatomía Comparada de los organismos adultos (BALAN, 1979, p.168).

Así, si la Teoría de los Análogos puede ser entendida como un *principio de economía – ossa non sunt multiplicanda praeter necessitatem* –, el Principio de las Conexiones (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1822, p.xxxii), debe ser considerado como un *principio de coexistencia*. Semejante, en ese sentido, al Principio de la Correlación de las Formas en los Seres Organizados postulado por Cuvier (1992[1812], p.97): “todo ser organizado forma un conjunto, un sistema único y cerrado, en el cual todas las partes se conectan mutuamente, y convergen a la misma acción definitiva por una reacción recíproca” (cf. BOUTROX, 1950[1893], p.92; CASSIRER, 1944, p.165). La diferencia crucial estriba en que, mientras la *ley de Cuvier* postula que las correlaciones de órganos dentro de cada tipo de ser vivo estaban estrictamente ajustadas a requerimientos de integración funcional (CAPONI, 2008b, p.46-7), el principio de Geoffroy postulaba una coexistencia de materiales unilateralmente ajustada a posiciones relativas, o *conexiones*, constantes.

Es decir: según el *principio de las conexiones*, las piezas de las que se componen las estructuras orgánicas, ese repertorio limitado de materiales al que aludía la Teoría de los Análogos, siempre se posicionaban, unas con relación a las otras, de acuerdo a una pauta constante en todos los animales (GOULD, 2002, p.300; AMUNDSON, 2005, p.61). Eso debía verificarse analizando una

método o criterio embriológico (APPEL, 1987, p.206; SCHMITT, 2006, p.215). Y también fue una victoria de Geoffroy porque ese resultado ejemplifica el cambio de función de las estructuras hoy dichas ‘homólogos’, “que estaba implicado en la Teoría de los Análogos” (APPEL, 1987, p.207).

vértebra, donde las cuatro piezas intercalares y las cuatro piezas basales deberán mantener posiciones relativas constantes en todos los vertebrados; pero también debía verificarse analizando aspectos morfológicos más generales: según Geoffroy, la posición relativa de cabeza, tórax y abdomen también era constante en todos los animales. Tanto sus trabajos sobre los insectos (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1998[1820]; 1998[1822])²⁶, como su apoyo al trabajo de Laurent y Meyraux sobre la morfología de los moluscos (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1998[1830], p.153)²⁷ respondían a esa tesis.

Fue esa progresiva radicalización de sus tesis, de los vertebrados a los moluscos, pasando por los insectos, lo que lo condujo a Geoffroy hasta la *polémica de los análogos*: su célebre discusión pública con Cuvier (CAPONI, 2006). Fue ahí, defendiendo sus posiciones, que Geoffroy enunció la idea de *unidad de composición orgánica* en su forma más radical: “No hay animales diferentes. Un único hecho los domina, es como un único ser que aparece. Él está, él reside, en la animalidad (*l’animalité*); ser abstracto, sólo tangible por nuestros sentidos bajo figuras diversas” (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1998[1830], p.141). Aquí, sin embargo, no examinaré ese episodio, que ya ha sido objeto de muchos estudios²⁸. Para los objetivos de este trabajo es más interesante mostrar las consecuencias más directas de la Teoría de los Análogos y el Principio de las Conexiones en el trabajo de los naturalistas.

6 DE LA FILOSOFÍA ANATÓMICA AL EVOLUCIONISMO DARWINIANO

De la Teoría de los Análogos y del Principio de las Conexiones, considerados conjuntamente, se deriva la regla metodológica, primera y fundamental, de la Filosofía Anatómica delineada por Geoffroy. La misma podría enunciarse así: *Dado cualquier animal [combinando Anatomía y Embriología Comparadas], muéstrase que sus estructuras están compuestas de los mismos materiales que ya fueron identificados en las otras especies y que su posición relativa es la*

misma. Pero, por lo general, se trabajaba siguiendo enunciaciones particularizadas de ese mismo principio: enunciaciones donde el mismo sólo se aplicaba a taxones más restrictos; como el de los mamíferos, o el de los vertebrados, tomados en su totalidad. Que fue lo que el propio Geoffroy hizo, salvo en el caso de los insectos. Casos extremos como el de Laurent y Meyraux no son representativos del impacto de la Filosofía Anatómica en el trabajo de los naturalistas.

Para dimensionar correctamente el impacto de la Filosofía Anatómica de Geoffroy, es menester percibir que, hasta cierto punto, esa *filosofía* sólo estaba explicitando, y dando su debida importancia, a presupuestos que, de algún modo, ya estaban implícitos en el trabajo de los naturalistas. Presupuestos que, a veces, es verdad, no eran rigurosamente respetados; y que a partir de Geoffroy pudieron ser seguidos con mayor rigor y mayor coherencia. Quedando en evidencia, de ese modo, un posible conflicto de jerarquía epistemológica entre ellos y otros principios metodológicos que también eran seguidos por los naturalistas. Tal el caso de las correlaciones funcionales que Cuvier propugnaba como siendo las fundamentales.

Esto último, sin embargo, importa menos que entender que la Filosofía Anatómica no fue el producto de la especulación desbocada de un visionario; sino que ella estaba enraizada en la práctica efectiva de la Anatomía Comparada, siendo por eso que su impacto en dichos estudios fue inmediato y profundo. Geoffroy trajo a la luz algo que, de algún modo, los naturalistas ya vislumbraban vaga y confusamente en sus investigaciones morfológicas (SCHMITT, 2006, p.248). Pero también mostró, por la infalible retórica de los resultados concretos, que la aplicación coherente de esos presupuestos podía producir descubrimientos muy importantes, como aquel sobre los cráneos; que nunca hubiesen sido alcanzados si se procedía de modo poco coherente: arriando los principios ante cualquier dificultad, como lo haría un marxista de la línea de Groucho.

La promesa de resultados teóricamente significativos pero metodológicamente factibles, explica el influjo que los trabajos y

²⁶ Al respecto, ver: Flourens (1864a, p.272); Perrier (1884, p.103); Russell (1916, p.60); Piveteau (1950, p.348); Bourdier (1972, p.319); Appel (1987, p.110); Le Guyader (1988, p.99; 1998, p.68); Duris y Gohau (1997, 163); Mazliak (2002, p.46); Amundson (2005, p.6); y Ochoa y Barahona (2014, p.49).

²⁷ Al respecto, véase: Whewell (1837, p.460); Flourens (1852, p.19; 1864a, p.269); Russell (1916, p.64); Piveteau (1950, p.353); Bourdier (1972, p.319); López Piñero (1992, p.26); Mazliak (2002, p.49); Ochoa y Barahona (2014, p.51).

²⁸ La referencia fundamental para conocer el contexto, el curso y el desenlace de esa polémica es el libro *Principes de Philosophie Zoologique*, que el propio Geoffroy publicó en 1830 (GEOFFROY SAINT-HILAIRE 1998 [1830]). Allí, además de un Discurso Preliminar en el que Geoffroy hace una presentación general de sus posiciones, se encuentran compiladas las intervenciones de ambos contendientes y las reseñas de las discusiones aparecidas en los periódicos *Les Temps* y *Le Nacional*. Junto con otros importantes trabajos de Geoffroy, esos Principes – de los cuales hay una edición argentina (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 2009[1830]) – fueron reeditados, integralmente, por Hervé Le Guyader (1998), como apéndice de Geoffroy Saint-Hilaire: un naturaliste visionnaire. Además, ya en el siglo XIX se hicieron importantes reseñas y estudios sobre esa discusión: la primera fue la del propio

Goethe (1837[1830], 1837[1832]); pero también hay que mencionar las de William Whewell (1837, p.456-472); Isidore Geoffroy Saint-Hilaire (1847, p.386-396); Edmond Perrier (1884, p.129-141); Pierre Flourens (1864a, 1864b, 1864c, 1864d; 1864e); y Marie-Henri Ducrotay de Blainville (1890, p.357-378). Ya en el siglo XX, la polémica ocupó la atención de Edward Russell (1916, p.64-6); Immanuel Radl (1931, p.327-9); Erik Nordenskiöld (1935, p.341-3); Jean Piveteau (1950, p.350-8; 1961, p.491-2); Bernard Balan (1979, p.171-4); Hervé Le Guyader (1988, p.123-5); Patrick Tort (1989, p.115-140); y Cédric Grimoult (1998, p.47-114). Y, en lo que va del Siglo XXI, también se ocuparon del asunto Eric Buffetaut (2001, p.80-7); Marjorie Grene (2001, p.187-211); Paul Mazliak (2002, p.50-3); Stephen Gould (2002, p.304-9); Dominique Guillo (2003, p.158-160); Jan Sapp (2003, p.13-5); Marjorie Grene y David Depew (2004, p.128-53); Ron Amundson (2005, p.56-58); Stéphane Schmitt (2006, p.224-6); Gustavo Caponi (2006, p.34-54; 2008b, p.77-96); Juan Zamora (2008, p.375-432); y, más recientemente, Carlos Ochoa y Ana Barahona (2014, p.51-61). Creo, sin embargo, que los estudios más completos y profundos sobre la polémica de los análogos siguen siendo el libro de Toby Appel (1987), *The Cuvier-Geoffroy debate*, y el de Hervé Le Guyader (1998), *Geoffroy Saint-Hilaire: un naturaliste visionnaire*.

tesis de Geoffroy ejercieron ya en las primeras décadas del siglo XIX, transformándose en guía y referencia del trabajo de muchos naturalistas. Pero, para entender la naturaleza de ese influjo, puede ser más útil pensar en la Paleontología que en la propia Anatomía Comparada; y es ahí, además, en donde queda más claro el principal punto de disenso entre Cuvier y Geoffroy. Se trata de algo que tiene que ver con esa relación entre *unidad de tipo y condiciones de existencia* a la que aludí cuando comparé a Geoffroy con Buffon, Kant y Goethe. La posición relativa de los materiales orgánicos, conforme Geoffroy insistía en clara contradicción con Cuvier, no respondía a exigencias funcionales (RUSSELL, 1916, p.305). Esas exigencias, en todo caso, sólo serían satisfechas dentro del marco de restricciones morfológicas impuestas por esa pauta morfológica. Y eso, según Geoffroy, debía ser considerado como el punto de partida de la reconstrucción de cualquier fósil.

Cuvier (1992[1812], p.97) argumentaba como si dichas reconstrucciones estuviesen basadas en correlaciones puramente funcionales (CASSIRER, 1948, p.162; Caponi, 2008b, p.59). Algunas de ellas eran muy obvias; como la correlación que debe guardar un húmero, grande y pesado, con el tamaño y la robustez del acromion, la clavícula, el omoplato, y los demás piezas del hombro. Otras podían ser más complejas. Como es el caso de esta que propone el propio Cuvier (1992[1812], p.97-8):

Si los intestinos de un animal están organizados para comer exclusivamente carne fresca, es necesario que sus mandíbulas estén construidas para devorar una presa, sus garras para sujetarla y rasgarla; sus dientes para despedazar y dividir la carne; el sistema entero de sus órganos de movimiento para perseguirla y alcanzarla; sus órganos de los sentidos para verla desde lejos; y es incluso necesario que la naturaleza hay puesto en su cerebro el instinto necesario para saber esconderse y tender trampas a sus víctimas.

Así, si encontramos fragmentos de una gran mandíbula de carnívoro, que exhibe colmillos tipo *tigre dientes de sable*, eso nos permitirá saber mucho sobre los demás sistemas de órganos de ese animal: inferiremos que tenía garras e intestinos acordes a esa dieta; pero también un cráneo, y un cuello, lo suficientemente grandes y fuertes como para sostener esa mandíbula, y esos caninos, haciéndolos funcionar. Como también inferiremos algo del tamaño de su húmero, a partir del resto de omoplato que encontramos junto con la mandíbula (cf. CUVIER, [1812]1992, p.100). Pero, ahí hay implícito un presupuesto sin el cual todo ese razonamiento no tiene sentido: se está dando por descontado que donde hay un húmero, hay un acromion, una clavícula, y un omoplato; y también se está dando por obvio que esos elementos guardan entre sí ciertas posiciones relativas semejantes a las que guardan en otras especies conocidas.

Para reconstruir un fósil, diría varios años más tarde Thomas Huxley (1898[1856], p.433-5), hay que considerar correlaciones

tanto funcionales cuanto morfológicas; y Geoffroy pretendía que las morfológicas eran las más importantes, porque ellas determinaban el conjunto y la posición relativa de los elementos, o piezas – o materiales – cuya correlación funcional después había que establecer: si se supone que un húmero ya desenterrado debe correlacionarse funcionalmente con un omoplato a ser encontrado, ya se está presuponiendo que si hay húmero hay omoplato. Sin contar, que también se debe estar suponiendo que si hay un húmero y un omoplato izquierdos, debe haber un húmero y un omoplato derechos. Desde la perspectiva de la Filosofía Anatómica, el *principio de los análogos* y el *principio de las conexiones* definían las condiciones a las que, después, se agregaban las exigencias previstas en el *principio de la correlación funcional de las formas* propuesto por Cuvier.

Este último, claro, podía pensar que esas constantes morfológicas, del tipo *donde hay húmero hay omoplato*, siempre tenían una explicación funcional a ser aún encontrada²⁹. Una de las conclusiones con la que se cerraba el primer volumen de la *Histoire Naturelle des Poissons*, enunciaba muy bien esa idea: “si hay semejanza entre los órganos de los peces y los de las otras clases, eso sólo puede ser así en la medida en que haya semejanza de función” (CUVIER; VALENCIENNES, 1828, p.406). Pero Geoffroy Saint-Hilaire (1829, p.24; 1998[1830], p.190), que gustaba de citar esa afirmación como siendo una indicación clara de que Cuvier no entendía el fondo de la cuestión, y que seguía preso a una perspectiva ingenuamente finalista (PIVETEAU, 1961, p.491), podía contestar que aquello que estaba en juego no era la simple semejanza global de las formas, sino más bien la identidad y la posición relativa de los materiales, o piezas, de las que se componían las estructuras anatómicas.

A favor suyo, Geoffroy podía citar la mano de los murciélagos. Ésta estaba compuesta de los mismos materiales que componían la mano de un mono (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1829, p.14-5), aunque su función fuese más semejante a la desempeñada por la totalidad de la extremidad anterior de algunas aves (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1829, p.12). Sin embargo, y eso tampoco dejaba de ser importante, el modo por el cual, en murciélagos y aves, se desempeñaba esa función, también parecía constreñido por la composición de cada estructura (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1829, p.13). Como tampoco dejaba de ser relevante que en muchas aves, el ala no sirviese para volar: aunque su *composición*, no su forma, fuese la misma que la que se da en las aves voladoras.

Si comparamos la mano del mono con la mano del murciélago, o la mano del pterodáctilo con la de la lagartija (CUVIER, 1809, p.434), constataremos analogías de estructura, ‘homologías’ de dirá después, sin analogías de función; y si comparamos el ala del murciélago, con la mano del pterodáctilo y la extremidad anterior de la calandria en su totalidad, veremos mayores analogías de función entre ellas, que las que hay entre la mano del mono y la

²⁹ Al respecto, ver: Guillo (2003, p.158); Russell (1916, p.76); Amundson (2005, p.56); y Ochoa & Barahona (2014, p.41).

mano del murciélago, o entre la mano del pterodáctilo y la de la lagartija, y entre el brazo de la calandria y el del pingüino. Esto último es así no obstante entre las manos del mono y el murciélago, o entre las manos del pterodáctilo y la lagartija, y entre los brazos de la calandria y el pingüino, existan algunas analogías de estructura bastante notorias.

Por eso es imposible una correlación directa y necesaria entre analogía de forma y analogía de función. Por el contrario, parece más bien que la función le adviene a las estructuras siempre en segundo término: como *acceptando* las restricciones que la Teoría de los Análogos y el Principio de las Conexiones hacen prever para todos los animales en general, o por lo menos para cada familia o género de animales. Esto, que hasta el propio Cuvier tenía que aceptarlo cuando ensayaba la determinación de un fósil particular, fue una de las enseñanzas de la Filosofía Anatómica que más impacto tuvo, tanto en el desarrollo de la Anatomía Comparada que antecede al surgimiento del evolucionismo, como en la propia perspectiva evolucionista.

Las extravagancias de Laurentet y Meyraux no hicieron escuela. Pero, antes de que ellas llegasen a ser discutidas, Geoffroy ya había dejado bien claro que, por lo menos cuando se consideraban especies o familias de un mismo *embranchement* cuvieriano – *vertebrados, moluscos, articulados y radiados* (CUVIER, 1817, p.57-61) –, las suposiciones explicitadas por la Teoría de los Análogos y el Principio de las Conexiones, tenían que ser respetadas (cf. FLOURENS, 1864a, p.273)³⁰: por lo menos con el mismo rigor con el que eran respetadas las correlaciones funcionales sobre las que insistía Cuvier (GUILLO, 2003, p.160). Owen es un ejemplo paradigmático de esa actitud ecléctica, en lo que atañe al enfrentamiento Cuvier-Geoffroy, que caracteriza a la Historia Natural inmediatamente anterior al darwinismo³¹.

Owen (1855, p.9) sabía que no había cómo explicar funcionalmente que todos los huesos de la mano del hombre estuviesen en la nadadera de la ballena; y también sabía que el análisis anatómico debía poder establecer esa identidad. Pudiéndose decir, incluso, que en el desarrollo efectivo de sus trabajos sobre Anatomía Comparada de los vertebrados, él acabó situándose más cerca de Geoffroy que de Cuvier (RUSSELL, 1916, p.112)³², postulando un arquetipo morfológico aplicable para todo ese taxón, independientemente de cualquier consideración funcional (OWEN, 1848). Owen, como muchos de sus contemporáneos, trabajó en el desarrollo de lo que

podríamos caracterizar como la formulación menos ambiciosa, pero más exitosa, del programa de Geoffroy: la que pretendía aplicar y verificar la idea de la *unidad de composición* dentro de los vertebrados (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1822, p.xxxj-xxxjiv), y no en la totalidad de los animales (cf. GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1822, p.xxxiv; 1998[1830], p.140).

Pero, con el advenimiento del darwinismo, esa línea de trabajo siguió desarrollándose (RUSSELL, 1916, p.103). Sólo que, a partir de ahí, el establecimiento de homologías pasó a tener un nuevo significado³³: dichas homologías, a las que Geoffroy (insisto) llamaba ‘analogías’, comenzaron a ser consideradas como indicadores de las relaciones de filiación cuya identificación se erigió en el principal objetivo teórico de la Historia Natural de los seres vivientes³⁴. Toda ésta se comprometió, conforme Darwin (1859, p.484-5) lo había propuesto (BOWLER, 1996, p.40), en la reconstrucción del *árbol de la vida* (CAPONI, 2011, p.103); y, aunque Darwin (1859, p.206) pudiese pensar que, en el plano teórico, el Principio de las Condiciones de Existencias fuese más importante que la Unidad de Tipo, en la práctica efectiva de los naturalistas y conforme él mismo lo preveía (DARWIN, 1859, p.427), se daba lo inverso (SOBER, 2009, p.53). Tratándose de reconstruir filiaciones, la unidad de tipo era mucho más importante (SOBER, 2009, p.54); y así puede decirse que, en ese punto, Geoffroy acabó ganándole a Cuvier. Sin que para eso fuese necesario esperar el descubrimiento de los genes homeóticos.

Thomas Huxley (1893[1864], p.86) afirmaba que “las enseñanzas aparentemente divergentes de teleologistas y morfologistas quedaron reconciliadas por las la hipótesis darwiniana” (ver también: HUXLEY, 1893[1878], p.223). Pero en esa reconciliación la perspectiva teleológica propugnada por Cuvier tuvo que ceder en un punto crucial: la analogía de forma no tenía por qué explicarse por analogía de función. Por el contrario: lo mejor era explicarla por filiación común (DARWIN, 1859, p.206); y aunque esa vinculación entre unidad de tipo y filiación común no fuese un presupuesto de la Filosofía Anatómica, la asociación entre ambas nociones puso a la unidad de tipo en un lugar de preminencia: porque ella – conforme ya dije – era clave para las reconstrucciones filogenéticas (CAPONI, 2011, p.48); y porque esa unidad de tipo heredada se transformó, conforme Geoffroy quería, en la referencia inicial obligatoria de cualquier estudio de la forma.

³⁰ Esto Flourens lo reconoce todavía en 1864, cuando hacía tiempo que ya había abandonado su inicial alineamiento con la Filosofía Anatómica de Geoffroy (FLOURENS, 1819; 1820), comprometiéndose más decididamente con las tesis de Cuvier (Flourens, 1852; 1864a). Es más: después de la publicación de *On the origin of species* (DARWIN, 1859), Flourens (1864c, p.424) termina vinculando las tesis de Geoffroy con las de Darwin, a las que denosta con fervor literalmente religioso (FLOURENS, 1864f); llegando a afirmar, incluso, que la Filosofía Anatómica era un *système erroné* (FLOURENS, 1864d, p.595). Al respecto de esa conversión de Flourens, véase Tobby Appel (1987, p.66).

³¹ Sobre ese posicionamiento ecléctico de Owen, véase: Amundson (1998, p.161-2; 2007, p.xvi); Gould (2002, p.313n); Guillo (2003, p.160-1); Padian (2007, p.lxxxi); y Rupke (2009, p.104-5).

³² Si Owen era el Cuvier inglés (Amundson, 2005, p.82), lo era más por su gravitación política en el desarrollo de la Historia Natural de su país, que por sus posiciones teóricas (GOULD, 2002, p.313n).

³³ Al respecto ver: Russel (1916, p.246); Mayr (1992, p.37); Bowler (1996, p.41); Amundson (2005, p.110); y Faria (2010, p.161).

³⁴ Al respecto, ver: Ruse (1983, p.287); Mayr (1992, p.32); Bowler (1996, p.7); Caponi (2011, p.4); y Faria (2012, p.216).

Si las exigencias funcionales, ya transformadas por el darwinismo en contingencias de la lucha por la existencia (RUSSELL, 1916, P.239; CAPONI, 2011, p.55), debían ser citadas en el estudio de las formas orgánicas, eso sólo sería para explicar particularidades morfológicas entendidas como estados derivados de una misma forma anterior (CAPONI, 2011, p.81). Las semejanzas morfológicas que responden a semejanzas funcionales, como las que existen entre el ala del murciélago y el ala del pterodáctilo no podían ignorarse, claro; pero para los evolucionistas lo primero y más importante para hacer en esos casos, era identificar cuáles eran las estructuras de las que cada ala podía considerarse como una derivación o modificación (CAPONI, 2011, p.70). La convergencia morfológica producida por la semejanza de función debía ser considerada como segunda en relación a una divergencia cuyo punto de partida era un repertorio de piezas previamente definido, con independencia de esas funciones.

“Los evolucionistas”, vuelvo a Russell (1916, p.305), “siguieron a Geoffroy más que a Cuvier”. Ellos: “Le dieron mucha importancia a las semejanzas homológicas, y soslayaron las analogías de estructura considerándolas como poco interesantes. Fueron singularmente reticentes a admitir la existencia de convergencia, o evolución paralela, y sostuvieron que la naturaleza está tan limitada por la unidad de composición que no puede formar nuevos órganos” (RUSSELL, 1916, p.305). Es decir: los evolucionistas darwinianos tendieron a respetar la navaja de Geoffroy: consideraron que la naturaleza era un demiurgo austero, un *bricoleur* diría mucho más tarde François Jacob (1982, p.72), que siempre trabajaba con los mismos materiales, modificándolos indefinidamente en virtud de las nuevas funciones que a ellos advenían en virtud de diferentes circunstancias (cf. GHISELIN, 1983, p.159; GOULD, 1983, p.25).

Darwin (1859, p.454) aludió a ese cambio de funciones, como siendo un efecto de la selección natural, ya en la primera edición de *On the origin of species*; aunque su referencia más citada a esa cuestión sea la del libro *Los múltiples artilugios por los cuales las orquídeas son fertilizadas por los insectos* (DARWIN, 1996[1877], p.284). Fue Anton Dohrn (1994[1875], p.67), sin embargo, el que lo erigió en un principio clave de la Biología Evolucionaria: el Principio de la Sucesión de las Funciones. Pero se puede decir que dicho principio no es más que la formulación evolucionista, y con contenido causal, de uno de los corolarios más inmediatos de la Teoría de los Análogos: *las funciones pueden multiplicarse, pero no los elementos que las desempeñan*. En algún sentido, al aplicar ese principio enunciado por Dohrn, los evolucionistas sólo continuaron la senda iniciada por Geoffroy.

Pero importa decir que ‘continuaron’ en lugar de ‘retomaron’, o ‘redescubrieron’. Porque ahí hay la misma continuidad que hubo entre el establecimiento de homologías y el establecimiento de relaciones de filiación. Geoffroy no se anticipó a los evolucionistas, no fue su precursor. Geoffroy, en todo caso, fue un pionero; que no es la misma cosa. Sus trabajos dieron inicio a una línea de

investigación por donde los evolucionistas darwinianos se aventuraron; pertrechados por una teoría diferente, es verdad, pero valiéndose de estrategias de estudio ya usados por él y por otros naturalistas – como Owen, por ejemplo – que lo siguieron antes del advenimiento del darwinismo. Sin esos instrumentos, la teoría de la filiación común no hubiese podido producir las evidencias que la ratificaban y que ella pretendía, con toda justicia, poder explicar.

7 COMPENSACIONES Y AFINIDADES

Con la enunciación de la Teoría de los Análogos y del Principio de las Conexiones, Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, hizo una contribución clave para el desarrollo de la Historia Natural. Una contribución de importancia y de proyecciones definitivamente mayores que las que tuvieron los dos otros principios que él consideraba como fundamentos de su Filosofía Anatómica: el de las afinidades electivas de los elementos orgánicos, y el de la compensación de los órganos. Este último, en realidad, funcionaba como una hipótesis auxiliar de la Teoría de los Análogos. El primero, mientras tanto, puede ser considerado como una especulación tendiente a explicar ciertos fenómenos teratológicos particulares; pero que carecía de cualquier consecuencia efectiva en el plano de la investigación. Que un naturalista lo adoptase, o no, era algo que no tenía efectos en el modo de desarrollar su trabajo.

Pero empecemos nuestro análisis por el Principio de la Compensación de los Órganos. Para entenderlo cabe recurrir a la mención que de él ya había hecho Goethe en sus manuscritos sobre Anatomía Comparada (RUSSELL, 1916, p.49; SCHMITT, 2006, p.241): “existe una ley en virtud de la cual una parte sólo aumenta de volumen a expensas de otra, *et viceversa*” (GOETHE, 1837[1795] p.29-30). Lo que encontramos en los escritos de Geoffroy no es muy diferente de eso (cf. GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1822, p.xxxiii; 1833, p.86; 1835, p.59 n.1). Según él, dicho principio era “esa ley de la naturaleza viviente en virtud de la cual un órgano normal o patológico no adquiere jamás una prosperidad extraordinaria, sin que otro de su sistema o de sus relaciones no sufra en una misma proporción” (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1833, p.83). La hipertrofia de un órgano ocurre siempre en detrimento de otro; y la razón de que esto sea así es que no hay un suministro ilimitado de la sustancia requerida para cada propósito³⁵. O como lo explicaba Russell (1916, p.73): “El material nutritivo disponible es limitado para cada especie; si una parte consigue más que su vecina, la otras partes conseguirán menos; esto es todo lo que esta ley significa”.

Lo que ocurre en la metamorfosis de la rana, nos da un ejemplo de esa compensación: la respiración aérea exige y genera nuevos vasos sanguíneos que irrigan y hacen crecer partes del cuerpo que antes eran menores; y esto hace que otros vasos se contraigan dejando que otras partes se atrofen por falta de irrigación (cf. GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1833, p.83). Allí, “un órgano es sometido a una

³⁵ Al respecto, ver: Balan (1979, p.169); Gil (1986, p.107); y Mazliak (2002, p.41).

detención en su formación, el flujo de los fluidos que lo nutren o que le estaban destinados a nutrirlo, es aprovechado por otros órganos” (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1833, p.86). Pero importa ver que este principio no es un principio funcional (CAPONI, 2008a). A diferencia de la Teoría de los Análogos y del Principio de las Conexiones, sí es un principio causal; porque él establece una relación causal entre la hipertrofia de un órgano y la atrofia de otro. Pero esa compensación no tiene por qué ser funcional (CAPONI, 2008a, p.174): ella puede resultar en morfologías funcionalmente inviábiles o contraproducentes (cf. CAPONI, 2008a, p. 174-5). Algunos monstruos serían un ejemplo de ello (GEOFFROY SAINT HILAIRE, 1822, p.246).

Sobre este punto, Geoffroy tampoco podía razonar como lo hacía William Paley. Éste sí entendía a las compensaciones desde una perspectiva claramente teleológica: “el defecto de una parte, o de un órgano”, leemos en su *Natural Theology*, “es suplido por la estructura de otra parte u órgano” (PALEY, 1809, p. 275). “El pescuezo corto y rígido del elefante”, decía Paley (1809, p.275), es compensado por el largo y la flexibilidad de su trompa”. Y esa forma de entender la idea de compensación, que por su carácter funcional pero no causal³⁶ se inscribe en el registro de las correlaciones previstas por la *ley de Cuvier*, puede también encontrarse en un naturalista como William Carpenter (1854, p. 130). Darwin (1859, p.147), en cambio, vuelve a pensar en esas compensaciones desde una perspectiva causal. Pero, diferentemente de Geoffroy y más semejantemente a Goethe (1837[1795] p.30), que es a quien él le atribuye la idea, Darwin tiende a considerar esas compensaciones desde una perspectiva económica que tampoco está en Geoffroy.

Para Goethe y Darwin, una compensación era un ajuste que equilibraba un gasto; para Geoffroy era sólo la falta en alguna parte, de aquello que se había acumulado en otro lado. Eso explicaba que las piezas cuya presencia y disposición eran previstas por la Teoría de los Análogos y por el Principio de las Conexiones, no guardasen proporciones constantes en todas las especies y familias de animales. Y hasta explicaba que, en algunos casos, algunas de esas piezas hasta pudiesen estar ausentes, porque la materia y los nutrientes necesarios para su desarrollo se habían concentrado en el crecimiento de otras partes. Pero esa compensación, en la perspectiva de Geoffroy, no respondía a un requerimiento funcional, ni siquiera en el sentido puramente económico de *redistribución de recursos*. Dentro de la Filosofía Anatómica, el recurso a esas compensaciones tenía la sola finalidad de explicar que, en algunos casos, se verificasen algunas anomalías o ausencias en el repertorio de piezas anatómicas previstas para una clase de animales.

Eso, sin embargo, era bastante relevante para el análisis morfológico: porque estimulaba la búsqueda de las estructuras atrofiadas o rudimentarias, sea en las formas adultas o en las

embrionarias; o porque por lo menos permitía validar ese estudio, aun cuando dichas estructuras no hubiesen sido encontradas, ni siquiera como rudimentos o atavismos. Puede decirse, por eso, que la idea de compensación de los órganos era un principio operativo para la Anatomía Comparada. Mucho más operativo, por lo menos, que el Principio de las Afinidades Electivas de los Elementos Orgánicos, cuya función era explicar cómo “los materiales de la organización se agrupan entre ellos para formar un órgano” (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1822, xxxij).

En el Siglo XVIII, Buffon (1749, p.422-5) y Maupertuis (p.171-4) habían pensado lo que hoy denominamos ontogenia, como si ella fuese un ensamble de materiales previamente formados por los progenitores de los organismos engendrados (RAMOS, 2009, p.225-9; CAPONI, 2010, p.38-9). Una vez que ese ensamble se producía, lo que seguía era un simple crecimiento (CAPONI, 2010, p.40; RAMOS, 2009, p.208). Pero Geoffroy sabía demasiado de embriología comparada como para poder seguir pensado que el embrión inicialmente constituido ya fuese una miniatura del organismo adulto. Los dientes que las aves exhibían en sus formas embrionarias, ya desmentía eso; y lo mismo vale para el hecho de que los embriones de vertebrados poseyesen el germen de dos sistemas respiratorios: el branquial y el pulmonar (GEOFFROY, 1833, p.82). Para explicar eso, Geoffroy complementó la *preformación sin preexistencia* buffoniana (cf. ROGER, 1993, p.546), con elementos de epigénesis (cf. LE GUYADER, 1988, p.111; FISCHER, 1993, p.59).

De acuerdo a la Teoría de los Análogos y al Principio de las Conexiones, todos los animales se componen de los mismos materiales, dispuestos según las mismas posiciones relativas. Pero el desarrollo de esos materiales, conforme Balzac (1912[1842], p.xxvi) supo explicarlo a Geoffroy en el prefacio de *La Comédie Humaine*, está sujeto al influjo del entorno en el que ocurre (GEOFFROY, 1833, p.83-4). Será ese entorno, que Geoffroy (1826, p.46) también consideraba capaz de producir efectos teratogénicos (FISCHER, 1972a, p.362; LE GUYADER, 1988, p.122), el que, en última instancia, determinará cuál de los dos sistemas respiratorios posibles en un vertebrado, el branquial o el pulmonar, habrá de desarrollarse (GEOFFROY, 1833, p.84); anulándose el otro, según lo establecido por el Principio de la Compensación de los Órganos (CAPONI, 2008a, p.172). Valiendo lo mismo, además, para todos los materiales que componen los diferentes sistemas de órganos, incluido los que definen el sexo; y sin descartar que, a la manera de Buffon (1766, p.322), Geoffroy (1833, p.77 n1) también haya supuesto que el tamaño y las conformaciones que esos materiales tomaban en los progenitores, también haya podido influir en el desarrollo que esos materiales tenían en la progenie.

Pero, esa forma de entender el desarrollo ontogenético, y también la evolución de las especies, que se insinúa dispersa en diferentes

³⁶ Paley no podía pensar esas compensaciones en términos causales, porque para él los seres vivos ya estaban diseñados antes de existir. Él no pensaba que el acortamiento del pescuezo del ancestro del elefante actual, había causado un alargamiento compensador de su trompa. Pensar así ya supondría algo próximo a una perspectiva evolucionista. Lo

que Paley pensaba era que la compensación del cuello corto por la trompa larga, era una evidencia de que el elefante había sido diseñado por una divinidad sabia y benévola, que había calibrado ambas estructuras.

textos de Geoffroy, seguía teniendo un núcleo de *preformación sin preexistencia*: en su inicio había un proceso de aglomeración de materiales previamente constituidos, aunque después sobreviniese algo que, quizá, podríamos querer ver como una diferenciación (cf. CANGUILHEM et al., 1962, p.27); aunque en realidad no dejase de ser un crecimiento diferenciado de elementos ya dados. Según Geoffroy, esos materiales que luego crecerían en forma desigual, debían primero aglomerarse según las conexiones previstas por el plan de composición que rige para todos los animales; y las afinidades electivas existentes entre los diferentes elementos explicarían la ocurrencia de esa aglomeración ordenada. Como Maupertuis (1985[1745], p.172), Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1835, p.59n) también apeló a la idea de que, en la naturaleza, las diferentes sustancias, tanto en los seres vivos como en la materia inerte, tendían a asociarse según ciertas afinidades constantes.

Serían esas afinidades, nunca claramente especificadas, las que harían que los materiales que intervienen en la organización animal se aglomeren en una *semilla bien formada*; incluso pese al hecho de que dichos materiales provengan de dos progenitores diferentes. Y esto último merece ser mencionado; porque, como lo asume muy claramente Étienne Serres (1832a, p.583-4), el recurso a las afinidades está íntimamente vinculado con la idea de que la generación arranca con la formación de una semilla doble: una semilla que conjuga, armónicamente, elementos *maternos* y *paternos* (GUYÉNOT, 1941, p.306). Esto ya era así en la *Venus Física* de Maupertuis (RAMOS, 2009, p.219); y si uno se atiene a lo dicho por Serres se puede concluir que ése también era el caso de Geoffroy. De quien, en gran medida, Serres era un seguidor.

Cuando Geoffroy recurre a ella, la idea de afinidad ya tenía una historia larga y respetable. Newton (1952[1704], p.376-7) la había sugerido en su *Opticks* como una posible clave para la Química³⁷; y a lo largo del Siglo XVIII surgieron muchas tablas en las que se establecían las afinidades, o tendencias a amalgamarse, que algunos elementos químicos guardaban entre sí. Una de las más conocidas fue la propuesta por un tío de Geoffroy Saint-Hilaire: Étienne Geoffroy³⁸. De quien nuestro Geoffroy (GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1835, p.167) citó en 1835 el mismo pasaje citado noventa años antes por Maupertuis (1985[1745], p.173), para, al igual que este último³⁹, intentar explicar la idea a la que uno y otro estaban acudiendo para explicar el amalgamamiento de las partículas orgánicas: “Siempre que dos sustancias con alguna disposición a juntarse se encuentran unidas; si aparece una tercera que tenga más relación con alguna de esas, esta se reunirá con ella, separándose de la otra” (GEOFFROY, 1731[1718], p.203).

Hay que decir, sin embargo, que, si es por el desarrollo de la Química, ese recurso tan tardío de Geoffroy a las ideas de su tío, no

era definitivamente anacrónico. Pese a que en el Siglo XIX, la idea de afinidad química ya caminaba hacia su eclipse definitivo, todavía había quienes la citaban como siendo fundamental para la Química (cf. WHEWELL, 1847, p.388). Lo anacrónico, en todo caso, podría estar en el hecho de que, en sus últimos trabajos, Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1839c, p.274) llegase a considerar, como Maupertuis (1985[1732], p.75) apenas se había atrevido a sugerir, que el Principio de las Afinidades Electivas, ya transformado en principio de la atracción de *soi par soi*, fuese una ley fundamental de la naturaleza (cf. GEOFFROY SAINT-HILAIRE, 1838): de la cual, la ley de gravitación era sólo una manifestación particular (APPEL, 1987, p.181). Ese tipo de vitalización generalizada de la materia era algo más típico del Siglo XVIII que del Siglo XVIII (KIM, 2003; REILL, 2005).

Pero, esos excesos especulativos de Geoffroy, que en su triste caso le valieron el descrédito de sus colegas (APPEL, 1987, p.178), y el elogio estrambótico de Groult de Tourlaville (1840), nada dicen de las razones que él tenía para volverse esa idea más propia de la ciencia del Siglo XVIII que de la ciencia del Siglo XIX. Aunque no estoy seguro que esa comprensión llegue a ser una justificación, creo que importa señalar que el recurso de Geoffroy a las afinidades electivas tenía que ver con sus estudios teratológicos, y no con la Anatomía Comparada, en el sentido más usual y limitado de la palabra.

En la Filosofía Anatómica, es verdad, Anatomía Comparada, Embriología Comparada y Teratología estaban íntimamente vinculadas. Pero fue el fenómeno de los *monstruos dobles* (PERRIER, 1884, p.98; GIL, 1986, p.110), lo que hizo que Geoffroy apelase a una teoría de la generación de inspiración buffoniana; completándola, a la manera de Maupertuis, con las afinidades postuladas un siglo antes por su propio tío (cf. GEOFFROY SAINT-HILAIRE: 1826, p.36; 1839a, p.195; 1839c, p.270; 1839d, p.294; 1839e, p.310). Y hasta puede decirse que, en cierto modo, al mostrar cómo esas afinidades podían llegar a explicar ese tipo de fenómenos, Geoffroy llegó a darle una nueva, aunque breve rediviva, a esas viejas teorías sobre el desarrollo (cf. GEOFFROY SAINT-HILAIRE I., 1847, p.296).

Algunas monstruosidades Geoffroy las podía explicar por la teoría de las detenciones del desarrollo. Una anencefalia sería un ejemplo de eso. En esos monstruos, alguna de sus estructuras permanece en su forma embrionaria. Pero en algunos casos, también se podía pensar que lo impedido no fuese ya el propio crecimiento de una estructura, sino ese desarrollo diferenciado que hace que algunos materiales se atrofen y otros no. En ambos casos, de todos modos, lo que vemos es una morfología que se ajusta al plan único de composición. Todos los materiales previstos por la Teoría de los

³⁷ Así lo apuntan: Whewell (1847,p.391); Partington (1945, p.333); Daumas (1958, p.586); Gil (1986, p.112); Maar (1999, p.436); y Grapi (1999, p.23).

³⁸ Al respecto de esas tablas en General y de la de Étienne Geoffroy en particular, véase: Whewell (1847,p.391); Partington (1945, p.333); Daumas (1958, p.587); Gil (1986, p.112); Maar (1999, p.436); Grapi (1999, p.23); Kim (2003, p.137); y Reill (2005, p.85).

³⁹ Al respecto, de ese recurso de Maupertuis a Étienne Geoffroy, ver: Rostand (1949, p.243); Papavero et al (2001, p.166); y Ramos (2009, p.223).

Análogos están ahí, incluso dispuestos de una forma acorde con el Principio de las Conexiones; sólo que algunas de esos materiales no crecieron de la forma habitual. Pero una cosa muy distinta es lo que ocurriría con un ternero con dos cabezas y ocho patas, como aquel que, en los años sesenta y los primeros setenta del siglo pasado, se exhibía dentro de un *museo de ciencias naturales* que se improvisaba – todos los años – bajo una carpa de circo, en la Exposición Rural de Venado Tuerto. En un caso como éste, lo que hay es una multiplicación de materiales que parece ir contra de la Teoría de los Análogos (cf. GEOFFROY SAINT-HILAIRE I., 1841b, p.201; FLOURENS, 1852, p.37)

Sin embargo, si se parte de la idea de que el desarrollo ocurre por composición de materiales ya formados, que se amalgaman en virtud de sus afinidades, también puede pensarse que en el caso de algunas fecundaciones dobles, en las que fallen ciertos mecanismos de separación entre los embriones, estos tiendan a unirse siguiendo el impulso ciego y obstinado de esas mismas afinidades. Además, si se observa cómo se configuran esos monstruos supuestamente generados por la unión de dos embriones, lo que se ve es que ellos están unidos por partes afines, por órganos o estructuras compartidas. Tal el caso, por ejemplo, de un hígado que, según Geoffroy pensaba, no era más que la fusión de dos hígados diferentes, que estaban desarrollándose independientemente en dos embriones que, por alguna razón, en un momento comenzaron a fundirse. Lo que parece corroborar que son las afinidades electivas de los materiales orgánicos las que están generando todo ese proceso⁴⁰. Por otra parte, si se acepta que los monstruos dobles son el resultado de la fusión parcial de embriones diferentes, la teoría de la unidad de composición puede salvarse mostrando que cada uno de esos embriones se ajustaba a ella.

Hay que decir, sin embargo, que esa teoría de Geoffroy, no sólo era falsa, que en ciencia sería un pecado menor; sino que ella llevaba a mirar en la dirección errada, que ya es algo más grave. La teoría de las afinidades electivas de los materiales de la organización funcionaba, como ya dije, dentro de una concepción buffoniana del desarrollo: ahí este proceso era pensado como composición seguida de crecimiento diferenciado de partes; y eso acabó mostrándose como una vía muerta, que no llevó a descubrimientos significativos. Una alternativa realmente progresiva, y es claro que digo esto juzgando el pasado desde el presente, hubiese sido la de entender el desarrollo como diferenciación; es decir: como Von Baer (1853[1828], p.209) lo propuso, con toda claridad, antes de que Geoffroy empiece a extraviarse en las especulaciones de sus últimos años. Pero claro: entre las posiciones de Von Baer y los monstruos dobles había un hiato explicativo no muy fácil de superar. Las afinidades, en este sentido, parecían un camino más corto hacia la explicación de esos fenómenos. Puede comprenderse que Geoffroy lo haya entendido así.

8 CONCLUSIÓN

No hay duda, sin embargo, de que ese recurso de Geoffroy a las *afinidades electivas de los materiales de la organización* no menoscaba lo que aquí fue dicho sobre valor de sus contribuciones al desarrollo de la Historia Natural. Dicho principio, que no podía desempeñar el papel explicativo que de él se esperaba, implicaba, es verdad, un retroceso a las teorías de la generación del Siglo XVIII. Pero la validez, y sobre todo el valor, de la Teoría de los Análogos, del Principio de las Conexiones, y del Principio de la Compensación de los Órganos, en nada dependían de su aceptación; valiendo lo mismo para la validez y la relevancia de los resultados obtenidos por la aplicación de dichos principios. Y es en esos resultados en donde reside el valor de la Filosofía Anatómica para el desarrollo de la Anatomía y la Embriología Comparadas.

Ajustándose a la Teoría de los Análogos y al Principio de las Conexiones, y ampliando el poder heurístico de éstos por la mediación del Principio de la Compensación de los Órganos, pero sobre todo por la aplicación de esa otra gran contribución de Geoffroy que fue el criterio embriológico, los estudios morfológicos anteriores al advenimiento del darwinismo, produjeron resultados muy significativos, preparando también el terreno para la Revolución Darwiniana. A la cual también le dieron instrumentos para desarrollarse y evidencias para consolidarse. Puede decirse, por eso, que si la Anatomía Comparada pre-darwiniana hubiese sido puramente cuvieriana, ella no habría podido alcanzado a preparar el terreno para la revolución darwiniana, ni tampoco hubiese podido contribuir a su desarrollo en la manera en que lo hizo. Asumiendo esa teleología *après-coup* que nos permite la actualidad de la Historia de la Ciencia, puede concluirse que para el desarrollo de la Historia Natural, la Filosofía Anatómica de Geoffroy no fue menos importante que la Paleontología de Cuvier.

REFERENCIAS

- ALTHUSSER, L. *Philosophie et philosophie spontanée des savants* [introduction au *Cours de philosophie pour scientifiques* –1967–]. Paris: Maspero, 1974.
- AMUNDSON, R. Typology reconsidered: two doctrines on the history of evolutionary biology. *Biology & Philosophy*, 13, p. 153-77, 1988.
- AMUNDSON, R. Adaptation and Development. In: Orzack, S. & Sober, E. (Ed.). *Adaptationism and optimality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 303-334.

⁴⁰ Así por lo menos lo entendieron: Étienne Serres (1832b, p.56); Antoine Dugès (1832, p.26); Isidore Geoffroy Saint Hilaire (1832, p.24; 1841b, p.207); Pierre Flourens (1852, p.18); y Dominique Lereboullet (1866, p.266).

- AMUNDSON, R. *The changing role of the embryo in evolutionary thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- AMUNDSON, R. Richard Owen and animal form. In: AMUNDSON, R. (Ed.). *Richard Owen: On the nature of limbs*. Chicago: Chicago University Press, 2007. p. xv-lii.
- ANCET, P. L'observation des monstres dans l'oeuvre d'Étienne Geoffroy Saint-Hilaire. *Cahiers philosophiques*, 108, p. 23-38, 2006.
- APPEL, T. *The Cuvier-Geoffroy debate*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- ARISTÓTELES. *Investigación sobre los animales*. Madrid: Gredos, 1992.
- ARISTÓTELES. *Partes de los animales*. Madrid: Gredos, 2000.
- ARTHUR, W. *Biased embryos and evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- BACHELARD, G. La actualidad de la Historia de las Ciencias [1951]. In: BACHELARD, G. *El compromiso racionalista*. México: Siglo XXI, 1973. p. 129-142.
- BALAN, B. *L'ordre et le temps*. Paris: Vrin, 1979.
- BALZAC, H. Avant-propos a *La comédie humaine* [1842]. In: BALZAC, H. *La comédie humaine*. Paris: Luis Conard, 1912. p. xxv-xxxviii.
- BELON, P. *L'histoire de la nature des oyseaux*. Paris: Guillaume Cauellat, 1555.
- BLAINVILLE, M. *Histoire des sciences de l'organisation*, Tome III. Paris: Perisse, 1845.
- BLAINVILLE, M. *Cuvier et Geoffroy Saint Hilaire*. Paris: Baillière, 1890.
- BOIDO, G. La polémica sobre el enfoque whig en la Historia de la Ciencia. *Análisis Filosófico*, 12, 2, p. 97-106, 1992.
- BORGES, J. *Otras inquisiciones* [1952]. In: BORGES, J. *Prosa completa*, Vol.II. Barcelona: Bruguera, 1980. p. 129-305.
- BOUTROUX, É. *De l'idée de loi naturelle dans la science et la philosophie contemporaines* [cours professé a La Sorbonne en 1892-1893]. Paris: Vrin, 1950.
- BOWLER, P. *Life's splendid drama*. Chicago: Chicago University Press, 1996.
- BOURDIÈRE, F. Lamarck et Geoffroy Saint-Hilaire face au problème de l'évolution biologique. *Revue d'Histoire des Sciences*, 25, 4, p. 311-325, 1972.
- BUFFETAUT, E. *Cuvier: le découvrir des mondes disparus*. Paris: Pour la Science, 2001.
- BUFFON, G. *Historie Naturelle général et particulier*, Tome II. Paris: L'Imprimerie Royale, 1749.
- BUFFON, G. L'âne [*Historie Naturelle général et particulier*, Tome IV, 1753]. In: Buffon, G. *Œuvres*, Tome III. Paris: Parent-Desbarres, 1868. p. 35-43.
- BUFFON, G. *Historie Naturelle général et particulier*, Tome XIV. Paris: L'Imprimerie, 1766.
- BUFFON, G. Le cochon, le cochon se Siam, et le sanglier [du tome V de la *Histoire Naturelle Générale et Particulière*, 1755]. In: BUFFON, G. *Œuvres*. Paris: Gallimard, 2007. p. 620-639.
- CAHN, T. L'oeuvre d'Étienne Geoffroy Saint-Hilaire dans une perspective de l'évolution de la pensée scientifique. *Revue d'Histoire des Sciences*, 25, 4, p. 301-310, 1972.
- CANGUILHEM, G. L'objet de l'histoire des sciences. In: CANGUILHEM, G. *Études d'Histoire et de Philosophie des Sciences*. Paris: Vrin, 1989. p. 9-23.
- CANGUILHEM, G. et al. *Du développement à l'évolution*. Paris: PUF, 1962.
- CAPONI, G. El concepto de organización en la Polémica de los Análogos. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 4, 1, p. 34-54, 2006.
- CAPONI, G. La función del principio de la compensación de los órganos en el transformismo de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire. *Scientiae Studia*, 6, 2, p. 169-178, 2008a.

- CAPONI, G. *Georges Cuvier, un fisiólogo de museo*. México: UNAM, 2008b.
- CAPONI, G. Definitivamente no estaba ahí: la ausencia de la Teoría de la Selección Natural en “Sobre la tendencia de las variedades a apartarse indefinidamente del tipo original” de Alfred Russel Wallace. *Ludus Vitalis*, 17, 32, p. 55-73, 2009.
- CAPONI, G. *Buffon*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2010.
- CAPONI, G. *La segunda agenda darwiniana*. México: Centro Lombardo Toledano, 2011.
- CAPONI, G. ¿Fue Darwin el Newton de la brizna de hierba? *Principia*, 16, 1, p. 53-79, 2012.
- CAPONI, G. La génesis de las especies según Jean-Claude Delamétherie. *Llul*, 37, 79, p. 13-38, 2014.
- CARPENTER, W. *Principles of comparative physiology*. Philadelphia: Blanchard & Lea, 1854.
- CASSIRER, E. *El problema del conocimiento*, Vol. IV. México: Fondo de Cultura Económica, 1948.
- CUVIER, G. Sur quelques quadrupèdes ovipares fossiles conservés dans les schistes calcaires. *Annales du Muséum d'Histoire Naturelle*, 13, p. 401-437, 1809.
- CUVIER, G. Sur la composition de la tète osseuse dans les animaux vertébrés. *Nouveau Bulletin des Sciences par la Société Philomatique de Paris*, 3, 59, p. 117-121, 1812.
- CUVIER, G. *Le règne animal distribué d'après son organisation*, Tome I. Paris: Deterville, 1817.
- CUVIER, G. *Discours Préliminaire a las Recherches sur les ossements fossiles de quadrupède*. Paris, Flammarion, 1992[1812].
- CUVIER, G.; VALENCIENNES, A. *Historie naturelle des poissons*, Tome I. Levrault: Paris, 1828.
- DAGONET, F. Haüy, Geoffroy Saint-Hilaire, De Candolle: une conception d'ensemble mais aussi une ensemble de conceptions. *Revue d'Histoire des Sciences*, 25, 4, p. 327-336, 1972.
- DARWIN, C. *On the origin of species*. London: Murray, 1859.
- DARWIN, C. Concluding remarks on the cause of diversity and of perfection of contrivances [from: *The various contrivances by which orchids are fertilized by insects*, second edition, 1877]. In: GLICK, T.; KOHN, D. (Ed.). *Charles Darwin on evolution*. Indianapolis: Hackett, 1996. p. 283-289.
- DAUMAS, M. Naissance de la chimie moderne. In: THOM, R. (Ed.). *La science moderne: 1450-1800*. Paris: PUF, 1958. p. 566-596.
- DOHRN, A. The origin of vertebrates and the principle of succession of functions [1875]. *History and Philosophy of the life Science*, 16, 1, p. 3-96, 1994.
- DE BEER, G. *Embryos and ancestors*. Oxford: Oxford University Press, 1958.
- DELAMETHERIE, J. *Considérations sur les êtres organisés*, Tome I. Paris: Courcier, 1804.
- DIDEROT, D. *Pensées sur l'interprétation de la nature*. Paris, 1754 (publicado anónimamente sin información sobre casa de edición).
- DUGES, A. *Mémoire sur la conformité organique dans l'échelle animale*. Montpellier: Auguste Ricard, 1832.
- DUHAMEL, B. L'oeuvre tératologique d'Étienne Geoffroy Saint-Hilaire. *Revue d'Histoire des Sciences*, 25, 4, p. 337-346, 1972.
- DURIS, P. & Gohau, G. *Histoire des sciences de la vie*. Paris: Nathan, 1997.
- ESPOSITO, M. *Romantic Biology, 1890-1945*. London: Pickering & Chatto, 2013.
- FARIA, F. *Georges Cuvier: do estudo dos fósseis à paleontologia*. São Paulo: Editora 34// Associação Scientiae Studia, 2012.
- FICHANT, M. Idea de una Historia de las Ciencias. In: Fichant, M. & Pécheux, M. *Sobre la Historia de las Ciencias*. México: Siglo XXI, 1971, p. 51-126.

- FISCHER, J. Le concept experimental dans l'oeuvre tératologique d'Étienne Geoffroy Saint-Hilaire. *Revue d'Histoire des Sciences*, 25, 4, p. 347-364, 1972a.
- FISCHER, J. Chronologie sommaire de la vie et des travaux d'Étienne Geoffroy Saint-Hilaire. *Revue d'Histoire des Sciences*, 25, 4, p. 293-300, 1972b.
- FISCHER, J. L'anatomie transcendante et le concept de récapitulation chez Étienne Geoffroy Saint-Hilaire. In: Mengal, P. (Ed.). *Histoire du concept de récapitulation*. Paris: Masson, 1993. p. 55-68.
- FLOURENS, P. *Analyse de la philosophie anatomique*. Paris: Béchot, 1819.
- FLOURENS, P. Sur l'esprit et sur l'influence de la Philosophie Anatomique. *Revue Encyclopédique Année*, 5, p. 217-232, janvier 1820.
- FLOURENS, P. *Éloge historique d'Etienne Geoffroy Saint-Hilaire*. Paris: Académie des Sciences, 1852.
- FLOURENS, P. De la unité de composition et du debat entre Cuvier et Geoffroy Saint Hilaire, 1^o article. *Journal des savants*, p. 265-274, mai 1864a.
- FLOURENS, P. De la unité de composition et du debat entre Cuvier et Geoffroy Saint Hilaire, 2^o article. *Journal des savants*, p. 380-388, juin 1864b.
- FLOURENS, P. De la unité de composition et du debat entre Cuvier et Geoffroy Saint Hilaire, 3^o article. *Journal des savants*, p. 417-425, juillet 1864c.
- FLOURENS, P. De la unité de composition et du debat entre Cuvier et Geoffroy Saint Hilaire, 4^o article. *Journal des savants*, p. 587-595, septembre 1864d.
- FLOURENS, P. De la unité de composition et du debat entre Cuvier et Geoffroy Saint Hilaire, 5^o article. *Journal des savants*, p. 719-726, novembre 1864e.
- FLOURENS, P. *Examen du livre de M. Darwin sur l'origine des espèces*. Paris: Garnier, 1864f.
- GEOFFROY, É. Table des differents rapports observés en Chimie antre diferentes substances [memoire lú le 27/8/1718]. *Histoire de l'Academie Royale des Sciences*, p. 202-212, année 1718.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. *Memoire sur les rapports naturelles des makis-lemur*. Paris: L'Imprimerie du magasin encyclopedique, 1796.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. Considérations sur les pièces de la tête osseuse des animaux vertébrés, et particulièrement sur celles du crâne des oiseaux. *Annales du Muséum d'Histoire Naturelle*, 10, p. 342-365, 1807.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. Du squelette des poissons ramené dand toutes ses parties a la charpente osseuse des autres animaux vertébrés et premièrement de l'opercule des poissons. *Bulletin des Sciences par la Societé Philomatique de Paris*, p. 125-127, 1817.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. *Philosophie anatomique des organes respiratoires*. Paris: Bailliére, 1818.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. *Philosophie anatomique des Monstruosités Humaines*. Paris: Chez l'Auteur, 1822.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. *Système dentaire des mammifères et des oiseaux*. Paris: Crevot, 1824.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. *Considérations générales sur les monstres*. Paris: Tastus, 1826.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. *Cours de l'Histoire Naturelle des mammifères*. Paris: Pichon & Didier, 1829.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. Le degré d'influence du monde ambiant pour modifier les formes animales. *Mémoires de l'Académie Royale des Sciences de l'Institut de France*, 12, p. 63-92, 1833.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. *Études progressives d'un naturaliste*. Paris: Roret, 1835.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. De la théorie des analogues. *Compte rendu des séances de L'Académie des Sciences*, 4, 15, p. 537-546, 1837.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. *Notions synthétiques, historiques et physiologiques de Philosophie Naturelle*. Paris: Dénain, 1838.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. Philosophie de la Nature, 1^o article. *Compte rendu des séances de L'Académie des Sciences*, 9, 10, p. 194-200, 1839a.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. Philosophie de la Nature, 2^o article. *Compte rendu des séances de L'Académie des Sciences*, 9, 10, p. 228-233, 1839b.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. Philosophie de la Nature, 3^o article. *Compte rendu des séances de L'Académie des Sciences*, 9, 10, p. 268-274, 1839c.

- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. Philosophie de la Nature, 4^e article. *Compte rendu des séances de L'Académie des Sciences*, 9, 10, 290-295, 1839d.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. Philosophie de la Nature, 5^e article. *Compte rendu des séances de L'Académie des Sciences*, 9, 10, p. 305-315, 1839e.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. Premier mémoire sur l'organisation des insectes [1820]. In: LE GUYADER, H. *Geoffroy Saint-Hilaire*. Paris: Belin, 1998. p. 71-79.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. Considérations générales sur la vertèbre [1822]. In: LE GUYADER, H. *Geoffroy Saint-Hilaire*. Paris: Belin, 1998. p. 80-104.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. principes de philosophie zoologique [1830]. In: LE GUYADER, H. *Geoffroy Saint-Hilaire*. Paris: Belin, 1998. p. 129-248.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, É. *Principios de Filosofia Zoológica*. Buenos Aires: Cactus, 2009[1830].
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, I. *Traité de tératologie*, Tome I. Paris: Baillière, 1832.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, I. Additions aux considerations historiques sur la Zoologie. In: GEOFFROY SAINT-HILAIRE, I. *Essais de zoologie générale*. Paris: Roret, 1841a. p. 51-97.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, I. Considérations historiques sur la tératologie. In : GEOFFROY SAINT-HILAIRE, I. *Essais de zoologie générale*. Paris: Roret, 1841b. p. 175-211.
- GEOFFROY SAINT-HILAIRE, I. *Vie, travaux et doctrine scientifique d'Étienne Geoffroy Saint-Hilaire*. Paris: Bertrand, 1847.
- GHISELIN, M. *El triunfo de Darwin*. Madrid: Cátedra, 1983.
- GIL, F. La philosophie biologique de Geoffroy Saint-Hilaire. *Manuscrito*, 9, 1, p. 101-118, 1986.
- GOETHE, J. *Introduction générale a l'anatomie comparée, basée sur l'ostéologie* [1795]. In: GOETHE, J. *Oeuvres d'Histoire Naturelle*. Paris: Cherbuliez, 1837. p. 23-60.
- GOETHE, J. *Leçons sur les trois premiers chapitres de l'Introduction a l'étude de l'Anatomie Comparée, basée sur l'ostéologie* [1796]. In: GOETHE, J. *Oeuvres d'Histoire Naturelle*. Paris: Cherbuliez, 1837. p.61-78.
- GOETHE, J. Principes de Philosophie Zoologique discutés en Mars 1830, au sein de l'Académie des Sciences para M. Geoffroy Saint-Hilaire [1830]. In: GOETHE, J. *Oeuvres d'histoire naturelle*. Paris: Cherbuliez, 1837. p. 150-159.
- GOETHE, J. Principes de Philosophie Zoologique par M. Geoffroy Saint-Hilaire, suite et fin [1832]. In: GOETHE, J. *Oeuvres d'histoire naturelle*. Paris: Cherbuliez, 1837. p. 160-182.
- GOULD, S. *El pulgar del panda*. Madrid: Blume, 1983.
- GOULD, S. *The structure of evolutionary theory*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- GRAPI, P. Affinité. In: LECOURT, D. (Ed.). *Dictionnaire d'histoire et philosophie des sciences*. Paris: PUF, 1999. p. 22-24.
- GRENE M., Darwin, Cuvier and Geoffroy: comments and questions. *Journal of History and Philosophy of Life Science*, 23, p. 187-211, 2001.
- GRENE, M.; DEPEW, D. *The philosophy of biology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- GRIMOULT, C. *Évolutionnisme et fixisme en France*. Paris: CNRS, 1998.
- GROULT DE TOURLAVILLE, F. *Système du monde ou loi universelle fondée sur l'attraction de soi-pour-soi. découverte par M. Geoffroy Saint-Hilaire*. Paris: Ledoyen, 1840.
- GUILLO, D. *Les figures de l'organisation*. Paris: PUF, 2003.
- GUYENOT, É. *Les sciences de la vie aux XVII^e et XVIII^e siècles*. Paris: Albin Michel, 1941.
- HUNEMAN, P. Naturalizing purpose: from comparative anatomy to the adventure of reason. *Studies in history and philosophy of biological and biomedical sciences*, 37, p. 649-674, 2006.
- HUXLEY, T. On our knowledge of the causes of the phenomena of organic nature [1863]. In: HUXLEY, T. *Darwiniana*. New York: Appleton, 1893. p. 303-475.
- HUXLEY, T. *Criticism on The origin of species* [1864]. In: HUXLEY, T. *Darwiniana*. New York: Appleton, 1893. p. 80-106.
- HUXLEY, T. Evolution in biology [1878]. In: HUXLEY, T. *Darwiniana*. New York: Appleton, 1893. p. 187-226.
- HUXLEY, T. *On the common plan of animal forms* [1854]. In: FOSTER, M.; LANKESTER, R. (Ed.). *The scientific memoirs of Thomas Henry Huxley*, Vol.I. London: Macmillan, 1898. p. 281-283.

- HUXLEY, T. 1898[1856]: On the method of paleontology. In: FOSTER, M.; LANKESTER, R. (Ed.). *The scientific memoirs of Thomas Henry Huxley*, Vol. I. London: Macmillan, 1898. p. 432-444.
- HERDER, J. *Idées sur la philosophie de l'histoire de l'humanité*. Paris: Levrault, 1827[1785].
- JACOB, F. *El juego de lo posible*. Barcelona: Grijalbo, 1982.
- JAURETCHE, A. *Manual de zonceras argentinas*. Buenos Aires: Corregidor, 2012[1968].
- KANT, I. *Crítica de la facultad de juzgar*. Caracas: Monte Ávila, 1992[1790].
- KIM, M. *Affinity, that elusive dream*. Cambridge: MIT Press, 2003.
- LAISSUS, Y. *Le Muséum National d'Histoire Naturelle*. Paris: Gallimard, 1995.
- LE GUYADER, H. *Theories et histoire en biologie*. Paris: Vrin, 1988.
- LE GUYADER, H. *Geoffroy Saint-Hilaire: un naturaliste visionnaire*. Paris: Belin, 1998.
- LENOIR, T. *The strategy of life*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- LENNOX, J. *Aristotle's philosophy of biology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Lereboullet, D. Anatomie philosophique. In: DECHAMBRE, A. (Ed.). *Dictionnaire encyclopedique des sciences médicales*. Paris: Masson, 1866. p. 250-278.
- LÓPEZ PIÑERO, J. *La anatomía comparada antes y después del darwinismo*. Madrid: Akal, 1992.
- LOUIS, P. *La découverte de la vie: Aristote*. Paris: Hermann, 1975.
- MAAR, J. *Pequena história da química*. Florianópolis: Papa-livro, 1999.
- MARTINS, R. *Aristóteles e o estudo dos seres vivos*. São Paulo: Livraria da Física, 2015.
- MAUPERTUIS, P. Discurso sobre las diferentes figuras de los astros, donde se intenta explicar los principales fenómenos del cielo [1732]. In: MAUPERTUIS, P. *El orden verosímil del cosmos*. Madrid: Alianza, 1985. p. 47-90.
- MAUPERTUIS, P. La Venus física [1745]. In: MAUPERTUIS, P. *El orden verosímil del cosmos*. Madrid: Alianza, 1985. p. 131-194.
- MAZLIAK, P. *Les Fondements de la biologie: le XIX siècle de Darwin, Pasteur e Claude Bernard*. Paris: Vuibert-Adapt, 2002.
- MAYR, E. *Una larga controversia: Darwin y el darwinismo*. Barcelona: Crítica, 1992.
- NEWTON, I. *Opticks*. New York: Dover, 1952[1704].
- NORDENSKIÖLD, E. *The History of Biology*. New York: Tudor Publishing, 1935.
- NYHART, L. Embryology and morphology. In: RUSE, M.; RICHARDS, R. (Ed.). *The Cambridge companion to the Origin of Species*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 194-215.
- OCHOA, C.; BARAHONA, A. *El jano de la morfología*. México: Centro Lombardo Toledano, 2014.
- OWEN, R. *The archetype and homologies of the vertebrate skeleton*. London: Taylor, 1848.
- OWEN, R. *Principes d'osteologie comparée*. Paris: Baillière, 1855.
- PADIAN, K. Richard Owen's quadropenia. In: AMUNDSON, R. (Ed.). *Richard Owen: On the nature of limbs*. Chicago: Chicago University Press, 2007. p. liii-xcii.
- PALEY, W. *Natural theology*. London: Faulder, 1809.
- PANCHEN, A. Étienne Geoffroy Saint-Hilaire: father of evo-devo? *Evolution & Development*, 3, 1, p. 41-46, 2001.
- PAPP, D.; BABINI, J. *Biología y medicina en los siglos XVII y XVIII (Panorama General de Historia de la Ciencia, Vol. IX)*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1958.
- PAPAVERO, N.; LLORENTE-BOUSQUETS, J.; ESPINOSA, D. *Historia de la Biología comparada*, Vol. I. México: UNAM, 1995a.
- PAPAVERO, N.; LLORENTE-BOUSQUETS, J.; ESPINOSA, D. *Historia de la biología comparada: historia de la biología comparada*, Vol. III. México: UNAM. 1995b.
- PAPAVERO, N.; PUJOL-LUZ, JOSÉ; LLORENTE-BOUSQUETS, J. *Historia de la biología comparada*, Vol. V. México: UNAM, 2001.
- PARTINGTON, J. *Historia de la Química*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1945.
- PERRIER, E. *La philosophie zoologique avant Darwin*. Paris: Félix Alcan, 1884.
- PINEL, P. Nouvelles observations sur la structure et la conformation des os de la tête de l'éléphant, lues à la Société

- d'Histoire Naturelle. *Journal de Physique, de Chimie, et d'Histoire Naturelle*, 43, Part.2, p. 47-69, juillet 1793.
- PIVETEAU, J. Le débat entre Cuvier et Geoffroy Saint-Hilaire sur l'unité de plan et de composition. *Revue d'Histoire des Sciences et de leurs applications*, 3, 4, p. 343-363, 1950.
- PIVETEAU, J. Anatomie compare des vertébrés. In: Taton, R. (Ed.). *La science contemporaine*, Tome I [le XIX^e siècle]. Paris: PUF, 1961. p. 485-501.
- RADL, I. *Historia de las Teorías Biológicas*, Vol. I. Madrid: Revista de Occidente, 1931.
- RAMOS, M. *A geração dos corpos organizados em Maupertuis*. São Paulo: Editora 34; Associação Scientiae Studia, 2009.
- REILL, P. *Vitalizing nature in the enlightenment*. Berkeley: University of California Press, 2005.
- ROGER, J. *Les sciences de la vie dans la pensée française au XVIII^e siècle*. Paris: Alvin Michel, 1993.
- ROSS, W. *Aristóteles*. Charcas: Buenos Aires, 1981.
- ROSTAND, J. *L'évolution des espèces: histoire des idées transformistes*. Paris: Hachette, 1932.
- ROSTAND, J. Esquisse d'une histoire de l'atomisme en Biologie. *Revue d'Histoire des Sciences et de leurs applications*, 2, 3, p. 241-265, 1949.
- RUPKE, N. *Richard Owen*. Chicago: Chicago University Press, 2009.
- RUSE, M. *La revolución darwiniana*. Madrid: Alianza, 1983.
- RUSE, M. Kant and evolution. In: SMITH, J. (Ed.). *The problem of animal generation in early modern philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 402-415.
- RUSSELL, E. S. *Form and function*. London: Murray, 1916.
- SAPP, J. *Genesis: the evolution of biology*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- SCHMITT, S. *Aux origines de la biologie moderne*. Paris: Belin, 2006.
- SERRES, É. Théorie des formations et des déformations organiques, appliquée à l'Anatomie de Ritta Christina, et de la duplicité monstrueuse. *Mémoires de L'Académie Royale des Sciences*, 11, p. 583-602, 1832a.
- SERRES, É. *Recherches d'anatomie transcendante et pathologie*. Paris: Baillière, 1832b.
- SERRES, É. *Précis d'Anatomie Transcendante*, Tome I. Paris: Gosselin, 1842.
- SLOAN, P. Kant on the history of nature. *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, 37, p. 627-648, 2006.
- SOBER, E. ¿Escribió Darwin el *Origen* al revés? *Teorema*, 28, 2, p. 45-69, 2009.
- TORT, P. La querelle des analogues. In: TORT, P. *La raison classificatoire*. Paris: Aubier, 1989. p. 115-140.
- THOMAS, J. Étienne Geoffroy Saint Hilaire. In: LECOURT, D. (Ed.). *Dictionnaire d'histoire et philosophie des sciences*. Paris: PUF, 1999. p. 457.
- VICQ D'AZYR, F. Mémoire sur les rapports que se trouvent entre les usages et la structure des quatre extrémités dans l'homme et dans les quadrupèdes [1774]. In: MOREAU, J. (Ed.). *Oeuvres complètes de Vicq D'Azyr*, Tome IV. Paris: Duprat-Duverger, 1805. p. 313-335.
- VICQ D'AZYR, F. Premier discours sur l'Anatomie [1786]. In: MOREAU, J. (Ed.). *Oeuvres complètes de Vicq D'Azyr*, Tome IV. Paris: Duprat-Duverger, 1805. p. 5-55.
- VON BAER, K. The fifth Scholium of *On the development of Animals* [1828], from: Fragments relating to Philosophical Zoology. In: HENFREY, A.; HUXLEY, T. (Ed.). *Scientific memoirs selected from the transactions of foreign academies of science and from foreign journals – Natural History*. London: Taylor & Francis, 1853. p. 186-238.
- WHEWELL, W. *History of the inductive sciences*, Volume III. London: Parker, 1837.
- WHEWELL, W. *The Philosophy of inductive sciences*, 1847, Volume I. London: Parker, 1847.
- ZAMORA, J. Forma y función en el nacimiento de la Biología: la polémica entre Cuvier y Geoffroy Saint-Hilaire. LLORENTE-BOUSQUETS, J.; RUIZ, R.; ZAMUDIO, G.; NOGUERA, R. (Ed.). *Fundamentos históricos de la Biología*. México: UNAM, 2008. p. 347-438.

· G A
V A G
A I ·





HERMENÊUTICA
RICOEURIANA E AS
POLÍTICAS
LINGUÍSTICAS

HERMENÊUTICA RICOEURIANA Y LENGUAJE POLÍTICA

HERMENEUTICS AND LANGUAGE POLICY

Cristine Gorski Severo*

* Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: crisgorski@gmail.com.

RESUMO / RESUMEN / ABSTRACT

Resumo: o artigo visa estabelecer uma aproximação entre a Política Linguística, enquanto campo de saber linguístico, e a hermenêutica, enquanto campo de saber filosófico. Trata-se de, a partir dos conceitos de linguagem e de hermenêutica do filósofo francês Paul Ricoeur, indagar a respeito da dimensão política e ética da Política Linguística. Com isso, são apresentados tantos os conceitos basilares da Política Linguística, como da filosofia ricoeuriana. Em seguida, propõe-se uma leitura crítica daqueles conceitos a partir da perspectiva filosófica, apontando para as fragilidades políticas e éticas das Políticas Linguísticas enquanto campo do saber que fornece argumentos “científicos” para políticas linguísticas estatais e jurídicas. Defende-se que a reflexão hermenêutica é crucial para redefinir, ou problematizar, aquilo que conta como língua para as Políticas Linguísticas.

Palavras-chave: Língua. Política. Hermenêutica. Linguística.

Resumen: El artículo tiene como objetivo establecer una conexión entre la política de idiomas, como el campo de conocimientos lingüísticos, y la hermenéutica, como el campo del conocimiento filosófico. El tema es, basado en los conceptos del lenguaje y la hermenéutica del filósofo francés Paul Ricoeur, cuestionar la dimensión política y ética de la política de idiomas. Con esto, se presentan aquí tanto los conceptos básicos de la política de idiomas, como de la filosofía ricoeuriana. A continuación se propone una lectura crítica de estos conceptos desde el punto de vista filosófico, señalando las debilidades políticas y éticas de la política lingüística como campo de conocimiento que proporciona argumentos "científicos" de las políticas del gobierno y del lenguaje jurídico. Se argumenta que la reflexión hermenéutica es crucial para restablecer, o hablar, lo que se considera un lenguaje de Política Lingüística.

Palabras clave: Lenguaje. Política. Hermenéutica. Lingüística.

Abstract: The purpose of this article is to approximate Language Policy, as a field of Linguistics, and Hermeneutics, as a field of Philosophy. For doing so, we consider the concepts of language and hermeneutics of French philosopher Paul Ricoeur to inquire about the political and ethical dimension of Language Policy. The article presents the basic concepts of Language Policy, as well as the concepts of language and comprehensio of Paul Ricoeur. From this philosophical perspective, we point to the political and ethical weaknesses of Linguistic Policy that provides “scientific” arguments for government and legal language policies. It is argued that the hermeneutical perspective is crucial to discuss what counts as a language for Language Policy.

Keywords: Language. Politics. Hermeneutics. Linguistics.

1 INTRODUÇÃO¹

Este texto tem como objetivo submeter as Políticas Linguísticas, enquanto campo disciplinar e político, às reflexões hermenêuticas sobre língua e linguagem. Trata-se de problematizar o conceito de língua, conforme articulado pela Linguística, a partir de um olhar filosófico centrado no pensamento de Paul Ricoeur (1913-2005). Com isso, busca-se aproximar Linguística e Filosofia em torno das reflexões sobre os conceitos de língua e de linguagem. Embora Filosofia e a Linguística se ocupem de objetos diferentes – a primeira se volta para o fato da existência da *linguagem*, e a segunda se detém sobre a *língua* e a descrição de suas propriedades gramaticais (MILNER, 2012) – acreditamos que tal diferença é crucial para submeter o conceito de língua da Linguística Moderna ao crivo de indagações filosóficas.

Importante frisar que, embora Paul Ricoeur compartilhe uma preocupação filosófica em torno da linguagem, suas reflexões não desconsideram a dimensão verbal, tão cara aos linguistas e teóricos da literatura. Nesse sentido, Paul Ricoeur é um filósofo que também se ocupa das questões linguísticas e literárias, muitas vezes negligenciadas pela Filosofia. A partir disso, considera-se que o diálogo estabelecido entre Filosofia, Linguística e Teoria Literária por Ricoeur nos ajuda a compreender as implicações éticas e políticas da Política Linguística enquanto campo de saber vinculado à Linguística.

Toma-se como hipótese de trabalho a suposição de que o processo hermenêutico, centrado em uma dada concepção de língua, permite repensar as práticas e discursos da Política Linguística, que são tradicionalmente vinculadas às instituições estatais e aos discursos científicos. Defende-se que a consideração da dimensão hermenêutica inscrita em um dado conceito de língua é crucial para que a Política Linguística se torne um campo efetivamente envolvido e afetado pela esfera pública, compreendida como um espaço compartilhado, dialógico, plural e definidor da dimensão política da condição humana (ARENDRT, 2010).

O texto estrutura-se da seguinte maneira: inicialmente, apresenta-se o campo de saber da Política Linguística, apontando para seu caráter objetificante e reificador; em seguida, discorre-se sobre a perspectiva hermenêutica de Paul Ricoeur, com foco especial sobre seus conceitos de língua e de interpretação; por fim, consideram-se as possíveis contribuições e indagações do pensamento de Ricoeur para a

Política Linguística.

2 SOBRE A POLÍTICA LINGUÍSTICA COMO CAMPO DE SABER

A Política Linguística – como campo de saber vinculado, tradicionalmente, à área da Linguística – é constituída, de forma geral, por dois eixos interligados: Política Linguística e Planejamento Linguístico. O primeiro eixo tem-se voltado para uma prática de caráter estatal-legislativo, se debruçando, por exemplo, sobre a oficialização de línguas através de instrumentos jurídicos, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas (línguas de trabalho, oficiais, nacionais, por exemplo), entre outros. O segundo eixo tem focado a implementação das decisões sobre a língua através de certas estratégias, como as políticas educacionais, com vistas a influenciar o comportamento dos sujeitos em relação à aquisição e uso dos códigos linguísticos (COOPER, 1989).

O “nascimento” da Política Linguística (PL) como campo científico disciplinar se deu concomitante à emergência da Sociolinguística, ambas tendo como marco um evento organizado por William Bright na Universidade da Califórnia em 1964. Embora a PL se vincule, tradicionalmente, a este contexto acadêmico norte-americano, é possível considerar a sua existência já no contexto russo pré-revolução de 1917, em que os linguistas da época ocupavam-se de instrumentalizar as línguas ágrafas com fins de fomentar a educação nessas línguas, bem como seu uso administrativo (REZNICK, 2001). A fase inicial de configuração da Política Linguística no Ocidente como um campo científico foi atravessada por esforços de sistematização e racionalização de um modelo aplicável aos estudos de descrição da relação entre as línguas e de seu funcionamento nos limites do Estado.

Tratou-se, portanto, de construir modelos explicativos, por exemplo, para a diversidade linguística em contextos nacionais, diante de uma realidade multilíngue produzida por imigrações; ou em contextos pós-independência, em que a língua foi tida como instrumento para a construção de uma unidade nacional. Exemplificando o processo de formação da Política Linguística como disciplina, os métodos de sistematização da relação entre as línguas incluíam classificações hierárquicas das línguas (vernáculo, padrão, clássica, crioula, pidgin), das suas funções (língua de ensino,

¹ Parte das reflexões do presente texto foram apresentadas no III Simpósio Internacional Hermeneia: Metafísica e virada linguística,

realizado na Universidade Federal de Santa Catarina em agosto de 2015.

oficial, internacional, veicular, religião, gregária), de seus atributos, dos seus diferentes níveis de favorecimento/desfavorecimento (escala GIDS de Fishman), entre outros (CALVET, 2007; BIANCO, 2004). Embora o caráter polissêmico e plural da Política Linguística seja reconhecido academicamente (RAJAGOPALAN, 2013; SEVERO, 2013), observa-se que a prática de objetificação das línguas tem sido reiteradamente reproduzida e sustentada por esse campo de saber.

Contudo, as práticas de nomeação, classificação e de produção de conhecimentos sobre as línguas não nasceram no século XX, tendo sido amplamente utilizadas como gestos de controle e de dominação inscritos em dispositivos coloniais. Exemplos disso foram a construção de gramáticas, alfabetos e listas de palavras com fins de conversão religiosa e/ou submissão política (ERRINGTON, 2008). A cientificização dos discursos e práticas sobre a diversidade linguística – e sua “gestão” – levada a cabo pelos campos disciplinares de Política Linguística e Sociolinguística instauraram discursos sobre as línguas a partir de sua objetificação, embora a Linguística não seja a única área do saber a transformar a língua em objeto de pesquisa.

Curiosamente, o sintagma “gestão de línguas” é recorrente em artigos acadêmicos voltados para a Política Linguística. A título de exemplo, uma simples pesquisa no sistema de busca *google* revela a alta frequência da expressão, totalizando 305.000 ocorrências (pesquisa em 15 de janeiro de 2016). Evidentemente, uma análise mais detalhada seria necessária para averiguar os diferentes sentidos atribuídos ao sintagma “gestão de línguas”, embora acredite-se que as possibilidades semânticas não extrapolem uma visão coisificante de língua. Essa objetificação e coisificação operada pela Linguística implica que a língua passa a ser tomada como uma realidade autônoma, contável, nomeável e passível de descrição (MAKONI; PENNYCOOK, 2007). Por outro lado, é preciso reconhecer que a reificação da língua pela Política Linguística tem sido alvo de contestação e questionamentos, embora de forma tímida, a partir de uma perspectiva de orientação crítica, conforme reivindicado por Rajagopalan (2013, p. 24): “A língua nacional não é um assunto de ciência; ela pertence à esfera política”.

Tendo feita essa breve apresentação do campo disciplinar, o presente texto pretende discorrer e refletir sobre as dimensões política e ética da Política Linguística, a partir das lentes filosóficas de Paul Ricoeur. A despeito de as políticas

linguísticas se referirem, também, a uma série de práticas, cotidianas e/ou institucionais, envolvendo as línguas e seus usos públicos e compartilhados, nesse artigo focaremos o campo disciplinar da Política Linguística, uma vez que ele tem funcionado como um forte orientador do “regime de verdade”² (FOUCAULT, 1999) que define o que conta como língua na esfera das regulamentações e decisões institucionais. Exemplo disso são os documentos oficiais que, a pretexto de legislar sobre as línguas, mobilizam saberes linguísticos (e não filosóficos ou cotidianos) para legitimarem seus discursos.

2 LÍNGUA, TEXTO, DISCURSO E A HERMENÊUTICA DE PAUL RICOEUR

Para Paul Ricoeur, as indagações a respeito da língua e da linguagem se inscrevem em um campo filosófico que busca “[...] compreender a dimensão da ação humana e sua implicação ética” (PAULA; SPERBER, 2011, p. 16). Nesse sentido, a hermenêutica, mais do que oferecer chaves de interpretação e decodificação de textos, “é um modo de ser” (PAULA, 2012, p. 241). Com isso, as concepções de Ricoeur de língua e discurso se vinculam às dimensões ética e política atreladas a uma preocupação em torno da interpretação da dimensão simbólica, que opera, sobretudo, como uma interpretação de si (PAULA, 2012). O processo hermenêutico, para o filósofo francês, implica que os sujeitos estabelecem com os enunciados que os interpelam uma atitude responsiva e dialógica, o que viabiliza, pelo menos a princípio, um espaço de (re)constituição de si. Essa consideração do sujeito-leitor-interlocutor revela uma aproximação teórica do filósofo com a Estética da Recepção (PAULA; SPERBER, 2011).

Segundo Ricoeur, o processo hermenêutico envolvendo a linguagem verbal (língua) exige uma relação dialética entre dois níveis: o linguístico e o discursivo, ou o linguístico e não-linguístico. Essa diferenciação conceitual entre língua e discurso implica, também, a consideração de dois níveis semânticos: a significação e o evento, em que estão em jogo duas temporalidades, a da tradição (repetição) e a da interpretação (renovação) (PAULA; SPERBER, 2011). A tensão, ou relação, entre esses dois níveis está vinculada a duas etapas de interpretação, a explicação e a compreensão. Essa tensão também coloca em tela a existência da pluralidade de interpretações, que extrapola a dimensão estritamente linguística do processo hermenêutico. Assim, explicação e

² Segundo Foucault (1999), nas sociedades modernas, o regime de verdade – ou a economia política dos enunciados verdadeiros – apresenta cinco características: vincula-se ao discurso científico e às

instituições que o produzem; é usado para interesses econômicos e políticos; é amplamente difundido e apropriado; é controlado por instâncias políticas e econômicas; e é alvo de tensões ideológicas.

compreensão, como etapas do processo hermenêutico, estabelecem entre si uma relação dialética que é motivada por uma outra dialética, do evento e da significação, em que o discurso é tido como o evento da linguagem, e a significação como sistema.

A partir dessa apresentação inicial, consideremos as implicações da dimensão hermenêutica como constitutiva de noção de língua para a Política Linguística. De forma geral, o conceito de língua mobilizado pela Política Linguística tende a negligenciar a dimensão hermenêutica, objetificando a língua para fins de sua “gestão”. Para discutir a noção de língua de Ricoeur, toma-se como base a obra *Teoria da Interpretação* (1973), na qual o filósofo desenvolve sua teoria hermenêutica, conferindo atenção especial para as especificidades linguísticas e a relação entre as dimensões verbal e não verbal.

O evento é único, singular, temporal e fugaz, enquanto o sistema é estável, virtual, atemporal e permanente, sendo que a língua se atualiza no discurso. Contudo, Ricoeur não considera essas duas realidades da linguagem como antagônicas, mas propõe uma constituição dialética (de evento e significação) para se compreender o funcionamento do discurso: se, por um lado, o discurso se atualiza em evento, por outro, o que se compreende é a significação (conteúdo proposicional). Trata-se de uma “[...] supressão e superação do evento na significação” (RICOEUR, 1973, p. 25) como atributo do discurso, em que se tem, por fim, uma linguística do discurso (e não do sistema).

Nessa relação dialética entre significado e evento, o evento fugaz e transitório passa a ser fixado e retido em significado, que é temporal. Assim, uma noção dialética de discurso comporta tanto a dimensão estrutural, como a intenção, a historicidade e o diálogo. No âmbito da hermenêutica, está em jogo a dialética da compreensão e explicação, em que ambas são tomadas como fases de um mesmo processo. Conforme visto, essa dialética é comparável à dialética do evento e da significação: “[...] a compreensão é para a leitura o que o evento do discurso é para a enunciação do discurso, e a explicação é para a leitura o que a autonomia verbal e textual é para o sentido objetivo do texto” (RICOEUR, 1973, p. 102).

Sobre a dialética significado-evento, Ricoeur questiona: “que aspectos do próprio discurso são significativamente comunicados no evento do diálogo?” (RICOEUR, 1973, p. 30). Em diálogo com a abordagem dos atos de fala de Austin, comunica-se, em uma dialética subjetiva-objetiva: (i) o conteúdo proposicional do discurso, sendo que a ambiguidade das palavras é reduzida pelo papel contextual do diálogo; (ii) o

ato ilocutório, em que as intenções do sujeito, como as ordenações, os desejos, as proibições, as promessas, etc., são materializadas na gramática, na pontuação, nos sinais de citação, na prosódia, na expressividade, entre outros; (iii) o ato perlocutório, que trata do que é efetivamente produzido pelo ato de fala, sendo mais sutil e menos decifrável linguisticamente. Embora elementos linguísticos escritos e orais sejam mencionados, interessa ao filósofo, inicialmente, aplicar a sua concepção dialética de discurso ao texto escrito, em que o texto é tomado como uma forma de discurso.

Ricoeur descreve o processo de compreensão em dois estágios mediados pela explicação: primeiro dá-se a conjectura e depois a apropriação. A conjectura, uma tentativa de adivinhação do texto, é motivada pelo apagamento da intenção do autor e, conseqüentemente, pelo fortalecimento de uma relação entre o leitor e o texto, configurando um novo acontecimento. Nas palavras de Ricoeur (1973, p. 107): “Construir o sentido verbal do texto é fazer uma conjectura”, que se apoia tanto em uma certa adivinhação, como na estrutura gramatical do texto. Esta construção de sentido (i) não opera de forma fragmentada, mas sobre o todo do texto, considerando a sua plurivocidade; (ii) exige uma individualização do texto, que ocorre segundo a relação entre regras singulares e genéricas; (iii) opera de forma diferenciada nos textos literários, em que os sentidos podem ser atualizados de diferentes maneiras, uma vez que se trata de sentidos metafóricos e simbólicos. As conjecturas do texto podem ser ou não validadas, em que uma dada interpretação pode se aproximar mais ou menos do que é provável de ser aceito, independente de ser mais ou menos verdadeiro, uma vez que há limites para as construções possíveis de um texto. A dialética da conjectura (como instância da compreensão e, portanto, do evento) e da validação (como instância da explicação e, logo, da significação) espelham tratamentos subjetivo (conjectura), objetivo (explicação) e subjetivo-objetivo (compreensão) do texto.

Sobre a especificidade dos textos escritos literários, tem-se que a dimensão da referencialidade é estremecida pelo apagamento de uma situação real entre o autor e o leitor, o que faz com que o mundo, abstraído da realidade, seja simbolicamente transportado para a linguagem. Essa abstração produz dois modos de leitura: suspensão de referência à realidade ou atualização de outras referências em uma nova situação produzida pelo ato de leitura.

O primeiro tipo de leitura compreende o nível da explicação e, ao apagar a relação com o mundo e a intenção do autor, esvazia o texto de um exterior que, assim, passa a ser tomado em si mesmo, como um sistema estrutural fechado de signos, similar

à *langue* de Saussure. A leitura estrutural – como a análise dos mitos feita por Levi-Strauss ou das narrativas folclóricas por Roland Barthes e Greimas – possibilita a extração da lógica das operações e das relações (hierarquizadas) estabelecidas no texto, o que não encerra o trabalho de interpretação.

O segundo tipo de leitura compreende o nível da compreensão e possibilita a atualização de “[...] referência a alguns aspectos ou dimensões mais profundamente radicados do nosso ser-no-mundo” (RICOEUR, 1973, p. 113); essa atualização possibilita desvendar um outro mundo possível, que é o próprio sentido do texto, não localizado detrás do texto ou oculto nele, mas na sua frente: “O texto fala de um mundo possível e de um modo possível de alguém nele se orientar” (RICOEUR, 1973, p. 122). Essa segunda leitura aplicada à interpretação estrutural dos mitos, por exemplo, sinaliza para um outro sentido, de situações-limite, em que os mitos são tomados como narrativas de origens. Sobre a relação entre esses dois níveis de leitura, Ricoeur afirma:

Se [...] considerarmos a análise estrutural como um estágio – se bem que necessário – entre uma interpretação ingênua e uma interpretação crítica, entre uma interpretação de superfície e uma interpretação de profundidade, seria então possível localizar a explicação e a compreensão em dois estágios diferentes de um arco hermenêutico único (RICOEUR, 1973, p. 121).

O que se tem é que a explicação do texto, como um primeiro estágio da leitura, abre caminhos para a compreensão do texto. O sentido do texto abre uma nova referência, um novo olhar, em que “mostrar é ao mesmo tempo criar um novo modo de ser” (RICOEUR, 1973, p. 123). Eis a dimensão ética inscrita na leitura do texto literário, em que a interpretação do texto conduz o sujeito a um certo conhecimento de si mesmo.

Importante salientar, ainda, que Ricoeur considera algumas diferenças entre a oralidade e a escrita que devem ser especialmente consideradas no âmbito da discussão apresentada neste artigo, uma vez que os registros formais e oficiais são constitutivos do sistema burocrático dos estados modernos em que a escrita opera como tecnologia de poder (FOUCAULT, 1999a). Diferenciando textos escritos de práticas orais, tem-se:

(i) Na fala, o discurso é um evento que desaparece; na escrita, o discurso é fixado como significação, e não como evento, logo, o texto torna-se um discurso fixado pela escrita (RICOEUR,

1981).

(ii) Na oralidade há a sobreposição entre a intenção do sujeito e o significado do discurso. Já no texto escrito, esta combinação não ocorre, o que complexifica a relação entre o sujeito e o texto. Assim, havendo a emancipação do texto em relação à intenção do autor, a significação do texto torna-se responsável pela construção do seu sentido, abrindo espaço para que a interpretação aconteça.

Se, por um lado, a fala tem uma referência contextual específica e direta, por outro, o texto escrito não compartilha essa mesma referência, uma vez que está livre do contexto imediato de sua produção. A referência do texto é dada pelo ato de leitura e de interpretação. Dessa forma, a autonomia do texto em relação à realidade conduz a uma outra autonomia, em que o texto abre novas referências para o mundo, o que significa que ele instaura novos modos de ser e de ver o mundo. Trata-se, com isso, da emancipação do texto em relação à situação imediata de diálogo:

Aqui, novamente, a espiritualidade do discurso se manifesta através da escrita, a qual nos liberta da visibilidade e da limitação das situações ao abrir para nós um mundo, ou seja, novas dimensões do nosso ser-no-mundo³ (RICOEUR, 1981, p. 202).

(iii) A fala direciona-se para um interlocutor específico e o texto direciona-se para qualquer leitor possível, muito embora haja, nesse direcionamento, um leitor “presumido” (VOLOSHINOV, 1981). Trata-se da emancipação do texto em relação ao interlocutor ou a algum leitor original.

A principal consequência hermenêutica dessa tripla autonomia do texto é o distanciamento (do autor, da situação e do leitor), que opera como condição tanto de interpretação e de re-criação do mundo, como de entendimento de si diante do texto, ao promover um distanciamento do ser em relação a si mesmo, uma vez que: “a apropriação dos mundos sugeridos pelo texto passa pela desapropriação de si mesmo”⁴ (RICOEUR, 1981, p. 94). Nesse contexto, a apropriação significa tornar meu o que uma vez foi alheio, expandindo o ser. Esse aspecto desconstrói a ideologia de um sujeito centrado.

Resumidamente, Paul Ricoeur incorpora ao processo hermenêutico dois níveis de leitura dialeticamente implicados: a explicação e a compreensão, sendo que o primeiro se torna condição para o segundo, estando a dimensão ética de

³ “Here again the spirituality of discourse manifests itself through writing, which frees us from the visibility and limitation of situations by opening up a world for us, that is, new di-mensions of our being-in-the-world”. As traduções são de minha responsabilidade.

⁴ “the appropriation of the proposed worlds offered by the text passes through the disappropriation of the self.”

(re)criação de si inscrita no segundo. O filósofo localiza, embora não unicamente, a dimensão ética na esfera textual-literária, uma vez que no âmbito da escrita literária ficcional, os sujeitos podem ser levados, pelo ato de compreensão, a uma reconfiguração de si, possibilitando uma mudança de visão de mundo e de modo de ser pelo confronto do sujeito com a abertura de um mundo possível viabilizada pelo texto literário.

A seguir, serão consideradas as implicações dessa perspectiva de Ricoeur para a Política Linguística, colocando em tela a importância da dialética entre significação-evento e explicação-compreensão, como lugar de produção e ressignificação de sentidos e dos sujeitos.

3 ÉTICA, POLÍTICA E AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Tendo feito a explanação da noção de língua subjacente ao processo hermenêutico de Ricoeur, trata-se, por fim, de refletir sobre suas implicações para a Política Linguística. Advoga-se a favor de um conceito de língua que tome a dimensão hermenêutica como constitutiva das reflexões em Política Linguística, de forma que as práticas e discursos em torno da oficialização, estabilização, normatização, promoção ou defesa da língua não impliquem um fechamento dos sentidos.

Se, por um lado, as políticas linguísticas estatais têm se apoiado em uma noção de língua estrutural (níveis linguísticos) e cujos sentidos são passíveis de estabilização relativa (instrumentos linguísticos de normatização), por outro lado, no “mundo da vida”, a língua funciona não como *langue* (estrutura), mas como enunciado (discurso). Contudo, esses dois níveis não operam de forma desarticulada, mas, na visão de Ricoeur, estabelecem uma relação dialética.

Ocorre que a objetificação produzida pela Política Linguística, enquanto campo de saber, em torno do conceito de língua produz um apagamento dos sujeitos – da enunciação, da história e da política –, fato que tem consequências para as políticas linguísticas, enquanto práticas sociais de intervenção cotidiana. A concepção de língua de Ricoeur – vinculada à hermenêutica e ao processo de subjetivação – nos ajuda a refletir criticamente sobre as consequências (políticas e éticas) das políticas estatais que envolvem, por exemplo, os falantes de línguas consideradas minoritárias no Brasil, como são as línguas indígenas, língua de Sinais (LIBRAS), línguas de imigrantes ou de comunidades quilombolas.

Um outro exemplo a explorar é o caso da política de patrimonialização das línguas – tomadas como bens culturais –, que pode ser problematizada em relação a, pelo menos, três aspectos, cujos efeitos políticos devem ser considerados: (i) reificação da língua; (ii) submissão das línguas a um discurso nacionalista; (iii) cristalização da relação entre língua, cultura, falantes e território. Nesse contexto, se as línguas são objetificadas pelas políticas oficiais, como fica a voz desses sujeitos? Considera-se que uma abordagem hermenêutica da linguagem possibilita considerar o papel da linguagem na configuração ética e política dos sujeitos. A reificação da língua como ato estatal político opera produzindo silenciamentos na cena pública, uma vez que divorcia a língua dos sujeitos. Ou seja, ironicamente, a política da Política Linguística opera pela censura, pelo silenciamento e pela uniformização linguístico-discursiva, embora defenda, retoricamente, a diversidade linguística e os direitos linguísticos. Usamos, aqui, a construção “linguístico-discursiva” hifenizada, pois compreendemos, juntamente com Ricoeur, que a relação entre língua e discurso é dialética, afetando, diretamente, o processo hermenêutico.

Em outros termos, a política exercida pela Política Linguística – enquanto discursos científicos e institucionais objetificantes – impediria que os sujeitos se constituíssem de forma plural e livre. A visão objetificante de língua impede uma perspectiva dialética, que atua pela abertura e ressignificação dos sentidos. Ademais, defende-se que essa abertura, por sua vez, produz efeitos sobre o próprio sistema linguístico, colocando em xeque as normatizações e cristalizações linguísticas de políticas engessadas ou engessadoras, como tendem a ser os instrumentos linguísticos (gramáticas, dicionários, manuais de ensino e de redação). Exemplos dessa reconfiguração linguística são as hibridizações literárias, muito recorrentes em textos literários pós-coloniais.

Se, por um lado, as políticas patrimoniais ou normatizadoras operam apagando o evento (discurso) em prol de uma valorização do significado (sistema), por outro, no mundo público dos atos e discursos, os sujeitos se apropriam da língua como forma de resistência política e como modo de subjetivação, conforme nos mostra Franz Fanon (2008, p. 33) em relação aos usos políticos da língua, que extrapolam o domínio estrutural, embora se apoiem nele: “Falar é estar em condições de empregar um certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização.” A voz falada e o discurso enunciado são políticos e, portanto, constitutivos da *pólis* e da vida compartilhada. A consideração da dimensão hermenêutica da linguagem possibilita também compreender

o papel político da *palabre*, entendido como o costume que africanos ocidentais têm de reunir para resolver os problemas comuns através da palavra (FANON, 2008).

Embora Ricoeur tenha focalizado a sua atenção em textos ficcionais escritos, considera-se que seu conceito de texto extrapola a dimensão escrita e inclui as práticas linguísticas orais compartilhadas. A presença da voz, do corpo, dos gestos, da entonação e dos interlocutores na produção de discursos orais sinaliza para a importância de se inscrever a dimensão extra-verbal no processo de interpretação dos sentidos. Por outro lado, esses sentidos se apoiam em uma certa estabilidade (semântica e gramatical), que se torna condição para que o discurso se materialize.

Por fim, diante do apresentado, considera-se que o processo hermenêutico – embora esteja centrado no sujeito, constituindo-o como tal – é complementado por aquilo que é dado a ser interpretado. No caso deste artigo, a linguagem (a língua verbal escrita ou oral) carrega especificidades (diferente das linguagens visuais, musicais, etc.) que orienta os limites do processo hermenêutico. Isso implica considerar que a interpretação não é livre, mas relativamente controlada pelos limites estruturais da língua (explicação) em relação dialética com os limites históricos e dialógicos dos sentidos (compreensão). Embora o ato de interpretar seja constitutivo dos sujeitos, esse ato opera nos limites da tensão entre tradição e interpretação.

4 PALAVRAS FINAIS

Este artigo teve como objetivo indagar, a partir das lentes de Paul Ricoeur, a respeito da possibilidade de uma Política Linguística, enquanto campo do saber, que opere pelo não controle e fechamento (político) dos sentidos ou de sua cristalização, garantindo, com isso:

(i) A pluralidade linguística e discursiva, uma vez que “[...] a humanidade é irreduzivelmente plural” (RICOEUR, 1995, p. 152), sendo que a pluralidade linguística não é vista como um “problema” para a comunicação e compreensão, mas como sua condição necessária, pois “[...] não há língua que não possa ser dublada por outra, que não possa encontrar em outra língua equivalência de sentido” (RICOEUR, 1995, p. 153). Decorre disso que os sentidos se realizam no evento único do enunciado e não estão amarrados unicamente ao sistema linguístico, embora se apoiem no sistema. Logo, a descrição linguística, que opera segundo uma concepção puramente

estrutural, apaga os sentidos singulares e únicos, que dizem respeito às relações comunicativas do “mundo da vida”. Uma política linguística que desconsidera as práticas linguístico-discursivas torna-se incapaz de promover, efetivamente, a circulação das línguas no espaço público, conforme se percebe nas limitações dos projetos de promoção de línguas consideradas minoritárias em contextos pós-coloniais. Isso ocorre porque tais políticas reduzem-se à objetificação de línguas pela descrição e documentação do código.

(ii) A pluralidade de sentidos e a garantia da ambiguidade, da polissemia e da plurivocalidade como política e eticamente constitutivos da língua e da compreensão. Trata-se de uma política que opera pela promoção de práticas linguísticas que funcionem a favor da abertura dos sentidos, o que se evidencia, mais fortemente, nas práticas de leitura de textos ficcionais. Essa abertura dos sentidos, em relação às práticas orais, coloca em tela o papel do diálogo – tão caro à dimensão política do convívio plural entre as pessoas – para o processo hermenêutico.

(ii) A liberdade de relação dos sujeitos com seu projeto discursivo no mundo da vida e da arte. Com isso, as políticas linguísticas operariam pela promoção e manutenção da pluralidade e dos discursos. O que está em questão, portanto, é a redefinição daquilo que conta como língua para a Política Linguística enquanto campo do saber. Para tanto, considera-se que um diálogo com a filosofia ricoeuriana possibilita considerar a tensão entre as dimensões linguística e não-linguística como essencialmente vinculada ao problema hermenêutico e de configuração dos sujeitos.

Contudo, por fim, indaga-se em que medida essa dimensão ética pode ser efetivamente incorporada por uma Política Linguística enquanto prática estatal e jurídica. O que parece estar em jogo como desafio para a Política Linguística é estabelecer relações entre política – entendida como “[...] o exercício da decisão e da força no nível da comunidade” (RICOEUR, 1995, p. 148) – e ética. Tais relações são, conforme previsto por Ricoeur (1995, p. 148), “difíceis e cheias de armadilhas”.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. de Roberto Raposo. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BIANCO, J. L. Language planning as applied linguistics. In: DAVIES, A.; ELDER, C. (Org.). *The handbook of applied*

linguistics. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p.738-762.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola/IPOL, 2007.

Mikhaïl Bakhtine, *le principe dialogique, suivi de Ecrits du cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil, 1981. p. 181-215.

ERRINGTON, Joseph. *The linguistic in the colonial: A Story of Language, Meaning, and Power*. Oxford: Blackwell, 2008.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: M. FOUCAULT. *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1999. p. 1-14.

_____. *Vigiar e punir* [1975]. Petrópolis: Vozes, 1999a.

FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas* [1952]. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair (Org.). *Disinventing and reconstituting languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2007.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Trad. Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2012.

PAULA, Adna Candido de. A teoria da interpretação e a hermenêutica bíblica de Paul Ricoeur. *Teoliterária*, v. 2, n. 4, 2012. p. 240-252.

PAULA, A. C.; SPERBER, Suzi Frankl (Org.). *Teoria literária e hermenêutica ricoeuriana: Um diálogo possível*. Dourados: EDUFGD, 2011. v. 1. 284p.

RAJAGOPALAN, Knavailil. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, Christine et al. *Política e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes, 2013. p. 19-42.

REZNIK, Vladislava. *Language policy and reform in the Soviet 1920s: Practical polemics against idealist linguistics*. Cambridge: 2001 (conferência).

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 1973.

_____. *Hermeneutics and the human sciences: essays on language, action, and interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

COOPER, Robert. *Language planning and social change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

et le discours dans la poésie (1926). In: TODOROV, Tzvetan.

_____. *Leituras 1*. Em torno ao político. São Paulo: Loyola, 1995.

SEVERO, Cristine Gorski. Política(s) linguísticas(s) e questões de poder. *Alfa: Revista de Linguística* (UNESP. Online), v. 2, n. 57, p. 451-473, 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/5132/4670>>. Acesso em: 25 jan., 2016.

VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich. Le discours dans la vie et le discours dans la poésie (1926). In: TODOROV, Tzvetan. Mikhaïl Bakhtine, le principe dialogique, suivi de Ecrits du cercle de Bakhtine. Paris: Seuil, 1981. p. 181-215.

· G A
V A G
A I ·



O *LIVRO DO DESASSOSSEGO*
 COMO LINGUAGEM-[EM]-PROCESSO:
 A [DES]CONSTRUÇÃO DO
 SUJEITO MODERNO¹

*EL LIVRO DO DESASSOSSEGO COMO LENGUAJE-[EN]-PROCESO:
 LA [DES]CONSTRUCCIÓN DEL SUJETO MODERNO*

THE *LIVRO DO DESASSOSSEGO* AS A LANGUAGE-IN-PROCESS:
 THE [DE]CONSTRUCTION OF THE MODERN SUBJECT

Jair Zandoná²

¹ Parte das discussões aqui propostas estão diluídas na tese: ZANDONÁ, Jair. Da poética do deslocamento à cartografia do sensível: às voltas com Mário de Sá-Carneiro e Bernardo Soares. 2013. 178 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2013, com financiamento CAPES/PDEE – Proc. BEX 2482/11-8.

² Doutor (2013) e mestre (2008) em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Letras Português Habilitação em Língua Espanhola e Respectivas Literaturas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2003). É um dos editores da Revista Anuário de Literatura (PPGL/UFSC), integra o quadro de pesquisadores/as do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e do Núcleo de Literatura Brasileira Atual – Estudos Feministas e Pós-Coloniais de Narrativas da Contemporaneidade (LITERATUAL/UFSC). E-mail: jzandona@gmail.com.

RESUMO / RESUMEN / ABSTRACT

Resumo: O projeto heteronímico delineado por Fernando Pessoa ainda hoje causa frisson por sua complexidade e dinamismo. Se em 2015 comemorou-se os 100 anos da Revista Orpheu – marco do Modernismo português –, 2016 iniciou com a divulgação da descoberta na África do Sul de uma caixa com textos de quando o poeta lá viveu, após o segundo casamento de sua mãe³. Este artigo pretende cotejar o projeto de escrita do *Livro do Desassossego* – visto como uma arca menor, lugar possível para depositar princípios de ideias-sensações – junto à *coterie* de escritores imaginados, as sensações e ausências próprias do projeto/processo de devir-outro (GIL, 200?) de Fernando Pessoa e[m] Bernardo Soares e da consciência deste da própria inexistência cotidiana, motivo pelo qual faz do *outrar-se*, por meio do sonho e da escrita, o movimento de desdobrar-se em outro[s].

Palavras-chave: Modernidade. Fernando Pessoa. Heteronímia. *Livro do desassossego*.

Resumen: El proyecto heteronímico desarrollado por Fernando Pessoa aún hoy desencadena frisión por su complejidad y dinamismo. Si en 2015 se conmemoró los 100 años de la Revista Orpheu – marco del Modernismo portugués –, 2016 empezó con la divulgación de la descubierta de una caja con textos de cuando el poeta allí vivió, después del segundo matrimonio de su madre. Este artículo pretende cotejar el proyecto de escrita del *Livro do desassossego* – visto como un arca menor, lugar posible para depositar principios de ideas-sensaciones – junto a su *coterie* de escritores imaginados, las sensaciones y ausencias propias del proyecto/proceso de devenir-otro (GIL, 200?) de Fernando Pessoa y/en Bernardo Soares, y de la conciencia de este de la propia inexistencia cotidiana, motivo por lo cual hace del otrarse, por medio del sueño y de la escrita, el movimiento de desdoblarse en otro[s].

Palabras clave: Modernidad. Fernando Pessoa. Heteronímia. *Livro do desassossego*.

Abstract: The heteronimity project prepared by Fernando Pessoa still causes frisson because of its complexity and dynamism. If in 2015 we commemorated the 100th anniversary of Revista Orpheu – Landmark of Portuguese literary modernism –, 2016 began with the release of the discovery in South Africa of a box with texts dating from the period when the poet lived there after the second marriage of his mother. This article intends to consider the project of writing the *Livro do desassossego* – seen as a smaller ark, a possible place to keep ideas, sensations – with the *coterie* of imagined writers, sensations and own absences project / process of becoming-other (GIL, 200?) of Fernando Pessoa and / in Bernardo Soares. We also consider this awareness of his own daily absence, the estrangement through dream and writing, the movement of unfolding into other[s].

Keywords: Modernity. Fernando Pessoa. Heteronimity. *Livro do desassossego*.

³ Conforme divulgação, o material encontrava-se em posse do pesquisador britânico Hubert Jennings, falecido há 23 anos, e recentemente descoberto pelos herdeiros. No momento, a caixa encontra-se no Centro de Estudos Portugueses da Universidade de Brown, nos Estados Unidos. Cf. <<http://www.africa21online.com/artigo.php?a=18587&e=Cultura>>. Acesso em: 29 jan 2016.

Sou metade sonâmbulo e outra metade nada.
Livro do Desassossego, Bernardo Soares

1 “SÊ PLURAL COM O UNIVERSO”: O FAZEDOR DE SENSações

Em 1965 Jorge de Sena iniciou a preparação da publicação do *Livro do Desassossego* pela Editora Ática, mas desistiu cinco anos depois. Desse projeto ficou a *Introdução* (SENA, 2000, p. 145-206), trabalho no qual o estudioso estabelece alicerces importantes para a leitura crítica do universo literário pessoano sobre o estudo heteronímico e a extraordinária arte de *não-ser* exemplarmente elaborada por Pessoa. Essa característica pode ser relacionada ao modo como “real” e imaginário são intercambiantes e têm suas fronteiras esboroadas. Talvez o exemplo mais contundente seja a peça *O marinheiro: drama estático em um quadro*, na qual, se levarmos em conta o subtítulo, a marca da realidade deslocada ficará muito mais perceptível, pois se trata de um drama sem ação, cujas personagens permanecem imóveis, sem caracterização e que falam em um cenário e tempo indefinidos.

O drama se desenrola à noite. Em cena estão três donzelas vestidas de branco velando uma quarta, também de branco. O decorrer da narrativa aponta que as três veladoras não desejam perturbar o ritmo da noite, respeitar o silêncio, permanecer imóveis, evitar qualquer perturbação. Mas divagam sobre a necessidade em falar, de recordar o passado, a infância, posto não serem capazes de capturar o presente, de contar histórias umas às outras, como o sonho que teve a Segunda veladora sobre o Marinheiro que vivia em uma ilha deserta: “Sonhava de um marinheiro que se houvesse perdido numa ilha longínqua. Nessa ilha havia palmeiras hirtas, poucas, e aves vagas passavam por elas... Não vi se alguma vez pousavam... Desde que, naufragado, se salvara, o marinheiro vivia ali...” (PESSOA, 2010, p. 61).

Na medida em que conta sobre a perda das lembranças do Marinheiro, de sua vida anterior ao desterro fatídico, e o modo como perdeu a capacidade de rememoração – as memórias que restaram foram as forjadas por ele naquela ilha –, as três estremecem com a possibilidade de serem produto de um sonho deste. Sonho dentro de outro sonho. Por isso, no decorrer da peça suas vozes passam a se [con]fundir. Sobre esse fato, José Augusto Seabra pondera que apenas aparentemente se tratam de personagens diferentes, pois “suas falas retomam-se umas às outras ao longo do drama, numa espécie de solilóquio obsessivo, reduzindo-se a três vozes que entre si se ecoam, até que a sua própria identidade se dissolve”

(SEABRA, 1991, p. 29). A leitura elaborada pelo estudioso evidencia, portanto, a desintegração da linguagem a favor de uma pluralidade de linguagens do sujeito que, por sua vez, igualmente se pluraliza (MATTIA, ZANDONÁ, 2015).

N’O *Marinheiro*, Pessoa lança o tema que explorará incansavelmente em sua produção: o mistério do ser. No drama, delinea “o processo de desprendimento do eu e de si mesmo” (MARTINS, 2010, p. 441), trabalho que aperfeiçoará com sua *coterie* heteronímica: outramento, desdobramento indelével. No caso da peça o sentido de desdobramento se intensifica, uma vez que, pelo modo como as próprias veladoras falam, percebe-se o emaranhamento de suas vozes, como se se entrecruzassem ou resquírios de uma mesma voz ecoassem, daí porque a sensação de que seja uma única voz entrecortada, cindida, refletida, tal qual a voz em um sonho confuso, emaranhado, e quem sonha sente-se confuso pelo estado de dormência e percebe o raciocínio “lógico” alterado: “Que voz é essa com que falais?... É de outra... Vem de uma espécie de longe...” (PESSOA, 2010, p. 70). No desdobramento o que é posto em xeque é a existência do *eu*, que em *O Marinheiro* pode ser em dois níveis: a quantidade de pessoas no quarto, e a possibilidade de ser um sonho dentro de um sonho. Aliás, como o próprio Pessoa dizia, a arte moderna é arte de sonho (MARTINS, 2010, p. 817).

Nesse caso, os limites do sonho – como contraponto de real – são borrados. Sua *coterie* heteronímica promove [um]a naturalização de experiências [de] outros. Pessoa foi o mestre que elaborou sua própria versão da matrioshka – também conhecida por babushka: um sujeito, dentro de outro sujeito, dentro de outro sujeito, dentro de outro. Sempre haverá outro, nunca o mesmo. Sua versão das bonecas russas diverge desse brinquedo tradicional. Se as maiores são feitas de materiais diferentes, mas ocas, a do centro, a última, é sólida. Em Pessoa não encontramos essa solidez, apenas o desdobramento estilizado do sujeito que não é. A arte de *não-ser*, escreveu Jorge de Sena (2000). É como se a arca fosse a boneca maior e os envelopes nela depositados fossem as menores, sem existir, entretanto, uma última boneca sólida, porque esta faz-se mito, repleta de armadilhas.

2 L DO D, L DO DES, LIVRO DO DESASSOSSEGO – FERNANDO PESSOA, VICENTE GUEDES, BERNARDO SOARES

Do estudo de Sena interessa neste momento a reflexão que faz sobre os planos – o primeiro seria de meados de 1912 – para o

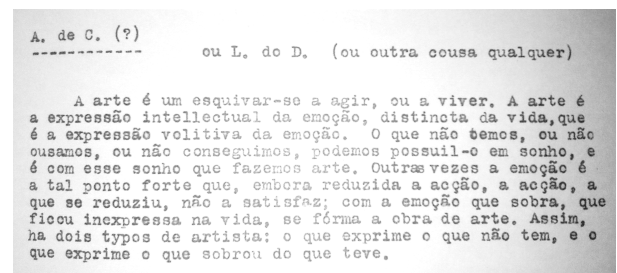
desenvolvimento e a organização do Livro e que dialogam com a própria autoria atribuída pelo poeta ao projeto. Primeiro Fernando Pessoa assina *Na floresta do alheamento*, publicado n'Águia em 1913 – para o “Livro do Desassossego, em preparação” –; depois, temos Vicente Guedes – falecido em 1916 vítima de tuberculose – e, finalmente, Bernardo Soares, que veio simplesmente para substituí-lo por volta de 1929 (MARTINS, 2010, p. 321-322) como autor do livro. Nele o poeta teria dotado o ajudante de guarda-livros “de uma consciência de negatividade e de frustração” (SENA, 2000, p. 154). Evidentemente que, em última análise, a autoria é atribuída ao “próprio” Fernando Pessoa. Helder Macedo sintetiza muito bem essa questão, ao afirmar, que a verdade da literatura é a única verdade biográfica de Bernardo Soares, assim como é a de Caetano de Campos e de Reis – e também de Fernando Pessoa, ele mesmo – que “em todos eles viveu” (MACEDO, 2011, p. 54). Por essa senda, e respeitando o processo estruturado pelo próprio poeta até chegar ao[s] Livro[s] que conhecemos, é que me permito aglutinar Fernando Bernardo Pessoa Soares para, simplesmente, Bernardo Soares.

Mas o que nos interessa nesse jogo autoral – de matrioshka se preferir – é justamente o projeto de construção do *Livro*, de [re]pensar e de [de]formar a escrita. O estudo de Sena recupera quatro planos de escrita compostos por listas com títulos enumerados. Dos títulos informados nos projetos, alguns foram escritos efetivamente e encontrados na arca – como “Na floresta do alheamento” e “Peristilo” –, enquanto outros nunca passaram de projeto. Aliás, vale lembrar que o *Livro* “em si” não existe. Trata-se de um não-livro, “o livro em plena ruína” (ZENITH, 2011b, p. 11), pois como o conhecemos, ou melhor, as diferentes edições que conhecemos não foram preparadas por Fernando Pessoa. Ele não o publicou em vida e, portanto, não podemos precisar qual o formato que ele atribuiria à obra. Conhecemos seus projetos, suas propostas, suas primeiras organizações, as publicações que temos acesso foram preparadas por pesquisadores e pesquisadoras engajadas em organizar o espólio deixado pelo poeta (para esse ponto, ver, por exemplo, o importante estudo de Fernando Cabral Martins, *Editar Bernardo Soares*, 2000)⁴.

⁴ Para fins de registro, citamos algumas edições que, além das divergências nas transcrições, possuem organização diferente. António Quadros prepara sua organização considerando a existência de dois Livros – o que acaba por se aproximar do estudo elaborado por Jorge de Sena. A edição de Teresa Sobral Cunha igualmente considera a existência de dois autores: Vicente Guedes e Bernardo Soares. Desse modo, considera a primeira parte do Livro a Guedes, atribuindo-lhe o “Prefácio” de Pessoa. Por sua vez, as edições organizadas por Richard Zenith o destina a Soares, posto que o estudioso elabora o Livro levando em conta as metamorfoses que sofreu no decorrer dos anos, de modo a estruturá-lo por meio de uma “linha de montagem de atrações”, como propõe Fernando Cabral Martins (2000, p. 220). Já a proposta dos dois volumes preparados pela Equipa Pessoa tem como título Livro do desasoço. A grafia do título, sem atualizar a redação para o português corrente, de modo a refletir o propósito do

Desse fato, há algumas questões que são prementes: quanto à composição dos textos que integram o L do D, a maioria é formada por inéditos, datilografados, manuscritos ou de elaboração mista encontrados em envelopes guardados por Pessoa em sua arca. Os suportes nos quais escrevia também não seguiam algum critério de organização. Poderiam ser papéis timbrados, envelopes, pedaços de papéis avulsos, sem que significassem/tivessem, por exemplo, uma cronologia/continuidade proposital, tampouco possuem qualquer ordem preestabelecida pelo autor, seja data ou numeração. Da totalidade dos textos, um número muito pouco expressivo é datado ou recebe a indicação expressa de se destinar ao *Livro* – seja com a referência de L do D, L do Des ou variantes dessas formas. Como mencionado acima, percebe-se um rigor maior do escritor em datar os textos a partir de 1929.

Um estudo mais apurado sobre o espólio de Fernando Pessoa disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa possibilita apreender alguns processos de sua escrita, especialmente na elaboração dos heterônimos e na escrita que a cada um é vinculada, a escrita *in progress* do *Livro do Desassossego* e o trabalho de “caracterização”⁵ e de formação de Bernardo Soares. Desse procedimento, percebe-se a volatilidade em definir a autoria de alguns textos, como ocorre abaixo ao escrever no topo do texto A de C (Álvaro de Campos) ou L do D (Livro do Desassossego):



A. de C. (?) (ZENITH, 2011a, p. 17)

Nesse datiloscrito, percebe-se o estabelecimento/construção da autoria de cada texto, observando a *coterie* heteronímica, o que fica [ainda mais] evidente quando Pessoa transmuta ao longo do percurso de sua intensa escrita os textos pensados,

Grupo de Trabalho para o Estudo do Espólio e Edição Crítica da Obra Completa de Fernando Pessoa em apresentar os textos em sua forma primária, a fim de diferenciá-los das “edições comerciais”, conforme explicou Jerónimo Pizarro, o organizador dos volumes, em entrevista (BRAGANÇA, 2011). Nesse sentido, com relação ao papel do editor, Fernando Cabral Martins (2000, p. 223) aponta que o trabalho de edição pode ser entendido como um suplemento de autoria, uma vez que as escolhas dos editores refletem no modo como o Livro é articulado. (Conf. ZANDONÁ, 2014).

⁵ Para tanto, recorro, por exemplo, à Introdução ao Livro do Desassossego, de Jorge de Sena (2000, p. 145-206); A prosa do desassossego, de Leyla Perrone-Moisés (2001, p. 209-284); Editar Bernardo Soares, de Fernando Cabral Martins (2000, p. 220-225).

aparentemente, *a priori* para o L do D, como é o caso de “Tudo quanto não é minha alma é para mim, por mais que eu não queira que o não seja, não mais que cenário e decoração”, (PESSOA, 2011, p. 180), cuja indicação também foi escrita a máquina. Em contraponto, o texto “Hoje, em um dos devaneios sem propósito nem dignidade que constituem grande parte da substância espiritual de minha vida” (PESSOA, 2011, p. 52), igualmente escrito a máquina, possui o acréscimo L do D a mão no canto superior direito⁶. Esse fato pode nos levar a duas conclusões: ou que Pessoa tenha, por um lapso, se esquecido de incluir no momento da escrita o destino textual, o que é pouco provável, ou que, num trabalho posterior de revisão, tenha “fixado” seu destino. Outro exemplo – “Durei horas incógnitas, momentos sucessivos sem relação, no passeio que fui, de noite, à beira sozinha do mar” (PESSOA, 2011, p. 126) – está subscrito por Pessoa, mas ao ser publicado na *Presença* [vol 1, n. 27, jun-jul 1930], é atribuído a Bernardo Soares⁷.

Com relação à publicação, na famosa carta a João Gaspar Simões, de 28 de julho de 1932, planejava fazê-lo após finalizar *Mensagem* [que, inicialmente, receberia o título de *Portugal*], posto que, conforme aponta na correspondência, ainda havia muito para “equilibrar e rever” antes de estar pronto:

Primitivamente, era minha intenção começar as minhas publicações por três livros, na ordem seguinte:

(1) Portugal, que é um livro pequeno de poemas (tem 41 ao todo), de que o Mar Português (Contemporâneo 4) é a segunda parte; (2) Livro do Desassossego (Bernardo Soares, mas subsidiariamente, pois que o B. S. não é um heterônimo, mas uma personalidade literária); [...]

Sucede, porém, que o Livro do Desassossego tem muita coisa que equilibrar e rever, não podendo eu calcular, decentemente, que me leve menos de um ano a fazê-lo. [...] (PESSOA, 1999b, p. 269-270).

Como é possível perceber, nesse momento Bernardo Soares ainda era tratado por Pessoa como sendo uma personalidade literária e não um semi-heterônimo. Com relação à discussão se Bernardo Soares possui caráter de heterônimo ou de semi-heterônimo, uma vez que as distinções entre uma instância e

outra parecem tão voláteis, retorno à distinção feita por José Gil, pois para ele: “Bernardo Soares é um «semi-heterônimo»: «semi» quer dizer sem autonomia – porque mostra apenas a germinação dos heterônimos; mas também heterônimo autônomo porque possui um estilo em um nome.” (GIL, 1993, p. 23).

Na carta de 13 de janeiro de 1935 a Adolfo Casais Monteiro, na qual explica ao amigo a gênese heteronímica, o próprio Pessoa escreve que Bernardo Soares “aliás em muitas coisas se parece com Álvaro de Campos, [e] aparece sempre que estou cansado ou sonolento, de sorte que tenha um pouco suspensas as qualidades de raciocínio e de inibição; aquela prosa é um constante devaneio.” (PESSOA, 1999b, p. 345-346). Ele segue sua explicação de que se trata de “um semi-heterônimo porque, não sendo a personalidade a minha, é, não diferente da minha, mas uma simples mutilação dela. Sou eu menos o raciocínio e a afectividade. A prosa, salvo o que o raciocínio dá de *ténue* à minha, é igual a esta, e o português perfeitamente igual” (PESSOA, 1999b, p. 346). Parece-me que esse seja o caminho que permite, seguindo as discussões de Teresa Rita Lopes (PESSOA, 2011, p. 18), considerar o *Livro do desassossego* como uma espécie de arca menor, repositório de ideias-sensações germinais.

A aproximação desta carta ao datiloscrito acima parece-me reforçar a “maleabilidade”, por assim dizer, do destino do texto. Pessoa reconhece que Álvaro de Campos e Bernardo Soares “em muitas cousas” se parecem. Além disso, a carta a João Gaspar Simões demonstra a necessidade de revisão do *Livro* para ajustar, ao que supomos, à prosa soareana – se levarmos em conta os diferentes projetos e o “aparecimento” de Soares na última fase de escrita do L do D a partir de 1929 [de acordo com a classificação de Sena (2000)]⁸.

3 SOBRE PONTE [D]E PASSAGEM⁹

Partilho da opinião de Eduardo Lourenço [e que vai ao encontro da vasta crítica pessoana] de ser impossível considerar a obra do poeta no sentido habitual, posto não

⁶ A edição crítico-genética aponta para a datilografia do texto e as intervenções a caneta preta. O estudo dos suportes de escrita sugere o ano de 1929 como sendo o de seu registro. (PESSOA, 2010, p. 763-765).

⁷ Na análise dos materiais, há três registros do processo da escrita: três metades inferiores de três folhas manuscritas a tinta preta, uma folha datilografada a tinta preta, e o texto publicado na *Presença*, n. 27. (PESSOA, 2010, p. 814-816).

⁸ A primeira fase de escrita do L do D estaria mais filiada ao simbolismo e seria “anterior” ao projeto heteronímico [corresponderia à produção realizada entre os anos

de 1914 e 1917]; a segunda fase compreenderia até 1929, momento de produção rarefeita e não datada destinada ao Livro; a terceira e última fase seria de 1929 a 1934, quanto os textos são datados. Para Jorge de Sena, é esse terceiro conjunto de textos, salvo algumas exceções, que importa e que compõe, efetivamente, o Livro do desassossego.

⁹ Escreve Soares: “Não posso ser nada nem tudo: sou a ponte de passagem entre o que não tenho e o que não quero.” (PESSOA, 2011, p. 233)

haver uma obra, mas um “conjunto de *obras-fragmentos*”, cuja conexão está justamente na “manifestação de uma única e inesgotável experiência: a ausência do Eu a si mesmo e ao mundo.” (LOURENÇO, 2008, p. 77).

Nessa medida, a elaboração do desdobramento heteronímico pressupõe processos que perpassam a captação (do mundo exterior e/ou interior) em conexão direta com determinados filtros que processam as emoções, promovendo a dissociação da consciência, da fusão de ideias e de emoções (GIL, 1993, p. 9). Indubitavelmente, esse momento [de abstração] dos sentidos e dos sentimentos é elaborado no mundo interior – lugar de resignificação de suas experiências vividas imaginariamente. Então, esse espaço interior, conforme estudo homônimo de José Gil (1993, p. 10), é o *lugar da metáfora, espaço estético e, muito particularmente, poético*, motivo pelo qual está sempre em expansão: *encontra-se constantemente em mutação, multiplicando-se infinitamente*. Assim, motivado pela “pulsão de sentir” (GIL, 1993, p. 21), podemos dizer que a análise das sensações desencadeará cisões, seja no mundo material, seja no mundo onírico, provocando o estilhaçamento dessa sensação primária em outras, transformadas em sensação-sentimento.

Por esse viés, em *Fernando Pessoa e a metafísica das sensações*, José Gil retoma sua discussão sobre a estética das sensações. Ao pensar no sujeito heteronímico como resultado de um processo de metamorfose, tal procedimento resulta em devir-outra. Assim, no “devir-outra da heteronímia, não há um sujeito e um objeto em relação estática, mas o sujeito duplica-se de novo e sempre sobre a sua sensação, tomando-a como objeto antes de a (e de se) transformar” (GIL, 200?, p. 13). Em outras palavras, no devir-outra toma-se por objeto o sujeito que tinha como por objeto as suas próprias sensações – procedimento próprio de Bernardo Soares se retomarmos *Educação sentimental*, por exemplo.

Um pormenor interessante do semi-heterônimo vale ser retomado. Diferente dos demais heterônimos, Soares não teve *vida*, data e lugar de nascimento ou outras definições biográficas que Caetano, Reis e Campos tiveram. Teve ao seu alcance o *Livro do Desassossego*, o livro da sua [não-]vida, a fim de diminuir a *febre de sentir* – para ele as sensações se elaboram feito crochê:

Invejo – mas não sei se invejo – aqueles de quem se pode escrever uma biografia, ou que podem escrever a própria. Nestas impressões sem nexos, nem desejo de nexos, narro indiferentemente a minha autobiografia sem factos, a minha história sem vida. São as minhas Confissões, e, se nelas nada digo, é que nada tenho que dizer.

Que há de alguém confessar que valha ou que sirva? O que nos sucedeu, ou sucedeu a toda a gente ou só a nós; num caso não é novidade, e no outro não é de compreender. Se escrevo o que sinto é porque assim diminuo a febre de sentir. O que confesso não tem importância, pois nada tem importância. Faço paisagens com o que sinto. Faço férias das sensações. Compreendo bem as bordadoras por mágoa e as que fazem meia porque há vida. Minha tia velha fazia paciências durante o infinito do serão. Estas confissões de sentir são paciências minhas. Não as interpreto, como quem usasse cartas para saber o destino. Não as ausculto, porque nas paciências as cartas não têm propriamente valia. Desenrolo-me como uma meada multicolor, ou faço comigo figuras de cordel, como as que se tecem nas mãos espetadas e se passam de umas crianças para as outras. Cuido só de que o polegar não falhe o laço que lhe compete. Depois viro a mão e a imagem fica diferente. E recomeço.

Viver é fazer meia com uma intenção dos outros. Mas, ao fazê-la, o pensamento é livre, e todos os príncipes encantados podem passear nos seus parques entre mergulho e mergulho da agulha de marfim com bico reverso. Crochê das coisas... Intervalo... Nada... De resto, com que posso contar comigo? Uma acuidade horrível das sensações, e a compreensão profunda de estar sentindo... Uma inteligência aguda para me destruir, e um poder de sonho sófrego de me entreter... Uma vontade morta e uma reflexão que a embala, como a um filho vivo... Sim, crochê... (PESSOA, 2011, p. 56-57).

Esse texto do L do D representa bem o processo devir-outra apontado por José Gil (200?) na medida em que, não havendo biografia para contar, Soares lança mão da aventura de sentir, a ponto de desenrolar-se como uma meada, por meio da intenção dos outros, a entreter-se. Além disso, aponta para a construção da paisagem, pois “Toda a paisagem não está em parte alguma” (PESSOA, 2011, p. 418): “Faço paisagens com o que sinto” (PESSOA, 2011, p. 57) – a qual é feita através da multiplicidade das sensações, dividindo-as, desdobrando-as, isolando-as (GIL, 200?, p. 17) – entremeadas pelos espaços exterior e interior.

O ajudante de guarda-livros sente-se inserido em um mundo bastante bruto, de solidão e de desolação. O ritmo regular da sua vida, o movimento da cidade, o afã da vida moderna fazem com que sua visão de mundo seja repleta de ausências, de quase vazios, de solidão que se alarga.

Nesse contexto, os estados de semi-sono, de tédio, de indiferença, de fadiga, de insônia, são propícios para que Soares proceda a análise das sensações. Além disso, são mecanismos que levam ao estágio/estado do sonho, deslocam a noção do *real* daquilo que o ajudante de guarda-livros percebe (GIL, 200?, p. 18) – *ponte de passagem* para o devir-outra:

No fundo o que acontece é que faço dos outros o meu sonho, dobrando-me às opiniões deles para, expandindo-as pelo meu

raciocínio e a minha intuição, as tornar minhas e (eu, não tendo opinião, posso ter as deles como quaisquer outras) para as dobrar a meu gosto e fazer das suas personalidades coisas aparentadas com os meus sonhos. (PESSOA, 2011, p. 250)

Tais estados soareanos estão vincados por seu sofrimento. O fato de haver sofrido demasiadamente, fê-lo abstrato e anônimo (GIL, 200?, p. 15): “Toda a amargura retardada da minha vida despe, aos meus olhos sem sensação, o traje de alegria natural de que usa nos acasos prolongados de todos os dias. Verifico que, tantas vezes alegre tantas vezes contente, estou sempre triste.” (PESSOA, 2011, p. 77)

Por esse motivo, Bernardo Soares sente *outrando-se*, desdobra-se por intermédio do sonho, sem limitar-se a experimentar apenas um Outro a cada operação mental, mas se propõe a vários ao mesmo tempo. Mune-se de excessos e, como um leque aberto, é uma multidão de seres:

E no meio disto tudo a sua fisionomia, o seu traje, os seus gestos, não me escapam. Vivo ao mesmo tempo os seus sonhos, a alma do instinto e o corpo e atitudes deles. Numa grande dispersão unificada, ubíquo-me neles e eu crio e sou, a cada momento da conversa, uma multidão de seres, conscientes e inconscientes, analisados e analíticos, que se reúnem em leque aberto. (PESSOA, 2011, p. 250-251).

O movimento de viver “os seus sonhos, a alma do instinto e o corpo e atitude” dos outros é, simultaneamente, dispersar-se infinitamente em sentimentos – por meio da *pulverização do sensível*, sempre em percepções fragmentadas –, acentuando a abstração e a nulidade próprias de Soares. Em outras palavras, munindo-se da de Álvaro de Campos, os sentidos estão estreitamente relacionados à possibilidade de viajar, ação do devir-outro através das sensações:

Afinal, a melhor maneira de viajar é sentir.
Sentir tudo ele todas as maneiras.
Sentir tudo excessivamente
Porque todas as coisas são, em verdade excessivas
E toda a realidade é um excesso, uma violência,
Uma alucinação extraordinariamente nítida
Que vivemos todos em comum com a fúria das almas,
O centro para onde tendem as estranhas forças centrífugas
Que são as psiques humanas no seu acordo de sentidos. (PESSOA, 2005, p. 406)

Assim, podemos relacionar, então, as paisagens exterior e interior. Muito além de semelhanças, no que se refere a uma representação plástico-imagética do que se passa no sujeito, a paisagem exterior figura como um prolongamento da paisagem interior (sensível), de modo a se articularem: o

espaço exterior acaba por adquirir as formas da emoção, extrapola os limites das sensações sensoriais, a fim de incitar o desdobramento sensorial próprio do onírico (Cf. GIL, 200?, p. 27-28). Sobre o processo de devir-outro, esclarece José Gil que, na primeira etapa dessa elaboração:

Os estados de semi-sono, de fadiga extrema, de tédio ou de torpor desencadeiam fluxos de sensações de todos os sentidos, provocando um abaixamento do limiar da consciência, com intersecção e cruzamento de fluxos sensoriais, dissolução do sujeito (anonimato, diluição da identidade social) que se «perde» na proliferação das sensações, como num devir-outro, desagregação dos esquemas habituais do espaço e do tempo. E construção de um outro espaço e de um outro tempo. (GIL, 200?, p. 136)

Tais estados levam ao sonho, manipulam a realidade percebida, de modo a multiplicar as sensações: “O meu mundo imaginário foi sempre o único mundo verdadeiro para mim. Nunca tive amores tão reais, tão cheios de verve, de sangue e de vida como os que tive com figuras que eu próprio criei. Que puros! Tenho saudades de eles, como os outros, passam...” (PESSOA, 2011, p. 373). Desse modo, Soares tem consciência de que é capaz de se transformar em qualquer passante de Lisboa, de modo muito mais intenso que o *flâneur* baudelairiano, fazendo do livro dos viajantes registro de sua capacidade de multiplicar-se – “Não escrevo em português. Escrevo eu mesmo”, diz Soares (PESSOA, 2011, p. 394):

Há quem, estando distraído, escreva riscos e nomes absurdos no mata-borrão de cantos entalados. Estas páginas são os rabiscos da minha inconsciência intelectual de mim. Traça-as numa modorra de me sentir, como um gato ao sol, e releio-as, por vezes, com um vago pasmo tardio, como o de me haver lembrado de uma coisa que sempre esquecera.

Quando escrevo, visito-me solenemente. Tenho salas especiais, recordadas por outrem em interstícios da figuração, onde me deleito analisando o que não sinto, e me examino como a um quadro na sombra. (PESSOA, 2011, p. 318)

Podemos perceber essa viagem literária pela modernidade, na qual o esfacelamento do eu é representado em diferentes nuanças: o que sente, como vive, extrapolando os limites de uma sensibilidade que será sempre extrema, pelo modo como o semi-heterônimo Bernardo Soares elabora seu *Livro – obra-fragmentos* (estilhaços de si): “Hoje sou ascético na minha religião de mim. Uma chávena de café, um cigarro e os meus sonhos substituem bem o universo e as suas estrelas, o trabalho, o amor, até a beleza e a glória.” (PESSOA, 2011, p. 250).

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

Robert Bréchon (1999, p. 478) sintetiza bem esta situação: “Soares não é um outro de Pessoa, mas também não é Pessoa; é o nada que Pessoa descobre em si mesmo quando pára de sentir.” Essa insuficiência do sujeito perpassa o campo da representação e compõe o próprio L do D. Respalhada pelo simbólico, a escrita se manifesta a fim de demarcar por meio da linguagem a consciência de sua alteridade, a ausência do outro, bem como a degeneração de si mesmo. E será apenas na representação que o sujeito melancólico conseguirá se sustentar. Tomado pela angústia, pela dor, na tentativa de recuperar o objeto, o sujeito se lançará à representação por meio da escrita: “Nunca durmo: vivo e sonho, ou, antes, sonho em vida e a dormir, que também é vida. [...] Verdadeiramente, não sei como distinguir uma coisa da outra, nem ousar afirmar se não durmo quando estou desperto, se não estou a despertar quando durmo.” (PESSOA, 2011, p. 319).

Ou, se desejarmos recuperar as palavras do “próprio” poeta em correspondência enviada a Armando Côrtes-Rodrigues em 14 de novembro de 1914: “O meu estado de espírito obriga-me agora a trabalhar bastante, sem querer, no *Livro do Desassossego*. Mas tudo fragmentos, fragmentos, fragmentos.” (PESSOA, 1999a, p. 134). Sempre um conjunto a armar *a posteriori*. Já mencionei a carta a João Gaspar Simões, de 1932, que, quase 18 anos depois, afirma ter “muita coisa que equilibrar e rever” antes de o livro dos viajantes estar pronto para ser publicado.

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, Gustavo. O desafio de editar Pessoa. Entrevista com Jerónimo Pizarro. *Revista Escrita*, n. 13, p. 1-13, 2011.

BRÉCHON, Robert. *Estranho estrangeiro: uma biografia de Fernando Pessoa*. Trad. Maria Abreu e Pedro Tamen. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIL, José. *Fernando Pessoa e a metafísica das sensações*. Lisboa: Relógio d'Água, 2007.

_____. *O espaço interior*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

LOURENÇO, Eduardo. *Fernando Pessoa, rei da nossa Baviera*. Lisboa: Gradiva, 2008.

MATTIA, Bianca Rosina; ZANDONÁ, Jair. Fernando Pessoa e a ficção heteronímica: o drama do poeta ou o poeta do drama. *Revista Versatele*, v. 3, p. 188-214, 2015.

MACEDO, Helder. Fernando Pessoa, Cesário Verde e as ficções da identidade. *PESSOA. Revista de ideias*. Ano 1, n. 3, jun 2011. Lisboa: Casa Fernando Pessoa, p. 51-57.

MARTINS, Fernando Cabral (Coord.). *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*. São Paulo: Leya, 2010.

_____. Editar Bernardo Soares. In: *Revista Colóquio/Letras*. Ensaio, n.º 155/156, jan. 2000, p. 220-225. Disponível on-line em: <http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=155&p=220&o=r>. Acesso em 30 jan. 2016.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Aquém do eu, além do outro*. 3.ed. [revista e ampliada] São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PESSOA, Fernando. *Correspondência: 1905-1922*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a. [Organização de Manuela Pereira da Silva]

_____. *Correspondência (1923-1935)*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999b. [Ed. de Manuela Parreira da Silva].

_____. *Fernando Pessoa: escritos autobiográficos, automáticos e de reflexão pessoal*. Edição e posfácio de Richard Zenith; com a colaboração de Manuela Parreira da Silva. Tradução de Manuela Rocha. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

_____. *Livro do desasosiego*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, v. XII, 2010. [Edição Jerónimo Pizarro].

_____. *Livro do Desassossego*: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. [org., intr. e notas de Richard Zenith].

_____. *Livro do Desassossego*. Lisboa: Relógio d'água, 2008. [Edição Teresa Sobral Cunha]

_____. *Livro do Desassossego por Bernardo Soares*. Lisboa: Europa-América, vols. 1 e 2, 1986. [Int. e nova organização de António Quadros].

_____. O marinheiro: drama estático em um quadro. In.:
_____. *Teatro do Êxtase*. São Paulo: Hedra, 2010, p. 51-73.
[Introdução e organização de Caio Gagliardi].

_____. *Obra poética*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.
[20ª reimp.].

_____. Tábua bibliográfica. *Presença*, nº 17. Coimbra: Dez.
1928 (ed. facsimil. Lisboa: Contexto, 1993), p. 250. Disponível
on-line em: <<http://arquivopessoa.net/textos/2700>>. Acesso
em: 25 ago. de 2015.

SEABRA, José Augusto. *Fernando Pessoa ou o poetodrama*.
2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

SENA, Jorge de. *Fernando Pessoa e Cia heterónima*. 3.ed.
Lisboa: Edições 70, 2000.

ZANDONÁ, Jair. Para uma cartografia do sensível: a poética
de Bernardo Soares. *Claraboia*, v. 1, p. 78-91, 2014.

ZENITH, Richard. *Fotobiografia de Fernando Pessoa*. São
Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

ZANDONÁ, Jair. *Da poética do deslocamento à cartografia do
sensível: às voltas com Mário de Sá-Carneiro e Bernardo
Soares*. 2013. 178 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal
de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão,
Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis,
2013.

ZENITH, Richard. Prefácio. In: PESSOA, Fernando. *Livro do
desassossego*: composto por Bernardo Soares, ajudante de
guarda-livros na cidade de Lisboa. 3.ed. São Paulo: Companhia
das Letras, 2011b.

· G A
V A G
A I ·



OS “ARQUIVOS DA
REPRESSÃO”
DAS DITADURAS DE
SEGURANÇA NACIONAL
DO CONE SUL

*LOS “ARCHIVOS DE LA REPRESIÓN” DE LAS DICTADURAS
DE SEGURIDAD NACIONAL DEL CONO SUR*

THE “ARCHIVES OF THE REPRESSION” OF THE NATIONAL
SECURITY DICTATORSHIPS OF THE SOUTH CONE

Sílvia Simões¹

¹Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: silviasimoes73@gmail.com.

RESUMO / RESUMEN / ABSTRACT

Resumo: O artigo tece considerações acerca dos “arquivos da repressão”, suas características, alcances e particularidades, fatores que impulsionam tanto as práticas arquivísticas como o conhecimento histórico acerca das Ditaduras de Segurança Nacional implantadas no Cone Sul a partir da década de 1960. Verifica-se que a imprecisão e uso indiscriminado desse termo por vezes pretere a importância de outros tipos de acervos documentais vinculados às instituições repressivas, também importantes para os esclarecimentos colocados às questões de Memória, Verdade e Justiça. Entende-se que os arquivos de organismos de Estado, conectados com os acervos privados, os das Comissões para a Verdade, assim como os das organizações de Direitos Humanos e de Organismos Internacionais, aliam-se à proteção do exercício de direitos cidadãos, tanto coletivos quanto individuais.

Palavras-chave: Cone Sul. Ditadura. Arquivos da repressão.

Resumen: El artículo presenta consideraciones acerca de los “archivos de la represión”, sus características, los alcances y las especificidades, factores que impulsan tanto las prácticas archivísticas como el conocimiento histórico acerca de las dictaduras de Seguridad Nacional en el Cono Sur desplegadas desde la década de 1960. Se verifica que la vaguedad y el uso indiscriminado del término a veces desestiman la importancia de otros tipos de fondos documentales relacionados con instituciones represivas también importantes para comprender las cuestiones colocadas a la Memoria, Verdad y Justicia. Se entiende que los archivos de organismos estatales, enlazados con las colecciones privadas, las de las Comisiones de la Verdad, así como las de las organizaciones de Derechos Humanos y Organizaciones Internacionales, se alían para resguardar el ejercicio de los derechos ciudadanos, tanto colectivos como individuales.

Palabras Clave: Cono Sur. Dictadura. Archivos de la represión.

Abstract: The article presents considerations about the "archives of repression", their characteristics, reach and peculiarities, as well as the factors driving both archival practices and as historical knowledge about the National Security dictatorships in the South Cone deployed from the 1960s. It appears that the haziness and indiscriminate use of the term sometimes hinders proper consideration of the importance of other types of documentary collections linked to the repressive institutions, also important for clarification posed to issues about Memory, Truth and Justice. It is understood that the files of State agencies connected with private collections, those of Commissions for Truth, as well as those of Human Rights and International Organizations, are allied to the protection of the exercise of citizenship rights, both collective and individual.

Keywords: South Cone. Dictatorship. Archives of Repression.

1 INTRODUÇÃO

“*Un bombazo sobre la culpabilidad de Pinochet, recibido muy tarde*”, é o título da matéria publicada por John Dinges, em outubro de 2015, acerca dos informes desclassificados da CIA que “poderiam ter modificado a história”, ao comprovarem o envolvimento direto do ditador Augusto Pinochet no atentado à bomba que vitimou Orlando Letelier, ex-embaixador do governo de Salvador Allende, em setembro do ano de 1976, em Washington. Para o atual embaixador do Chile nesta cidade – entrevistado pelo autor da matéria – essa documentação, se tivesse sido conhecida quando de sua produção, teria feito com que a posição de Pinochet como Chefe das Forças Armadas se tornasse insustentável. O embaixador acrescenta que, pelo fato de essa documentação remontar pelo menos ao ano de 1978, o retorno à democracia teria acontecido muito antes de quando se deu – somente no ano de 1990 –, destacando como ponto principal o de que o ditador certamente não participaria no processo eleitoral que levou à redemocratização chilena. Dinges salienta que as marcas de classificação dos documentos ainda podem ser vistas – SECRETO y NEGAR –, mas que foram tachadas e substituídas pelo selo PUBLICAR EN TODO, há mais de três décadas da constatação, por parte da CIA, das evidências da culpabilidade do ditador no atentado terrorista (DINGES, 2015).

A centralidade dos debates acerca da desclassificação dos arquivos das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul impulsiona cada vez mais as sociedades na promoção do debate público sobre a importância do acesso irrestrito às informações contidas nos chamados “arquivos da repressão”, fato este que pode ser evidenciado no slogan da atual campanha promovida pelo coletivo chileno *Londres 38 Espacio de Memorias –! No más archivos secretos! ¡A romper los pactos de silencio!*

A perspectiva de que a documentação dos arquivos relativos ao Terror de Estado² perpetrado pelas ditaduras latino-americanas possibilite conhecer “toda a verdade” desse período faz com que eles sejam não somente resguardados, mas buscados intensamente, ainda hoje. Fator preponderante para tal, por certo, é a impunidade e ocultação da verdade, criando sérios entraves para o resgate das memórias e a formação de uma consciência histórica, obtenção da Justiça, o trabalho de pesquisadores, e, em uma visão ampla da questão, a verificação de que os arquivos da repressão têm por mote primordial a questão dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, neste artigo realizamos algumas considerações acerca dos “arquivos da repressão”, suas características, alcances e aspectos metodológicos particulares, fatores que repercutem quer no trabalho arquivístico como no historiográfico, que se encontram

profundamente imbricados no processo de identificação, tratamento e análise desses arquivos.

2 OS “ARQUIVOS DA REPRESSÃO”

Partindo pela definição conceitual de o que sejam considerados “arquivos da repressão”, Ludmila da Silva Catela os define, relacionando-os às ditaduras do Cone Sul, como o “conjunto de objetos secuestrados a las víctimas o *producidos por las fuerzas de seguridad* (policías, servicios de inteligencia, fuerzas armadas) en acciones represivas (allanamientos, persecución, secuestros, torturas, desaparición, asesinatos, etc)” (DA SILVA CATELA, 2002, p. 209-210), estando incluídos nesta categoria, muitas vezes, os acervos produzidos por instituições de Direitos Humanos com base em suas ações de denúncia e busca de informações relativas aos fatos da repressão.

Ressaltando que ao momento das transições democráticas a documentação tinha como objetivo principal seu uso imediato como prova de verdade e justiça, paulatinamente derivando para o uso do arquivo para a memória e à história, Elizabeth Jelin situa três tipos de acervos arquivístico: o primeiro deles são os acervos das *instituições represivas*, citando como exemplos os arquivos do Departamento de Ordem política e Social (DOPS), do Brasil; o Arquivo do Terror, no Paraguai; e o Arquivo da Direção de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires (DIPPBA); os outros dois tipos seriam os acervos acumulados com base em listas e denúncias de casos, sustentados no trabalho realizado anteriormente pelas organizações de Direitos Humanos, como é o caso dos arquivos das Comissões da Verdade; e acervos dispersos e diversos, com base em resistências pessoais e coletivas, e que se estendem no tempo ao período pós-ditadura, principalmente quando vinculam a memória aos seus objetivos (JELIN, 2002, p.7). Então, os *arquivos da repressão* tomados são aqueles produzidos pelos órgãos das forças de segurança; os *acervos de instituições represivas* relacionados com os arquivos policiais e de inteligência. Reforçando esta perspectiva, Marcia Miranda, tendo como referencial o trabalho de Catela sobre os arquivos da repressão no Brasil, nos remete à importância da preservação dos arquivos das *instituições de repressão* – identificados aos arquivos da repressão – e aqueles sobre a *atividade represiva do Estado* – que se equivaleriam aos arquivos sobre a repressão – (MIRANDA, 2011, p. 12), sendo os últimos constituídos, dentre outros, pela documentação produzida e acumulada pelas organizações de Direitos Humanos na denúncia do atuar repressivo do Estado. Pese

² Conforme Enrique Serra Padrós o Terror de Estado (TDE) “é uma modalidade essencialmente distinta do terrorismo individual ou de grupos extremados não estatais. Enquanto este é responsabilidade de indivíduos que utilizam a violência de forma indiscriminada para atingir e desestabilizar o Estado e a sociedade, o TDE se fundamenta na lógica de governar mediante a intimidação. É um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos

setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo”. Ver: Padrós (2005, p. 22; 65). A concepção de guerra “total” implica em uma violação permanente dos Direitos Humanos, pois na lógica do TDE todos os meios para vencer o “marxismo internacional” se justificam, dentre eles a delação, tortura, extorsão e desaparecimentos forçados.

a confusão terminológica, verifica-se a profunda ambiguidade desta distinção, pois essa atividade repressiva do Estado pode ser encontrada nos arquivos de seus órgãos para tal fim criados, propriamente ditos; nos acervos das instituições de Estado; e nos arquivos “alternativos”, como bem os denomina Jelin para aqueles voltados fundamentalmente às denúncias de pessoas afetadas, testemunhos pessoais e registros de imprensa (JELIN, 2002, p. 5-6).

Ponto importante a reter é que as Ditaduras de Segurança Nacional³ têm como característica intrínseca à sua existência a clandestinidade das operações executadas por seus diferentes órgãos de repressão. No entanto, cabe destacar que, paralelo a essa ação clandestina do Estado, as ditaduras civil-militares, contando com estritas cadeias de comando, contavam com uma organização burocrático-militar que perpassava toda a organização estatal, determinando a hierarquia da instituição e a distribuição de deveres, responsabilidades e “tarefas” correspondentes aos seus diferenciados e múltiplos órgãos e entidades. Jelin destaca essa hierarquização nas diversas instituições – que ela identifica como sendo as polícias e forças armadas, e dentro delas entre as diferentes armas –, uma cadeia burocrática de ordens cumpridas que “implica registros e arquivos, organizados, típicos de la actuación policial ‘normal’” (JELIN, 2002, p. 4). Porém, onde situar, nessa “hierarquia dos arquivos da repressão”, os demais órgãos que compõem a estrutura governamental, como, por exemplo, o Ministério de Relações Exteriores do Chile (MINREL), um dos pilares fundamentais, ao lado dos Ministérios do Interior e da Defesa, para a legitimação da ditadura perante o mundo, responsável pela negação sistemática, diante dos organismos internacionais e, por extensão, dos nacionais, dos desaparecimentos, torturas, prisões e toda a sorte de violações massivas dos Direitos Humanos de forma ininterrupta em seus dezessete anos de existência? Onde situar a imensa gama de informações nominativas contidas em prontuários e informes não só recebidos, mas emitidos diretamente por esse Ministério para os dirigentes máximos dos órgãos de segurança, visando atender aos pedidos seus e de suas representações diplomáticas no exterior?⁴ E as extensas documentações de denúncias produzidas pelas organizações de Direitos Humanos, detalhadas e analisadas pelo departamento de Assuntos Especiais do MINREL e anexadas às suas correspondências, e que são transmutadas em fonte de informação para mapear as atividades da campanha subversiva promovida pelo “marxismo internacional”, utilizando-as, desse modo, para inverter seu conteúdo, com o objetivo de invalidar suas denúncias e ações? Nesse caso, os arquivos dos Ministérios de Relações Exteriores, aqui tomados como exemplo, não se constituem somente de papéis estritamente

burocráticos.

Possíveis respostas a estas indagações nos fornece Emmanuel Kahan, quando reflete que, sob a denominação de “arquivos da repressão”, podem ser encontrados diferentes repertórios de documentação com características variadas, levando ao debate sobre as particularidades dos fundos documentais vinculados aos períodos repressivos de cada instituição depositária. Nesse sentido, no reconhecimento de um arquivo como pertencendo “à repressão”, situam-se as disputas acerca da importância de sua documentação para a elaboração de uma “memória coletiva”, ou seja, a utilidade político/pública conferida à sua existência para dirimir disputas públicas e privadas que partem de indagações feitas no presente. No entanto, essa mesma documentação permite – além do conhecimento do papel e das funções exercidas pelos organismos de inteligência política – compreender a dinâmica desigual do conflito entre as organizações da sociedade civil e o aparato repressivo do Estado (N. KAHAN, 2007).

Graciela Karababikian esclarece que não há acordo estabelecido para as denominações. Assim, tem-se que, costumeiramente, chama-se “arquivos da repressão” àqueles produzidos pelos órgãos repressivos legais ou ilegais das forças de segurança; “arquivos de direitos humanos” aos produzidos por pessoas ou organizações sociais que foram objeto da repressão, direta ou indireta, diríamos; “arquivos da memória” ou “arquivos da ditadura”, esta última usada, na região do Cone Sul, para identificar o conjunto de todos eles: “denominaciones todas ellas con la que se quiere aludir más o menos a aquellos documentos que contienen información sobre los procesos represivos atravesados los países de Argentina y de la región”. A autora ressalta que, independente da denominação que possuam, estes arquivos possuem interesse jurídico, histórico e político, e que obtiveram notoriedade nos últimos tempos, na Argentina, não tanto pela tomada de consciência pública acerca da sua importância, mas devido ao fato de o Estado ter assumido o protagonismo na elaboração de políticas de memória, assim como de sua vontade política de reverter anos de indiferença quanto às violações dos Direitos Humanos ocorridas no país (KARABABIKIAN, p. 4; 6).

Por sua vez, Alberch I Fugueras centra sua atenção nos arquivos para os Direitos Humanos, e, salientando que é impossível estabelecer uma tipologia com valor universal, sugere uma aproximação que torne possível conhecer quais os arquivos que têm utilidade para as questões desses Direitos. Analisando as tipologias de arquivo realizadas por Jelin e Catela – fundos de instituições

³ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) se baseava nos golpes contrainsurgentes, dando legitimidade às Forças Armadas de atuarem no cenário político dos países, na questão do ordenamento nacional. Na DSN, as pessoas exercem de fato sua cidadania pertencendo a uma comunidade nacional, e não a uma classe, gerando, assim, uma despolitização social. Coube às Forças Armadas restaurar a unidade nacional, que estava sendo ameaçada pela “subversão” e pelo “perigo comunista”. Assim, a DSN formulou um “estado de guerra permanente” contra o “inimigo interno”, que se estendi desde opositores abertos ao regime, como as organizações armadas, até qualquer pessoa que questionasse o sistema, todos identificados com o comunismo, conceito que se tornou extremamente flexível na utilização pela DSN”. Ver: Fernandes (2009, p.18-19).

⁴ Encontram-se trocas de correspondências diretas entre o Ministério de Relações Exteriores e os órgãos máximos da polícia política chilena – a Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) e sua sucessora, a Central Nacional de Informaciones (CNI), e vice-versa. De igual modo, são muitas as correspondências desse Ministério nas quais se distribuem cópias para o Comandante de la Guarnición Militar de Santiago; Director de Orden y Seguridad de Carabineros de Chile; Director de la Policía de Investigaciones de Chile; Director de Inteligencia Nacional; Director Nacional de Informaciones.

repressivas, de organismos de investigação sobre o passado, e das próprias associações de defesa dos Direitos Humanos –, Fugueras propõe uma aproximação mais exaustiva em um marco geral, onde estabelece a existência de três grandes grupos de arquivos de interesse, que são: os arquivos de organismos de Estado; os Privados; os constituídos a partir dos testemunhos recolhidos pelas Comissões para a Verdade e Reconciliação. No primeiro tipo ele situa os arquivos institucionais, que são formados, dentre outros órgãos, pelos arquivos nacionais ou gerais da Nação; os arquivos dependentes da presidência do governo, onde se estabelecem, em grande medida, os serviços de inteligência; os arquivos dependentes do Ministério do Interior, que geralmente englobam as direções de Polícia e as Forças de Segurança do Estado; os arquivos dependentes do Ministério de Relações Exteriores; os arquivos de organismos específicos de controle e repressão (serviços de informação, organizações paramilitares, tribunais de exceção, campos de concentração, prisões especiais, etc.) (ALBERCH I FUGUERAS, 2008, p. 81-83). Como se depreende, os “arquivos da repressão” se convertem, nesta definição, primeiramente em Arquivos para os Direitos Humanos, do qual fazem parte os arquivos de organismos/instituições do Estado, que englobam os “arquivos da repressão”, aqui tidos como “organismos específicos de controle e repressão”, não isolando e compartimentando, portanto, nesta conceituação, este tipo de arquivo – da repressão – e sua documentação.

Para Antonio González Quintana, responsável pelo resumo do Informe produzido pelo Grupo de Peritos constituído pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e a UNESCO, “la variedad de instituciones represivas es muy amplia ya que delimitar el alcance del término ‘represión’ no es sencillo”, fazendo com seja preciso estender esse conceito aos âmbitos das ideias políticas, religiosas, condutas sexuais, etc. (GONZÁLEZ QUINTANA, 2005, p. 17).⁵ Partindo dessa constatação, González Quintana esclarece que o Grupo de Trabalho ICA-UNESCO estabeleceu as seguintes categorias de instituições repressivas:

Servicios de inteligencia, cuerpos paramilitares, tribunales especiales, campos de concentración, prisiones especiales, centros psiquiátricos para la “reeducación” y otros. Eso en cuanto a las instituciones especialmente creadas por los regímenes represivos y que están única y exclusivamente ligadas a la pervivencia de los mismos. Sin embargo encontramos también documentación represiva en instituciones tradicionales de la Administración que han continuado existiendo a la finalización de los regímenes totalitarios. Entre ellas el grupo ha establecido las siguientes categorías: Fuerzas Armadas, Policía y Cuerpos de Seguridad, Tribunales Ordinarios y Órganos de la Administración Civil (GONZÁLEZ QUINTANA, 2005, p.17, grifos nossos).

É de fundamental importância a distinção feita pelo Grupo de Trabalho, que, ao valer-se da terminologia de instituições repressivas que findam ou permanecem – nelas incluindo-se os serviços de inteligência criados pelas ditaduras e voltados à repressão, e a Polícia e corpos de Segurança, que permanecem após o final da ditadura – possibilita alargar o escopo do entendimento do que são os fundos ou séries documentais de caráter repressivo existentes nesses órgãos ou entidades. Apesar dos serviços de Inteligência possuírem documentação mais característica, tendo em seus arquivos informações que pressupõem sua localização imediata – caso das fichas, índices, prontuários, relatórios –, o entrelaçamento e entrecruzamento desses órgãos, ao gerarem intercâmbios de informação, possibilitam, muitas vezes, o entendimento do funcionamento global da “racionalidade do terror”, usando a expressão de Álvaro Abos. É bastante recorrente, no caso da documentação do Ministério das Relações Exteriores chileno, os pedidos de informação sobre pessoas desaparecidas feitos pelas Embaixadas locais onde se refugiaram ou se exilaram seus parentes ou amigos, ou mesmo de organizações da sociedade civil e organismos internacionais. Nestes casos, o caminho percorrido pelo MINREL é a solicitação de pedidos de antecedentes, via Ministérios do Interior ou Defesa, ou mesmo diretamente para os órgãos centrais de Inteligência, os quais, por seu turno, os entregam, invariavelmente, com as “explicações” de – “não consta”; “ignorado”; “desconhecido”; “posto em liberdade”; “morto em enfrentamento com a polícia” – perpetuando a insegurança e o desprestígio não só daquele do qual se pede a informação, mas, também, de quem a solicita: “La memoria del perseguido es denigrada, lo es su herencia y sus signos de identidad. [...] el cuerpo, la vida, el patrimonio, el hábitat, los restos y cenizas, el honor, la memoria, la vergüenza, todo ha de ser devastado” (ABOS, 1979, p. 10). A supressão, negação e encobrimento dos fatos inserem-se no círculo de retroalimentação da repressão direta, clandestina ou não. A perpetuação da mentira e da impunidade também demonstra toda a sua potencialidade nos arquivos dessa instituição.

Não menos importantes são as reflexões de Dario Olmo, integrante do *Equipo Argentino de Antropología Forense* (EAAF), que demonstra a má interpretação feita acerca da disposição dos corpos das pessoas assassinadas por funcionários do Estado, devido ao fato de que o destino final a eles dado é vinculado ao circuito repressivo propriamente dito. Como os cadáveres eram, geralmente, jogados ao rio ou ao mar, ou abandonados em via pública, em simulações de enfrentamento com as forças de segurança, é somente nesta última alternativa que *termina o circuito repressivo clandestino*, iniciando-se, então, a atuação do circuito denominado por Olmo de *vegetativo ou burocrático*. Contando com uma dinâmica completamente distinta, a fase burocrática do Estado segue os procedimentos legais para a identificação dos corpos encontrados em via pública. Como destaca o autor: “todos los pasos anteriores generaban gran cantidad

⁵ O livro constitui-se do Informe aprovado pelo Grupo de Expertos estabelecido pela UNESCO e o Consejo Internacional de Archivos, e que foi resumido por este autor. O Grupo de Trabalho, neste momento, reuniu dados sobre os arquivos de instituições

repressivas entre 1974 e 1994, da Alemanha, Brasil, Chile, Espanha, Hungria, Letônia, Lituânia, Paraguai, Polónia, Portugal, Rússia, África do Sul e Zimbábue. O Informe foi aprovado pelo Grupo em reunião realizada em Salamanca, em dezembro de 1995.

de material escrito, cuyo destino eran diferentes archivos administrativos” (OLMO, 2002, p.183-185).⁶ As fontes escritas utilizadas pela Equipe provinham de conjuntos documentais ordenados em dois critérios básicos: cronológico – documentos contemporâneos ou posteriores aos fatos; institucional – estatais ou não estatais. Desse modo é que os arquivos das forças repressivas, no caso tomado por Olmo o da *Dirección de Inteligência de la Policía de la Provincia de Buenos Aires* (DIPBA), constituem-se em arquivos estatais contemporâneos aos fatos, assim como os tipos de arquivos institucionais mencionados por Fugueras, com a diferença de que os últimos não se extinguem com o fim do regime. De fato, como ressalta Pablo Policzer, essas instituições, reconhecidas internacionalmente como um “Estado”, incluem o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, delas fazendo parte suas burocracias subordinadas com atribuições diversas, desde implantar e fazer cumprir as leis, até coletar e distribuir informações. “Os regimes podem ir e vir, mas as instituições de governo – o Estado – tendem a permanecer. É claro que tais instituições são conformadas e afetadas pela natureza do regime, mas não se reduzem a ele” (POLICZER, 1998, p. 328-329).

Em relação ao arquivo da DIPBA, Olmo destaca duas características: sua subsidiariedade e sua hibridez. O primeiro se deve à atuação institucional deste órgão na repressão clandestina, que se subordinou à atuação das Forças Armadas, e por isso “al no hacerlo institucionalmente no produjeron informes que quedaron depositados em esa Policía” (OLMO, 2002, p.189-190). A característica híbrida provém da indefinição de sua localização em determinado setor, sendo metade burocrático, metade clandestino, recebendo informações próprias de serviços de inteligência, como informes secretos da “luta contra a subversão”, sempre acompanhados dos selos “No difundir” ou “Estrictamente Confidencial o Secreto”. O caráter híbrido é dado, então, porque este arquivo torna-se “un lugar donde conviven – y eventualmente interactúan – datos provenientes del costado clandestino con otros originados en el aparato burocrático” (OLMO, 202, p.192). Documentos com essas características abundam no arquivo do MINREL, nas informações prestadas pelos órgãos de Inteligência em resposta aos pedidos de Antecedentes formulados pelo próprio Ministério ou suas representações diplomáticas no Exterior, neste caso sempre com a intermediação da Chancelaria.

Como salienta González Quintana, os arquivos das instituições repressivas colocam problemas sociais que superam os limites da arquivística, ao possuírem uma enorme transcendência social e política (GONZÁLEZ QUINTANA, 2005). Nesse sentido, este autor nomeia os documentos “a serviço da repressão”, que podem provir, a nosso ver, tanto de instituições diretamente vinculadas às forças de segurança e inteligência, quanto àquelas que, de modo indireto, porém não menos eficiente, além de terem em seus acervos cópias ou originais de diversos tipos de documentação expedida por

esses organismos, têm, nas informações nominais ou de coletivos, condição fundamental para seu eficaz funcionamento de monitoramento no exterior, isto pressupondo informação constantemente reatualizada pelos serviços de Inteligência centrais. A condição da eficácia da informação é a sua retroalimentação. Esses “documentos a serviço da repressão”, como salienta Quintana, além de aportarem o estudo de nosso passado recente, são essenciais para o exercício de Direitos, tanto coletivos quanto individuais, por isso extrapolando os limites arquivísticos (GONZÁLEZ QUINTANA, 2005). Acerca dos *Direitos Coletivos*, o Grupo de trabalho UNESCO-ICA elencou-os em um rol cada vez mais vigente:

1. O direito dos povos e nações de escolher sua própria transição política, condicionado à existência das fontes documentais institucionais sobre a repressão, para que exista plena liberdade de opções;
2. O direito à integridade da memória escrita dos povos é um direito irrenunciável, mesmo que se tenha pactuado pelo perdão ou pelo “esquecimento voluntário”, pois o direito de escolher a via de transição política exclui o da destruição dos documentos;
3. O direito à Verdade, com informação global sobre a atuação do regime anterior;
4. Direito de conhecer os responsáveis por crimes contra os Direitos Humanos, saber o nome dos criminosos, dos agentes da repressão, mesmo com a existência de medidas de graça como a anistia ou o indulto, porque em uma democracia os povos devem conhecer os nomes dos responsáveis pelas atrocidades cometidas, evitando possíveis promoções políticas amparadas no anonimato dos crimes contra os Direitos Humanos.

Quanto aos *Direitos Individuais*, o Grupo elenca seis deles, que, acrescidos aos anteriores, fazem recair sobre as instituições arquivísticas uma “desconhecida realidade”, que requerem do profissional arquivista uma reflexão profunda a respeito da gestão de tais fundos:

1. Direito de conhecer o paradeiro de familiares desaparecidos no período;
2. Direito ao conhecimento dos dados existentes sobre qualquer pessoa nos arquivos repressivos (*habeas data*);
3. Direito à pesquisa histórica e científica;
4. Direito à Anistia para os presos e os que foram vítimas de represálias políticas;
5. Direito à compensação e reparação de danos sofridos pelas vítimas da repressão;
6. Direito à restituição de bens confiscados.

Porém, é o próprio redator destas palavras que nos indica quão

⁶Algumas reflexões nossas sobre essa “burocracia da morte” podem ser encontradas em Fernandes e Simões (2014).

longe estamos das suas efetivas e necessárias realidades. González Quintana, ciente da necessidade de medidas que garantam a preservação dos fundos documentais que contribuam para a concretização desses Direitos, diz não ser frequente que os arquivistas encontrem interlocução com outros coletivos sociais, aos quais não conseguem transmitir a importância de conservar e tratar esses acervos que possibilitam o exercício dos Direitos dispostos em Lei. Salientando que a mídia, a imprensa ou mesmo o cinema usaram esses arquivos como fonte de denúncia ou para exigir responsabilidades políticas, nada se diz sobre a importância da conservação e tratamento dos documentos que possibilitaram a construção desses relatos: “Deberíamos concluir, pues, que la importancia que los archiveros damos a los archivos como instituciones no se corresponde a la que le dan sus usuarios” (GONZÁLEZ QUINTANA, p. 5-6), e poderíamos acrescentar, os sucessivos governos que ignoram as condições por vezes precaríssimas dos arquivos estatais de suas esferas de competência.

3 DOCUMENTOS DAS INSTITUIÇÕES REPRESSIVAS.

A maior característica de distinção que portam os documentos das instituições da repressão é o denominado “efeito bumerangue” – atípico e único, nas palavras de González Quintana –, quando os próprios documentos gerados para a repressão passam a constituir provas das práticas de Terror de Estado, fundamentando o exercício dos Direitos individuais e coletivos acima elencados. Como destaca Ana Maria Camargo, os documentos de arquivo possuem o traço distintivo de serem produzidos de forma rotineira, primando por imperativos de ordem prática, não tendo nenhuma pretensão de informar à posteridade (CAMARGO, 2002, p. 4). Ou seja, o uso secundário para o qual possam ser utilizados não está inscrito, necessariamente, em seu uso instrumental original, o que não significa que não existisse controle e cuidado quanto à sua produção por parte dos órgãos institucionais a que se referem e destinam.

Essa distinção, no que tange aos arquivos repressivos, nos conduz a outras duas, que dizem respeito à autenticidade dos testemunhos dos detidos e à veracidade das informações compiladas, uma vez que, especialmente nos arquivos dos órgãos de informação e inteligência, há o acúmulo de informações nominativas que se constituem de apreciações ou juízos de valor sobre pessoas concretas, explicitamente designadas. No entanto, essas informações pessoais são, em grande parte das vezes, *improcedentes, inexatas e enganadoras*, pois a metodologia empregada para obtê-las inclui, dentre outras, tortura, pressão psicológica e encarceramento, muitas vezes clandestino (ALBERCH I FUGUERAS, 2008, p. 62; CAMARGO, 2002, p. 3). No entanto, essas documentações, por seu caráter probatório, constituem-se, elas próprias, em *testemunhos* do funcionamento da máquina repressiva, provando as práticas de terror de Estado, mesmo que os documentos as silenciem ou que os Estados as ocultem: “En este sentido serán documentos válidos para

el ejercicio de derechos como al amnistía o la reparación y compensación de las víctimas de la represión” (GONZÁLEZ QUINTANA, 2005, p. 19).

No que tange ao caráter probatório dos arquivos das instituições repressivas, Camargo assevera que isso é uma “vocação”, pois os documentos são partes de um conjunto que lhes proporciona relação orgânica entre si, daí advindo que os “documentos carregam consigo, obrigatoriamente, a cunha da instituição que os produziu” (CAMARGO, 2002, p. 8). Este organismo é o que confere autenticidade à documentação, porque, para serem interpretados, temos que saber as razões de por que foram produzidos ou as condições que os originou, ou seja, buscar informações sobre a natureza contextual do arquivo que se encontram fora do conteúdo específico da documentação; já no que toca à veracidade, esta somente pode ser alcançada com a verificação do material empírico, em um processo de contraste de fontes e outros acervos documentais. Desse modo é que os documentos das instituições repressivas são legítimos, autênticos e têm valor de prova – “São os conjuntos – a série documental, o arquivo e a instituição que lhe deu origem – que prestam relevância à informação” (CAMARGO, 2002, p. 8-9).

Temos que ter em conta, também, que os dados inscritos nessa documentação dizem respeito a *personas vivas*, sejam elas vítimas ou vitimários, seus parentes ou amigos. Isto lhes acresce outros valores, além do judicial e histórico, que são os de memória e de identidade, ratificando a verdade e a realidade dos testemunhos das vítimas. Tanto podem desmentir as alegações feitas pelos implicados na repressão, que tudo negam ou distorciam, ou legitimar as “memórias lastimadas” (SILVA CATELA, 2002, p. 210; 212) dos que sofreram perseguições, prisões em centros clandestinos, torturas, mortes e desaparecimentos forçados. O efeito bumerangue dos documentos dos arquivos das instituições repressivas possibilita, em grande medida, reconstruir e confirmar parte das histórias de suas vítimas.

Nesse sentido, o Grupo de Trabalho ICA-UNESCO fornece uma “tipologia dos delitos” que devem ser identificados nos documentos a serem selecionados e separados, no caso de fundos abertos que continuam existindo após o término dos regimes ditatoriais. O profissional arquivista, neste caso, deve sempre ter como objetivo o estabelecimento de um prazo pré-determinado para fazer a restituição da integridade do fundo, porque, do contrário, poderia incorrer no erro de invisibilizar o papel que essas instituições tiveram na sistematização e operacionalização racional/burocrática da repressão Estatal. Esse rol, que não se pretende exaustivo, elenca os delitos que devem ser considerados *inexistentes*, e que, acrescentamos, foram aos seus tempos criados, manipulados e inscritos à figura da “subversão” que se queria debelar, servindo como justificativa legal para prisões, sequestros, submissões a Tribunais de Guerra, etc. Dentre estes, menciona-se: ameaças à autoridade e a particulares; coligação ilegal; contra a legislação especial e a segurança interior do Estado; desacato; desobediência;

greves; infração do código de Justiça Militar; injúrias e insultos a autoridades; manifestação ilegal; objeção de consciência; passagem clandestina de fronteiras; imprensa e propaganda ilegal; rebelião; resistência; reunião ilegal; sedição (GONZALEZ QUINTANA, 2005).

Em razão dos documentos dos arquivos das instituições repressivas não conterem “toda a verdade” de suas afirmações, implica, também, encarar as suas “mentiras” sob outra perspectiva que os distinguem, que é o fato, apontado por Jelin, de estarem inseridos em regimes onde a arbitrariedade e a clandestinidade foram a *norma* (a regra) da ação do Estado, disto resultando que muitas das ações praticadas não deixaram registro escrito ou documental (JELIN, 2002, p. 3). Essa é uma característica forte a reter, ambientando a produção dos conjuntos documentais dos órgãos de repressão “direta ou indireta” em um processo racional de repressão ao “inimigo” que se torna a própria razão de Estado. Abos adverte sobre essa tensão existente entre a necessidade das operações punitivas do Estado serem secretas, a fim de serem “eficientes”, e a sua “exemplaridade”, pois, ao admiti-las, ele estaria também declarando a sua própria ilegitimidade (ABOS, 1979, p. 13-14). Hannah Arendt, escrevendo sobre o julgamento do nazista Adolf Eichmann e a banalização do mal, nos fornece elementos para analisar o porquê da mentira nessa documentação:

A acusação tinha por base a premissa de que o acusado, como toda “pessoa normal”, devia ter consciência da natureza dos seus atos, e Eichmann era efetivamente normal na medida em que “não era uma exceção dentro do regime nazista”. No entanto, nas condições do Terceiro Reich, só se podia esperar que apenas as “exceções” agissem “normalmente”. (ARENDDT, 1999 p. 38)

Nesse sentido é que a mentira nos documentos da repressão é “normal” – por não ser “exceção” –, pois nas circunstâncias em que se dá não se espera encontrar nessas correspondências proposições diretas que deem conta da verdadeira face da violência praticada enquanto política racional de terror de Estado. Bem pelo contrário, além de sempre negar e tergiversar sobre a realidade dos fatos, há todo um arcabouço de normas de redação e linguagem padronizada, “regras de linguagem” que, como salienta esta autora, é “um codinome; significava o que em linguagem comum seria chamado de mentira” (ARENDDT, 1999, p. 101).

Há, portanto, que proceder ao devido exame crítico da documentação, a fim de verificar seu caráter probatório, isto importando em sua conservação, pois a ausência de provas documentais, muitas vezes devida à sua destruição intencional por parte do Estado, está diretamente relacionada ao fortalecimento da já existente impunidade (ALBERCH I FUGUERAS, 2008, p. 61-62). Se as fontes não existem ou, quando sim, estão repletas de

inexatidões, os mencionados processos de coleta de informações sobre a natureza contextual do arquivo, bem como o de contraste de fontes e outros acervos documentais, são operações intimamente relacionadas com o fazer histórico. Isto é salientado por Cristina Garcia Gutierrez, ao ressaltar que os arquivos das instituições da repressão são fontes de grande importância para a análise do período ditatorial, mas que não podem ser as únicas. Esta autora elenca dois motivos principais para sua assertiva: o primeiro se dá pelo fato, já aqui apresentado, de que muitos desses arquivos permanecem ocultos; o segundo se relaciona aos arquivos que foram encontrados e estão disponíveis, pois as pesquisas neles realizadas ratificam as conclusões extraídas da análise de outras fontes, reforçando, assim, a perspectiva de que os “arquivos da repressão” não contêm “toda a verdade”. Esse caráter mentiroso e às vezes inventado das informações contidas nos documentos é o fator apontado para a necessidade de que sejam analisados por pesquisadores que conheçam o período e os códigos de linguagem gerados pela ditadura. Para Garcia Gutierrez “las fuentes de los organismos represores no son fuentes de primera clase en comparación con otras que relatan la represión del periodo” (GARCIA GUTIERREZ, 2010, p. 1722), ou seja, não se bastam em si mesmas, havendo a necessidade de serem contrastadas para obtermos dados que se aproximem o máximo possível da realidade do momento; sempre com o entendimento, conforme nossa perspectiva, de que o passado que a história tem como objeto é uma realidade exterior ao discurso. Esses postulados acerca da necessidade do conhecimento do período a que se refere a documentação, podem ser inferidos nas palavras de Catela, quando destaca que os silêncios e vazios, o não documentado, também são “dados”, e que essas ausências precisam ser percebidas e interpretadas (DA SILVA CATELA, 2002, p. 208).

A importância do cruzamento de fontes também é salientada por Anne Pérotin-Dumon, para quem a diversidade de provas é elemento importante para demonstrar que algo aconteceu, e qual o seu grau de concordância: “una fuerte coincidencia entre fuentes de orígenes muy diversos permite, en efecto, concluir con un significativo ‘grado de certidumbre en el establecimiento de los hechos’” (PÉROTIN-DUMON, 2005, p. 42-43). Esta autora, tal como Garcia Gutierrez, vale-se do exemplo dos arquivos das Comissões da Verdade – em seu caso o cotejamento de dados efetuado pela *Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura*, responsável pela feitura do *Informe Valech*, entregue no ano de 2004, no Chile – para demonstrar o caráter imprescindível desse processo, pois os testemunhos prestados pelas vítimas foram complementados, retificados ou ratificados com arquivos dos diferentes serviços e organismos do Estado (conservados no Arquivo Nacional do Chile), nos acervos das múltiplas organizações de Direitos Humanos nacionais, bem como arquivos internacionais, dentre eles os das Embaixadas que outorgaram asilo a cidadãos chilenos⁷.

⁷Atualmente a pugna no Chile pela abertura dos arquivos tem como mote, dentre outros, a retirada do caráter secreto e inacessível dos testemunhos prestados à

Comissão responsável pelo Informe Valech. Os prazos previstos para desclassificação são de 50 anos, sendo vedado, inclusive, o seu uso para questões judiciais.

Miranda, seguindo as reflexões de Tom Nesmith, para quem “o trabalho de arquivo é impulsionado por um imperativo histórico primordial”, salienta que o estudo da História é condição para os trabalhos de Arquivo, não somente para levantar a história administrativa de órgãos, entidades e instituições (como também de pessoas físicas, no caso dos acervos privados), mas, também, para a compreensão do contexto de produção e para a avaliação documental (MIRANDA, 2011, p. 10-11), que é uma prerrogativa de seleção sobre aquilo que passa a ser o material passível de arquivamento.

Como ressalta Roberto Pittaluga, a atividade do arquivo não consiste em reunir materiais documentais do passado, mas, sim, produzir aquilo que a partir desse momento passa a ser o arquivável, ou seja, selecionar o que deve ou não ser preservado: “Una política de archivo es, en todo momento, una política sobre lo que se recuerda y lo que se olvida, una política de memoria, una dimensión de la escritura de la historia” (PITTALUGA, p. 2-4). A prática do arquivo outorga um lugar – físico e social – ao objeto que se converterá em documento para a operação historiográfica; um lugar que permite e que proíbe, ressalta atributos e invisibiliza outros, estabelece conexões. Para tanto, esta prática se vale de regras e critérios que estabelecem o que se considera fontes para a história; critérios e regras estes que não são imunes às divisões e conflitos sociais e políticos, podendo levar, por um lado, às tentativas de negação dos acontecimentos (como ocorre com os desaparecidos políticos), e, por outro, ao condicionamento das relações que se possa estabelecer com o passado, com o ocultamento (ou destruição) dos arquivos dos órgãos de repressão. É desse modo que Pittaluga salienta que devemos pensar não somente na questão do arquivo da repressão, mas da *repressão do arquivo*, do *arquivo reprimido como poder do Estado sobre o historiador*, expressão esta de Sonia Combe utilizada pelo autor, remetendo a uma noção do arquivo como propiciador de diferentes perguntas e formas de escrita da história, algumas possíveis, outras não (PITTALUGA, p. 4-6).

Por outro lado, a História pode negligenciar/ressignificar histórias e memórias. Enzo Traverso chama a atenção para a influência da História sobre a memória em si, salientando que não existe memória literal, original e não contaminada, pois ela é uma visão do passado sempre filtrada pelo presente. A memória, embora seja reelaborada constantemente por outras inscritas no seio do espaço público, também é influenciada pelos paradigmas científicos de representação do passado (TRAVERSO, 2005, p. 20; 29); isto é, o que está imbuído de “autoridade” por seus pares, que lhe reconhecem a legitimidade, necessidade ou validade enquanto construção de saber.

A memória, por sua vez, por partir de interrogações feitas no presente, propicia que este determine suas modalidades – seleção dos eventos que precisam ser lembrados e, conseqüentemente, dos testemunhos a serem escutados; sua interpretação e “lições” a tomar –, tomando, muitas vezes, uma dimensão política – e os abusos que

isso acarreta – que afetam a maneira de escrever a história (TRAVERSO, 2005, p. 16-17). Oliver Lalieu ressalta que na França o “dever de memória”, formulado a partir da década de 1990 pelas vítimas do Holocausto, proporciona o caráter de “ensinamento” e visibilidade às novas gerações, com os testemunhos adquirindo, assim, uma função social, dado que as pessoas que sofreram os horrores do nazismo têm um maior respaldo para vir a público a fim de afrontar tanto o negacionismo quanto o revisionismo históricos, movimentos que negam a própria existência desses que testemunham (LALIEU, 2001, p. 93). Reflexões estas feitas por Traverso, mas em sentido inverso; por um lado, quando a memória não pode ser elaborada e inscrita no espaço público, ela se alça, mais do que contra o esquecimento, contra aqueles que ocultam e negam o crime no presente. Por outra parte, a escrita da história fica entravada, pois a ocultação passa pelo fechamento de arquivos e a multiplicação de obstáculos à pesquisa (TRAVERSO, 2005, p. 47).

Os arquivos influenciam diretamente a escrita da história e a preservação de memórias; a escrita da história influencia as memórias; as memórias influenciam a escrita da história; em uma dialética na qual cada elemento se inscreve, necessariamente, no conjunto de relações de força que a sustenta e legitima.

Há memórias oficiais, vinculadas aos Estados; memórias subterrâneas, escondidas ou interdidas, pois “a visibilidade e o reconhecimento de uma memória dependem também da força desses que a carregam. Dito de outro modo há memórias ‘fortes’ e memórias ‘fracas’” (TRAVERSO, 2005, p. 54). No entanto, Traverso assinala que força e reconhecimento não são fixos e imutáveis, podendo evoluir, se consolidar ou enfraquecer, ou seja, o que hoje é passível de ser lembrado, amanhã pode não o ser; o que hoje se erige como memória do passado, amanhã pode estar na “clandestinidade”. A permanente interação entre memória/história resulta “em uma relação privilegiada entre as memórias ‘fortes’ e a escrita da história. Quanto mais a memória é forte – em termos de reconhecimento público e institucional –, mais o passado é susceptível de ser explorado e colocado na história” (TRAVERSO, 2005, p. 63-64). Longe de possuir uma relação mecânica de causa e efeito entre estes dois vetores – força da memória e historicizar o seu passado –, esta relação se submete a mediações diversas, sendo também diferentes os contextos em que ocorrem.

As reflexões de Traverso acerca da existência dessas memórias “fortes” e “fracas” podem ser extensivas para pensar o quanto as conjunturas políticas determinam, também, a abertura dos arquivos e a validade de seus conjuntos documentais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arquivos da repressão; das instituições repressivas; de instituições de repressão; arquivos sobre a atividade repressiva do Estado;

arquivos sobre a repressão; arquivos alternativos; arquivos das instituições do Estado; arquivos de Direitos Humanos; arquivos da memória, arquivos da ditadura: diferentes terminologias que remetem à necessária utilização da documentação a serviço das diversas modalidades de repressão exercidas pelo terror de Estado para a garantia e consagração de Direitos coletivos e individuais, que vão desde os direitos pela memória, verdade e Justiça, até os de pesquisa histórica e científica. Todos têm o direito de saber e escrever sobre “este passado que não passa”, modo de dizer corrente para se referir à questão da impunidade, como negação violenta da realidade que é. Trata-se de Direitos Humanos, ao fim.

Verifica-se que as ações que se valem de torturas, mortes e sequestros seguidos de desaparecimentos se dão, na maior parte das vezes, em situações e locais ilegais e clandestinos, com os registros explícitos dessas modalidades repressivas inexistindo na documentação até o momento conhecida. Contudo, uma parcela significativa dessa documentação dos órgãos específicos de coerção e controle pode ser encontrada nos fundos documentais das instituições “legais” do Estado – como no Ministério de Relações Exteriores do Chile, por nós utilizado como exemplo, que reproduz e distribui múltiplas cópias desses documentos que lhes são enviados pelas Agências Centrais da polícia política chilena, constando de pedidos de informação de diferentes índoles – antecedentes, memorandos, boletins, pareceres, informes, prontuários –, e, em sentido inverso, essas mesmas Agências lhe solicitam informações das mais variadas atividades, da resistência à ditadura feita no exterior, constando mesmo, por vezes, longas transcrições de reuniões partidárias feitas por agentes infiltrados nessas organizações. Pode-se inclusive remontar grande parte da estrutura repressiva valendo-se dessas imbricações e retroalimentação de informação. Para Gerardo Caetano, que confirma o caráter fortemente burocrático das instituições vinculadas, nesse caso, à ditadura no Uruguai, é de fundamental importância aprofundar as buscas dos documentos para a repressão nas instalações não só das Forças Armadas, mas nos Ministérios da Defesa e do Interior (CAETANO, 2011, p. 15), ou seja, em arquivos vinculados de forma direta ou indireta com a repressão. Com efeito, no caso chileno verifica-se que boa parte dos “arquivos da repressão” está contida no acervo documental de seu Ministério de Relações Exteriores.

Para que determinado conhecimento científico seja validado, existe a necessidade da legitimação desse saber, e isso implica em seleção, confluindo no campo do conhecimento histórico (o que deve ou não ser erigido a objeto de estudo), identificação/preservação de fundos arquivísticos (quais devem se constituir como fontes de pesquisa, quais os critérios e práticas que os alçam a esta condição). É assim que arquivo, história e memória se entrecruzam nesta seleção, por vezes mais ou menos arbitrária, de eventos e fontes.

!No más archivos secretos! As questões relacionadas à abertura dos arquivos das instituições repressivas costumemente esbarram em seus limites, que são ir “até onde for possível” no que tange ao

papel dos Estados de assumirem suas responsabilidades ante as vítimas – lhes fazendo a tão necessária Justiça –, e perante o conjunto da sociedade, pois, afinal, esta é uma história que pertence a todos.

REFERÊNCIAS

ABOS, Álvaro. La racionalidad del terror. **El Viejo Topo**, n. 39, p. 9-14, dic. 1979.

ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. **Archivos y Derechos Humanos**. Gijón (Asturias): TREA, 2008.

ARENDRT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CAETANO, Gerardo. Los archivos represivos em los procesos de “justicia transicional”: una cuestión de derechos. México – FLACSO, **Perfiles Latinoamericanos**, n. 37, p. 9-32, ene-jun. 2011.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. Registro. **Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, v. 1, n. 1, jul. 2002.

DA SILVA CATELA, Ludmila. El mundo de los archivos. In: SILVA CATELA, Ludmila; JELIN, Elizabeth (comps.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002. p. 195-221.

DINGES, John. Un bombazo sobre la culpabilidad de Pinochet, recibido muy tarde. **The Clinic**, 25 oct. 2015. Disponível em: <<http://www.theclinic.cl/2015/10/25/un-bombazo-sobre-la-culpabilidad-de-pinochet-recibido-muy-tarde/>>. Acesso em: 25 out. 2015.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. 2009. 274 f. Dissertação (Mestrado em História) –Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERNANDES, Ananda S.; SIMÕES, Sílvia. Apontamentos sobre a conexão repressiva entre as ditaduras brasileira e chilena. **Albuquerque: Revista de História**, Campo Grande, MS, v. 6, n. 11, p. 121-152, jan./jun. 2014.

GARCIA GUTIERREZ, Cristina Luz. Fuentes para el estudio de la represión en Iberoamérica : entre archivos y centros documentales. **Congreso Internacional 1810-2010 : 200 años de Iberoamérica – XIV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles**. Santiago de

Compostela, 2010. p. 1716-1733.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. **Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos.**

Salamanca: Ica-Unesco, 2005. Disponível em:<

http://portal.unesco.org/ci/en/files/4979/10325906731LOS_ARC_HIVOS_DE_LA_SEGURIDAD_DEL_ESTADO_DE_LOS_DESAPARECIDOS_REG%CDMENES_REPRESIVOS.doc>. Acesso em : 16 mai. 2014.

_____. **El impacto de los archivos sobre la sociedad.** Memoria Abierta – Materiales de Lectura. Disponível em : <http://www.memoriaabierta.org.ar/materiales/pdf/antonio_gonzalez_quintana.pdf>. Acesso em : 22 fev. 2015.

JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión Política, Gestión Administrativa y Gestión Histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. In: SILVA CATELA, Ludmila; JELIN, Elizabeth (Comps.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad.** Madrid: Siglo Veintiuno, 2002. p. 1-13.

KARABABIKIAN, Graciela. **Archivos y derechos humanos en Argentina.** Memoria Abierta – Materiales de Lectura. Disponível em: <http://www.memoriaabierta.org.ar/materiales/pdf/archivos_y_derechos_humanos.pdf>. Acesso em : 22 fev. 2015.

LALIEU, Oliver. “L’invention du devoir de memoire”. **Vingtième Siècle, Revue d’histoire.** Paris, Année 2001, v. 69, n. 1, p. 83-94.

MIRANDA, Marcia Eckert. **Historiadores, Arquivistas e Arquivos.** Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História, 2011, São Paulo. Disponível em : <http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=775>. Acesso em : 11 set. 2015.

N. KAHAN, Emmanuel. ¿Qué represión, qué memoria? El “archivo de la represión” de la DIPBA: problemas y perspectivas. **Revista Question,** Facultad de Periodismo y Ciencias de la Comunicación da Universidad Nacional de La Plata, n. 16, 2007.

OLMO, Dario. Reconstruir desde restos y fragmentos. El uso de archivos policiales en la Antropología Forense en Argentina. In: SILVA CATELA, Ludmila; JELIN, Elizabeth (comps.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad.** Madrid: Siglo Veintiuno, 2002. p. 179-194.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985):** do Pachecato à ditadura civil-militar. 2005. 434 f. Tese (Doutorado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PÉROTIN-DUMON, Anne. El pasado vivo de Chile en el año del Informe sobre la tortura. Apuntes de una historiadora. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** – Revues.Org. Debates 2005. Disponível em : <<https://nuevomundo.revues.org/954?lang=pt>>. Acesso em : 16 abr. 2009.

PITTALUGA, Roberto. **Democratización del archivo y escritura de la historia.** Memoria Abierta – Materiales de Lectura. Disponível em : <http://www.memoriaabierta.org.ar/materiales/pdf/roberto_pittaluga.pdf>. Acesso em : 22 fev. 2015.

POLICZER, Pablo. A Polícia e a Política de Informações no Chile durante o governo Pinochet. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 325-356, 1998.

TRAVERSO, Enzo. **Le passé, modes d’emploi: histoire, mémoire, politique.** Paris: La Fabrique, 2005.



· G A
V A G
A I ·

DISCURSOS
DA SAÚDE SOB UM
OLHAR CRÍTICO: A
INTERRELAÇÃO COM O PADRÃO
CORPORAL EM *VEJA*

DISCURSOS DE SALUD SOBRE UNA MIRADA CRÍTICA: LA INTERRELACIÓN CON
PADRONES CORPORALES EN *VEJA*

CRITICAL VIEWS ON DISCOURSES OF HEALTH: THE INTERRELATION
WITH BODY STANDARDS IN *VEJA* MAGAZINE

João Marcelo Faxina*

* Mestrando pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – Campus Erechim). E-mail: joamarcelofax@gmail.com.

RESUMO / RESUMEN / ABSTRACT

RESUMO: Neste artigo, investigo a imbricação entre o discurso da saúde e o do culto ao corpo na editoria de *Saúde* da revista *Veja*. Para isso, recorro ao arcabouço teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso e adoto como ferramentas analíticas a concepção tridimensional discursiva, de Fairclough (2001), e a rede de representação dos atores sociais, de van Leeuwen (1997). A partir desse ferramental, desenvolvo a análise de duas edições (janeiro e fevereiro de 2012) da editoria. O estudo permitiu reconhecer que a condição clínica dos sujeitos é utilizada para cooptá-los a rotinas de consumo e que os discursos da saúde, nesse contexto, desempenham um papel crucial ao legitimar procedimentos de modelagem corporal. Além disso, o discurso da revista reitera o modelo hegemônico de corpo jovem e magro, adicionando a essa representação, sob a face de um corpo saudável, a necessidade de concebê-lo como projeto individual e espaço de exploração comercial.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Crítica do Discurso. Representação. Discursos da saúde na mídia. Culto ao corpo. Consumo.

RESUMEN: En este artículo, investigo la imbricación entre el discurso de la salud y el del culto al cuerpo en el editorial de *Salud* de la revista *Veja*. Para eso, recorro al contorno teórico metodológico del Análisis Crítico del Discurso y adopto como herramientas analíticas la concepción tridimensional discursiva, de Fairclough (2001), y la red de representaciones de los actores sociales, de van Leeuwen (1997). A partir de esta herramienta, desarrollo el análisis de dos ediciones (enero y febrero de 2012) de la editorial. El estudio permite reconocer que la condición clínica de los individuos es usada para cooptarlos a la rutina de consumo y que los discursos de salud, en éste contexto, desempeñan un papel crucial al legitimar procedimientos de moldado corporal. Además de esto, el discurso de la revista reitera el modelo hegemónico de cuerpo joven y delgado, adicionado a esa representación, sobre la face de un cuerpo saludable, la necesidad de conocerlos como proyecto individual y espacio de exploración comercial.

PALABRAS CLAVE: Análisis Crítico del Discurso. Representación. Discursos de salud en los medios de comunicación. Culto al cuerpo. Consumo.

ABSTRACT: This work investigates the imbrications between the discourse of health and the cult of the body on the *Health* editorial of *Veja* magazine (January and February 2012). In order to achieve that, I have drawn on the theoretical-methodological framework of Critical Discourse Analysis and applied Fairclough's three-dimensional conception of discourse (2001) and van Leeuwen's social actor network (1997) as analytical tools. The study has shown that the individuals' clinical condition is used to attract them to consumption routines and that the discourses of health, in such context, play a crucial role as they make body modelling procedures legitimate. Moreover, the discourse of the magazine reiterates the hegemonic model of a thin, young body, adding to this representation, under the face of a healthy body, the need to conceive it as an individual project and a space for commercial exploitation.

KEYWORDS: Critical Discourse Analysis. Representation. Discourses of health in the media. Cult of the body. Consumption.

1 INTRODUÇÃO¹

O corpo humano sempre recebeu olhares curiosos e pasmados. Subjugado ao domínio do pensamento masculino, nele foram tatuados as ideias e os desejos dos homens. No afã de explicar os processos biológicos à luz do gênero, diferenças anatômicas converteram-se em desigualdades duradouras e de difícil transposição. O corpo ultrapassou então sua dimensão biológica, de amontoado de células, e revestiu-se de significação social. Desde então, somos repetidamente convidados a redesenhá-lo de acordo com os modelos circulantes nos meios de comunicação, na publicidade, na moda.

O discurso midiático frequentemente entrega-se à reprodução de padrões de corporeidade, constituindo-se como um poderoso agente difusor do culto ao corpo. Quando essa reprodução é resultado de uma parceria entre o discurso de saúde e outros discursos, como o estético, tais mensagens são ainda mais eficazes, porque veladas, em manter os sujeitos subordinados a rotinas de disciplina corporal. Respaldados na propagação da objetividade científica, por vezes os discursos da saúde incorporam outros para legitimar o aperfeiçoamento corporal dos sujeitos.

Nesse sentido, credito a relevância de se estudar a mídia ao seu papel de não apenas informar, mas também de formar os sujeitos na medida em que reproduz e privilegia determinados padrões, apresenta-os como sendo os desejáveis e oferece uma gama de instrumentos para alcançá-los. Especificamente, constituindo-se como agente difusor de modelos de corporeidade, o discurso midiático exerce influência sobre os corpos e subjetividades e legitima questões relacionadas à temática.

Há, nesse cenário, importantes pesquisas sobre culto ao corpo na mídia impressa especializada, sobretudo nas revistas femininas – cf. (CALDAS-COULTHARD, 1994, 1996; FIGUEIREDO, 1994, 1995; HEBERLE, 2000, GRIMM, 1999, OSTERMANN, 1994, 1995), dentre outros –, porém são poucos os trabalhos que analisam essa temática amalgamada em discursos da saúde da mídia. Minha proposta é, então, atentar para esses textos e escrutinar os discursos de saúde com vistas a identificar e relatar eventuais atravessamentos com outros discursos e práticas sociais.

Neste artigo, busco, então, investigar como os discursos da saúde associam-se a outros para legitimar procedimentos de culto ao corpo e, com isso, perceber como essas parcerias colaboram para a construção, alteração, atualização ou afirmação de um modelo de corporeidade. Procuo identificar que representações são agregadas aos corpos alinhados ao padrão corporal representado e, por sua vez, quais são adicionadas aos corpos desajustados com esse

modelo. Por fim, pretendo perceber a que interesses serve essa imbricação entre os discursos da saúde e da beleza nos textos midiáticos.

Escolhi, dessa forma, a editoria de *Saúde* da revista *Veja* como objeto deste trabalho. Por ser um semanário de retrospectiva dos acontecimentos da semana, *Veja* pode ser classificada como uma revista de atualidades ou de informação geral. Nesse sentido, os textos relacionados à saúde encontram-se reunidos numa editoria específica. A problemática desta pesquisa envolve acessá-los e averiguar se abordam a corporeidade sob um viés de culto ao corpo, ou seja, se visam ao alinhamento e/ou à manutenção a/de um determinado modelo de corporeidade.

Antes de dar início à análise, proponho a explanação de alguns temas que subsidiarão a pesquisa. Primeiramente, discorro sobre culto ao corpo e suas relações com as concepções de saúde e identidade. A seguir, apresento alguns pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD), abordagem que orienta este trabalho. Posteriormente, faço considerações acerca do *corpus*, assim como dos ferramentais metodológicos empregados. Parto, em seguida, à análise. Traço, por fim, algumas considerações decorrentes do processo de pesquisa.

2 CULTUANDO O CORPO, CELEBRANDO A VIDA

Conectando-o ao espaço e ao tempo, devolvendo-o à história e identificando as relações sociais que o modelaram é possível entender um pouco mais sobre o corpo contemporâneo. Afinal, assim como diferentes foram suas concepções ao longo dos séculos, distintas também foram as exigências dirigidas a ele. Le Breton (2007, p.84) atribui a crescente preocupação com o corpo e com sua forma física à expansão do consumismo na modernidade: “[...] a retórica da alma foi substituída pela do corpo sob a égide da moral do consumo”. O controle da sociedade sobre os sujeitos iniciou “[...] no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista” (FOUCAULT, 2015, p.144). O atual modelo hegemônico de corporeidade acompanhou, então, o desenvolvimento do capitalismo e da sua sociedade de consumo e está estreitamente conectado a eles. Cultuá-lo significa hoje, acima de tudo, celebrar a vida em suas formas mais urgentes, apagando quaisquer vestígios da passagem do tempo, da doença, da morte.

O imperativo da magreza, relembra Castro (2003), começou a ganhar fôlego no início do século XX. O advento das dietas emagrecedoras e o desenvolvimento da indústria alimentar, na década de 20, são considerados determinantes ao abandono do corpo gordo e, por conseguinte, à ascensão da corporeidade esguia.

¹ Adaptado do Trabalho de Conclusão de Curso I da graduação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob orientação do prof. Fabio Silva.

Desde então, a profusão de imagens do cinema, da televisão, da moda e da publicidade têm sustentado o corpo magro, jovem e esbelto como aquele deve ser perseguido. A esse modelo de corpo são constantemente adicionadas características boas e positivas, que traduzem conquistas e sugerem felicidade.

Não basta, contudo, que o corpo seja ‘apenas’ magro, jovem e belo, é preciso também amansá-lo para que se possa “[...] reconstruí-lo sempre, adaptá-lo aos cânones disponíveis nos meios de comunicação, especialmente na moda e na publicidade” (COUTO, 2004, p.136). Esses são, aliás, os agentes mais visíveis na disseminação da corporeidade hegemônica, porém os mecanismos para sua legitimação “[...] ancoram-se, cada vez com raízes mais profundas, nos domínios, discursos e práticas da medicina e da ciência” (FONTES, 2001, p.125). O resultado disso são corpos que, escorados sob uma justificativa de saúde, entregam-se a intervenções e procedimentos que têm como finalidade crucial o seu alinhamento a um modelo de beleza.

Nesse sentido, é importante notar, com Bauman (2001), que tanto o discurso do culto ao corpo² quanto o discurso da medicina e da ciência – aqui reunidos sob o termo ‘discursos da saúde’³ – referem-se a operações e cuidados com o corpo a fim de que este alcance ou mantenha-se em determinado estado. Tomá-los como sinônimos, porém, para o autor, é um equívoco, uma vez que nem todos os procedimentos de culto ao corpo produzem melhorias na saúde, assim como nem todos os esforços para a conquista/manutenção desta envolvem modelagem corporal. Para Fontes (2006, p.128), muito embora pareça existir uma diferença de significação entre o discurso da medicina e o da beleza (saudável para o primeiro; belo para o último), ambos perseguem o mesmo propósito: “[...] convencer o indivíduo a retirar o corpo do domínio da natureza e submetê-lo a artifícios técnicos visando a melhorá-lo, potencializá-lo e canonizá-lo como tal”. Nesse sentido, quando esses discursos e práticas passaram, afinal, a andar de mãos dadas?

Como aponta Castro (2003), já na antiguidade clássica o discurso da saúde emparceirava-se ao do culto ao corpo através dos médicos, que incluíam, em seus tratamentos cirúrgicos, receitas de embelezamento. Na Europa do final do século XIX, conta Del Priore (2004, p. 260), as mulheres entraram no mundo do exercício físico, um campo até então dominado pelos homens, e “[...] a elegância feminina começou a rimar com saúde”. Contemporâneas desse movimento, as políticas de saúde pública da primeira metade do século XX difundiram o uso de sabões e sabonetes como itens para manutenção de uma vida saudável, e logo a publicidade começou a associar esse apelo higienista ao estético através da contratação de estrelas de cinema para seus anúncios. A beleza das modelos reforçava seu aspecto saudável e auxiliava as vendas. Essa parceria entre o discurso da medicina e do culto ao corpo era – e continua sendo –, então, muito interessante aos apelos da publicidade e do

mercado, que potencializava seus efeitos e lucros ao relacionar o uso de determinado produto à conquista/manutenção, concomitante, de saúde e beleza.

É nos anos 50 do século XX, contudo, que Sant’anna (2005) percebe, no Brasil, uma transformação determinante no conceito de beleza, que deixa de ser tratado como um dom divino para se tornar uma responsabilidade pessoal. Ainda que entre os anos de 1900 e 1930 os médicos receitassem remédios para feiúra (pomadas para “afinar a cintura”, “branquear a pele”, “tirar pelos”) em suas consultas, a moral católica do país condenava interferências na aparência. Foi necessário, então, livrar-se paulatinamente desse pudor que associava a vaidade ao pecado, para que, nos idos dos anos 50, começasse a ganhar fôlego o pensamento, que vigora hoje à exaustão, de que “só é feia quem quer”. A beleza passa então a ser apresentada em termos de conquista e de projeto pessoal. O corpo será perscrutado, a partir daí, nos seus recônditos: é preciso um olhar minucioso para cada dobra da pele, para as unhas, cabelos, para os órgãos genitais. Se antes a recusa às rotinas de culto ao corpo era prova de pureza e decência, agora será tratada cada vez mais como uma negligência. Assim, é pelo final dos anos 50 que a falta de beleza, ainda para a autora (SANT’ANNA, 2005, p.130), “[...] se torna caso clínico, um problema psíquico”.

É também a partir da metade do século passado que a beleza conquistou uma especialidade no campo da saúde, através da medicina estética. Os arranjos para a constituição desse campo, recordam Neto e Caponi (2006), são muito curiosos, uma vez que este importou da medicina tradicional o mesmo discurso supostamente dotado de rigor e objetividade, além de ter criado uma nosologia própria, que define características e variáveis ‘normais’ para a aparência física. Isso foi possível, para os autores, graças a um apagamento das influências sociais e culturais dos corpos e, por conseguinte, pela apresentação de uma determinada anatomia como sendo a essencial, a mais ‘natural’, evoluída ou harmoniosa.

Com a ascensão desse novo campo, reinventaram-se assim “[...] as estratégias de biopoder e os modos de intervenção sobre o corpo, partindo-se de um discurso médico-científico que não só responsabiliza o indivíduo por sua saúde, como também legitima a estetização desse discurso” (LUCAS; HOFF, 2006, p.83). Respaldados numa suposta objetividade científica, os discursos da saúde, sobretudo o da medicina estética, ao estabelecerem uma normalidade de aparência aos sujeitos, tornam-se responsáveis pela patologização das anatomias “desviantes”. Nesse sentido, a imiscuição do exercício do poder em discursos e práticas tidos como insuspeitos, como os da medicina – correlato de ciência no Ocidente – garante a eficácia dos dispositivos disciplinares e previne resistências. Afinal, quem pode “contestar a ciência e suas aplicações biotecnológicas? Quem pode contestar o desejo utópico de

² Aqui compreendido no sentido descrito por Castro (2003, p.17), como um “[...] tipo de relação dos indivíduos com seus corpos que tem como preocupação básica o seu modelamento, a fim de aproximá-lo o máximo possível do padrão de beleza estabelecido”.

³ Agrego os discursos médico e científico sob a expressão “discursos da saúde” por entendê-los como subsidiários a este, ou seja, como discursos auxiliares na promoção da saúde dos sujeitos.

sobrevivência e imortalidade? Quem poderia ainda limitar as terapias possíveis aos nossos corpos frágeis [...]?” (SFEZ, 1995, p.364).

Importa considerar, com Camargo Jr (2003), que o fato de a racionalidade médica moderna não ser orientada à produção de conhecimento ocasiona uma escassez de referenciais que problematizem seu saber e sua prática, uma vez que praticamente todas suas noções fundamentais (como doença, saúde e cura) são implícitas. Ao cabo, esse deslocamento no conceito de saúde faz com que, na contemporaneidade, esta não seja tanto um imperativo ligado à sobrevivência dos sujeitos, e sim “um imperativo social ligado ao estatuto [...]. É a <<forma>>, na mística do fazer-valer, que se une imediatamente à beleza” (BAUDRILLARD, 2010, p.184).

Tendo isso em vista, podemos pensar, com Scliar (2007, p.30), que, tal como a beleza, o conceito de saúde “reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural [...] Dependerá da época, do lugar, da classe social. Dependerá de valores individuais, dependerá de concepções científicas, religiosas e filosóficas”. Assim, se até pouco tempo os estados normal e patológico eram explicados como opostos qualificativos ou quantitativos (CANGUILHEM, 2012), se antigamente a medicina foi concebida como uma “teoria das doenças” e se por muito tempo saúde significou simplesmente a ausência delas, hoje sua definição, como se tentou demonstrar, passou a ser muito mais flexível e inexacta.

Importa mencionar, por fim, que todas essas exigências aos corpos dos sujeitos contemporâneos refletem-se diretamente em suas identidades. Se algum dia já foram fixas e coerentes, hoje são voláteis, fendidas e, até mesmo, conflitantes entre si (HALL, 2006). Essa estreita ligação entre corpo e identidade – no sentido de hoje o corpo determinar o que somos e posicionar-nos na sociedade – só tende a se intensificar devido às transformações provocadas pela globalização, processo que “envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e consumo, as quais, por sua vez, produzem identidades novas e globalizadas” (WOODWARD, 2000, p.20). Esse novo cenário faz com que as identidades, antes estáveis e delimitadas, tornem-se permeáveis aos interesses do mercado e – tendo em vista que esse é um campo em constante movimento e atualização – que estejam, por isso, sempre abertas a mudanças e a novas articulações.

Além disso, muito embora pareça existir, assim, uma infinidade de opções disponíveis aos sujeitos, suas escolhas identitárias são restritas e socialmente influenciadas uma vez que “[...] as instituições e as coletividades operam na legitimação institucional, cultural e histórica de certas identidades sociais enquanto outras são tornadas ilegítimas, destruídas, encarceradas, desempregadas e patologizadas” (LOPES, 2003, p.21). Ao definir quem é incluído e quem é excluído, algumas identidades são normalizadas, o que implica “[...] eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas” (SILVA, 2000, p.83).

É necessário considerar, contudo, que a luta pela (des)construção das identidades é constante e se dá tanto no terreno simbólico quanto no social, dentro e fora dos discursos; que é “[...] fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social” (CASTELLS, 1999, p.21). Desse modo, os sujeitos podem, através do consumo crítico, posicionar-se e oferecer resistência a projetos de dominação e controle, contribuindo, à sua maneira, para uma mudança social. Essa é uma preocupação muito cara à Análise Crítica do Discurso (ACD), arcabouço teórico-analítico que orienta esta pesquisa e que aprofundarei a seguir.

3 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: A LINGUAGEM COMO PRÁTICA SOCIAL

Abordagem teórica de linha anglo-saxônica, a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) constitui uma área de pesquisa multifacetada, permeável às muitas disciplinas das ciências humanas e sociais. A incorporação de contribuições exteriores à Linguística Crítica, teoria que é base para seu desenvolvimento, marca a configuração de uma área de investigação independente (GOUVEIA, 2002). No início dos anos 90, surge então uma rede de estudos através do trabalho programático de pesquisadores como Gunther Kress, Norman Fairclough, Teun van Dijk e Theo van Leeuwen. Desde então, para Wodak (2004), os avanços que ocorreram na área tornaram os estudos em ACD um paradigma estabelecido dentro da linguística.

Tendo em vista a orientação social que estabelecem com a linguagem, as pesquisas sobre discurso podem ser reunidas em dois grupos: abordagens críticas e não críticas. As últimas, explica Caldas-Coulthard (2007), simplesmente descrevem as práticas discursivas, já os estudos críticos recorrem à teoria social para explicar por que os discursos são como são, não os dissociando dos processos e estruturas sociais que servem de contexto à sua produção e nos quais se encontram os pontos de vista dos sujeitos-autores. A ACD, inserida na tradição das ciências sociais críticas, comunga desta última abordagem.

Nesse sentido, perceber a linguagem como prática social envolve focalizá-la numa relação dialética com a sociedade e conceber seu uso como forma de ação historicamente situada. Isso implica considerar que

[...] por um lado, estruturas organizam a produção discursiva nas sociedades e que, por outro, cada enunciado novo é uma ação individual sobre tais estruturas, que pode tanto contribuir para a continuidade quanto para a transformação de formas recorrentes de ação (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.25-26, grifos das autoras).

Se a linguagem é estruturante e estruturada do/pelo social, seu uso materializa ideologias dos sujeitos e das instâncias sociais tendo, portanto, implicações sobre as estruturas que organizam a sociedade.

Pelo entendimento de que o uso da linguagem é atravessado por escolhas, visões de mundo, intenções carregadas de ideologias, estudar os discursos sob uma perspectiva crítica se revela importante na medida em que traz à luz sentidos e mensagens que, enraizados e naturalizados discursiva e socialmente, passam despercebidos. Na prática, contudo, tais discursos incidem ativamente sobre os sujeitos. Nesse sentido, de acordo com van Dijk (2010), as pesquisas filiadas à ACD (ou Estudos Críticos do Discurso, para o autor), assumem um posicionamento sociopolítico bastante marcado: os estudos da área estão particularmente interessados na investigação de problemas sociais sob a perspectiva dos dominados e excluídos com o propósito explícito de contribuir para uma mudança social em seu favor. A ACD, com isso, constitui-se não somente como uma abordagem teórico-metodológica sobre o estudo linguístico, mas também como uma forma de “[...] atuação sobre práticas e estruturas engendradas pela linguagem” (MELO, 2012, p. 77, grifo meu).

Para Fairclough (2001), uma mudança no uso que fazemos da linguagem compõe um processo de mudança cultural e social mais amplo. Desvelar discursos e práticas que naturalizam e legitimam determinados papéis e relações em nossas sociedades e instituições é dar um passo importante nesse caminho. Essa é uma preocupação essencial da ACD e a principal razão pela escolha dessa abordagem para orientar esta pesquisa. Engajada ao estudo dos discursos da mídia, a ACD pode tornar visíveis os operadores ideológicos que garantem o funcionamento de desigualdades, desmembrá-los e, assim, instigar processos de mudança social.

Realizada essa breve explanação sobre alguns pressupostos da ACD, discorro, a seguir, acerca da metodologia empregada nesta pesquisa.

4 METODOLOGIA

Buscando investigar se os discursos da saúde abordam a corporeidade sob uma ótica de culto ao corpo, analiso, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da ACD, o texto verbal escrito da editoria de *Saúde* da revista *Veja* referente aos meses de dezembro de 2011 a março de 2012. Discorro, na sequência, acerca do objeto e do *corpus* da pesquisa e, posteriormente, verso sobre os ferramentais metodológicos que orientarão a análise.

Veja é uma publicação semanal da Editora Abril que está desde 1968 no mercado. É vendida em todo o território nacional e também

possui edições regionais, como *Veja São Paulo* e *Veja Rio*, que circulam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (respectivamente) como suplementos da versão que é comercializada em todo o país. De acordo com o portal de Publicidade da Editora Abril (PUBLIABRIL, 2016), *Veja* tem hoje uma tiragem de quase 1 milhão de exemplares. É, com isso, a revista mais lida do Brasil.

A escolha por *Veja* para ser objeto empírico desta pesquisa fundamenta-se, num primeiro momento, por essa não ser uma revista especializada em assuntos relativos ao corpo, uma vez que a corporeidade em publicações especializadas, sobretudo em revistas femininas, já foi exaustivamente explorada por outros estudos. Além disso, *Veja* tem um papel crucial nos campos em que atua – jornalístico, em geral, e de revistas de informação, em particular –, o que permite compreender a importância e a repercussão que seus textos adquirem no cenário nacional.

Sabendo disso, justifico a escolha da editoria de *Saúde* da revista como *corpus* deste trabalho, pois é nela que se manifestam com maior recorrência e integração o que venho chamando de discursos da saúde. Como esta pesquisa envolve acessá-los com o intuito de averiguar se eles incitam à manutenção e/ou ao alinhamento a um modelo de corporeidade, esse parece ser o melhor espaço para satisfazer essa problemática.

Em relação ao recorte temporal, optei pelos meses de dezembro de 2011 a março de 2012, período que acompanhou o verão no hemisfério sul, por entender que os apelos à modelagem corporal são acentuados nessa época do ano. Durante esse intervalo, doze edições da revista foram publicadas. Dessas, contudo, por ser um espaço sazonal dentro da publicação, a editoria de *Saúde* manifestou-se em apenas duas, as quais integram o *corpus* desta pesquisa.

O primeiro dos textos (BERGAMO, 2012), de janeiro de 2012, relata um novo sistema de perda de peso criado pela empresa de dietas Vigilantes do Peso. O último (BATISTA JR, 2012), de fevereiro de 2012, trata da criação de centros estéticos em hospitais que oferecem tratamento quimioterápico a pessoas com câncer. Nesse sentido, ressalto que a análise se concentrará exclusivamente no conteúdo textual verbal disponibilizado pela editoria que, no caso, compõem-se do título da matéria, da linha de apoio e da matéria em si.

Por fim, recorro, para fins de análise, entre os pressupostos teórico-metodológicos da ACD, a dois métodos bastante comuns nesse tipo de abordagem: o modelo tridimensional de Fairclough (2001) e a proposta de classificação dos atores sociais de van Leeuwen (1997). Opto pelo trabalho conjunto desses dois ferramentais pois essa união proporciona uma análise minuciosa, a níveis macro e

microestrutural. Discorro, a seguir, muito brevemente, sobre cada um deles⁴.

Para a concepção tridimensional do discurso vislumbrada por Fairclough (2001), texto, prática discursiva e prática social são as três dimensões que devem integrar e organizar o processo analítico. A ramificação da análise nesses três estratos permite que se compreenda, respectivamente, como o texto é construído, como o discurso é produzido, consumido e distribuído e, por fim, o cenário social que o envolve. Já a proposta de classificação dos atores sociais, de van Leeuwen (1997, 2008), busca responder de que modos os atores podem ser representados no discurso, considerando que as escolhas representacionais ligam-se a realizações linguísticas particulares, que “[...] incluem ou excluem actores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem” (VAN LEEUWEN, 1997, p.180). Assim, o autor formulou uma ampla e complexa teia analítica que tem como ponto de partida a *exclusão* ou a *inclusão* dos atores sociais no discurso.

Após essa breve descrição acerca dos procedimentos metodológicos que serão operacionalizados adiante, e sabendo que os esmiuçarei conforme forem reconhecidos no estudo do *corpus*, parto, a seguir, à análise propriamente dita.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Pela observação do texto verbal escrito do *corpus*, foram identificadas 107 ocorrências de representação de atores sociais:

Tabela 1 – Representação dos atores sociais no discurso da editoria de *Saúde de Veja*

Ator social		Número de ocorrências	Subtotal	Total
Orientando	Paciente	13	26,5%	45,7%
	Cliente	34	69,3%	
	Paciente/Cliente	2	4%	
Especialista		20		18,6%
Exemplar		13		12,1%
Grupo de Autoajuda		12		11,2%
Profissional da Beleza		8		7,4%
Instituto de Apoio		4		3,7%
Leitor		1		0,9%
Total		107		100%

⁴ Para saber mais sobre o modelo tridimensional do discurso e sobre a rede de representação dos atores sociais, ver Fairclough (2001) e van Leeuwen (1997, 2008), respectivamente.

Nesse levantamento, figuram quatro atores principais: *Orientando*, *Especialista*, *Exemplar* e *Grupo de Autoajuda*. O termo geral *Orientando* compreende três aplicações específicas: *Paciente*, *Cliente* e *Paciente/Cliente*. Como *Paciente*, *Orientando* representa os sujeitos que recebem e são afetados por tratamentos de saúde. Como *Cliente*, é compreendido como aquele que, em sua condição de paciente, é cooptado e integrado a rotinas de consumo de programas, bens e serviços relacionados à corporeidade. Em *Paciente/Cliente*, ocorre uma imbricação entre as aplicações anteriores. Falarei detalhadamente dessas filiações de *Orientando* adiante. Os outros três atores sociais mais recorrentes nos textos são: *Especialista*, que é caracterizado por profissionais da área da saúde; *Exemplar*, que é aquele que serve de exemplo/referência ao leitor; e *Grupo de Autoajuda*, que se refere a associações que se caracterizam por oferecer técnicas, orientações, informações e práticas de controle alimentar a seus membros.

O ator social *Orientando Paciente (O-P)* possui 13 ocorrências no *corpus*, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Formas de representação do ator social *Orientando* em suas aplicações

Ator social (AS) genérico	Filiação do AS	Forma de ocorrência	Nº de ocorrências (%)	Total
Primeira pessoa do singular (Eu)	Paciente	Por pronome possessivo (meu)	1 – 100%	100%
		Por pronome “Eu” em elipse	5 – 71,4%	
	Cliente	Por pronome possessivo (meu)	2 – 28,5%	100%
Terceira pessoa do singular (Ele/Ela)	Paciente	Por nome próprio	1 – 25%	100%
		Por pronome indefinido (quem)	2 – 50%	
		Por referência genérica (mulher)	1 – 25%	
	Cliente	Por pronome indefinido (quem)	4 – 26,6%	100%
		Por nome próprio	6 – 40%	
		Por pronome possessivo (seu)	1 – 6,6%	
		Por inclusão do pronome “Ele/Ela”	2 – 13,3%	
		Por pronome “Ele/Ela” em elipse	2 – 13,33%	
	Orientando representado em terceira	Paciente	Por referência genérica (pacientes, mulheres, homens, entre outras)	7 – 87,5%

pessoa do plural (Eles/Elas)		Por pronome "Eles/Elas" em elipse	1 – 12,5%	
	Cliente	Por referência genérica (clientes, mulheres)	4 – 33,3%	100%
		Por pronome "Eles/Elas" em elipse	6 – 50%	
		Por inclusão do pronome "Eles/Elas"	2 – 16,6%	
Paciente/ Cliente	Por referência genérica (pacientes)	1 – 50%	100%	
	Por pronome "Eles/Elas" em elipse	1 – 50%		

questão prática: **[elas]** vão usar perucas ou lenços?" (BATISTA JR, 2012)

A última aplicação de *Orientando* ocorre quando esse é representado como *Paciente/Cliente*. Há duas ocorrências assim no texto, ambas presentes no excerto abaixo:

(6) Para isso, ele [o médico] criou uma lista com quase 2000 alimentos em que 1 ponto equivale a 3.6 calorias e [ele] liberou seus **pacientes** para ingerir o que bem entendessem desde que **[eles]** respeitassem o limite determinado por ele de acordo com o perfil individual. (BERGAMO, 2012)

O ator social *Especialista*, por sua vez, é referido 20 vezes nos textos, conforme mostra a tabela abaixo:

A maioria das ocorrências ocorre na terceira pessoa do plural:

(1) Por isso, os **homens** também podem passar pelo crivo dos olhares compadecidos ou até assustados, mas em geral **[eles]** sofrem menos. (BATISTA JR, 2012)

O ator social aparece ainda na terceira pessoa do singular:

(2) "Depois de diagnosticada, a primeira pergunta que a **mulher** faz no consultório é: 'Doutor, meu cabelo vai cair?"; diz Nelson Hamerschlak, coordenador do departamento de oncologia e hematologia do Hospital Albert Einstein. (BATISTA JR, 2012)

A única ocorrência de *O-P* em primeira pessoa do singular acontece em (2), em que é representado pelo pronome possessivo "meu" presente no discurso de *Especialista*.

A outra aplicação do ator social *Orientando* ocorre quando esse assume o papel de *Cliente*. Entre as três aplicações de *Orientando*, esta é a mais recorrente (ver Tabela 2). *Orientando Cliente (O-C)* é também é o ator social mais representado nos textos, com um total de 34 ocorrências (ver Tabela 1). Dessas, a maioria ocorre na terceira pessoa do singular:

(3) **[Ela]** **Decidiu** raspar a cabeça antes de começar a quimioterapia. (BATISTA JR, 2012)

Na primeira pessoa do singular, pode ser representado pelo pronome "Eu" em elipse e pelo pronome possessivo "meu":

(4) **Ø Fiz** uma peruca loira, de fios naturais, igualzinha ao **meu** cabelo original. (BATISTA JR, 2012)

Por fim, *O-C* pode, também, ser referido na terceira pessoa do plural:

(5) "**Elas** entram aqui, **[elas]** pedem para trancar a porta, **[elas]** olham-se no espelho e **[elas]** choram", conta Isa Maria Marchetti de Oliveira, coordenadora do serviço de voluntários do Hospital Sírio-Libanês. "Passado o primeiro desabafo, **[elas]** partem para a

Tabela 3 – Formas de representação do ator social *Especialista*

Ator social	Forma de ocorrência	Nº de ocorrências (%)	Total
Terceira pessoa do singular (Ele)	Por pronome "Ele" em elipse	1 – 5,8%	100%
	Por inclusão do pronome "Ele"	2 – 11,7%	
	Por especialidade (médico, doutor)	2 – 11,7%	
	Por pronome possessivo (sua, seus)	2 – 11,7%	
	Por nome próprio	10 – 58,8%	
Terceira pessoa do plural (Eles)	Por inclusão do pronome "Eles"	1 – 50%	100%
	Por referência genérica (profissionais)	1 – 50%	

Na maioria das vezes, sua representação ocorre em terceira pessoa do singular:

(7) Pessoas de origem oriental também podem ter maior resistência à alopecia. "As raízes têm muito mais células que as das ocidentais", explica o tricologista **Ademir Jr.** (BATISTA JR, 2012)

Na terceira pessoa do plural, aparece sob duas formas:

(8) Alguns desses remédios podem queimar a pele dos **profissionais** que os manipulam caso saiam de controle. "**Eles** têm de usar luvas e avental impermeável", diz Fukimo Takashi, enfermeira especializada em oncologia. (BATISTA JR, 2012)

Outro ator social que é representado com recorrência nos textos, conforme a Tabela 4 (abaixo), é *Exemplar*:

Tabela 4 – Formas de representação do ator social *Exemplar*

Ator social	Forma de ocorrência	Nº de ocorrências (%)	Total
	Por pronome possessivo (seu)	1 – 14,2%	

Terceira pessoa do singular (Ele/Ela)	Por pronomo indefinido (quem)	2 – 28,5%	100%
	Por identificação física	1 – 14,2%	
	Por referência genérica (pessoa, indivíduo)	3 – 42,8%	
Terceira pessoa do plural (Eles/Elas)	Por identificação física (gordinhos, obesos, entre outros)	4 – 66,6%	100%
	Por procedência geográfica (ocidentais, orientais)	2 – 33,3%	

Exemplar figura 13 vezes nos textos, nas terceiras pessoas do singular e plural:

(9) É preciso levar em consideração também a forma como cada **indivíduo** estoca gordura em **seu** corpo e o grau de obesidade. (BERGAMO, 2012)

(10) Além disso, os muito **obesos**, em geral, precisam aliar regime, prática irregular de exercícios físicos, remédios para controlar o apetite e acompanhamento multidisciplinar (médico, nutricional e psicológico). (BERGAMO, 2012)

Dando seguimento à apresentação dos atores sociais, descrevo agora as formas de representação do ator social *Grupo de Autoajuda (GA)*, que aparece 12 vezes nos textos, como mostra tabela abaixo:

Tabela 5 – Formas de representação do ator social *Grupo de Autoajuda (GA)*

Ator social	Forma de ocorrência	Nº de ocorrências (%)	Total
Terceira pessoa do singular (Ele/Ela)	Por objetivação	9 – 90%	100%
	Por referência genérica (companhia)	1 – 10%	
Terceira pessoa do plural (Eles)	Por referência específica (Vigilantes do Peso, Vigilantes)	2 – 100%	100%

Na terceira pessoa do singular, *GA* é referido por duas formas: por referência genérica e por objetivação, que ocorre, segundo van Leeuwen (1997, p.209), quando “[...] os actores [sic] sociais são representados por meio de uma referência a um local ou coisa directamente associada quer à sua pessoa quer à actividade [sic] a que estão ligados”. Segue, abaixo, uma ocorrência desse tipo:

(11) Como regra, o **novo programa** incentiva o consumo maior de proteínas e fibras, por elas prolongarem a sensação de saciedade. (BERGAMO, 2012)

O ator social é, por fim, também referido na terceira pessoa do plural:

(12) **Os Vigilantes do Peso**, a maior empresa de dietas do mundo, criam novo sistema de pontos que ignora o valor calórico dos alimentos. Frutas são boas. Sucos, um perigo! (BERGAMO, 2012)

Além desses atores sociais, há três outros. Considero-os secundários por seu número de ocorrência nos textos: 13 vezes em todo o *corpus*, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 6 – Formas de representação dos atores sociais secundários

Ator social	Forma de ocorrência	Nº de ocorrência (%)	Total
Profissional da Beleza (PB)	Por pronomo “Eu” em elipse	2 – 25%	100%
	Por pronomo possessivo (minhas)	1 – 12,5%	
	Por inclusão do pronomo “Ela”	1 – 12,5%	
	Por nome próprio	3 – 37,5%	
	Por referência genérica (especialistas)	1 – 14,2%	
Instituto de Apoio (IA)	Por referência específica (Hospital Albert Einstein, Hospital Sírio-Libanês)	2 – 50%	100%
	Por referência genérica (hospitais)	2 – 50%	
Leitor	Por pronomo “Você” em elipse	1 – 100%	100%

O primeiro deles, em ordem decrescente de recorrência, é *Profissional da Beleza (PB)*, que aparece oito vezes nos textos, sob as mais variadas formas de representação:

(13) “**Minhas** clientes vêm aqui antes da química e [elas] cortam o cabelo quase na raiz. **Ø Faço** uma peruca parecida e, quando elas terminam o tratamento, **Ø reaplico** o cabelo cortado em forma de megahair”, diz **Nilta Murcelli** (BATISTA JR, 2012)

Já o ator social *Instituto de Apoio (IA)*, que congrega instituições de apoio a pacientes em tratamento, pode aparecer nos textos por referência genérica:

(14) **Hospitais** já oferecem assistência para melhoras as alternativas estéticas – e reforçar o ânimo das pacientes. (BATISTA JR, 2012)

O último ator social representado refere-se ao *Leitor*:

(15) **Ø Notou** alguma semelhança nos valores atribuídos às frutas? (BERGAMO, 2012)

A partir dessa breve exposição, é possível perceber que *Orientando Paciente (O-P)* é sempre referido por duas ou mais das formas de

representação descritas por van Leeuwen (1997)⁵. Em todas suas ocorrências na terceira pessoa do plural, *O-P* é representado por referência genérica a entidades nos quais está inserido e com as quais se identifica, recurso denominado pelo autor como *genericização*. Esse tipo de representação tem como característica principal o apagamento de traços de individualidade, já que inviabiliza a identificação dos sujeitos, impossibilitando, assim, o acesso a suas opiniões.

Também na terceira pessoa do plural, *O-P* representa um grupo de indivíduos que recebe e/ou necessita de tratamentos clínicos. Essa distribuição, por se realizar através da pluralidade, é chamada por van Leeuwen como *assimilação* e pode ocorrer de duas formas: por *coletivização* ou por *agregação*. Na primeira situação, os atores sociais são unidos por substantivos que denotam grupo de pessoas. Já na *agregação* ocorre a quantificação desse grupo através de substantivos contáveis.

Na *coletivização*, os atores são identificados pela sua condição clínica, que é manifestada por expressões como “pacientes”, “mulheres em tratamento” e “pessoas conhecidas”. A opção por essa forma de representação sugere o estabelecimento de um grupo homogêneo, em que todos compartilham das mesmas ideias e opiniões. Na *coletivização* há, por isso, também um apagamento de características e condutas individuais, produzindo comportamentos e opiniões de consenso.

Já a *agregação* quantifica esses grupos de participantes, designando-os como dados estatísticos, como ocorre abaixo:

(16) Mas a verdade é que, para a **grande maioria das mulheres** que sofrem de câncer, perder os cabelos continua a ter um peso tão grande que pode afetar o estado de ânimo e até a disposição para enfrentar os tratamentos (BATISTA JR, 2012)

Ao considerar que a sociedade se pauta no que a maior parte das pessoas considera legítimo, a *agregação* “[...] é muitas vezes usada para regulamentar a prática e para produzir uma opinião de consenso” (VAN LEEUWEN, 1997, p.195). No trecho acima, o recurso é utilizado no sentido descrito para afirmar, sem a apresentação de quaisquer dados, que a perda dos cabelos afeta o ânimo e a disposição da “grande maioria das mulheres”. O emprego dessa forma de representação pressupõe, com isso, um esforço para legitimar a informação dada, apresentando-a como um dado estatístico e prevenindo, assim, uma possível contestação do enunciado. Esse entendimento é ainda reforçado pela *genericização*, que extingue traços de subjetividade das mulheres ao unificá-las em torno de uma opinião única.

Ainda no trecho acima, é notável que *O-P* é identificado como mulher. Essa distinção, muito recorrente nos textos, de acordo com

van Leeuwen (1997), é um tipo de *identificação*, que pode ocorrer de três formas: por *classificação*, por *identificação relacional* e por *identificação física*. A segmentação por gênero é um caso de *classificação*, em que os sujeitos são representados através de categorias que os diferenciam socialmente como classe de pessoas. Para Hodge e Kress (1979, apud VAN LEEUWEN, 1997), esse recurso “[...] é um instrumento de controle [sic] em duas direções, controle sobre o fluxo de experiência da realidade física e social... e controle da sociedade sobre concepções dessa realidade” (VAN LEEUWEN, 1997, p.191). Em outras palavras, ao diferenciar, neste caso, homens de mulheres, são diferenciadas também as experiências físicas e sociais de ambos acerca do tratamento contra o câncer. Esses investimentos na construção do feminino e do masculino parecem indicar, então, uma assimetria, replicada pelo discurso da revista, na (auto)imagem de homens e mulheres em que só as mulheres “muito fortes de espírito encaram” a perda de cabelos, e os homens “sofrem menos” com ela (1).

Voltando à terceira pessoa do singular, *O-P* aparece ainda representado por *coletivização* quando busca ser compreendido como aquele que compartilha de efeitos colaterais comuns a quem passa pela quimioterapia. Esses casos são acompanhados pelo pronome indefinido “quem”, que acentua ainda mais a *genericização*, tornando impossível individualizar os sujeitos de que se fala e, com isso, inviabilizando o acesso a suas opiniões. Nesse caso, a *genericização* busca construir um consenso acerca do tratamento clínico uma vez que não dá voz aos sujeitos afetados por ele.

Em se tratando de *Orientando-Cliente (O-C)*, na primeira pessoa do singular, esse ator social é referido através do “Eu” (4), forma de representação que, por se realizar através da singularidade, é denominada por van Leeuwen (1997) como *individualização*. Esse recurso permite que *O-C* demonstre responsabilidade por suas ações e que ofereça um relato pessoal de sua atuação num contexto de consumo. Além disso, é também representado através de nome próprio e pronomes que o humanizam (3), forma de representação que, por se realizar em torno da sensibilidade humana, é descrita por van Leeuwen (1997) como *personalização*. A utilização desse recurso dá destaque a suas opiniões e ações dentro de um contexto de consumo e busca apresentá-lo como modelo de personalização, ou seja, como se personificasse características que os demais devem incorporar. *O-C* é ainda representado como aquele que está integrado a programas de emagrecimento que exigem disciplina e controle e, em contrapartida, oferecem exclusividade aos seus clientes.

Já na terceira pessoa do plural, *O-C* aparece representado como aquele que assume uma postura pró-ativa frente à doença e que tem o sofrimento minimizado quando consegue disfarçá-la. Essas representações partem do *Profissional da Beleza*, como exemplifica (5). A *genericização* cria o entendimento de que todas as mulheres

⁵ A sobreposição entre formas de representação dos atores sociais é recorrente nos textos, assim, no decorrer do percurso analítico, por vezes furto-me a ressaltá-las sempre que aparecerem.

passam pelos mesmos procedimentos e buscam o mesmo resultado quando vão a esses profissionais. Ou, ainda, que todas elas têm a mesma reação e o mesmo posicionamento diante da perda de cabelos – que nunca envolve deixar a cabeça careca.

Na última aplicação de *Orientando*, a de *Paciente/Cliente*, o ator social aparece coletivizado como aquele que compartilha com os demais um mesmo método para alcançar o emagrecimento: uma lista criada por um médico (6). Antes de dar continuidade à explicação desse ator social, é necessário pontuar que a reunião dessas três aplicações (*Paciente*, *Cliente* e *Paciente/Cliente*) sob o termo geral *Orientando* justifica-se pela observação de que todos os sujeitos por elas abarcados se encontram em tratamento clínico. Esse é exatamente o ponto em que convergem. Já o limite entre a concepção de *Orientando Paciente* e *Orientando Cliente* é ultrapassado quando os sujeitos extravasam as rotinas (essencialmente não eletivas) que compõem o tratamento clínico e entregam-se a procedimentos eletivos, típicos de clientes. Em outras palavras, o ponto de corte entre uma aplicação e outra é a possibilidade de escolha, uma vez que os pacientes necessitam, para conquista/manutenção da saúde, do tratamento, e não, do ponto de vista clínico, da inserção em rotinas de consumo.

Tendo isso em vista, é possível perceber que em *Orientando Paciente/Cliente* há uma hibridização das aplicações anteriores e não é possível definir se o trabalho do médico limita-se/extravasa ao/o contexto clínico, já que o método de emagrecimento que utiliza em seu consultório é composto por uma lista de criação própria. Assim, além de ser um método que não é compartilhado pela classe médica como um todo, essa lista, ainda que ampla (2000 itens), possivelmente contém produtos limitados à rotina de consumo a que o médico está familiarizado e pode, por isso, conduzir seus pacientes ao consumo de itens de determinadas marcas do mercado. Por esses motivos, parece adequado contabilizar as ocorrências desse ator social como *Paciente/Cliente*.

Em se tratando de *Especialista*, esse ator, na terceira pessoa do singular, aparece sempre individualizado e, em grande parte das vezes, há a transcrição de suas falas (7), o que permite que possa distinguir-se e posicionar-se com destaque. Além disso, é também nomeado e funcionalizado, ressaltando sua especialidade na área da saúde, como ocorre no mesmo trecho através de “tricologista”. Quando há a adição de títulos e cargos ao ator social temos o que van Leeuwen (1997) denomina de *titulação*, que pode ser realizada por expressões como “coordenador” e “diretor”. É também notória a inclusão de instituições nas quais *Especialista* atua, o que indica um interesse em mostrá-lo em atividade e atualização. A combinação dessas várias formas de representação de *Especialista* qualifica-o de diferentes formas e assegura a credibilidade de suas falas. Esse ator social é ainda utilizado para legitimar procedimentos de modelagem corporal:

(17) “A dieta dos Vigilantes é uma boa forma de conquistar o emagrecimento”, afirma a nutricionista **Juliana Baptista**, do Centro de Pesquisas Clínicas de São Paulo. (BERGAMO, 2012)

O ator social *Exemplar*, por sua vez, está associado a um modelo que serve de referência ao leitor e que passa a responder por suas ações, uma vez que elas produzem determinados resultados, como em (9). Na terceira pessoa do singular, é individualizado e indeterminado quando busca ser um exemplo de comportamento que o leitor deve observar afim de que o reproduza ou não em sua prática social. Esses casos são marcados, assim, por uma relação de causa e efeito: se *Exemplar* fizer *isso*, terá *isso* como consequência. Assim, se *Exemplar* comer demais, vai engordar.

Exemplar pode, ainda, ser identificado em termos de características físicas que o singularizam num dado contexto, forma de representação que van Leeuwen (1997) chama de *identificação física*, como acontece em “obesos” (10) e “gordinhos”. É possível perceber que as expressões que identificam *Exemplar* fisicamente acabam, inevitavelmente, (des)qualificando-o. O discurso da revista mostra-se consciente disso ao utilizar o substantivo “gordinho” já que esse diminutivo atua como um eufemismo de outra palavra (gordo), reduzindo seu impacto e reconhecendo, assim, o sobrepeso como algo negativo. Já quando se refere a *Exemplar* como “obeso”, o advérbio de intensidade “muito” é adicionado, o que reforça ainda mais o sobrepeso de *Exemplar*. Isso parece ser usado para tornar muito específica e extraordinária essa situação ao leitor, diminuindo as chances de que o mesmo se identifique com essa representação, uma vez que é pouco recorrente as pessoas se perceberem como muito obesas, e sim que amenizem sua real forma física porque percebem as sanções que ela pode impor. Essa representação permite, ao cabo, que o autor do texto prescreva sem correr o risco de se indispor com seu leitorado.

Já o ator social *Grupo de Autoajuda (GA)* figura nos textos por meio de uma referência ao instrumento (“programa” ou “dieta”) com o qual empreende a atividade a que está ligado, forma de representação que van Leeuwen (1997) denomina de *instrumentalização*. Isso permite falar sobre o programa de emagrecimento proposto pela Vigilantes do Peso sem ter de especificar que se trata de uma formulação da empresa, o que torna o texto menos repetitivo e também encobre o envolvimento do ator com o enunciado (11). Há, por isso, concomitantemente à instrumentalização, o que van Leeuwen (1997) chama de *autonomização de enunciado*, que acontece quando o ator social aparece através de uma referência aos seus enunciados. A intercorrência transversal dessas duas formas de representação autonomiza a dieta, ativando-a em relação a processos materiais típicos de humanos e, ao fazê-lo, permite que a real agência seja ocultada.

Em relação a *Profissional da Beleza (PB)*, esse ator é individualizado na primeira pessoa do singular, o que torna possível que exponha procedimentos próprios relacionados à sua atividade (13). Já na terceira pessoa do singular, é funcionalizado e titulado, o que lhe permite evidenciar credenciais. A partir da observação de suas variadas formas de representação, é possível perceber que o discurso de *PB*, em nenhum momento, contempla a possibilidade de recusa

ao seu serviço, ou seja, não considera que há mulheres que decidem permanecer com a cabeça careca, pois assim questionaria a necessidade de sua atividade.

Ainda na terceira pessoa do singular, *PB* é nomeado e titulado como presidente da empresa de dietas Vigilantes do Peso. Quando isso acontece, busca confirmar a eficácia do serviço oferecido pela empresa, posicionando-se como seu porta-voz e, de alguma forma, personificando o ator social *GA*. A inclusão de *PB* nesses termos, ao permitir o reconhecimento de um ator que pode responder pela atividade da Vigilantes do Peso, parece ter o propósito de conseguir empatia do leitor e de diminuir uma possível desconfiança em relação à dieta que outorga.

Já o ator social *Instituto de Apoio (IA)*, quando aparece representado por referência específica a determinados hospitais, temos o que van Leeuwen (1997) chama de *determinação*. Esse recurso pode ser usado para titular, como vimos, *Especialista*, relacionando-o a um centro de referência na área da saúde, ou também para especificar uma instituição que oferece serviços estéticos. Nesse sentido, embora se afirme que hospitais dispõem de centros estéticos, há a determinação de apenas uma instituição (Hospital Sírio-Libanês) que oferece esse serviço. Há, por isso, uma *genericização*, uma vez que uma ocorrência busca depor por um conjunto de outras que, no texto, não existem. Além disso, sempre que *IA* é ativado há uma autonomização de enunciado, uma vez que um hospital não pode criar ou oferecer serviços estéticos, e sim uma ou algumas pessoas da instituição. Esse tipo de representação não permite que indivíduos sejam identificados e, assim, possam responder por suas ações.

O ator social *Leitor*, por sua vez, em sua única ocorrência (15), aparece representado individualmente, através do pronome “você”, o que faz com que torne-se foco no texto e que ações sejam designadas a ele. Esse recurso é utilizado para prender sua atenção ao interpelá-lo sobre o que está sendo dito. Além disso, a elipse do pronome “você” sugere intimidade, o que permite pensar que essa forma de tratamento é algo recorrente, seja na editoria ou na publicação como um todo.

Abandonando o eixo da inclusão, é notável a exclusão, nos textos analisados, de familiares, amigos e parceiros dos indivíduos que estão em tratamento clínico. Por não figurarem em nenhum momento no discurso da revista, van Leeuwen (1997) chama esse recurso de *supressão*. Essa supressão é curiosa uma vez que o apoio de familiares, amigos e parceiros dos pacientes é recorrente nos tratamentos clínicos. Esse fenômeno parece indicar que o sucesso desses tratamentos reside tão somente na iniciativa dos próprios sujeitos por eles afetados.

Quando a exclusão deixa rastros no texto que podem ser recuperados pelo leitor, há um caso de *encobrimento*. Uma das possibilidades de encobrir o agente é através das elipses, como ocorre abaixo:

(18) A naturalidade com que pessoas conhecidas passaram a assumir a cabeça nua tem ajudado o **olhar coletivo** a diminuir o estranhamento. (BATISTA JR, 2012)

(19) Por isso, os homens também podem passar pelo crivo dos **olhares compadecidos ou até assustados**, mas em geral sofrem menos. (BATISTA JR, 2012)

As expressões “olhar coletivo” e “olhares compadecidos ou até assustados” buscam representar pessoas alheias ao convívio dos pacientes. Ao utilizar essa representação, o discurso da revista se vale da *impessoalização* para afirmar que há uma espécie de opinião pública que se compadece com a perda de cabelos dos pacientes, mas, ao mesmo tempo, tem um estranhamento/assusta-se quando esses decidem conviver com a cabeça careca. Isso parece ter o propósito de desincentivar a opção pelo corpo natural e o de indicar o mascaramento da doença como caminho para a aceitação social.

Tendo tudo isso em vista, é possível interpretar que a condição de paciente é justificada em torno de uma demanda de saúde, já a de cliente parte de uma demanda pessoal, de um desejo de realização de identidade. Dessa forma, o ator social *Paciente* identifica-se pela necessidade do tratamento clínico, enquanto *Cliente*, apesar de compartilhar do mesmo contexto clínico de *Paciente*, busca, ao inserir-se numa rotina de consumo, fazer parte de determinado grupo social com o objetivo de facilitar sua aceitação e valorização na sociedade. Ao que parece, assim, a condição clínica de *Paciente* é utilizada para cooptá-lo a rotinas de consumo, e isso é possível pela apresentação de *Cliente* como um modelo de personalização de características positivas, que sugerem sucesso em tratamentos e, ainda, indicam exclusividade ao permitir o acesso a uma esfera particular de consumo. Assim, *Cliente*, ao se oferecer como uma projeção a *Paciente*, procura revelar que algo falta na imagem deste (saúde, juventude, vida). Esse fenômeno da identificação/projeção entre *Paciente* e *Cliente* parece fazer sentido quando observamos que, na maioria das vezes, são identificados como sendo mulheres (Tabela 7, abaixo). Ou seja, se o gênero é usado para identificar os atores, é também utilizado para projetá-los, oferecendo, assim, as duas faces e reafirmando a assimetria na (auto)imagem entre homens e mulheres.

Tabela 7 – Formas de representação do ator social Orientando em relação ao gênero

Ator social Orientando	Representado como homem (%)	Representado como mulher (%)	Sem distinção de gênero (%)	Total
Paciente	3 – 23%	6 – 46,1%	4 – 30,7%	100%
Cliente	0 – 0%	28 – 82,3%	6 – 17,6%	100%
Paciente/Cliente	0 – 0%	0 – 0%	2 – 100%	100%

A hibridização entre as condições de paciente e cliente busca, assim, ao sinonimizar os dois estados, entender que, ao se colocar como paciente de um tratamento, o sujeito instantaneamente se sujeita não apenas a ele, mas a toda uma rotina de consumo. Nesse sentido,

é interessante observar que, quando estão em tratamento clínico, os pacientes geralmente encontram-se num estado de maior fragilidade física e emocional. Nessa fase, é comum que exista um nível de prescrição muito alto, já que necessitam do tratamento para obter melhora em sua saúde. A inserção de rotinas de consumo, nesse contexto, parece ser muito eficaz uma vez que os sujeitos estão menos propensos a oferecer resistência e, também, porque podem associar esses procedimentos aos tratamentos clínicos.

Por tudo isso, percebo que o discurso da revista *Veja* concebe o corpo como um projeto que deve ser trabalhado para que seja não apenas magro, mas, acima de tudo, camaleônico ao disfarçar os sinais da doença. Dessa forma, mesmo em sua condição depauperada, os sujeitos não podem abrir mão das rotinas de manutenção da aparência, permitindo, assim, uma visibilidade social menos traumática aos demais olhares. Em se tratando do emagrecimento, os sujeitos filiados a serviços oferecidos pelas instituições do mercado são apresentados como modelos de felicidade e realização na busca pelo padrão hegemônico de corporeidade. Em ambos os casos, os empreendimentos à conquista do que o discurso da revista representa como saúde equivalem ao mesmo tempo a um investimento econômico, mantendo, assim, os corpos úteis e produtivos ao mercado. Os discursos da saúde, nesse contexto, além de utilizados para expor e explicar procedimentos relacionados ao tratamento clínico dos pacientes, são também empregados para falar sobre rotinas de consumo e, ao fazê-lo, acabam legitimando-as.

Realizadas essas ponderações acerca do percurso analítico, apresento, a seguir, algumas considerações sobre esta pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho, preocupei-me em oferecer algumas apreensões teóricas com o propósito de facilitar o entendimento acerca da análise que desenvolveria adiante. Ao fazê-lo, busquei elucidar como ocorre o estabelecimento de determinadas práticas discursivas e sociais e, também, como, eventualmente, elas podem ser desarticuladas por meio de um consumo crítico. Esse contexto teórico forneceu subsídios ao andamento desta pesquisa, por meio da qual procurei focalizar o atravessamento entre os conceitos de saúde e de beleza nos textos midiáticos e demonstrar como essa imbricação parece servir à manutenção do modelo de corporeidade hegemônico.

Nesse sentido, foi possível identificar que a representação de corporeidade estabelecida pela revista *Veja* busca utilizar a condição clínica, sob a justificativa de conquista de saúde, como ponto de acesso à apresentação de rotinas disciplinares e de consumo ao seu leitorado. Os corpos que correspondem a essa expectativa se enquadram no modelo de corporeidade preconizado pela revista,

que é magro, jovem, saudável – mesmo que aparentemente – e integrado às instituições do mercado. A saúde parece estar, nesse cenário, à imagem dos corpos, e os discursos que representam a área contribuem à representação de *Veja* uma vez que colaboram para a dissolução do contexto clínico ao legitimar procedimentos de modelagem corporal.

Ao investigar as representações das identidades corporais contemporâneas e a convergência entre os discursos da saúde e da beleza na mídia, procurei contribuir com dois tipos de olhar: um crítico, capaz de apontar como a corporeidade hegemônica é reiterada pelo discurso de *Veja* e como a convergência entre saúde e beleza é utilizada para legitimar procedimentos de culto ao corpo e para alimentar rotinas de consumo; e outro transformador, capaz de atentar a esses textos com o objetivo de desnaturalizar sentidos enraizados e expor operadores ideológicos que contribuem à manutenção de relações assimétricas de poder quando o assunto é corporeidade.

É necessário, contudo, reconhecer as limitações deste estudo. Em razão do espaço restrito, alguns dos atores sociais representados poderiam ser mais explorados. Em relação ao texto verbal, a investigação de outros espaços, como o conteúdo de boxes e legendas, ofereceria um olhar complementar à análise. Há, além disso, os textos não verbais, como as imagens, que revelariam marcadores sociais (como raça/etnia, idade, etc.) relevantes ao estudo da corporeidade. Indico, assim, mesmo acreditando que esta pesquisa contemplou seus objetivos, a necessidade de se efetivarem empreendimentos mais amplos.

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa, Portugal: Arte & Comunicação, 2010.
- BATISTA JR, J. Nada está por um fio. *Veja*, São Paulo, n. 2255, p. 94-96, 8 fev. 2012.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BERGAMO, Juliana. Agora sem medo de calorias. *Veja*, São Paulo, n. 2250, p. 58-61, 4 jan. 2012.
- CALDAS-COUTHARD, C. R. Da análise do discurso à análise crítica do discurso: introduzindo conceitos. In: CALDAS-COUTHARD, C. R.; SCLIAR-CABRAL, L. (Org.). **Desvendando discursos: conceitos básicos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. p.19-44.

- CAMARGO JR, K. R. de. **Biomedicina, saber & ciência: uma abordagem crítica**. São Paulo: Hucitec, 2003.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, A. L. de. **Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo**. São Paulo: Annablume, 2003.
- COUTO, E. S. **Corpos interditados: notas sobre anatomias depreciadas**. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L. (Org.). **Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.133-148.
- DEL PRIORE, M. **Corpo a corpo com as mulheres: as transformações do corpo feminino no Brasil**. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L. (Org.). **Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.255-266.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FONTES, M. **Mídia, medicina e ciência: uma análise dos processos de afirmação do corpo ideal e da rejeição do corpo imperfeito**. In: NUSSBAUMER, G. M. et al. (Org.). **Temas em comunicação e cultura contemporâneas**. Salvador: Facom, 2001. p.119-137.
- _____. **Uma leitura do culto contemporâneo ao corpo**. *Contemporânea*, v.4, n.1, p.117-136, jun. 2006.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da medicina social**. In: _____. **Microfísica do poder**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. cap. 5, p.143-170.
- GOUVEIA, C. A. M. **Análise crítica do discurso: enquadramento histórico**. Disponível em: <<http://ww3.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/bc/5.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2013.
- HALL, **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- LUCAS, L; HOFF, T. **Da ortopedia ao controle do corpo: o discurso da saúde na publicidade. Comunicação, mídia e consumo**, v.3, n.6, p.81-104, mar. 2006.
- LOPES, L. P. da M. **Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais**. In: LOPES, L. P. da M. (Org.). **Discurso de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003. p.13-38.
- MELO, I. F. **Por uma Análise Crítica do Discurso**. In: MELO, I. F. (Org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p.53-98.
- NETO, P. P.; CAPONI, S. **Medicalização da aparência: os curiosos arranjos de um discurso científico da beleza**. In: BAGRICHEVSKY, M.;
- ESTEVÃO, A.; PALMA, A. (Orgs.). **A saúde em debate na Educação Física**. Ilhéus: Editus, 2007. p.105-120.
- PUBLIABRIL: Portal de Publicidade da Editora Abril. Disponível em: <<http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja>>. Acesso em: 25 jan. 2016.
- RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- SANT'ANNA, D. B. de. **Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil**. In: SANT'ANNA, D. B. De (Org.). **Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p.121-139.
- SCLiar, M. **História do conceito de saúde**. *PHYSIS: Rev. Saúde coletiva*, v.17, n.1, 2007, p.29-41.
- SFEZ, L. **A saúde perfeita: críticas de uma utopia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- SILVA, T. T. da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, T. T. Da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.73-102.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso e Poder**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- VAN LEEUWEN, T. **A representação os actores sociais**. In: PEDRO, E. R. (Org.). **Análise Crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- _____. **Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis**. New York: Oxford, 2008.
- WODAK, R. **Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos**. *Linguagem em (Dis)curso: Análise Crítica do Discurso*, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004.



WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.07-72.

· G A
V A G
A I ·





AS SENTENÇAS
RELATIVAS COM NÚCLEO NOMINAL
NOS DADOS DE FALA DE
PORTO ALEGRE
DO PROJETO VARSUL

*LAS CLÁUSULAS RELATIVAS CON NÚCLEO EN LOS DATOS DEL HABLA
DEL PROYECTO VARSUL DE PORTO ALEGRE*

THE RELATIVE CLAUSE WITH NOMINAL NUCLEUS IN SPEECH DATA OF
PORTO ALEGRE FROM VARSUL PROJECT

Rejane Nickel¹

Elisabete Baú²

Ani Carla Marchesan³

¹ Licenciada em Letras. Acadêmica do curso de Mestrado em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó, PPGEL. E-mail: rejanecnickel@hotmail.com.

² Licenciada em Letras. Acadêmica do curso de Mestrado em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó, PPGEL. E-mail: beti.bau@gmail.com.

³ Professora Doutora da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó. E-mail: animarchesan@uffs.edu.br.

RESUMO / RESUMEN / ABSTRACT

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar, a partir de dados reais de fala de um informante porto alegreense retirados do projeto VARSUL, o uso variável das três estratégias de relativização do PB: relativa padrão, relativa resumptiva e relativa cortadora. As principais questões que pretendemos responder nesta análise são as seguintes: a) Qual construção relativa é mais recorrente?; e b) Como se apresentam os nossos resultados em relação aos de Tarallo (1983, 1993) e Valer (2008), que também analisaram dados reais de fala? Esta análise teve como pressuposto teórico o modelo *Standard* de Chomsky (1977), que afirma que o pronome relativo nasce na posição mais baixa da sentença encaixada e se movimenta para o Spec-CP, conectando essa sentença com a sentença matriz pela correferência do pronome relativo com o pivô (núcleo nominal relativizado). Na análise dos dados, 109 sentenças relativas foram encontradas. A partir da análise, chegou-se a conclusão de que nas sentenças relativas faladas no PB a estratégia mais utilizada é a padrão DP e o pronome relativo mais recorrente é o [que]. Esses resultados corroboram os encontrados por Valer (2008) e mostrou uma pequena mudança em comparação com os dados das relativas PPs encontrados por Tarallo (1983).

Palavras-chave: Estratégias de relativização. Relativas padrão. Relativas resumptivas. Relativas cortadoras. VARSUL.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar, a partir de datos reales del habla de un informante de Porto Alegre quitado del proyecto VARSUL, el uso variable de tres estrategias de relativización del PB: relativa padrão, relativa resumptiva e relativa cortadora. Las principales cuestiones que pretendemos contestar en este análisis son las siguientes: a) ¿Cuál construcción relativa es más frecuente?; y b) ¿Cómo se presentan nuestros resultados en relación con Tarallo (1983, 1993) y Valer (2008), que también han analizado los datos reales de habla? Este análisis tiene por apoyo teórico el modelo *Standard* de Chomsky (1977), que establece que el pronombre relativo nazca en la posición más baja de la oración encajada y se mueve a Spec-CP, conectando esta oración con la matriz por la correferencia del pronombre relativo con el pivô (núcleo nominal relativizado). En el análisis de datos, han encontrado 109 sentencias relativas. A partir del análisis, llegamos a la conclusión de que las cláusulas relativas habladas en el PB la estrategia más utilizada es el padrão DP y el pronombre relativo más recorrente es [que]. Estos resultados corroboran con los encontrados por Valer (2008) y mostraron un cambio en comparación con los datos encontrados por Tarallo (1983) en relación con las cortadoras.

Palabras clave: Estrategias de relativización. Relativas padrão. Relativa resumptiva. Relativa cortadora. VARSUL.

ABSTRACT: This paper aims to analyse, through speech data from a Porto Alegre citizen from VARSUL Project, the use of the three relativization strategies on Brazilian Portuguese: standard, resumptive and chopping. The main questions in this work are a) Which relative construction is the most frequent? and b) How does our results are compared in relation with Tarallo (1983) and Valer (2008), who also analyse real speech data? This analysis came from the Standard theory, from Chomsky (1977), who states that the relative pronoun rise on the lower position of the inserted clause and move to Spec-CP, connecting this clause with the main clause through correferencia between the relative pronoun and the noun. In the data analysis, 109 relative clauses were found. Through the analysis it is concluded that in Brazilian Portuguese speech relatives the most used strategy is the Standard DP and the most used relative pronoun is [que]. These results concord with Valer (2008) and demonstrate a change if compare to the data from Tarallo (1983) in relation to the chopping relatives.

Keywords: Relativization strategies. Standard relatives. Resumptive relatives. Chopping relatives. VARSUL.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que qualquer teoria científica tem caráter investigativo. Dentro das Ciências Humanas, mais especificamente da Ciência da Linguagem, utilizaremos a teoria linguística da Gramática Gerativa (cujos estudos têm início no final da década de 50) com o intuito de investigar e tentar evidenciar o conhecimento dos falantes nativos de português brasileiro (PB) sobre as propriedades das sentenças relativas (com núcleo).

Essas relativas têm ganhado espaço nos estudos linguísticos e há muito tem se pesquisado sobre quais são as suas características e quais são as estratégias de relativização (TARALLO, 1983; KATO, 1993; ÁREAS, 2002; DE VRIES, 2002, 2005; VALER, 2008). No PB, o que já se sabe é que elas são sentenças que se encaixam na sentença matriz por meio de um pronome relativo que se refere a um núcleo nominal da sentença matriz. Ou seja, relativa é aquela sentença encaixada, que inclui, em um nível de representação semântica mais elevado, uma categoria vazia (ou um pronome resumptivo), correferente a um pronome relativo, que faz ligação, de alguma maneira, com um elemento da sentença matriz, o núcleo nominal, que chamaremos de pivô⁴ (DE VRIES, 2005, p.4):

- (1) a. Lucas falou com a **menina** [que você viu ___].
b. Lucas falou com a **menina** [**que** você viu **ela**].
c. Lucas viu a **menina** [**que** você falou ~~com~~ ___].

A sentença encaixada, entre colchetes, de (1a), é uma relativa pelo fato de ser iniciada pelo pronome relativo [que]⁵, correferente ao nome [menina]. Além disso, outra característica das relativas é que o pivô [menina] pertence tanto à sentença matriz, fazendo parte do objeto indireto do verbo [falar]; como à sentença encaixada, tendo função de objeto direto do verbo [ver], como se verá detalhadamente na próxima seção. A essa sentença, damos o nome de *relativa padrão*, pois corresponde ao prescrito pela gramática normativa. Outra opção é como (1b), chamada de *relativa resumptiva*, porque no lugar do vazio (gerado pelo movimento do pronome relativo para a periferia esquerda da sentença), há um pronome resumptivo [ela], que também retoma o pivô [menina] através do [que]. Por fim, a outra estratégia de relativização é a *cortadora*, cujo nome se deve ao apagamento da preposição [com], requerida pelo verbo [falar], em (1c).

Neste trabalho, pretendemos analisar, a partir de dados reais de fala de um informante porto alegreense retirados do projeto VARSUL, o uso variável das três estratégias de relativização do PB: relativa

padrão (1a), relativa resumptiva (1b) e relativa cortadora (1c). As questões que pretendemos responder nesta análise são as seguintes:

- a) Quais estratégias de relativização são verificadas em nossa amostra?
b) Qual construção relativa é mais recorrente em nossa amostra?
c) Como se apresentam os nossos resultados em relação aos de Tarallo (1983, 1993) e Valer (2008), que também analisaram dados reais de fala?

Como hipóteses, acreditamos que encontraremos em nossa amostra, assim como Tarallo (1983, 1993) e Valer (2008), as três estratégias de relativização, porque são dados de fala que são mais próximos da competência linguística do informante. Além disso, acreditamos que a estratégia de relativização mais recorrente é a padrão DP (conforme 1a) e o pronome relativo mais utilizado o [que], pronome mais recorrente em Valer (2008), já que, na fala, este uso é frequente. Por fim, cremos que os resultados dessa pesquisa irão coincidir com aqueles de pesquisas já feitas, embora estes tenham sido realizados com amostras distintas da nossa.

O trabalho se organiza da seguinte forma. Primeiramente, faremos uma descrição detalhada das sentenças relativas no PB. Logo após, apresentaremos uma breve revisão de literatura dos trabalhos já realizados em dados de fala no PB (TARALLO, 1983; VALER, 2008). Por fim, apresentaremos a metodologia empregada neste trabalho, bem como os resultados encontrados e a análise dos dados e, então, faremos as considerações finais sobre o resultado da análise.

2 RELATIVAS, O QUE SÃO?

As relativas são sentenças encaixadas que funcionam como adjunto de um nome⁶ (CHOMSKY, 1977), chamado pivô. Esse pivô, segundo De Vries (2002, p.14), é “[...] *semanticamente* compartilhado entre as sentenças matriz e relativizada”⁷.

- (2) a. Comprei o livro_i [[do qual]_i você falou ____i].
b. Comprei o livro_i [[ON]_i que você pediu ____i].

Em (2), [livro] é o pivô que, na sentença matriz, faz parte do objeto direto do verbo [comprar]. Na sentença encaixada, há a categoria vazia (___) que é fruto do movimento da expressão *Wh* (pronome relativo [qual] mais preposição [de]) em (2a) e do Operador Nulo

4 Na literatura, o pivô é também conhecido como núcleo nominal, núcleo, pivô etc.

5 Ao contrário do Modelo Standard (CHOMSKY, 1977) que estamos utilizando, diremos que o [que] é um pronome relativo para evitar o uso do Operador Nulo. Para mais explicações, remetemos o leitor para as notas 6 e 8 deste artigo.

6 Estamos cientes do fato de haver, na literatura, pelo menos duas propostas distintas para as relativas. O Modelo Padrão ou Standard, de Chomsky (1977), que considera que a relativa é adjunto de um nome; e o Modelo Raising, de Brame (1968) e Kayne

(1994), que consideram que a relativa é complemento de um determinante. Neste artigo, não iremos entrar nessa discussão e analisaremos as sentenças pelo Modelo Standard, com algumas alterações que iremos apontando ao longo do artigo. Para mais detalhes sobre esses e outros modelos, remetemos o leitor à Áreas (2002).

7 “[...] the pivot is a constituent semantically shared by the matrix clause and the relative clause”. (DE VRIES, 2002, p. 14).

(ON)⁸, em (2b). A expressão *Wh* e o ON são correferentes ao pivô e funcionam como objeto indireto do verbo [falar] em (2a) e como objeto direto do verbo [pedir] em (2b).

Além de ser encaixada e ter um constituinte compartilhado com a sentença matriz, De Vries (2002, p. 15) acrescenta uma propriedade que ele considera “essencial” para as relativas: “O papel temático e o papel [função] sintático que o pivô exerce na sentença relativa, são em princípio independentes do papel exercido fora da relativa”⁹, como na sentença abaixo:

- (3) Anabel conhece a **menina**_i [que_i ____i ganhou o concurso].

Em (3), a relativa (que está entre colchetes) contém uma categoria vazia (___), coindexada com o pronome relativo [que] que é correferente ao pivô [menina]. Observe que o pivô contém função sintática e papel temático independentes: faz parte do DP [a menina], que tem função sintática de objeto direto e papel temático de paciente na sentença matriz; e tem função sintática de sujeito (argumento externo do verbo [ganhar]) e papel temático de agente na encaixada.

Com as características expostas até aqui, fica relativamente mais fácil diferenciar uma relativa de outra sentença encaixada:

- (4) a. O rato [que eu assustei ___] foi embora.
b. Tenho medo (de) [que o rato não vá embora].

Em (4), apesar de ambas as sentenças se encaixarem em um nome, [rato] e [medo], apenas (4a) contém uma relativa, pois há uma categoria vazia coindexada ao pronome [que] que está retomando [rato]. Já em (4b), não há uma categoria vazia e nem é possível inserir um pronome resumptivo que retome um nome da sentença matriz (conforme 1b).

No entanto, apenas as características descritas por De Vries (2002), ser encaixada e ter um constituinte compartilhado com a sentença matriz, não bastam para identificar uma relativa no PB. Do contrário, poderíamos identificar (5), abaixo, como relativa:

- (5) João_i falou [que ____i assustou um rato].

Em (5), a sentença encaixada [que assustou um rato] contém uma categoria vazia que é correferente a [João] da sentença matriz. Dessa forma, [João] faz parte da sentença matriz e da sentença encaixada.

8 No Modelo Standard, o [que] é tido como complementizador. Assim, para completar a grade argumental do verbo [pedir], no caso de (2b), um ON é criado. O ON tem a função de ficar no lugar do pronome relativo (concordando com o pivô), impedindo a saída dos constituintes de dentro da relativa. Esse ON foi muito criticado por ser algo arbitrário, criado apenas para esses casos. Para resolver esse problema, alguns autores argumentam em favor de o [que] ser um pronome relativo. Sem entrar nessa argumentação, aqui, iremos assumir, ao contrário do Modelo Standard, que o [que] é um pronome relativo.

Apesar disso, a sentença encaixada não é uma relativa; primeiro, por não ser adjunto de um nome; e, segundo, pelo fato de não ser possível dividi-la em duas sentenças simples (5a' e 5a''), como ocorre com a sentença que contém uma relativa em (6) abaixo:

- (5) a'. *João falou.
a''. João assustou um rato.

(6) a. O rato [que eu assustei ___] foi embora.
a'. O rato foi embora.
a''. Eu assustei o rato.

Para efeitos de interpretação, Marchesan (2008, p.15) afirma que uma relativa pode ser dividida em duas sentenças simples para que, com essa divisão, consigamos recuperar o constituinte compartilhado/relativizado, o pivô [rato]. Essa propriedade revela outra: o pivô, ou a expressão *Wh*, deve estar sempre adjacente à relativa:

- (7) a. João assistiu ao **jogo** [Relativa **que** emocionou as pessoas].
b. A **bandeira** [Relativa **com a qual** João torceu] era grande.

Essa adjacência só pode ser “quebrada” se houver um “material interveniente” (*intervening material*), nos termos de Tarallo (1983, p.80). Esse material interveniente pode ser, segundo os dados de fala de Tarallo: uma ou mais sentenças relativas (8a); algo inserido antes do [que]¹⁰ (8b), como uma sentença subordinada, uma pausa, um falso início de fala etc.; algo inserido dentro da relativa, depois do [que] (8c); ou um NP que esteja dentro de um PP, mas somente o primeiro NP seja considerado o pivô (8d):

- (8)¹¹ a. Mas se você encontrasse uma mulher que você gostasse muito dela, e que ela gostasse muito de você? (SP81-1-J-163)

b. O único higiênico que tinha lá era o Garanhão, o único, que ele fez um banheiro para ele de 12 metros quadrados. (SP81-1-11-258)

c. Tinha uma outra que era alemã, que não sei que cargas d'água ela saiu. (SP81-1-A-503)

d. Aí teve um rapaz aqui de Jundiá que ele levou umas balas sabe? (SP81-1-11-574)

9 “The semantic -role and the syntactic role that the pivot constituent plays in the relative clause, are in principle independent of its role outside the relative.” (DE VRIES, 2002, p.15)

10 Tarallo (1983) se refere apenas ao [que] porque ele está se referindo apenas as relativas resumptivas, que só ocorrem com esse tipo de pronome, conforme veremos na seção (3.2).

11 As sentenças de (8) são de Tarallo (1983, p.80). Para melhor visualização, grifamos o pivô e a relativa.

Observe que os exemplos de Tarallo (1983, p.80) são todos de relativas resumptivas, porque os dados foram retirados do capítulo em que ele trata desse tipo de relativa. Esse “material interveniente” pode ser encontrado em outras estratégias de relativização, como nos casos abaixo (9) retirados dos dados de fala do projeto VARSUL. Importante mencionar que em todos os casos, o “material interveniente” funciona como uma espécie de aposto, mesmo que às vezes não seja transcrito entre vírgulas como quer a gramática normativa.

(9) a. “[...] passava o bonde, essa Rua dos Andrades, que era o Bonde Duque e o Bonde Gasômetro.” (RSPOA01MBPRI89-91)

b. “[...] a Caldas Júnior, na parte de cima, que conserva ainda os paralelepípedos [...]” (RSPOA01MBPRI162-164)

Com a inclusão dessas duas características, conseguimos afirmar com mais segurança que a sentença (5) não contém uma relativa: não pode ser dividida em duas sentenças simples (conforme 5a' e 5a'') e o constituinte “compartilhado” [João] não está adjacente à sentença encaixada – o verbo [falar] é que está adjacente à encaixada – e não se constitui como “material interveniente”. Por isso, dizemos que em (5) temos uma simples sentença encaixada que é complemento do verbo [falar].

Em resumo, as seguintes características identificam uma relativa em PB: a) é uma sentença encaixada que funciona como adjunto adnominal; b) contém um constituinte (pivô) compartilhado com a sentença matriz; c) contém um pivô que tem função sintática e papel temático independentes daqueles exercidos na sentença matriz; d) faz parte de uma sentença complexa que pode ser dividida, para efeitos de interpretação, em duas sentenças simples; e e) precisa estar adjacente ao pivô da sentença matriz.

Encaixam-se nessas características, três tipos de relativas que são o foco desse trabalho e que passamos a descrever agora.

3 TIPOS DE RELATIVAS

Em PB, as relativas podem ser divididas entre padrão, resumptiva e cortadora (TARALLO, 1983). As relativas padrão se dividem em

12 Determinante

13 Preposição

14 As relativas padrão PP também são chamadas de relativa pied-piping em alusão à obra do escritor inglês Robert Browning (1812-1889), *The pied-piper of Hamelin*, que conta a história de um flautista (pied-piper) que livrou a aldeia de Hamelin de todos os ratos. “Os ratos eram encantados com o som da flauta [pipe] e seguiam o pied-piper onde quer que ele fosse. A comparação sugere que o DP seja o flautista e a preposição, o rato.” (RADFORD, 1997, p. 138 apud ÁREAS, 2002, p. 78).

DPs¹² e PPs¹³, assim como as resumptivas. As cortadoras podem apenas ser PP. Essas divisões serão explanadas nas subseções abaixo.

3.1 RELATIVAS PADRÃO

As relativas padrão, como mencionado anteriormente, podem ser divididas em duas. Observe as sentenças abaixo:

(10) a. A peça [[**que**]_i Anabel assistiu [DP__]_i].

b. O batom [[**com o qual / com que**]_i Carla pintou os lábios [PP__]_i].

c. *O batom [[**que**]_i Carla pintou os lábios **com** [DP__]_i].

Em (10a), temos uma relativa padrão DP pelo fato de o alvo da relativização ser um DP. Em (10b), o alvo da relativização é um PP (a categoria vazia é um PP correferente ao PP relativizado). Essa relativa, padrão PP¹⁴, se caracteriza por conter uma preposição imediatamente antes do pronome relativo. O que acontece em (10b) é que, ao se mover para a periferia esquerda da sentença, o pronome relativo [o qual / que] leva a preposição [com] já que em PB não há preposição órfã, como podemos observar pela agramaticalidade de (10c)¹⁵.

Quanto ao pronome relativo, as relativas padrão DP só podem ser introduzidas pelos pronomes [que] e [qual], que equivalem a DPs, como em (11), pois desempenham funções prototípicas de DP: sujeito (11a) e objeto direto (11b):

(11) a. Anabel ouviu histórias sobre a casa [**que** __caiu].

b. Anabel ouviu a música [**a qual** você compôs __].

[que] e [qual] também podem ser complemento de preposição, mas, nesse caso, a relativa formada será padrão PP, como em (10b) acima.

Os pronomes [quem], [o que] e [quanto], conforme Marchesan (2008), que se baseia nos traços semânticos apresentados em Móia (1992)¹⁶, são especificados, ou seja, embutem os traços semânticos do pivô (*quem* = [+humano]; *o que* = [+coisa] e *quanto* = [+quantia]) e não conseguem introduzir relativas padrão DP, como mostram as sentenças agramaticais de (12):

15 Em PB, há algumas exceções, que merecem estudo, de relativa com preposição órfã. São casos com preposições que têm mais carga lexical, como o [sem] e [contra]:

(i) Este é o remédio [que Pedro não vive sem __].

(ii) ?Esta é a guerra [que você lutou contra __].

Ao contrário, em inglês, relativas com preposição órfã, chamadas de relativas com preposition stranding, são frequentes:

(iii) The person [who Mary talked to __].

16 A análise feita por Móia (1992) e Marchesan (2008) é para as relativas livres, mas se encaixa nas características das relativas com núcleo aqui analisadas.

- (12) a. *João viu a menina [**quem** você falou ___].
 b. *Este panfleto não especifica o propósito [**o que** ele foi produzido ___].
 c. *Imagine o valor [**quanto** Anabel vendeu o livro para João ___].

A explicação para esse fato é que, como o traço semântico do pronome relativo é igual ao do pivô, eles não conseguem ficar adjacentes. Esses três pronomes, que também são DPs (por serem parafraseados por *a pessoa que*, *a coisa que* e *a quantia que*, respectivamente), só conseguem introduzir relativas padrão PP, como em (13):

- (13) a. João viu a menina [**de quem** você falou ___].
 b. Este panfleto não especifica o propósito [**para o que** ele foi produzido ___]¹⁷.
 c. Imagine o valor [**por quanto** Anabel vendeu o livro para João ___].

á os pronomes [quando], [onde] e [como], que embutem os traços semânticos de [+tempo], [+lugar] e [+modo/forma], respectivamente, têm natureza oblíqua, “pois parecem corresponder a sintagmas preposicionados: *no dia (em) que*, *no lugar (em) que* e *da forma que*, respectivamente.” (MARCHESAN, 2012, p.35). Ou seja, são talhados para serem adjunto adverbial de quantia, de lugar e de modo, respectivamente. Por isso, esses pronomes (ou advérbios relativos) podem apenas introduzir relativas padrão PP:

- (14) a. Adoro o período [**quando/em que** estou de férias ___]¹⁸.
 b. João mora no lugar [**onde/em que** Pedro nasceu ___]¹⁹.
 c. Gosto da forma [**como/que/*em que** ela sorri ___]²⁰.

Observe que a preposição não está explícita, pois os pronomes relativos funcionam como adjunto adverbial e, por isso, podem ser parafraseados por PPs, como vemos ao lado dos pronomes relativos de (14). A exceção é o pronome [como] que, apesar de ser um adjunto adverbial (de modo), parece rejeitar a preposição em (14c). Além disso, o [onde] parece ser o único que aceita uma preposição em casos em que a expressão *Wh* funciona como objeto indireto²¹:

- (15) “Eu cheguei do lugar [**de onde** tu vieste ___]”²².

Apesar de ser uma explicação problemática, como a própria autora afirma, concordamos com Marchesan (2012, p.36) que, nesse caso,

17 Sentença adaptada de Marchesan (2012, p.28).

18 Sentença adaptada de Marchesan (2012, p.37).

19 Sentença adaptada de Marchesan (2012, p.36).

20 Sentença adaptada de Móia (1992, p.144).

parece que “a preposição é cega” ao fato de que o [onde] incorpora uma preposição.

3.2 RELATIVAS RESUMPTIVAS

Da mesma forma que a padrão, as sentenças relativas resumptivas podem ser divididas em DP em PP. O nome, *resumptiva*, se deve ao fato de a relativa conter um pronome (chamado de resumptivo) com traços de gênero, número e pessoa compatíveis com os traços do pivô (o nome relativizado). Além disso, o resumptivo ocupa o mesmo lugar em que deveria estar a categoria vazia:

- (16) a. A peça [que Anabel assistiu **ela**].
 b. O batom [que Carla pintou os lábios **com ele**].

(16a) é a versão resumptiva de (10a). A diferença está no preenchimento da categoria vazia. Veja que o pronome [ela], de (16a), contém os mesmos traços morfosintáticos do pivô [peça]. Por isso, a relativa resumptiva também é conhecida pelo nome de copiadora, pois o pronome, que está onde deveria estar a categoria vazia, copia os traços do pivô da sentença matriz. Já em (16b), temos uma relativa resumptiva PP, pois há a preposição [com] que acompanha o pronome resumptivo [ele] se referindo ao pivô [batom].

Ao observar as sentenças relativas resumptivas, algo relevante vem à tona, já apontado em Valer (2008) e Marchesan (2008):

- (17) a. O bebê [**do qual** ela cuidou ___].
 b. *O bebê [**o qual** ela cuidou **dele**] está doente.
 c. O bebê [**que** ela cuidou **dele**].

Ao tentar formar uma relativa resumptiva a partir da relativa padrão PP (17a); o que temos é uma sentença agramatical (17b). Isso ocorre porque em PB, se uma sentença tem pronome resumptivo, ela só pode ser encabeçada pelo [que], como em (17c):

3.3 RELATIVAS CORTADORAS

As relativas cortadoras são chamadas assim porque há o apagamento da preposição regida pelo verbo da sentença encaixada:

- (18) O batom [**que** Carla pintou os lábios ~~com~~ ___].

21 Deixaremos para estudos futuros a descrição mais detalhada das relativas encabeçadas pelos pronomes relativos [como] e [onde].

22 Sentença de Valer (2008, p.37).

A sentença entre colchetes de (18) é chamada de relativa cortadora, pois, ao se mover para a periferia esquerda da sentença, o pronome [que] não levou consigo a preposição [com] – que encabeça o adjunto adverbial de [pintar] – e ela foi apagada.

Dentre os pronomes relativos que podem introduzir relativas cortadoras estão o [que], [qual], [cujo], como em (19); e o [onde] desde que seja antecedido por preposição exigida por um núcleo da sentença encaixada, como em (20):

- (19) a. No dia **[que** choveu ___] você estava triste.
 b. A cadeira **[a qual** você sentou ___] está quebrada.
 c. Aquela é a senhora **[cuja** comida todos gostam ___].

(20) “Eu cheguei do lugar **[onde** tu vieste ___]”²³. (adaptado de Valer, 2008, p.37)

4 ESTUDOS SOBRE RELATIVAS EM DADOS DE FALA

4.1 TARALLO (1983)

Fernando Tarallo, em sua tese “Relativization Strategies in Brazilian Portuguese” (Estratégias de Relativização no Português Brasileiro), publicada em 1983, analisou 4329 estratégias de relativização do PB divididas em: 1700 sentenças extraídas de 45 horas de entrevistas gravadas nos meses de dezembro de 1981 e janeiro de 1982 com informantes da área urbana da grande São Paulo²⁴; 1050 relativas retiradas de dados de fala da mídia e 1579 estratégias de relativização retiradas de dados diacrônicos.

A opção por informantes de São Paulo, justifica-se, de acordo com o autor, pois esses “[...] compartilham o mesmo sistema sintático com brasileiros de toda parte do país.”²⁵ (TARALLO, 1983, p. 54).

O linguista, após a análise dos dados, percebeu que há três estratégias de relativização utilizadas no PB: a padrão, a resumptiva e a cortadora. Em resumo, os resultados da pesquisa indicaram que, ao se tratar de relativas PP (padrão PP, resumptiva PP e cortadora), o PB está perdendo a estratégia padrão e a estratégia cortadora está sendo a forma preferida pelos falantes, sobretudo quando a relativização é com complementos e adjuntos preposicionados.

23 Sentença adaptada de Valer (20058, p.37).

24 Tarallo fez entrevistas com 40 informantes de 4 níveis socioeconômicos diferentes (baseado em educação, salário e ocupação): as entrevistas da classe média e classe alta foram feitas com informantes da cidade de São Paulo e as entrevistas com informantes da classe baixa e classe de operários foram feitas com informantes da cidade de São Bernardo do Campo. Por isso, o autor utiliza o termo “A grande São Paulo”.

25 “[...] residents of São Paulo share the same syntactic system with Brazilian in all parts of the country.” (TARALLO, 1983, p.54)

Sobre as relativas resumptivas, Tarallo chegou à conclusão de que “[...] os falantes de classe baixa favorecem o uso de pronomes resumptivos enquanto a classe média e alta desfavorecem este uso”²⁶ e que “os falantes de classe alta favorecem, em particular, o uso da cortadora PP como uma ‘melhor’ estratégia social de troca do quase morto *pied piped* [= relativa padrão PP].”²⁷ (p. 252-253). A análise dos dados diacrônicos revelou que a estratégia cortadora é o “resultado de uma mudança drástica no sistema pronominal do século XIX.”²⁸ (TARALLO, 1983).

4.2 VALER (2008)

Salete Valer, em sua dissertação “As sentenças relativas com núcleo nominal nos dados de fala (projeto VARSUL) de Florianópolis”, defendida em 2008, analisou vinte e quatro entrevistas de falantes de Florianópolis/SC, que compõem o banco de dados do projeto VARSUL, totalizando 1696 sentenças relativas. Sua análise seguiu o modelo de Chomsky (1977) e chegou ao seguinte resultado: 75%, ou seja, a maioria das sentenças relativas são DPs, apresentando em todas (1280) o que ela chama de complementizador [que]. Esse complementizador também aparece em relativas PP (padrão, cortadora e resumptiva), somando 345 sentenças. Nas sentenças PP restantes (71), outros pronomes *Wh* surgem. A linguista, a partir de sua análise, encontrou outro dado importante: a estratégia de relativização mais recorrente, 1.311 das 1.696 sentenças analisadas, é a padrão.

Valer (2008) ainda aponta um dado importante quando se refere às relativas resumptivas:

[...] a retenção do resumptivo [é] um último recurso em contextos semânticos específicos de indefinidade de núcleo nominal ou, em contextos sintáticos em que há uma quantidade de material interveniente entre o núcleo nominal e a posição relativizada. (VALER, 2008, p. 88)

Um exemplo da afirmação de Valer (2008) está abaixo:

(21) Aqui nós viemos num, vamos supor que fosse uma **fazenda**, né? que era uma área bem grande **[que ela** toma o

]
[fazenda]

26 “[...] that lower-class speakers favor the use of resumptive pronouns, and the middle-class and upper-class speakers disfavor it.” (TARALLO, 1983, p.252)

27 “[...] that upper-class speakers in particular favor the use of PP-chopping as the socially ‘better’ replacement of the dying piedpiped strategy” (TARALLO, 1983, p.253)

28 “The diachronic data analysis situates PP-chopping as the result of a drastic change in the pronominal system in the 19th century.” (TARALLO, 1983)

Pantanal, né?). (SCFLP05M BPRI679) (VALER, 2008, p. 100)

Em (21), podemos notar que o núcleo nominal [fazenda] está sendo retomado pelo [que]. Mais adiante, o núcleo nominal [fazenda] é novamente lembrado, porém, por haver grande quantidade de palavras entre o núcleo e a posição a ser relativizada, o falante utilizou-se de um pronome resumptivo [ela], após o [que], para que sua sentença tivesse o entendimento garantido, a semelhança do que dissemos na seção 2 com as sentenças em (8).

5 METODOLOGIA

O tratamento metodológico deste estudo iniciou com a busca de outros trabalhos já realizados sobre o assunto (TARALLO, 1983, 1993; VALER, 2008; ÁREAS, 2002) e com a seleção do *corpus* e a coleta dos dados.

O *corpus* utilizado é do banco de dados do VARSUL (Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil), que é um projeto em conjunto das Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Santa Catarina (UFSC) e do Paraná (UFPR) e da Universidade Católica do RS (PUCRS) e tem por objetivo descrever a língua portuguesa na fala e escrita da região sul do Brasil (RS, SC e PR), seguindo os modelos labovianos.

Nesse estudo, selecionamos uma entrevista, entre as 24 que compõe o banco de dados do RS. O informante dessa entrevista é do sexo masculino, com mais de cinquenta anos de idade e tem educação primária (1ª até 4ª série). Dessa entrevista, foram destacadas todas as ocorrências de relativas (com núcleo) e essas ocorrências foram analisadas seguindo os seguintes critérios:

- a) estratégia de relativização (padrão, cortadora ou resumptiva);
- b) função sintática do pronome relativo;
- c) pronome relativo que ocorre no processo de relativização ([quem], [o que], [quanto], [quando], [onde], [como], [que], [qual] e [cujo]);
- d) tipo de preposição que antecede o pronome relativo nas relativas padrão PP e resumptiva PP e a preposição que deveria anteceder o pronome relativo nas relativas cortadoras; e
- e) animacidade do pivô ([+humano] ou [-humano]).

É importante salientar que foram analisadas a fala do entrevistado e do entrevistador indistintamente e que alguns dados foram retirados da análise por serem truncados ou pelo fato de o pronome não ser correspondente com a sentença, como este:

(22) “Aqui teve [uma] – uma sorveteria que o prédio ainda existe [...]” (RSPOA01MBPRI 144-145) – (o pronome que deveria ser utilizado é [cujo]).

Os dados encontrados foram dispostos em tabelas (para análise quantitativa), seguidas de comentários qualitativos e comparativos com os trabalhos de Tarallo (1983) e Valer (2008).

6 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A partir da análise do *corpus*, encontramos 109 dados de sentenças relativas, que foram divididas segundo os três tipos de estratégias de relativização mencionadas anteriormente:

Tabela 1: Tipo de estratégia de relativização.

DP		PP			TOTAL
Padrão	Resumptiva	Padrão	Resumptiva	Cortadora	
82 75.22%	4 3.66%	5 4.58%	5 4.58%	13 11.92%	109 100%

Como visto na tabela acima, a estratégia relativa padrão é a vitoriosa em termos de frequência (79.81% dos dados), confirmando o resultado da pesquisa de Valer (2008), sendo a padrão DP a mais recorrente (76,64%). Dentre as relativas não padrão, destaca-se a estratégia cortadora, com 11,92% dos casos. Esse resultado também aparece na pesquisa de Tarallo (1983) cujo estudo das relativas preposicionadas (cortadora, padrão PP e resumptiva PP) revelou a estratégia cortadora como a mais recorrente (253 casos, 78%, das 324 relativas preposicionadas encontradas).

Encontramos apenas 9 ocorrências de relativa resumptiva. Esse fato talvez se deva à forte estigmatização que esse tipo de estratégia relativa sofre, como já afirmado em Mollica (2006). Merece destaque o fato de que boa parte delas foram produzidas em contextos em que há um “material interveniente” (cf. seção 2) entre o pivô e o pronome relativo:

(23) a. “[...] o abrigo dos bondes, **que** hoje em dia já não né? O abrigo só está ali por estar.” (RSPOA01MBPRI96-97)

b. “[...] no topo, lá em cima, que a gurizada se juntava pra ir lá pra cima [...]” (RSPOA01MBPRI202-203)

Segundo Valer (2008, p. 88), o fato de o pivô estar longe da relativa, faz com que o falante retome esse pivô, na forma de pronome resumptivo, para proporcionar um pleno entendimento da sentença proferida.

Das cinco estratégias padrão PP produzidas pelo informante, destacamos 2, abaixo:

(24) a. “[...] passado por toda a comissão dos serviços públicos, na qual eram líderes [...]” (RSPOA01MBPRI424-425)

b. “[...] meu escritório era no mesmo prédio no (em) que ele também tinha um escritório [...]” (RSPOA01MBPRI708-709)

Essa produção é interessante, pois, apesar de o informante ter baixa escolaridade, produziu 5 relativas padrão PP (21.73%) de um total de 23 estratégias de relativização PP (100%) - além das 82 relativas padrão DP (94.2%) de um total de 87 (100%). A única explicação possível desse fato é a profissão, pois o informante aparenta, pela conversa, ter trabalhado na prefeitura de sua cidade e, talvez, por questões de pressão social da sua profissão produza essa forma padrão.

6.1 FUNÇÃO SINTÁTICA DO PRONOME RELATIVO

Os pronomes relativos foram analisados para descobrir qual é a função sintática de cada um deles.

Tabela 2: Função sintática do pronome relativo:

	DP		PP		TOTAL	
	Padrão	Resumptiva	Padrão	Resumptiva	Cortadora	
Objeto Direto	23 (28.04%)	1 (25%)	0	0	0	24 (22.01%)
Objeto Indireto	0	0	0	0	5 (38.46%)	5 (4.58%)
Complemento de preposição (PP)	0	0	0	0	1	0
Sujeito	59 (71.95%)	3 (75%)	0	0	0	61 (55.96%)
Adjunto Adnominal	0	0	0	0	0	0
Adjunto Adverbial	0		2 (40%)	4 (80%)	7 (53.84%)	13 (11.92%)

Predicativo	0	0	2 (40%)	1 (20%)	0	3 (2.75%)
Complemento nominal	0	0	1 (20%)	0	0	1 (0.91%)
Total	82 (75.22%)	4 (3.66%)	5 (4.58%)	5 (4.58%)	13 (11.92%)	109 (100%)

Como já era esperado, a maior parte das expressões *Wh* responsáveis pela relativização têm a função sintática de sujeito, 62 casos (55.96%); o que vai ao encontro dos dados encontrados por Valer (2008) que encontrou 890 (equivalente a 89%) dessa mesma estratégia nos dados do VARSUL de Florianópolis. Em segundo lugar, está a função sintática de objeto direto, 24 sentenças, perfazendo 22.01% dos dados de fala do informante de POA. Esse dado também reforça o encontrado por Valer (2008) que encontrou 374 ocorrências, equivalente a 97%.

Nas relativas PP, a que mais encontramos foi a cortadora, somando 13 sentenças (56.52%) das 23 relativas PP encontradas (21.10% dos casos). Dentre essas, a função sintática mais recorrente foi adjunto adverbial, 7, totalizando mais da metade (53.84%) de cortadoras PP. Em segundo lugar, o objeto indireto, 5 (38.46%) das cortadoras.

Tarallo (1983) analisa somente sentenças PPs das quais encontrou, nas resumptivas, um maior número de função sintática de sujeito, representando (10,4%) dos casos. A segunda função mais recorrente é de objeto indireto (16 casos, 21,1%).

6.2 pronome relativo que ocorre no processo de relativização.

Em relação ao pronome relativo *e/ou* expressão *Wh* utilizado no processo de relativização, chegamos ao seguinte resultado:

Tabela 3: Os pronomes relativos e expressões *Wh* que ocorrem no processo de relativização

	Padrão	Resumptiva	Cortadora	TOTAL
Que	82 (80.4%)	9 (8.65%)	13 (12.5%)	104 (95.41%)
PP + que	0	0	0	0
PP + qual	1 (100%)	0	0	1 (0.91%)
Como	0	0	0	0
Onde	3 (100%)	0	0	3 (2.75%)
Quando	1 (100%)	0	0	1 (0.91%)
Quem	0	0	0	0
TOTAL	87 (79.81%)	9 (8.25%)	13 (11.92%)	109 (100%)

Como visto acima, o pronome relativo mais utilizado foi o [que], sendo que 80% (82) das sentenças que utilizam este pronome são relativas padrão; 8.65% (9) resumptivas²⁹ e 12.5% (13) cortadoras. Este resultado ocorreu porque, na fala, o uso deste pronome em grande quantidade é comum, conforme já relatado por Valer (2008).

Nos dados de Valer (2008), o maior número de sentenças relativas também foi com o pronome relativo [que], sendo 95% das relativas padrão, 100% das resumptivas e 100% das cortadoras.

A partir desta comparação, podemos ratificar a afirmação feita por Valer (2008) de que, na fala, o pronome relativo mais recorrente é o [que] precedido de preposição ou não. Uma hipótese para essa afirmação pode ser o fato de que ao utilizar a fala, os indivíduos tendam a unificar o pronome relativo, para não deixar a conversa muito formal e para evitar o pedantismo em uma conversa com pessoas de escolaridades diferentes.

Da mesma forma, Tarallo (1983) encontrou a ocorrência de 1681 (98.9%) de sentenças relativas encabeçadas pelo item [que], que o autor chama de complementizador.

6.3 TIPO DE PREPOSIÇÃO QUE ANTECEDE O PRONOME RELATIVO

Nos dados de fala analisados, correlacionamos a preposição (que antecede o pronome relativo das relativas padrão PP e das resumptivas PP e as preposições que poderiam anteceder as relativas cortadora) com a estratégia de relativização:

Tabela 4: preposição que antecede o pronome relativo em relativas PP.

	Padrão PP	Resumptiva PP	Cortadora PP	TOTAL
De (os)	0	0	4 (100%)	4 (17.39%)
Em (a, o)	5 (26.31%)	5 (26.31%)	9 (47.36%)	19 (82.60%)
TOTAL	5 (21.73%)	5 (21.73%)	13 (56.52%)	23 (100%)

A tabela acima não revelou nenhum contexto que favoreça uma ou outra estratégia de relativização. Os dados tiveram resultados muito próximos. Se destaca a preposição [em] que foi a mais utilizada, nas cortadoras, ou com a maior intensão de ser utilizada, alcançando cerca de 47.36% (8) das 23 sentenças relativas PP. É importante notar que nas sentenças padrão e resumptiva, a única preposição utilizada foi o [em]. Podemos inferir, a partir deste aspecto, o fato de que isso ocorra porque a maioria destes pronomes relativos e suas preposições estão na sentença como adjunto adverbial, que são em sua maioria precedidos de preposição, o que faz o falante utilizar as palavras [neste], [ali], [aqui], para indicar lugar, tempo, modo, que

²⁹ Importante lembrar que não é possível utilizar outro pronome relativo senão [que] nas relativas resumptivas (cf. seção 3.2).

são retomados nas relativas padrão pelo pronome relativo e nas resumptivas pelo pronome lembrete. Valer (2008) afirma que a preposição [de] aparece em sentenças resumptivas quando o DP é explícito na posição em que é gerado.

6.4 ANIMACIDADE DO PIVÔ.

Alguns pronomes relativos, como já mencionado, são especificados, ou seja, têm traços semânticos que exigem que o pivô tenha traços semânticos semelhantes:

- (25) a. *O [sanduíche] **de quem** você gosta.
b. O [rapaz] **de quem** você gosta.

Em (25a) temos uma sentença agramatical pelo fato de o pronome relativo [quem] ter o traço [+humano], colocando assim restrições para o pivô que o antecede, excluindo assim o pivô [sanduíche] que tem o traço semântico [-humano]. A questão é inversa em (25b), em que o pivô [rapaz] tem o traço requerido pelo pronome [quem], [+humano].

Pensando nisso, controlamos os traços [+/- humano] dos pivôs utilizados nos dados em análise para tentar descobrir se há alguma influência disso na escolha por uma outra estratégia de relativização:

Tabela 5: Animacidade do pivô.

Animacidade do pivô	DP		PP			TOTAL
	Padrão	Resumptiva	Padrão	Resumptiva	Cortadora	
[+humano]	23 (92%)	0	1 (4%)	0	1 (4%)	25 (22.93%)
[-humano]	59 (70.23%)	4 (4.76%)	4 (4.76%)	5 (5.95%)	12 (14.28%)	84 (77.03%)
TOTAL	82 (75.22%)	4 (3.66%)	5 (4.58%)	5 (4.58%)	13 (11.92%)	109 (100%)

Analisando os dados da tabela 5, acima, podemos notar que o traço [-humano] pode estar gerando um contexto de favorecimento da relativa padrão DP (70.23%). Esse traço semântico, de fato, ocorre em 77.03% das estratégias de relativização.

É importante notar que 82% destes pivôs [+/- humano] foram utilizados em sentenças padrão DP, o que nos deixa afirmar que, na fala, para se referir às pessoas, os indivíduos utilizam a relativa padrão DP, por, talvez, não haver preposição entre o pivô e o pronome, o que deixa a referência de um [pivô] com outro [pronome] mais evidente, facilitando a referência dada ao pivô.

Na pesquisa de Tarallo (1983), o autor percebeu maior ocorrência de traço semântico [+ humano]. Ainda, o autor afirma que a

ocorrência de relativas resumptivas são favorecidas quando a sentença apresentar os traços [+ humano], [+ indefinido] e [+ singular]. Valer (2008) não aborda esse aspecto em sua análise.

6.5 ESTUDO DIACRÔNICO DAS RELATIVAS PP

Outro ponto que merece destaque neste artigo é um estudo diacrônico feito por Tarallo (1993), que mostra o uso das estratégias de relativização PP (padrão, resumptiva e cortadora) através dos anos. Tomamos a liberdade de complementar esta tabela utilizando os dados de Valer (2008) e os dados deste artigo:

Tabela 6: Dados sobre o uso de relativas PP na fala apresentados de forma diacrônica.

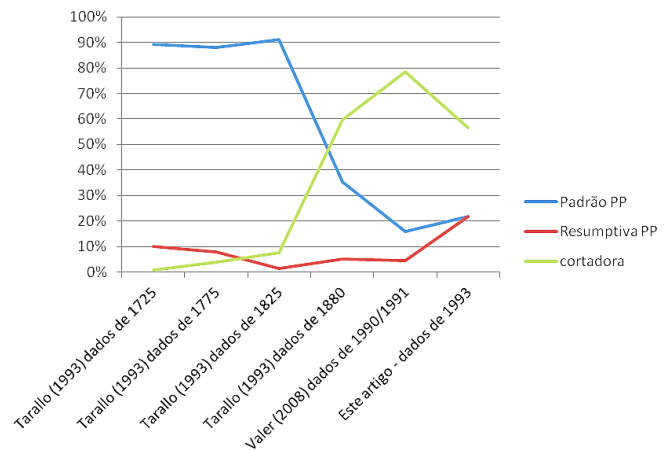
Ano em que os dados foram coletados	Tarallo (1993) Dados do ano de 1725	Tarallo (1993) Dados do ano de 1775	Tarallo (1993) Dados do ano de 1825	Tarallo (1993) Dados do ano de 1880	Valer (2008) Dados do ano de 1990-1991	Dados deste artigo - do ano de 1993
Padrão	99 (89.18%)	89 (88.11%)	73 (91.25%)	63 (35.39%)	71 (16%)	5 (21.73%)
Resumptiva	11 (9.90%)	8 (7.92%)	1 (1.25%)	9 (5.05%)	19 (4.6%)	5 (21.73%)
Cortadora	1 (0.90%)	4 (3.96%)	6 (7.5%)	106 (59.55%)	326 (78.4%)	13 (56.52%)
TOTAL	111 (100%)	101 (100%)	80 (100%)	178 (100%)	416 (100%)	23 (100%)

Fonte: Tarallo (1993, p. 209) e Valer (2008, p.100).

Com a tabela acima, podemos notar que, na análise de Tarallo, as sentenças padrão PP estavam sendo extintas ao longo dos anos, e, no lugar, os falantes estavam utilizando a cortadora. Esse fato se comprova com os dados do VARSUL dos anos 1990-1991, utilizados por Valer (2008), que mostram que a maior parte das sentenças relativas PP analisadas foi do tipo cortadora (78.4%). O mesmo ocorre com os dados deste artigo, cujos dados foram coletados em 1993, dos quais 13 das 23 sentenças relativas PP são cortadora, somando 54.54% dos dados.

Para ficar mais claro, observe o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Análise diacrônica das relativas PP



Fonte: Tarallo (1993) e Valer (2008)

Ao observar o desenho da tabela, podemos notar que, ao chegar nos dados deste artigo, a linha das relativas cortadoras decai um pouco e a linha das relativas padrão sobe. Isso provavelmente ocorre pelo fato de termos poucos dados em análise e/ou pelo fato de o informante, apesar de pouco escolarizado, frequentar ambientes em que a forma padrão seja bastante utilizada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, objetivamos analisar, a partir dos dados de fala de um indivíduo retirados do projeto VARSUL, o uso de três estratégias de relativização do PB: padrão DP e PP, resumptiva DP e PP e cortadora, e responder quais destas estratégias foram encontradas em nossa amostra, qual é a mais recorrente, e, para finalizar, comparar os resultados com os trabalhos de Tarallo (1983) e Valer (2008)

Em linhas gerais, vimos que uma relativa é uma sentença encaixada que possui um constituinte chamado pivô que é compartilhado com a sentença matriz.

Na sequência, a partir da análise dos dados de fala de um informante do projeto VARSUL de POA, encontramos três tipos de estratégias de relativização: padrão, cortadora e resumptiva.

Descobrimos, na análise, que a construção relativa mais recorrente foi a padrão, com 81.30% (76.64% padrão DP, 4.67% padrão PP) das sentenças analisadas neste artigo (cf. tabela 1).

Ao compararmos os resultados obtidos com o de Tarallo (1983), em especial seu estudo diacrônico (1993) em relativas PP, verificamos que, à semelhança do que foi verificado pelo autor, que encontrou em maior número cortadoras dentre as estratégias de relativização PP (padrão, cortadora e resumptiva), o tipo de relativa mais recorrente em nosso *corpus* também foi a relativa cortadora. Sendo assim, nossa hipótese de que nossos dados iriam corroborar as pesquisas já feitas, se confirmou.

Em comparação com o trabalho de Valer (2008), encontramos o mesmo resultado quanto ao tipo de estratégia utilizada em PB, na fala, corroborando nossa hipótese inicial. Para as duas análises, a relativa padrão foi a mais recorrente. Outro aspecto que Valer (2008) apontou e que foi corroborado neste artigo foi a maior frequência de uso de pronomes resumptivos, quando há um material interveniente entre a sentença matriz e a relativizada (cf. exemplo 9).

Por fim, ao analisar a animacidade do pivô relativizado, chegamos à constatação de que para pivôs [+humanos] o falante utiliza a relativa padrão DP.

REFERÊNCIAS

- ÁREAS, Eduardo Kenedy Nunes. *Aspectos estruturais da relativização em português: uma análise baseada no modelo Raising*. 2002. 146f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Teoria em análise linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- DE VRIES, Mark. *The Fall and Rise of Universals on Relativization*. University of Groningen, January 2005. Disponível em: <<http://odur.let.rug.nl/dvries/pdf/2005-rc-universals-jul.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2014.
- DE VRIES, Mark. *The Syntax of Relativization*. 2002. 477f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Amsterdam, Amsterdam, 2002.
- KATO, Mary A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. p. 223-261
- MARCHESAN, Ani Carla. *As relativas livres em português brasileiro e os requerimentos de compatibilidade*. 2008. 98 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- _____. *As relativas livres no português brasileiro*. 2012. 227f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- MOLLICA, Maria Cecilia. Sobre os processos sintáticos que migram da fala para a escrita. In: HISPANIC LINGUISTICS SYMPOSIUM, 8th., 2006, Somerville, MA. **Proceedings...** Somerville: Cascadilla Proceedings Project, 2006. p. 167-171.
- PROJETO VARIAÇÃO LINGUÍSTICA URBANA NA REGIÃO SUL DO BRAIL (VARSUL). Porto Alegre, Florianópolis, Paraná: UFRGS, PUC-RS, UFSC, UFPR. Disponível em: <<http://www.varsul.org.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2014.
- TARALLO, Fernando. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. 1983. 273f. Tese (Doutorado em Filosofia), Universidade da Pensilvânia, Pensilvânia, 1983.
- TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'alem-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, L; KATO, M. A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 69-106.
- VALER, Salette. *As sentenças relativas com núcleo nominal nos dados de fala (projeto Varsul) de Florianópolis*. 2008. 218f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

• G A
V A G
A I •



OS REFLEXOS DO
COLONIALISMO EM
FICÇÕES
ALIENÍGENAS

LOS REFLEJOS DEL COLONIALISMO EN FICCIONES ALIENÍGENAS

REFLECTIONS OF COLONIALISM IN EXTRATERRESTRIAL FICTIONS

Marcio Markendorf¹

¹ Professor Adjunto II do Curso de Bacharelado em Cinema na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: marciomarkendorf@gmail.com.

RESUMO / RESUMEN / ABSTRACT

Resumo: O objetivo deste ensaio é discutir a representação do alienígena na ficção, destacando os conteúdos colonialistas presentes no gênero. Percebido como figura retórica da alteridade, o ser alienígena confunde-se com a imagem do estranho e do estrangeiro, algo que precisa ser controlado ou destruído para manter a identidade e estabilidade da nação. Por esse viés é que questões diversas – imperialistas, colonialistas, raciais – emergem nos subtextos e nas premissas de obras cinematográficas e de literatura. Mesclando análises conceituais e conjecturas empíricas, o texto apresentado procura demonstrar porque os alienígenas tornam-se uma projeção da própria história colonial terrestre, fato que produz um tipo de horror, cujo medo está diretamente ligado a um destino coletivo de colonização – a Terra como uma colônia; os seres humanos como escravos.

Palavras-chave: Colonialismo. Alienígenas. Alteridade. Imaginário.

Resumen: El propósito de este ensayo es discutir la representación del alienígena en la ficción con relieve en los contenidos colonialistas presentes en el género. Visto como figura retórica del otro, el ser alienígena se mezcla con la imagen de lo extraño y del extranjero, algo que necesita ser controlado o destruido para mantener la identidad y estabilidad de la nación. De esa manera es que cuestiones diversas – imperialistas, colonialistas, racial – surgen en los subtextos y en las premisas de obras del cine y la literatura. La fusión del análisis conceptual y conjeturas empíricas, el texto presentado procura demostrar por qué los alienígenas se convierten en proyección de su propia historia colonial terrestre, hecho que produce un tipo de horror cuyo miedo está conectado directamente a un destino colectivo de la colonización – la Tierra como colonia; los seres humanos como esclavos.

Palabras clave: Colonialismo. Alienígenas. El otro. Imaginario.

Abstract: The aim of this paper is to discuss the representation of the extraterrestrial in fiction highlighting the colonialist's content in this genre. Perceived as rhetorical figure of otherness, the alien (as an extraterrestrial) can be confused with the image of the strange and the foreign, entities that need to be controlled or destroyed by the State in order to keep the identity and the nation's stability. In this context some issues emerge in subtexts and premises of films and literature narratives like the imperialist, the colonialist and the racial themes. Combining conceptual analysis and empirical conjectures, the present essay tries to demonstrate why extraterrestrials became a projection of Earth's colonial history which produces a type of horror whose fear is directly linked to a collective destiny of colonization – the Earth as a colony; humans as slaves.

Keywords: Colonialism. Extraterrestrials. Otherness. Imaginary.

I POR UM ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA NARRATIVA ALIENÍGENA

“Os alienígenas estão entre nós” pode ser considerada uma máxima do mundo contemporâneo, pois, de tanto serem vistos em audiovisuais, propagandas, revistas e livros, tornaram-se figuras recorrentes da fantasia, um tipo de arquétipo da ficção científica e dos filmes de terror. Tudo porque, diante da curiosidade pelo cosmos e inconformado com a condição de ser a única forma viva inteligente no Universo, o ser humano sonha com a possibilidade de ser visitado ou confrontado com entidades extraterrenas. Uma relação que acabou gerando um paradoxo: ao mesmo tempo em que o homem desacredita a solidão galáctica, teme a companhia espacial. A ausência de ou a ignorância quanto à existência de outras formas de vida complexa fora da Terra tende a aprofundar o sentimento de fragilidade, pequenez ou insignificância que sempre rondou a humanidade, indefesa frente ao grande mistério da Criação. Mesmo os cientistas sentem-se incomodados com tal estado singular do planeta Terra depois de um evento da magnitude do Big Bang. Como bem destacou o ficcionista Arthur C. Clarke: “Existem duas possibilidades... ou estamos sós no Universo ou não estamos. Ambas são igualmente aterrorizantes”².

A confluência dessa incerteza radical, do sentimento de perigo representado pelo desconhecido e do potencial maléfico do que vem do exterior pode ser enquadrada no que H. P. Lovecraft (2008) denomina “horror cósmico” – a atualização de um medo primitivo presente no imaginário coletivo, fruto do enlace entre terror e ciência, expresso por histórias fantásticas acerca da escuridão do espaço sideral. Segundo o autor norte-americano, a forma mais expressiva do medo terá lugar no momento em que a espécie humana, situada em uma escala inferior da Criação, acordar de sua falsa orfandade cósmica e for confrontada com seres superiores, provenientes de orbes alienígenas. À primeira vista, parece ser por essa razão que os *aliens* são representados em grande parte dessas histórias como uma sociedade progressista, disposta a tomar o planeta e a promover o morticínio da humanidade. Semelhante representação da ameaça, desde os primeiros relatos, está amparada pelo mito-alerta da civilização avançada carente de recursos naturais.

A narrativa trivial do alienígena invasor constrói-se a partir do planeta vitimado pela destruição atômica, ou com recursos naturais à beira do esgotamento, de modo que se desenvolve uma relação muito íntima entre aparatos *high-tech*, escassez de matéria-prima e necessidade impetuosa de expansão territorial. Partindo dessa hipótese inicial, é possível entrelaçar análises conceituais e conjecturas empíricas sobre o horror cósmico para avaliar a ficção cinematográfica alienígena. O exercício crítico é empírico, porque muitos dos componentes relacionados à alegoria estão representados nas próprias ficções analisadas, na forma de diálogos, ações narrativas ou imagens simbólicas. A estrutura alegórica dessas

produções cinematográficas quase sempre está subentendida, de modo que a leitura do filme pelo seu valor de face pode muito bem dar a percebê-lo como uma aventura pelo espaço, uma história de ação interplanetária ou um terror cósmico. Tornar evidentes esses componentes ordenadores de certo tipo de leitura é uma questão empírica.

Com as grandes expedições marítimas, em nível planetário e ainda em tempos de descobrimento dos espaços geográficos, os territórios intocados pelos europeus e descobertos além-mar, cujas florestas são símbolo do Éden terrestre, o que se poderia denominar de Primeira Natureza, representavam o lugar no qual aquela civilização ainda não havia penetrado. Em tempos globais como os de hoje, há um imaginário cósmico, situado em um nível interplanetário, que transforma os planetas distantes na imagem do paraíso intocado pela civilização humana, uma Segunda Natureza. Por essa razão, o espaço sideral passou a ser explorado mais sistematicamente por narrativas quando as descobertas do território terrestre – desertos, florestas, continentes, bem como mares e ilhas –, deixaram de ser marcadas pelo exótico e/ou pelo intocado.

De acordo com a perspectiva de Victor Segalen (1989), a partir do momento que se descobriu que a Terra era uma esfera, distanciar-se de um ponto significaria aproximar-se dele, razão pela qual as noções tradicionais de viagem e de exotismo desapareceram. O mundo teria se aberto, então, para a circulação orbital, modo de se deslocar no qual o turista passa a ocupar a figura do viajante-descobridor. Com a decadência das narrativas de viagem e do gênero de aventura, considerando a perspectiva de Segalen, a solução criativa para a renovação do gênero foi explorar o tema das jornadas extraplanetárias, isto é, as viagens galácticas e intergalácticas.

Obviamente, a histórica experiência colonizadora também foi responsável por guiar a imaginação humana nessa nova seara da aventura. A viagem de turismo, de cerne consumista, também foi tematizada; contudo, tal forma de viajar é possível apenas após a instituição das condições materiais que vão da descoberta, colonização, mapeamento, construção e iconização dos territórios. Alguns títulos cinematográficos podem ser citados para ilustrar tais questões. Em *Planeta Proibido* (*Forbidden Planet*, Fred M. Wilcox, 1956), o narrador explica que depois da conquista da Lua, o primeiro destino exótico extraplanetário, o ser humano chegou a outros planetas do Sistema Solar e, com novas descobertas científicas, foi possível empreender o domínio e a colonização do espaço. Da mesma forma que ocorreram as políticas europeias de incentivo à colonização do Novo Mundo, nas campanhas publicitárias corporativas de *Blade Runner – o caçador de andróides* (*Blade Runner*, Ridley Scott, 1982), as colônias extraterrestres representam o lugar para começar uma nova vida, em um paraíso pós-moderno repleto de novidades, discurso que caracterizaria um

² A citação é usada como premissa para o filme *Os escolhidos* (*Dark Skies*, 2013), dirigido e roteirizado por Scott Stewart.

novo estágio do neocolonialismo – contraparte moderna e tecnológica do colonialismo empreendido pelas nações do Velho Mundo. Já a história de *O vingador do futuro* (*Total Recall*, Paul Verhoeven, 1990), amparada na ideia de viagem de turismo, apresenta como gatilho narrativo um personagem desejoso de visitar lugares icônicos do planeta Marte, tendo como único impeditivo os altos custos dos cruzeiros espaciais.

No contexto da colonização, a ficção alienígena possui como tendência produzir alegorias políticas como expressão do poder (ideológico, tecnológico, bélico, epistemológico, corporativo). Logo, o que se pretende aqui é demonstrar de que modo tal hipótese está refletida na iconografia do gênero e em eventos narrativos muito característicos. Os filmes da década de 1950 e 1960, por exemplo, têm uma relação muito evidente com o Colonialismo, as Grandes Guerras e a Guerra Fria; para o espectador contemporâneo, são mais reveladoras as imagens metaforizadas dos imigrantes econômicos, do *apartheid* racial, do exílio político, do fundamentalismo nacionalista ou religioso, do terrorismo. Não interessam neste ensaio questões relacionadas aos efeitos emocionais das histórias analisadas, como deveria inspirar o estudo da monstruosidade alienígena no gênero de horror, sendo privilegiado o mapeamento de uma narrativa trivial, de matriz política, não se distinguindo os valores críticos ou de produção do corpus, de modo que produções B, *blockbusters*, produções para TV ou vídeo, filmes reconhecidos pela crítica recebem a mesma atenção teórica.

Essa narrativa trivial da ficção alienígena seria uma forma profundamente marcada pela experiência histórica do imperialismo e sua retórica do poder. Com algumas exceções, a figura do *alien* é representada como símbolo da negatividade e, se não rivaliza, representa o lado negro do próprio homem. Os seres do espaço não parecem ser tão mais temidos quanto o foram ou ainda são os estrategistas de regimes totalitários, os imperialistas desbravadores ou, mais recentemente, os administradores de conglomerados multinacionais. O mito alienígena global e interplanetário deve ser encarado como símbolo de uma crise planetária.

2 IMPERIALISMO, (NEO)COLONIALISMO E FICÇÃO ALIENÍGENA

O significado original da palavra latina *alienígena* designa todo aquele que é natural de outro país, um estrangeiro ou forasteiro. Foi em virtude do frequente uso figurado no cinema e na literatura que se tornou uma expressão popularmente conhecida para designar seres de outros planetas. A gênese da ficção alienígena, como narrativa de alteridade da própria história humana, é um misto de histórias e lendas, comportamentos sociais e determinantes

psíquicas que funcionam, na maioria das vezes, como alegoria ou sátira política e social.

Além da identificação íntima com a noção de estrangeiro, o *alien* é alegoria da condição humana por focar a bestialização do ser pelo caminho da ciência, da tecnologia e da política, isto é, a criação de monstros morais. Segundo essa leitura, deve-se compreender, ainda, sua diferenciação do resto dos seres humanos não como um lugar de origem e, sim, como um lugar de poder. O centro de um poder ditatorial seria o lugar privilegiado para que um forte instinto primitivo e animal fossem desenvolvidos, mesmo que balizado por um enorme apelo à razão. A uma razão bastante questionável, diga-se de passagem. A moralidade, no sentido da preservação da espécie, é sempre o limite da razão.

É bastante significativo que no universo ficcional de *A Guerra dos Monstros* (*Godzilla vs. Monster Zero/Kaijû daisensô*, Ishirô Honda, 1965), construa-se a fábula da união internacional por meio da Autoridade Espacial Mundial, contexto no qual não há governos dominantes, o que contraria a versão hollywoodiana de que os EUA são a (única) patrulha (possível) do Universo. No roteiro, uma viagem espacial promovida pela AEM, tripulada por um astronauta japonês e outro americano, parte para o recém-descoberto Planeta X, situado atrás de Júpiter, depois de detectadas interferências de rádio originadas desse lugar. A união nipo-americana parece uma forma simbólica – mas não suficiente e nem possível – de corrigir atos históricos passados, especialmente pela cena na qual um dos viajantes hasteia uma bandeira tripla em solo extraterreno: a do Japão, dos Estados Unidos e da ONU. O gesto, por si só, já representa uma atitude territorialista bastante comum, como a que aconteceu com os astronautas americanos na conquista à Lua em 1969, durante a corrida espacial entre EUA e URSS, ou mesmo, na forma primitiva da cruz levantada em território brasileiro por conquistadores portugueses durante a época das Grandes Navegações.

A versão em português do título, *A Guerra dos Monstros*, parece reportar tanto à ideia de monstro moral representando por governos imperialistas, quanto aos monstros reais – Godzilla, Rodan e King Ghidorah – que os habitantes do Planeta X pretendem empregar para dominar a Terra. A princípio, a única saída para a catástrofe fantástica seria o uso de todo armamento nuclear disponível, solução que desagrada a todos, de modo que os obriga a encontrar um meio mais simples e eficaz de contenção – um aparelho de ondas eletromagnéticas, responsável por controlar as criaturas. Como se pode notar, o trauma moral provocado por conta dos armamentos nucleares, como em Hiroshima e Nagasaki, impede até mesmo o uso positivo da energia atômica, ao menos neste audiovisual de produção japonesa.

O que importa ressaltar é que as narrativas alienígenas pretendem situar o lado mal da própria história humana em fictícias civilizações espaciais, sem, no entanto, deixar de expressar, ainda que sub-repticiamente, questões de soberania política de certas

nações terrestres sobre outras. Afinal, as histórias de encontro de civilizações, na grande maioria das vezes, se dão a partir de um viés bélico.

Apesar de semelhantes representações de supremacia, uma das fantasias humanas veiculada por narrativas alienígenas (e, de forma mais moralista, nos filmes-catástrofes) é a do “sonho da indiferença”, isto é, o desejo de unidade planetária que possa acontecer por conta de uma emergência internacional e perpetuar-se depois dela, indiferença como acontecimento de não discriminação de ordens sociais complexas (raça, credo, nação etc.). Em *Viagem ao sétimo planeta* (*Journey to the seventh planet*, Sidney W. Pink, 1962), o narrador do filme nos informa que uma característica peculiar da raça humana é tornar realidade suas visões. O bem maior que se deve sublinhar, no entanto, não é a ênfase na conquista paulatina do tempo e do espaço, por meio das viagens espaciais; é, sim, descobrir que, no ano de 2001, de acordo com o roteiro, nosso planeta seria governado pela Organização das Nações Unidas, não se encontrando mais dividido, em estado de guerra ou sob a ameaça de alguma aniquilação em massa. O ser humano viveria em harmonia com o próximo, apenas em busca de sabedoria e do bem-estar da humanidade, visando o todo e não apenas o particular. Visão semelhante ao bíblico Éden e, também, à utopia do Bem Comum. O narrador trata de uma fantasia baseada na noção cristã de Paraíso terrestre ou na utopia da República ideal, condições de existência que nada tem a ver com a realidade política – nem a mais distante. Em *Planeta Proibido* (*Forbidden Planet*, Fred M. Wilcox, 1956), há algo semelhante – a Organização dos Planetas Unidos –, surgida depois que a humanidade empreendeu a conquista e a colonização do espaço sideral.

A despeito dos sonhos da indiferença, em contextos ficcionais ou históricos, políticas autoritárias e predatórias operam em uma ditadura do invisível. E o poderio, no qual se sustentam muitos governos ainda hoje, definitivamente encena a presença exploratória alienígena. Em *O Predador* (*Predator*, John McTiernan, 1987), o exército norte-americano, em missão por uma selva da América Central para resgatar uns soldados e um ministro da Guatemala de guerrilheiros, depara-se com um alienígena destruidor. No filme *Frankenstein contra o monstro do espaço* (*Frankenstein Meets the Spacemonster*, Robert Gaffney, 1965), é somente a força militar norte-americana que tem capacidade para conter os captores *aliens* aterrados em Porto Rico, um território não incorporado dos Estados Unidos e sobre o qual têm influência direta.

Qual conteúdo ideológico poderia estar implícito nessas “inocentes” narrativas? Como afetam as questões de soberania e identidade de cada teto político? O que pertence aos Estados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, principalmente no âmbito dos bens naturais, precisa ser controlado por uma administração exógena e segundo leis internacionais, como acontece na polêmica em torno da possível desbrasilização da Amazônia? O exótico e o “intocado” representam perigo ou fonte

de renda aos países do Primeiro Mundo? Afinal, olhando para trás, em matéria de recursos naturais, determinadas superpotências mundiais se comportaram como protetores ou predadores do planeta? Que discursos podem ser utilizados para a apropriação das riquezas naturais do globo? Qual o papel do tema da segurança pública em relação à prática política?

E o que dizer do caso das relações econômicas perpetradas por empresas multinacionais e transnacionais espalhadas pelo globo, sobretudo em países empobrecidos e submetidos por uma dominação econômica, à parte do domínio político estatal? Na senda das apologias alienígenas para o medo de invasões bárbaras, ocupações geográficas, disputas por recursos minerais e poderio econômico, é preciso citar um dos piores conflitos do Oriente Médio, a Guerra do Golfo, ocorrida em 1991, envolvendo Iraque e Kuwait. No quesito da representação da invasão territorial, Saddam Hussein, tal como foi divulgado pela mídia ocidental, chega bem perto da figuração de um imperialista predador. Creditando ao Kuwait a responsabilidade pela queda no preço do petróleo, o ditador iraquiano, depois de invadir o país vizinho, chegou a considerar o Kuwait uma província do seu Estado. Esse problema político-econômico que, ao final, acabou reavivando antigas disputas geográficas na região e atraindo a atenção de outros países. Na época, liderados pelo governo de George H. W. Bush, os norte-americanos intervieram na disputa, lutando ao lado do Kuwait, a fim de libertar os poços petrolíferos das mãos dos iraquianos. O resultado, como se sabe, seria a continuação das rivalidades durante a Guerra do Iraque, cujo motivo principal era garantir a exploração do petróleo por empresas *yankees*. Nesse sentido, soa familiar a cegueira alienígena pelo controle mundial e apropriação dos bens naturais.

Cabe lembrar, também, que, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos, sob a presidência de George W. Bush, lideraram uma política anti-iraquiana, acusando este governo de ser uma grave ameaça à segurança de outras nações e à ordem mundial. A inspeção do Conselho de Segurança da ONU comprovou, mais tarde, a impossibilidade do Iraque produzir qualquer tipo de arma nuclear, desmentindo as provas apresentadas por Colin Powell, Secretário de Estado norte-americano, e aceitas por Tony Blair, Primeiro-Ministro da Inglaterra. Mas, mesmo sem o respaldo do órgão internacional, os exércitos dos EUA e do Reino Unido iniciariam um conflito armado com o Iraque em 2003, finalizado só em 2010. Os americanos foram enormemente criticados em sua posição de invasores, sobretudo em razão do número desnecessário de baixas civis iraquianas e da pilhagem praticada pelas forças de ocupação contra propriedades públicas e privadas, sobretudo na forma da agressão simbólica aos artefatos culturais e históricos do país. Pensadores como Jean Baudrillard e Edgar Morin (2004) haviam qualificado o atentado de 11 de setembro como uma destruição simbólica, que é superior à destruição física – ao desabamento arquitetônico e ao número de mortos. E justamente esse sentido mais profundo de agressão teria levado o país ofendido, os EUA, ao conflito armado, movimento

comparável à revolta bélica da Alemanha em resposta às reparações impostas pelo Tratado de Versalhes em 1919.

Embora para muitos possa parecer um clichê visual, a destruição de pontos turísticos (Torre Eiffel, Estátua da Liberdade, Big Ben, Cristo Redentor etc.) e de centros de poder (Casa Branca, Casa Rosada, Palácio de Buckingham etc.) possui razões precisas para estar em boa parte das narrativas alienígenas: a) os símbolos são estruturas amplamente conhecidas pelo público, o que permite o pronto reconhecimento das diversas partes do mundo atacadas; b) os símbolos, sob uma ótica da identidade cultural, são imagens materializadas da nacionalidade e da nação. Em *Guerra dos Mundos* (War of the worlds, Byron Haskin, 1953), a título de ilustração, é mostrada a queda da Torre Eiffel, a invasão da baía da Guanabara e a destruição do Taj Mahal. O ataque aos símbolos nacionais, portanto, é uma espécie de afronta à moral dessas nações, sublinhada pelo aniquilamento dos polos de controle central do Estado, um modo de apresentar metaforicamente o caos e a desarticulação governamental. Portanto, colocar abaixo uma referência visual comum, na verdade, funciona como metonímia para demonstrar a nós mesmos a fragilidade militar do país frente à ocupação de forças militares cósmicas.

A noção de identidade nacional tem sido diluída ou relativizada radicalmente nos últimos tempos em função do aprofundamento dos processos de globalização e mundialização culturais. Pode-se dizer que, em certo sentido, as grandes metrópoles se assemelham em seu cosmopolitismo, parecendo constituir um idêntico espaço transnacional. Segundo essa ótica, invadir a Terra-nação, sem distinguir governos locais, ainda que as narrativas nos mostrem a argúcia da desarticulação dos centros urbanos pelos invasores, é um modo de tratar a oposição alienígena em termos globais: a identidade planetária *versus* a identidade forasteira. Em última análise, pode-se dizer que o embate entre as civilizações apenas se dá frente a um exotismo radical, razão pela qual a fantasia da unidade internacional poderia ser produzida mais resolutamente nos dias de hoje, isto é, a imaginação cinematográfica torna muito verossímil a supressão das diferenças (apesar das forças de pasteurização presentes no mundo ocidental) humanas (raça, etnia, credo, política etc.) em caso de luta armada por um bem comum – o planeta Terra.

Em casos de invasão alienígena e destruição global, há o abandono temporário, ainda que à revelia, da manutenção da diferença de culturas e de identidade locais – ou, em outros termos, nacionais e nacionalistas – em prol do reforço de uma visão mais homogênea, a de humanidade, para que possa se dar o enfrentamento com uma alteridade radical, a raça alienígena. Contudo, como o volume majoritário de produções científicas dessa natureza é norte-americano, ocorre frequentemente uma identidade entre os heróis humanos vencedores e a sua procedência da Águia Americana, como provavelmente seria o movimento natural em qualquer outro país de origem da produção. O herói ser nativo de uma nação, portanto, não constitui um problema em si em meio a essa temporária, hipotética e utópica dissolução das diferenças – a

verdadeira questão é verificar quais são os discursos subsistentes dos representantes dessas nações em relação às outras, por exemplo, e como as ideias de soberania parecem manter-se intactas a despeito de tudo. Esses fatores podem evidenciar que a suspensão dos preconceitos de identidade é apenas parcial, uma vez que, como proposto pela metáfora do iceberg, as tensões são mantidas ocultas e latentes, fora de uma visão de superfície.

A destruição dos centros de poder e dos ícones culturais de uma nação, nesse sentido, também colabora para expressar concretamente a impotência dos governos nacionais, mesmo o das grandes potências, pois é uma ferida no centro nevrálgico de uma dada soberania política e territorial, metáfora que expressa o aniquilamento da imponência e revela uma condição de inferioridade. Por isso, qualquer forma de invasão é bastante delicada. Em *Independence Day* (*Independence Day*, Roland Emmerich, 1996), uma raça alienígena invade o planeta destruindo as principais cidades do mundo. Inúmeros símbolos da democracia, como a Casa Branca e até a vizinha Casa Rosada, simplesmente explodem pelos ares. Mas o governo norte-americano, como sempre, aliado e, de algum modo, à frente das outras nações, derrota os inimigos e o faz justamente no dia em que comemoram sua independência. É de se pensar muito a implicações de sentido do contexto narrativo. Quando afirma que, a partir daquele dia, o *Independence Day* seria lembrado não apenas por norte-americanos, mas pelo mundo todo, o filme reafirma implicitamente uma mensagem de supremacia dos EUA, não apenas mundial, mas também intergaláctica. São representações de poder inoculadas sobre o espectador menos crítico ao modo de uma disfarçada propaganda política, especialmente em semelhantes reafirmações do poderio econômico político e militar de algumas potências internacionais sobre o futuro do mundo. Tudo porque a hibridação de gêneros, como os de ação e ficção científica, colabora para que subtextos alegóricos venham disfarçados na forma de puro entretenimento.

No *remake* de *O vingador do futuro* (*Total Recall*, Len Wiseman, 2012), construído segundo as fórmulas de um gênero misto entre *thriller* e *sci-fi*, muitas questões políticas são apresentadas aos espectadores. No futuro previsto pelo roteiro, em fins do século XXI, a humanidade teria sofrido as terríveis consequências de uma guerra química, o que tornou praticamente grande parte do território mundial inabitado – estado final que repercutiu os temores da aniquilação em massa pós-Hiroshima e o de ataques bioterroristas pós-11 de setembro. Em resumo, os dois territórios habitáveis que restaram – A União Federativa da Grã-Bretanha e a Colônia (antiga Austrália) – mantêm fortes relações de poder do primeiro sobre o segundo, expressando os mesmos excessos da Metrópole e a subserviência das colônias ao longo (e muito depois) do século XV. O símbolo da opressão político-econômica desse universo é “A queda” (The fall), o único meio de transporte a conectar os dois territórios e que também funciona ao modo de uma barreira de controle alfandegário e de imigração.

No tempo diegético da história, como os espaços habitáveis tornaram-se o artigo de luxo, conquistar os espaços disponíveis torna-se uma necessidade imperativa, razão pela qual o chanceler da União cria midiaticamente um inimigo do Estado a fim de justificar a captura deste falso líder terrorista, interromper qualquer ajuda humanitária ao governo colonial – acusado de coalisão com a militância terrorista – e, ainda, empreender uma invasão total à colônia. Por esse viés é factível estabelecer semelhanças com as políticas de George W. Bush e a invenção do inimigo do Ocidente, Osama bin Laden, como justificativa para a invasão e o conflito militar no Afeganistão e no Paquistão. Ou, passando da história à literatura, até mesmo recordar o temido Emmanuel Goldstein, inimigo ficcional do Estado, governado pelo Grande Irmão no romance *1984*, de George Orwell.

Seja como for, o *remake* de *O vingador do futuro*, contrariando a adaptação cinematográfica de 1990, não apresenta colônias marcianas, de modo que estabelece o foco dos conflitos coloniais em nosso próprio planeta, o que estimula a reflexão sobre um possível futuro sombrio para a humanidade – resultado de uma conjuntura de medidas não sustentáveis de desenvolvimento, aumento do crescimento da população, aprofundamento da diferença de distribuição de riquezas, ascensão de novos governos totalitários, etc. O que está em questão na fábula do diretor Len Wiseman é a luta pela independência, isto é, da transformação de um centro colonial em um país independente por meio de uma revolução (empreendida pelo “patriotismo” da Resistência em relação à União). Nesse sentido, a destruição do símbolo arquitetônico que representa a separação e o jugo autoritário, parece remeter ao mesmo significado de um evento histórico, que, embora não trate *a priori* do processo de independência, expressa o fim da segregação de sistemas políticos e econômicos – o socialismo e o capitalismo – na Alemanha e no mundo. “A queda”, o meio de transporte destruído, transforma-se facilmente no Muro de separação de um teto político que se quer distinto, o movimento inverso da Queda do Muro de Berlim em 1989, o de reunificação, acontecimento que, para alguns historiadores, marca o fim da Guerra Fria e das utopias políticas. A destruição do símbolo do poder da União Federativa é uma destruição simbólica do poder encarnado por ele (seria intencional a semelhança física com as Torres Gêmeas?); seu esfacelamento, não sem razão, ocorre durante o assassinato do chanceler e a derrota do seu exército da Polícia Federal Artificial, agentes andróides com ordem para considerar qualquer cidadão da colônia hostil, empregar força letal se preciso e para operar a invasão “necessária e ostensiva” ao território colonial.

Com base em exemplos – tanto da ficção quanto da história –, compreende-se ser público e notório que muitos governos não agem por princípios altruístas, visto que querem defender tão somente os próprios interesses. Lutar a favor de alguma nação (ou de todas elas) ou governo significa estabelecer um dever moral que, cedo ou tarde, pode significar uma troca de bens. Se considerado que muitos extraterrestres, de acordo com as fábulas alienígenas, vêm ao planeta Terra por conta do esgotamento de seus recursos

naturais, o nosso sistema econômico planetário é facilmente equiparável ao deles.

As nações parecem estar criando uma rede de futuros “parceiros” para quando seus próprios recursos estiverem chegando ao fim, e não somente aqui, no espaço também. Por que será que sondas espaciais andam a procura de vida em outros planetas e, principalmente, em busca de um lugar com condições climáticas semelhantes às do nosso? Por que virou manchete em jornais e revistas do mundo a descoberta de planetas como o Gliese 581c? Não estariam os cientistas procurando uma possível saída para o futuro autodestrutivo do homem, tal qual acontece nas fábulas alienígenas? Os relatórios a respeito das condições do clima para o futuro não parecem favorecer muito a condição de vida na Terra, fato confirmado pela obstinação em procurar mundos como esse tal Gliese 581c, designado por cientistas como a “segunda Terra”. Pelo menos no imaginário cinematográfico, como acontece em *Battleship – A batalha dos mares* (*Battleship*, Peter Berg, 2012), o sistema solar de Gliese já foi contatado e a *alien response* veio na forma de um hostil confronto bélico entre mundos, provavelmente com desejos de ocupação do que seria também para eles um segundo planeta.

Ou seja: os filmes tratam do ser humano sendo colonizado por alienígenas, quando, a essa altura da história, é o próprio ser humano que quer assumir esse papel no universo. E se o cinema foi um precursor na abordagem de temas em que o ser humano faz de outros planetas suas colônias, o que simbolizam iniciativas como o Projeto Biosfera II? Desenvolvido a partir de 1991 como um simulacro do espaço terrestre, a experiência norte-americana fracassou depois de reproduzir artificialmente um microcosmo de sete ecossistemas isolado por uma estrutura de ferro e vidro no Arizona – primeira tentativa de criar um modelo arquitetônico de colonização do espaço extraterreno. O insucesso da experiência contribuiu para manter o sonhado processo de terraformação apenas na teoria; ou praticável apenas na ficção.

Passando das telas do cinema para os telejornais, não foi propriamente a luta pela soberania o que se viu após a destruição das Torres Gêmeas, no fatídico 11 de setembro. Depois do incidente, o governo de George W. Bush iniciou uma caçada aos “alienígenas” do terrorismo e o Oriente Médio (mais parte da Ásia e África) se tornou, novamente, o espaço sideral de onde derivavam as forças hostis a atacar a Humanidade. A Guerra ao Terror teve a intenção de se espalhar mundialmente, e muitos governos involucraram-se no tema, assumindo o que havia acontecido nos EUA, como uma ameaça ao mundo inteiro (mesmo que isso, realmente, fosse somente sua porção “Occidental”). Nesse embate entre Ocidente e Oriente, frequentemente o primeiro trata o segundo como uma raça inferior, reducionismo denunciado por Ian Buruma e Avishai Margalit (2006). Esses teóricos, contudo, não se ocupam de tão somente vitimizar os povos orientais, pois também afirmam que o preconceito ocidentalista – redutor da civilização ocidental a “uma massa de parasitas sem alma, decadentes, ambiciosos, desenraizados, descrentes e insensíveis” – é tão

simplista e destrutivo quanto o do olhar orientalista. Logo, a outridade parece ser sempre um inimigo.

Quanto às invenções dos inimigos, é salutar recordar as oposições entre os regimes político-econômicos durante a Guerra Fria, tema persistente nas ficções de temáticas alienígenas. O filme *Vampiros de almas* (*Invasion of the Body Snatchers*, Don Siegel, 1956)³ é um ilustrativo representante das oposições de cerne político. A fábula gira em torno de um médico lidando com um tipo de histeria epidêmica em massa, ou de paranoia conspiratória, por meio da qual as pessoas acreditavam que os seus entes mais queridos estariam sendo substituídos por cópias alienígenas. Na diegese, sementes cósmicas, formadoras de uma vagem-casulo, reproduziam os corpos humanos e destruíam os originais quando terminado o processo, perfazendo uma silenciosa invasão. O tema do familiar/estranho – o *umheimlich* freudiano – sutilmente remete ao período da Guerra Fria⁴, especialmente quanto ao temor de agentes duplos (americanos/soviéticos) infiltrarem-se em diversos setores do país. A perseguição política de Joseph McCarthy, o Macarthismo, ocorrida entre as décadas de 1940 e 1950, muito colaborou para uma desconfiança generalizada da população, impulsionando todos e cada um a uma caça aos comunistas. No filme, embora os alienígenas possuam a mesma aparência física e as lembranças do corpo humano duplicado, eles demonstram comportamento frio, sem emoção, inumano, o que também parece remeter às invencionices sobre comunistas, como a de serem comedores de criancinhas.

Em *Vampiros de almas*, além do mais, há uma mensagem sutil sobre a alienação, sobretudo porque os alienígenas defendem que viver seria mais simples sem a complexidade das emoções, isto é, realizar atividades tão só por instinto de sobrevivência. Emocionalmente analfabetos também são os alienígenas de *Casei-me com um monstro do outro espaço* (*I married a monster from outer space*, Gene Fowler Jr, 1958)⁵, originais de um planeta destruído e condenados à extinção por terem restado apenas espécimes machos. A intenção deles, então, é tomar o planeta pela fecundação de nossas mulheres, geração de descendência ou de herança que pode ser metáfora para a disseminação ideológica do comunismo. Assim, a paternidade dos forasteiros e sua presença repulsiva entre nós (especialmente na América do Norte), corresponderiam, portanto, ao perigo de um estranho conjunto de convicções políticas. O Macarthismo, em certo sentido, parece ter transformado uma conhecida expressão da ficção científica ao substituir o sujeito original por outro: “os comunistas estão chegando”. Em *Guerra dos Mundos*, na versão de Byron Haskin, além de uma referência à energia atômica – em

termos de um embate nuclear – devido à radioatividade dos objetos vermelhos, desenhados em formato de cisnes ao invés dos tripódes de H. G. Wells, há um forte indicativo simbólico do sistema político dos rivais dos americanos, ainda mais porque os invasores vêm de um planeta de “cor comunista”.

Outro filme que parece ter embarcado na mesma alegoria política é *A bolha assassina* (*The blob*, 1958, Irvin S. Yeaworth Jr. e Russell S. Doughten Jr.), ao tratar da queda de um meteorito em território americano e cuja gosma vermelha do seu interior vai crescendo de tamanho à medida que devora suas vítimas. A cor do ser amorfo parece uma referência óbvia ao comunismo. Além desta informação visual, um dos personagens, um policial, expressa um trauma concentrado em relação à guerra e os dias de hoje, paranoia que se amplia de modo generalizado durante a Guerra Fria. Por fim, a conclusão dos captos da bolha é que aquilo não pode ser destruído, somente contido (no caso, congelado com CO₂) –, possivelmente da mesma forma que uma ideologia não pode ser exterminada, apenas refreada.

No *remake* de *A bolha assassina* (*The blob*, Chuck Russell, 1988), o meteoro que atingiu a pequena cidade tratava-se, na verdade, de um satélite do governo norte-americano. Este continha um vírus experimental – algo para uma futura guerra biológica – que acabou por transformar-se em uma forma de vida plásmica e predadora. O embate velado entre americanos e russos se mantém. Mas, como aquele germe monstruoso poderia afetar o equilíbrio do poder mundial se descoberto pelo público antecipadamente, a população da cidade havia sido considerada sacrificável – tema da insensibilidade governamental que os coloca em pé de igualdade com a crueldade de invasores alienígenas. Por sorte, a mesma solução – a do congelamento – foi descoberta, mas um reverendo guarda uma amostra da bolha para criar um tipo de igreja apocalíptica, na qual o monstro devorador seria utilizado como um instrumento de “deus”.

A sequência da produção de Stanley Kubrick, *2010 – o ano em que faremos contato* (*2010 – The year we make contact*, Peter Hyams, 1984), apresenta um universo futurista em relação à época, o anotítulo da obra, em que americanos e russos ainda manteriam os mesmos conflitos de forças da Guerra Fria. O drama paralelo ao da tripulação russo-americana em busca do monólito de Júpiter são os graves problemas políticos na América Central, especialmente em Honduras, e do bloqueio imputado a este país pelos Estados Unidos – razão pela qual a equipe de astronautas acabe por colocar mesquinhas questões políticas acima da colaboração científica. Por

³ O filme é baseado no romance *The Body Snatchers*, do americano Jack Finney, publicado em 1955. Outras três adaptações cinematográficas surgiram: Os invasores de corpos (*Invasion of the Body Snatchers*, Philip Kaufman, 1978); Os invasores de corpos - a invasão continua (*Body Snatchers*, Abel Ferrara, 1993); e Invasores (*The Invasion*, Oliver Hirschbiegel, 2007). A versão de Siegel passa-se na pequena e ficcional cidade de Santa Mira, Califórnia; a de Kaufman, em São Francisco, Califórnia; a de Hirschbiegel em Washington.

⁴ Em uma das falas do psiquiatra Dr. Danny Kauffman, fica clara a referência ao comunismo, pois, em sua avaliação, a histeria coletiva seria uma resposta ao que estava acontecendo no resto do mundo, ou seja, a Guerra Fria.

⁵ Neste filme também há uma duplicação dos corpos humanos para a ocupação alienígena sem, no entanto, implicar na destruição dos originais. E, da mesma forma que *Vampiros de Almas*, a pequena cidade invadida tem a comunicação com o exterior interrompida/controlada – telegramas e telefonemas – e a saída de pessoas controlada pelas autoridades. Os rumores sobre a presença de alienígenas na cidade também são considerados histeria coletiva.

fim, expressando uma ingênua mensagem moralista, os viajantes do espaço e os terráqueos estabelecem contato com uma das luas de Júpiter, Europa, e recebem a seguinte mensagem de paz: “Todos esses mundos são seus, exceto Europa, não tentem entrar lá. Usem-no juntos, usem-no em paz”. Tão logo ocorre a transmissão, Júpiter transforma-se em um segundo sol do Sistema Solar, fenômeno que levou militares americanos e russos a recolher seus armamentos e cessar o conflito. Este acontecimento astrológico sem precedentes pareceu realinhar as relações daquele fictício ano de 2010, especialmente porque finalmente os seres humanos descobriram que são apenas “inquilinos neste mundo” ao receberem um “novo contrato e um aviso do proprietário”, algo semelhante à mensagem dada por Deus a Adão e Eva no Jardim do Éden (e para fora dele).

Na pior das hipóteses, ao contrário dos proprietários – os vigilantes do monólito negro –, haveria a figura do *stalker alien* da abertura do *remake* de *Guerra dos mundos* (*War of the worlds*, Steven Spielberg, 2005):

Ninguém acreditaria, nos primeiros anos do século 21, que o nosso mundo era observado por seres mais inteligentes. Que enquanto os homens se ocupavam de suas várias atividades, eles eram observados e estudados da mesma forma que o homem, com um microscópio, analisa as criaturas que se multiplicam em uma gota d'água. Com infinita complacência, os homens exerceram suas funções confiantes no nosso domínio sobre este mundo. Enquanto, em outro lugar do espaço intelectos complexos, impassíveis e impiedosos, olhavam para o nosso planeta com olhos cobiçosos.

Este *remake*, contudo, encerra a narrativa de um modo bastante questionável, legitimando algo ilegítimo – o “genocídio natural” para o bem de todos:

Desde que os invasores chegaram, respiraram o nosso ar, comeram e beberam, foram condenados. Eles foram aniquilados, destruídos após todas as armas e equipamentos humanos falharem pela menor criatura que Deus, em Sua sabedoria, pôs na Terra. Pelo preço de um bilhão de mortes, o homem ganhou sua imunidade e o direito de sobreviver entre os infinitos organismos do planeta. E esse direito é nosso contra todos os desafios porque os homens não vivem nem morrem em vão.

Esse é um discurso muito próximo daquele que percebe e recalca as atrocidades cometidas por médicos nazistas nos campos de concentração, uma vez que muitas descobertas serviram ao bem geral da medicina.

Contudo, que dizer quando “a menor criatura de Deus” volta-se contra nós, varrendo um enorme número de vidas do mapa, corpos estranhos, corpos-*aliens* em nossos corpos? Certamente não é uma mensagem que se aplicaria a este caso. *Invasores* (*The Invasion*, Oliver Hirschbiegel, 2007), um dos *remakes* de *Vampiros de almas*, ainda sob o impacto do surto pandêmico do H5N1, o vírus da gripe aviária, ocorrido em 2005, apresenta uma fábula de invasão alienígena sem naves, raios lasers ou seres bestiais de outra galáxia.

A ênfase recai na ideia de uma pandemia provocada após a queda de um ônibus espacial contendo esporos de um vírus alienígena, responsável por destituir as pessoas de emoções e estabelecer um equilíbrio suprarracional. Um dos personagens, um embaixador russo, introduz a premissa da história, ao afirmar que um mundo sem violência, guerra e atrocidades seria um mundo inumano – e, a despeito da noção heroica de civilização pela qual somos guiados, ainda somos inteiramente movidos por instintos primitivos, bárbaros.

Os noticiários televisivos da ficção de Hirschbiegel cumprem um papel importante na história porque, enquanto os protagonistas precisam lidar com seus conflitos, a mídia faz a cobertura de conflitos armados em diversas partes do globo, como no Iraque, Teerã e China. Logo, um dos subtextos do audiovisual seria a alegoria da supressão da discordância; outro, a representação do medo do terrorismo, especialmente o biológico, e o das doenças infectocontagiosas. A invasão silenciosa poderia ser facilmente associada com o próprio contexto de infecção do H5N1 que, por sua vez, poderia nos remeter a outros momentos históricos, por exemplo, a chegada do brutal conquistador Hernán Cortés ao império asteca e, junto com ele, um aliado invisível e insuspeito, a varíola. E, não deixando de manter diálogo com a metáfora comunista da primeira versão, o roteirista faz o embaixador perguntar à psiquiatra Carol Bennell se ser russo é algo passível de cura e conclui: “Talvez ser russo neste país [os EUA] seja uma doença”. Contudo, ao contrário do primeiro filme, no qual a humanidade não tem escapatória, a nova versão mostra que os governos conseguem conter e imunizar a infecção viral, mas sem a garantia de proteção efetiva. Talvez, porque o *remake* tenha sido realizado depois da Guerra Fria, quando perigo comunista já não constituía uma ameaça como antes, cedendo lugar para outros perigos. A humanidade e a “alienigenidade”, portanto, permanecem vulneráveis em ambos os lados.

Em *Vênus ataca a Terra* (*Target Earth*, Sherman A. Rose, 1954), a primeira reação da protagonista é temer um ataque aéreo de bomba-H a Chicago ou mesmo de uma guerra bacteriológica, o que bem expressa os temores do mundo na década de 1950 e, até mesmo, de tempos mais contemporâneos com o fantasma do bioterrorismo. Como se pode perceber, ao longo da história, as alegorias políticas acerca das narrativas alienígenas passaram a incluir outros temores, como o das epidemias e das ações terroristas. Em *Guerra dos Mundos*, versão de Spielberg, por exemplo, produzido em um contexto pós-11 de setembro, não é sem razão que um dos personagens se pergunte primeiramente se não estão diante de uma ação terrorista, como também acontece com os personagens de *Cloverfield – monstro* (*Cloverfield*, Matt Reeves, 2008) durante um ataque alienígena à cidade de Nova Iorque e no qual a cabeça da estátua da liberdade surge rolando pelas ruas em uma nuvem de poeira – eco provável das imagens de desabamento das Torres Gêmeas.

O terror cósmico, em certo sentido, nutre-se constantemente do próprio “espaço sideral” de muitos binarismos (raciais, políticos, culturais), encontrando nos alienígenas a alteridade sem consequências de uma narrativa de entretenimento. Em *Guerra dos Mundos* e *Cloverfield*, os alienígenas estão claramente identificados com as etnias orientais, principalmente das regiões envolvidas na Guerra contra o Terror. Sempre há um Mal a ser combatido e, por consequência, um herói. A carga moralizante desses filmes está a serviço da doutrinação do que é bom ou ruim.

A disputa de poder das narrativas científicas em questão acaba por vezes mascarando a rivalidade entre aqueles que acreditam na supremacia de sua espécie: humana *versus* alienígena. O conteúdo preconceituoso de tal associação fica, então, patente. O segundo acredita seguramente em sua superioridade e, por isso, não pode conviver mutuamente com o ser humano em um mesmo planeta e vice-versa. Ora, o maior temor da humanidade quanto à presença de um ser alienígena é o de lidar com o desconhecido/alteridade, com uma entidade que não nos permita antever qualquer limite. Nessas condições, estar-se-ia diante do imensurável e do inominável, entre fronteiras que têm a ver com a capacidade para a dominação ainda que por meio da aniquilação. Essa contenda soa bastante familiar: permite que se lance luz sobre políticas preconceituosas de toda ordem, como antissemitismo de governos, como o nazista. A hegemonia da raça ariana difundida pelos ideólogos do Terceiro Reich deveria ser encarada como uma radical forma predatória alienígena.

Atrelado ao produto tecnológico, está o fato científico. Não são poucos os roteiros que tratam de surpreendentes histórias de abdução – o sequestro alienígena para fins de experimentação científica com humanos – bem ilustradas pela série televisiva *Taken* (*Taken*, Leslie Bohem, 2002) ou pelo terror da produção *Contatos Imediatos do 4º Grau* (*The Fourth Kind*, 2008, Olatunde Osunsanmi). Na história da civilização, a abdução encontra uma prática semelhante de segregação, embora em escala numérica superior, reveladora do aspecto monstruoso contido no próprio ser humano, como convém relembrar acerca dos campos de concentração – os quais, diferentemente do que muitos supõem, foram sem dúvida potencializados na Alemanha pós-1940, mas cujo modelo precursor surgiu no fim do século XIX, nos EUA; e dos campos de refugiados – onde homens e mulheres ainda são abandonados a própria sorte, recebendo ajuda humanitária passageira, como ocorreu em Kosovo na última década do século XX e, sobretudo, em África e zonas de conflito no Oriente Médio.

Ao enfatizar a representação do alienígena como um estrangeiro com pretensões imperialistas e fortes discursos raciais e etnocêntricos, o filme *Deu a louca nos nazis* (*Iron Sky*, Timo Vuorensola, 2012) cria uma narrativa paródica e meta-histórica. Na trama, depois da derrota durante a Segunda Guerra Mundial, os alemães teriam se refugiado no lado oculto da Lua, ainda em 1945, construindo uma base militar em forma de suástica. O exército ariano atacaria a Terra 73 anos depois, em 2018, com naves-mães

em formato de dirigível (referência ao conhecido Zeppelin) e outros discos voadores. Assim, imerso em anacronismos cômicos e baseado em um modo caricaturizado de apresentar o Reich lunar, somos levados a substituir o “os alienígenas estão chegando” pelo chiste “os nazistas estão chegando”, substituição que pode soar ainda mais terrível, embora o contexto o utilize em seu sentido cômico. Dentre os inúmeros gracejos do filme, vale destacar o fato de que a professora na Lua Führer, inconsciente do que realmente significa o nazismo, crê ser *O Grande ditador* (*The Great Dictator*, 1940), curta-metragem de Charles Chaplin, um filme laudatório das intenções “humanitárias” de Hitler. Além disso, a comicidade permite dessacralizar a ideia da unidade internacional representada pela ONU, especialmente em razão da ficcional presidente dos EUA estar mais interessada em estratégias de reeleição, constituindo, assim, a guerra uma ótima medida governamental, e dos representantes pertencentes à organização desejarem tão somente o melhor para suas próprias nações, mantendo projetos espaciais secretos à revelia do acordo internacional assinado, algo similar aos projetos de bombas atômicas e biológicas desenvolvidos secretamente pelos governos e em um contexto real.

Outra contraparte paródica da alegoria *alien-estrangeiro* está em *Ataque ao prédio* (*Attack the block*, Joe Cornish, 2011), no qual garotos de uma gangue de periferia precisam lidar a seu modo com invasores (nomeado por um dos personagens como *aliens-gorilas-lobos*). Jogando com questões de imigração, violência urbana e narcotráfico da cidade de Londres, a narrativa estabelece como herói um jovem negro, significativamente chamado Moses (Moisés, em português). Ao final, de pequeno ladrão de subúrbio, transforma-se em um tipo de herói local e, embora tenha derrotado os monstros espaciais, não pôde escapar da punição da polícia. O menor dos crimes é tratado com o máximo de rigor, especialmente quando envolve estereótipos raciais dos seus perpetradores, o que reforça ainda mais o conteúdo preconceituoso e moralizante de tais filmes, especialmente ao insinuar qual o lugar correto de cada “coisa” no mundo.

A ideia dos párias da sociedade como possíveis salvadores também está presente em *Invasão alien* (*The Salena incident*, Dustin Rikert, 2007) ao retratar como condenados à pena de morte (um negro, um neonazista, um latino e um ítalo-americano) são obrigados a entrar em confronto com prisioneiros alienígenas sobreviventes da queda de uma nave-presídio. Além de marcar a teoria da conspiração de que outros mundos são conhecidos pelas instituições governamentais, mas mantidos eclipsados da opinião pública, joga minimamente com algumas questões éticas e raciais: o “*skin-head*” estava preso por arrastar pessoas presas à sua camionete e brincar de tiro ao alvo com elas, algo que remonta a outras crueldades cometidas ao longo da história; por fim e ironicamente, para salvar sua vida de um grave ferimento, este homem é obrigado a receber uma transfusão de sangue do prisioneiro negro. A mensagem, embora não apresentada de modo aprofundado, é de que o sangue é o mesmo para todos e a cor da pele, apenas um efeito de

pigmentação; todas as raças são iguais, sobretudo quando sujeitos tão diferentes precisam lidar com catástrofes individuais e coletivas. Como narrativa ancilar do enfoque dado ao Outro está a figuração do exótico primitivo bem expresso pelo campeão de bilheteria *Avatar* (*Avatar*, James Cameron, 2009). O filme insiste em uma tese ingênua e maniqueísta: o ambicioso explorador oposto a uma bondade selvagem e harmônica em seu habitat natural – no caso, os exploradores são os terráqueos em busca de uma fonte de energia tão poderosa quanto lucrativa. Os alienígenas agigantados, de pele azul e em perfeita comunhão com seu mundo idílico, surgem então como os verdadeiros representantes da luta para salvar seu lar, cultura e mesmo raça, na figura arquetípica do bom selvagem – atualizada ao contexto contemporâneo, no qual o homem deve buscar integrar-se à Natureza e não somente à civilização (cultura). A mensagem final ressalta, ainda assim, que, para nos vencer e expulsar, os nativos necessitam da ajuda de humanos de bom coração, capazes de liderá-los e ceder alguma tecnologia. Como os seres do planeta de três luas são desprovidos de armas nucleares e munição, o audiovisual sublinha que, até nos momentos em que somos maus, só perdemos para iguais. Nesse sentido, como enfatiza Susan Sontag (1987), os filmes de ficção científica evidenciam como o ser humano está nu sem seus artefatos. Sem a tecnologia – o símbolo do grau civilizatório –, ele não é nada, o ser humano se acovarda e aceita a derrota. E, no caso desse filme, a vitória é dos bons, e, em última instância, da sustentabilidade do planeta.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio deu destaque, até o momento, aos indivíduos dizimados em nome da conservação de uma ilusória pureza de raça, representada por práticas anti-alienígenas de Hitler, Saddam Hussein, Mao Tsé-Tung ou Milosevic, mas convém recordar também que muitos o foram em função das terras e dos recursos que abrigam. Uma investigação do passado explorador da humanidade permitiria identificar quantos povos indígenas foram dizimados por exploradores portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, belgas, italianos, etc. *Aliens* do Velho Mundo que queriam conquistar um território e explorar as riquezas naturais do local. Com certeza, para muitos tupiniquins, os portugueses foram seres monstruosos, vindos do “outro mundo” para ocupar, infectar e explorar, mesmo quando isso significasse destruir e dizimar. O discurso colonialista de outrora foi importado para as narrativas de ficção científica, como prova a fala de um analista no filme *Invasão do Mundo: batalha de Los Angeles* (*Battle Los Angeles*, Jonathan Liebesman, 2011) ao afirmar que a falta de comunicação ou de exigências dos alienígenas indicaria claramente a vontade de apropriação de recursos, o que implicaria a domesticação ou o extermínio da população nativa segundo a lógica da colonização. Ou o comentário

irônico de um cientista em *Battleship – A batalha dos mares* que, se caso alguma vida inteligente fosse descoberta em Gliese, seria “como Colombo com os índios, só que nós seríamos os índios”. Os invasores de *A hora da escuridão* (*The darkest hour*, Chris Gorak, 2011), em busca de metais que conduzam eletricidade – como o níquel e o cobre –, dizimaram a população terrena e instalaram torres de mineração ao redor do globo. A corrida espacial, em certo sentido, corresponde a uma corrida do ouro, tanto para terráqueos quanto para alienígenas.

Cowboys & aliens (*Cowboys & Aliens*, Jon Favreau, 2011), inspirado em *graphic novel* homônima, expressa o alienígena de duas formas: centrado na imagem do colono americano, invasor das terras indígenas durante a marcha para o (velho) oeste; e a do extraterrestre, função alegórica da alteridade, representativa dos perigos do estrangeiro em território conquistado. O filme, aliás, tematiza a luta de *cowboys* contra seres interplanetários mineradores de ouro e que, em vista da diferença de graus de civilização, querem apenas apropriar-se de recursos, dizimar a população local e sequestrar espécimes para estudos científicos – dissecação, catalogação, experimentação. No roteiro da *graphic novel*, criada por Scott Mitchell Rosenberg (2011), o paralelo entre alienígenas/planeta Terra e conquistadores europeus/índios americanos é mais explícito, sendo enfatizado pelo prólogo do projeto gráfico. O texto ironiza as ações imperialistas e suas justificativas – “necessidade, compaixão ou providência divina” –, sobretudo o elemento mais perigoso do que uma tecnologia superior: o Direito Manifesto, a crença no direito e no dever dos americanos em dominar a barbárie indígena. Assim, ao passo que os americanos exigiam para si a posse do Arizona, no ano de 1873, por não constar em documentos de propriedade de ninguém (exceto na livre posse dos nativos), os alienígenas requeriam a conquista do planeta Terra, um “mundo virgem”, não constante em nenhum mapa estelar da casta e, além disso, povoado por uma forma de vida primitiva (os seres humanos).

Esses exemplos demonstram que a luta contra o “selvagem” ser extraterrestre é uma versão atualizada das forças arcaicas dos mitos tribais ou dos empreendimentos dos heróis civilizadores, o que, em outras palavras, significa uma luta pela dominação da Natureza e seus componentes humanos em desenvolvimento (as nações indígenas ou indigenizadas aos olhos do invasor). Já em se tratando dos espécimes cerebrais de fábulas, como *Os Invasores de Marte e Viagem ao sétimo planeta* (*Journey to the seventh planet*, Sidney W. Pink, 1962)⁶, muitas vezes é expresso o medo de que os seres espaciais dominem nossa mente e nos submetam à vontade parasitária do invasor-conquistador. Ora, o discurso jesuítico da conversão, em tempos de poderio da Igreja Católica, criou uma correlação entre o discurso de salvação da alma e a prática de controle ideológico da mente. É um traço que podemos encontrar, inclusive, na carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel I,

⁶ Neste filme, o alienígena encontrado em Urano é um corpo em formato de cérebro e emite ondas (telepáticas?) para drenar as mentes dos astronautas terrestres e controlar seus desejos, especialmente por meio da projeção fantasmática de medos e vontades. A

criatura, assim, pretendia atingir a submissão humana para a posse alienígena completa, isto é, o controle da mente e a posse do corpo seriam o meio de conquistar Terra e destruir a raça humana.

documento reconhecido como fundacional do nosso país, no qual a ideia de conquista está baseada em termos de posse e dominação de territórios, de riquezas e de almas. A aculturação de uma nação por outra é, nesse sentido, uma forma de parasitismo *alien*, de predatismo social e de prepotência invasora.

Tomar posse de terras/planetas cuja existência se tinha conhecimento, embora possa ser desconhecido o fato de serem ou não territórios ocupados, não justifica qualquer medida conquistadora de um sobre o outro, ainda que estejam em comparação dois modelos civilizatórios diferentes. Descobrir e conquistar, portanto, transformaram-se no discurso oficial de um jogo de poderes entre dois modelos civilizatórios (europeu e gentílico) existentes, que, ao se enfrentarem em termos de tecnologia bélica, cada qual defendendo sua soberania, criaram um processo extremamente violento e genocida, comparável aos horrores dos campos de concentração.

O período das Grandes Navegações, aliás, remete a uma época de contato dos habitantes do Velho Mundo, centro do Universo conhecido de então, não apenas com povos e territórios satélites (como a África e a Ásia), mas também com desconhecidos (a América e a Oceania). A disputa, a reorganização e, sobretudo, o desbravamento geográfico, político e econômico do globo se estenderiam pelos séculos seguintes, até atingir o ápice nas últimas décadas do século XX, quando, diante de uma tela do computador, não apenas autoridades governamentais de agências de inteligência detêm acesso a imagens de monitoração via satélite, mas a cada um de nós via *web*. A passagem de inexplorado para amplamente divulgado traria consequências. A morte da viagem e o início da circulação orbital – ou do turismo perpétuo, conforme sugerido por Jean Baudrillard (2004) – mostram que, em nosso mundo, não há mais o que descobrir, há apenas o que conhecer. O retorno da viagem, então, só pode se dar em termos interplanetários, fora da órbita da Terra, lugar para onde a ficção científica aponta.

Encarada desse modo, qualquer reverberação nas metáforas alienígenas não parece mera coincidência. Por isso, apesar do homem ainda não ter sido comprovadamente invadido por nenhuma raça alienígena, como na história de H. G. Wells, ao menos já prepara um imaginário invasor como autojustificativa para atos passados ou futuros; ou, pelo menos, cria um superego alienígena a fim de alertar e, de algum modo, reprimir nossos impulsos destrutivos, como se dá no clássico *O Dia em que a Terra parou* (*The day the Earth stood still*, Robert Wise, 1951). Esta ficção, aliás, na mesma senda de roteiros como os de *A ilha da Terra* (*This Island Earth*, 1955, Joseph M. Newman.), mostra que, apesar dos nossos defeitos, é possível apaixonar-se pela raça humana em razão do afeto e da expressão sensível, tal qual demonstram Klaatu ou Exeter. Pelo menos foi neste planeta que o Pequeno Príncipe descobriu o que é o amor e a responsabilidade afetiva, o Superman apaixonou-se e Jesus Cristo fincou sua filosofia baseada na caridade e amor ao próximo.

O paródico *Palhaços Assassinos do Espaço Sideral* (*Killer Klowns From Outer Space*, 1988, Stephen Chiodo, Eduard Chiodo e Charles Chiodo) parece concluir que a fábula da invasão alienígena é um espetáculo do tragicômico: chegando a uma pequena cidade a bordo de um circo voador, os invasores capturam homens em casulos de algodão doce, armados com pistolas de pipoca, teatro de marionetes, teatro de sombras, línguas-de-sogra, triciclos, balões, tortas ácidas. Ironicamente, o ponto fraco deles é o nariz vermelho. Nós, então, estaríamos de fato perdidos no mundo, indefesos como crianças, à mercê até mesmo de piadas grotescas do universo afora? Ou seria adentro?

Em *Crônicas marcianas*, de Ray Bradbury (2005), quase todos os nativos já haviam sido exterminados pela humanidade, e, depois que os homens foram embora para a Grande Guerra, o temido embate nuclear que varreu continentes do mapa, Marte tornou-se um planeta-túmulo. É, pois, assombroso o modo como terminam as crônicas de Bradbury, com uma pequena família exilada da Terra olhando para um reflexo na água e vendo-se como os novos marcianos. Os *aliens*, afinal, somos nós.

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean; MORIN, Edgar. *A violência do mundo*. Tradução de Leneide Duarte-Plon. Rio de Janeiro: Anima, 2004.
- BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Campinas: Papirus, 2004.
- BRADBURY, Ray. *As crônicas marcianas*. Tradução de Ana Ban. São Paulo: Globo, 2005.
- BURUMA, Ian; MARGALIT, Avishai. *Ocidentalismo: o Ocidente aos olhos de seus inimigos*. Tradução de Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LOVECRAFT, Howard Phillips. *O horror sobrenatural em literatura*. Tradução de Celso M. Pacionik. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- ROSENBERG, Scott Mitchell. *Cowboys & aliens*. Tradução de André Gordirro. Rio de Janeiro: Galera Record, 2011.
- SEGALÉN, Victor. *Ensayo Sobre el Exotismo: una Estética de lo Diverso y Textos Sobre Gauguin y Oceanía*. Traducción de Jorge Ferreira. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- SONTAG, Susan. A imaginação da catástrofe. In: _____. *Contra a interpretação*. Tradução de Ana Maria Capovilla. Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 243-262.